PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Direito

Natália Xavier Cunha

UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA: uma análise à luz do Sistema de Precedentes Vinculantes

Belo Horizonte
2019

Natália Xavier Cunha

UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA: uma análise à luz do Sistema de Precedentes Vinculantes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Privado.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Salino de Moura Eça.

Área de Concentração: Direito Privado.

Linha de pesquisa: Direito do Trabalho, Modernidade e Democracia.

Belo Horizonte

2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Cunha, Natália Xavier
C972u Uniformização de jurisprudência trabalhista: uma análise à luz do Sistema de Precedentes Vinculantes / Natália Xavier Cunha. Belo Horizonte, 2019.
262 f.

Orientador: Vitor Salino de Moura Eça
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito

1. Princípios gerais do direito. 2. Processo civil - Legislação - Brasil. 3. Justiça do trabalho. 4. Súmula vinculante - Brasil. 5. Princípio da segurança jurídica - Brasil. 6. Common law - Brasil. I. Eça, Vitor Salino de Moura. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

CDU: 340.121

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Paim Brito - CRB 6/2999

Natália Xavier Cunha

UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA: uma análise à luz do Sistema de Precedentes Vinculantes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Privado.

Área de Concentração: Direito Privado

Linha de pesquisa: Direito do Trabalho, Modernidade e Democracia.

Prof. Dr. Vitor Salino de Moura Eça – PUC MINAS (Orientador)

Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Jr - UFFRJ

Prof. Dr. Vicente de Paula Maciel Jr – PUC/Minas

Prof. Dr. Rodolpho Barreto Sampaio Jr – PUC/Minas (Suplente)

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2019.

Dedico este trabalho aos meus pais, amigos e familiares, pelo amor e carinho despendidos ao longo de minha vida e trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Vitor Salino de Moura Eça, exemplo de profissional, pela forma diferenciada que conduziu a orientação deste trabalho, proporcionando meu crescimento não apenas acadêmico, mas pessoal. Agradeço imensamente por ter me instigado a pensar além do óbvio e por ter me acolhido com carinho em todos os momentos de ansiedade.

Aos professores Cleber Lúcio de Almeida, Maria Cecília Máximo Teodoro e Márcio Túlio Viana, pelas valiosas lições, responsáveis por me fazer repensar o Direito do Trabalho, ampliando meus horizontes e senso crítico.

Aos colegas de curso, Marcela, Gustavo, Flávia, Thamara, Thaísa, Dani Miranda, Dani Dinali, Daphne, Marcos e Filipe Kinsky, e aos bolsistas, pela convivência fraterna, companheirismo, desabafos, viagens, celebrações e, sobretudo, por terem se tornado verdadeiros amigos.

Aos colegas da Oficina 'Interfaces do Processo Civil com o Processo do Trabalho' (IPCPT), sobretudo ao Professor Luiz Ronan Neves Koury, por, concomitantemente ao Mestrado, ter me instigado no estudo do Processo do Trabalho e Civil, proporcionando debates e momentos de imenso crescimento.

À família Carvalho & Furtado, na figura dos ilustres profissionais Dr. Marco Túlio Furtado e Dr. Marcelo Pinheiro Chagas, por sempre acreditarem no meu potencial e incentivarem o meu estudo. Aos queridos amigos, David, Mônica, Wesley, Paty, Fê e Rafa, por caminharem ao meu lado ao longo de toda a trajetória, sempre me incentivando, acolhendo, auxiliando e me dando forças para seguir.

Aos meus pais, Denis e Mara, por serem fonte inesgotável de amor, meu alicerce. Aos meus queridos avós, Lúcia e Ary, pela torcida incansável, e à avó Dora, por ser minha maior incentivadora e responsável por auxílios essenciais a essa conquista. Aos demais familiares e amigos, pelo carinho e alegria, que traduzem a nossa essência. Gratidão.

Ao Bruno, por ser meu melhor presente. Responsável por meu equilíbrio, sem o qual este trabalho não teria sido possível. Te amo.

À Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela bolsa de estudos concedida.

Por fim, e especialmente importante, agradeço a Deus, pelas inúmeras bênçãos e oportunidades que me foram concedidas ao longo da vida.

Serviria aos anseios da Justiça decidir casos iguais de modo igual, do mesmo modo que violaria a segurança jurídica almejada pela lei interpretar comandos jurídicos ora de um modo, ora de outro" – Livre tradução.

"Es würde de Forderung der Gerechtigkeit, gleiche Fälle gleich zu behandeln, wie auch der von Gesetz erstrebten Rechssincherheit zuwider laufen, wenn die Gerichte die gleiche Bestimmung in gleichartigen Fällen bald so, bald anders auslegen würden" (LARENZ, 1983, p. 300 *apud* SILVA, 1993).

RESUMO

O ordenamento jurídico brasileiro, alicerçado originalmente sob as bases do Sistema *Civil Law,* é marcado pela positivação do Direito e utilização da lei como sua fonte primária. Não obstante, em um cenário pós-positivista, o que se observa é a crescente valorização da atividade jurisdicional e interpretativa, bem como a utilização da Jurisprudência Uniformizada como importante fonte de Direito. Essa confluência de paradigmas, atrelada à intensificação das relações e conflitos sociais, desafia uma releitura da tradição jurídica nacional, sobretudo na esfera trabalhista, que, por ser responsável pela tutela de direitos fundamentais, exige uma interpretação ainda mais atenta à Constituição Federal e a seus princípios. Malgrado o exposto, a atividade interpretativa suscita naturais divergências e o confronto de teses, o que acarreta insegurança jurídica e decisões não isonômicas. Assim, imperiosa se faz a busca pela estabilidade, coerência e integridade da jurisprudência nacional, o que pode ser alcançado por meio do desenvolvimento de métodos de Uniformização de Jurisprudência, objeto central do presente trabalho. Por meio do estudo proposto, foi possível angariar fundamentos aptos a responder quais são hoje os métodos aplicáveis à Uniformização de Jurisprudência Trabalhista e como torná-los mais eficientes. Para tanto, o trabalho se valeu da pesquisa das normas legais e regimentais acerca do tema, atrelada à pesquisa bibliográfica na doutrinária nacional, internacional e nos repositórios dos tribunais nacionais, a fim de promover uma investigação histórica, comparativa e prospectiva acerca dos métodos uniformizadores, principalmente à luz do Sistema de Precedentes Vinculantes instituído pelo Código de Processo Civil de 2015. As hipóteses lançadas circundam a absorção do Sistema Precedencialista pelo Processo do Trabalho, como a consequente aplicação dos novos institutos e observância de seu caráter vinculante. O tema foi analisado criticamente, a fim de se demonstrar os desafios a serem enfrentados na busca pela mais efetiva estabilização jurisprudencial. A compreensão da nova realidade jurídica é de suma relevância, devendo, pois, ser assimilada e devidamente observada por todos os operadores do direito.

Palavras-chave: Sistemas Jurídicos. Direito Processual Civil. Direito Processual do Trabalho. Uniformização de Jurisprudência. Sistema de Precedentes Vinculantes.

ABSTRACT

The Brazilian legal system is originally based on the *Civil Law* System, featured by the codification of law and its use as its primary source. However, in a post-positivist scenario, is possible to observe the increasing of jurisdictional and interpretative activity, as well as the use of Jurisprudence as an important source of law. This confluence of paradigms, and the intensification of social relations and conflicts, changed the legal tradition, especially in the labor jurisdiction, which, being responsible for the protection of fundamental rights, requires an even more careful interpretation of the Federal Constitution and its Principles. Despite, the interpretative activity promotes natural divergences and comparison of theses, which implies juridical insecurity and non-isonomic decisions. Looking for stability, coherence and integrity of national Jurisprudence, is necessary to develop methods of Standardise Jurisprudence, central object of this study. Through this proposed, it was possible to raise fundamentals able to answer what are today the most efficient method of Standardise Labor Jurisprudence. This study researched in legal and regimental norms, in the national and international doctrine and in the repositories of National Courts, in order to promote a historical, comparative and prospective investigation about the standardization methods, mainly influenced by the Doctrine of Binding Precedent established by the Civil Procedure Code of 2015. The hypotheses surround the application of the Judicial Binding Precedents by the Labor Law Procedure and the use of new institutes as Binding Precedents. The theme was critically analysed in order to demonstrate the challenges to be overcome and to find the most efficient method to Standardise Labor Jurisprudence. Understanding the new legal reality is very important, and have to be absorb and seriously observed by all operators of law.

Keywords: Legal Systems. Civil Procedural Law. Labor Law Procedural. Standardise Jurisprudence. Binding Precedent System.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADC	Ação Direta de Constitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AJUFE	Associação dos Juízes Federais do Brasil
AMB	Associação dos Magistrados Brasileiros
ANAMATRA	Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
ArgInc	Arguição de Inconstitucionalidade
Art.	Artigo
BANJUR	Banco Nacional de Jurisprudência Trabalhista
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNDT	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPC	Código de Processo Civil
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil;
EC	Emenda Constitucional
FAPEMIG	Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais
FPPC	Fórum Permanente de Processualistas Civis
GLO	*Group litigation orders*
IAC	Incidente de Assunção de Competência
IPCPT	Interfaces do Processo Civil com o Processo do Trabalho
IN	Instrução Normativa
IRDR	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
IRR	Incidente de Recursos Repetitivos
IUJ	Incidente de Uniformização de Jurisprudência;
LINDB	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro;
MP	Medida Provisória
NCPC	Novo Código de Processo Civil
NUGEP	Núcleo para Gerenciamento de Precedentes
OJ	Orientação Jurisprudencial
PGR	Procuradoria Geral da República
PL	Projeto de Lei
RSR	Repouso semanal remunerado

SBDI	Subseção Especializada em Dissídios Individuais
SDC	Seção Especializada em Dissídios Coletivos
SDI	Seção Especializada em Dissídios Individuais
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STM	Superior Tribunal Militar
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 23

2 A JURISPRUDÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA 29
2.1 Os principais Sistemas Jurídicos do Direito Contemporâneo 30
2.1.1 Civil Law 31
2.1.2 Common Law 35
2.1.2.1 Precedentes Vinculantes - *Stare Decisis* 37
2.1.2.2 *Ratio Decidendi* e *Obiter Dictum* 39
2.1.2.3 *Distinguishing* e *Overruling* 40
2.1.3 Interação entre os Sistemas Jurídicos 44
2.2 Função jurisdicional e interpretação jurídica no Brasil 47
2.3 Jurisprudência como fonte de direito no Brasil 57

3 ESTABILIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NACIONAL 63
3.1 Delimitação de conceitos: Súmula X Jurisprudência X Precedentes 63
3.2 Uniformização de Jurisprudência como pressuposto de garantia dos princípios da segurança jurídica e da igualdade 68
3.3 Primeiros instrumentos de estabilização jurisprudencial no Brasil 76
3.3.1 Métodos de Uniformização de Jurisprudência Trabalhista 87
3.3.1.1 Prejulgados, Enunciados, Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos 87
3.3.1.2 Embargos ao TST e Recurso de Revista 91

4 O SISTEMA DE PRECEDENTES VINCULANTES INSTITUÍDO PELO CPC/15 .. 95
4.1 O dever de Uniformização de Jurisprudência 95
4.2 Decisões e institutos vinculantes estabelecidos pelo CPC/15 98
4.3 O caráter vinculante e a sua observância 107
4.3.1 Graus de vinculação 109
4.3.2 Reclamação 111
4.3.3 Publicidade 114
4.4 Aplicação e superação dos Precedentes Vinculantes no Brasil 116
4.4.1 A delimitação da Ratio Decidendi 117
4.4.2 O dever de fundamentação das decisões 119
4.4.3 Distinguishing e Overruling 129
4.4.3.1 Eficácia temporal do *Overruling* 134

5 PADRÃO LEGAL JURISPRUDENCIAL TRABALHISTA 137
5.1 Inovações trazidas pela Lei nº 13.015/2014 139
5.1.1 Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ) 139
5.1.2 Ampliação do cabimento dos Embargos ao TST 142
5.1.3 Incidente de Recursos Repetitivos (IRR) 143
5.1.4 Incidente de Assunção de Competência (IAC) 154
5.2 Repercussões trazidas pela Lei nº 13.105/2015 – CPC 156
5.2.1 Reflexos no Incidente de Uniformização de Jurisprudência IUJ) 158
5.2.2 Reflexos nos novos métodos de Uniformização de Jurisprudência 160
5.2.2.1 Incidente de Recursos Repetitivos (IRR) 161
5.2.2.2 Incidente de Assunção de Competência (IAC) 163

5.2.2.3 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) 164
5.3 Alterações trazidas pela Lei nº 13.467/2017: Reforma Trabalhista 166
5.3.1 Inclusão do parágrafo segundo ao art. 8º da CLT 167
5.3.2 Extinção do Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ) 172
5.3.3 Edição, alteração e cancelamento de Súmulas 174
5.3.4 Regulamentação da Transcendência do Recurso de Revista 180

6 MÉTODOS DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA 187
6.1 O Sistema de Precedentes Vinculantes e o Processo do Trabalho 188
6.2 A Súmula sob nova perspectiva 190
6.3 Novos métodos de Uniformização de Jurisprudência Trabalhista 195
6.3.1 Incidente de Recursos Repetitivos (IRR) 196
6.3.2 Incidente de Assunção de Competência (IAC) 207
6.3.3 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) 210
6.3.4 Reflexões acerca da aplicação dos novos métodos 215
6.3.4.1 Aspectos quantitativos e qualitativos 216
6.3.4.2 Publicidade - Julgamento do RE 958.252 pelo STF 219
6.3.4.3 Ampla fundamentação – Julgamento do 1º IRDR pelo TRT da 3ª Região 221
6.3.4.4 Superação: *Signaling* ocorrido no bojo de IAC no TST 223
6.4 Outras possibilidades de Uniformização de Jurisprudência Trabalhista 224

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 229

REFERÊNCIAS 241

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o Direito se fez presente como instrumento regulador das relações sociais, nem sempre estáveis e harmônicas. Este se constituiu de diversas formas ao redor do globo, apresentando peculiaridades estruturais típicas da história e características de cada região.

Nesse cenário, diversos Sistemas Jurídicos foram sedimentados, entre os quais se pode apontar como expoentes o *Civil Law*, de origem romano-germânica, que privilegia a lei positivada como fonte de excelência do Direito, e o *Common Law*, de origem anglo-saxônica, que se caracteriza como um direito eminentemente jurisprudencial.

A despeito da basilar distinção inicialmente apresentada, considerá-los antagônicos mostrar-se-ia deveras prematuro, sendo certo que, independentemente da maior valorização de uma fonte de direito em detrimento a outra, ambos os sistemas almejam garantir a segurança jurídica, buscando promover a legítima confiança e a previsibilidade quanto às condutas dos indivíduos em sociedade - valores caros à manutenção da ordem social.

O ordenamento jurídico brasileiro, alicerçado originalmente sobre as bases do sistema romano-germânico, é marcado pela positivação do direito e utilização da lei como sua fonte primária. Não obstante, em um cenário pós-positivista e (neo)constitucionalista, o que se observa é a crescente valorização da atividade jurisdicional interpretativa, bem como a utilização da Jurisprudência Uniformizada e de Precedentes Judiciais Vinculantes como importantes fontes de direito. Essa mudança de paradigma, também decorrente da intensificação quantitativa e qualitativa das relações e conflitos sociais, desafia uma releitura da tradição jurídica nacional.

A compreensão da função jurisdicional e, sobretudo, interpretativa do Judiciário, nesse contexto, passa pela convicção de que esta deve atender aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando a dignidade da pessoa humana por meio da observância e garantia dos direitos fundamentais constitucionalmente estabelecidos.

Assim, faz-se cada vez mais necessário que o Poder Judiciário, quando invocado, proceda a uma investigação atenta das legislações, muitas vezes incapazes de abranger a integralidade dos fatos da vida moderna, bem como da jurisprudência

consolidada, a fim de encontrar soluções pautadas na Constituição Federal e atentas aos princípios norteadores nela insculpidos.

A realidade brasileira demonstra, nessa perspectiva, a crescente participação do Poder Judiciário na construção normativa, que, por meio de sua função interpretativa - que não prescinde de uma leitura ampla e multidisciplinar das normas existentes -, promove um diálogo de fontes e desenvolve teses aptas a acompanhar as mudanças sociais, econômicas e políticas do país, possibilitando a evolução ordenada do direito e a mais justa prestação jurisdicional.

Essa tendência também é observada na Jurisdição Trabalhista, sobretudo, pois a tutela dos direitos sociais a ela inerente exige a interpretação em conformidade com a Constituição Federal e as normas internacionais. Assim, a construção jurisprudencial mostra-se fundamental à prolação de decisões mais justas e isonômicas, que sejam capazes de garantir a efetividade dos direitos sociais trabalhistas.

Nada obstante, a atividade jurisdicional interpretativa suscita naturais divergências e o confronto de teses. Essa dispersão jurisprudencial pode, por um período, possibilitar o aprimoramento do direito, por meio do debate construtivo entre julgadores na busca pela melhor interpretação da norma aplicável. Contudo, a vida em sociedade requer segurança e previsibilidade, o que é minado pelo excessivo e permanente câmbio jurisprudencial. Em igual sentido, não se pode permitir que a dissidência de posicionamentos possibilite julgamentos em sentidos diversos para situações equivalentes, ensejando grave violação ao princípio da igualdade.

Nesse sentido, considerando ser a segurança jurídica e a igualdade pilares do Estado Democrático de Direito, estas devem sempre ser perseguidas, a fim de assegurar a legítima confiança dos indivíduos, a estabilidade da ordem social e a isonomia dos julgados. O conhecimento do posicionamento judicial sobre determinado tema implica o conhecimento do próprio direito e como ele se predica à solução dos casos, o que, na seara laboral, induz, progressivamente, ao cumprimento espontâneo das obrigações e à consecução dos direitos sociais constitucionalmente assegurados.

Para tanto, diante da dispersão jurisprudencial e consequente ausência de previsibilidade das decisões, imperiosa se faz a busca pela estabilidade, coerência e integridade da jurisprudência nacional, o que pode ser alcançado por meio de mecanismos de Uniformização de Jurisprudência e vinculação a Precedentes

Judiciais que sejam eficazes e bem aplicados, objeto central de estudo do presente trabalho.

Ante o exposto, questiona-se: Como proceder de maneira eficaz à Uniformização de Jurisprudência Trabalhista? Qual a sua relevância? Quais os seus métodos? Como refiná-los?

O presente trabalho se propõe a responder tais questionamentos, orientando-se pela linha metodológica de sentido jurisprudencial, tendo em vista a análise dialética entre os dois principais Sistemas Jurídicos da modernidade e a confluência de seus institutos. A partir de então será possível analisar a imperiosa necessidade de Uniformização da Jurisprudência nacional e sua obrigatória observância pelos Juízes e Tribunais, como pressuposto de garantia dos princípios da segurança jurídica e igualdade, bem como da estabilidade, coerência e integridade do ordenamento jurídico.

A vertente metodológica de que se lançou mão foi a jurídico-sociológica, tendo em vista que o trabalho enxerga o Direito como uma ciência social, moldado na medida em que a sociedade se transforma, o que justifica a importância e valorização da atividade interpretativa do Judiciário e da Jurisprudência como meio de integração e evolução do Direito.

As técnicas utilizadas no trabalho foram a pesquisa e análise das normas legais e regimentais que regulamentam o tema[1], atrelada à pesquisa bibliográfica na doutrinária nacional e internacional, aptas a promoverem uma investigação comparativa e prospectiva acerca da Uniformização de Jurisprudência e do Sistema de Precedentes Vinculantes no âmbito nacional e, em especial, na Especializada Trabalhista.

Nesse sentido, o trabalho objetivou analisar os métodos de Uniformização de Jurisprudência previstos nas legislações ao longo do tempo, com ênfase nas normas trabalhistas, em especial nas Leis nº 13.015/2014 e 13.467/2017; e no Código de Processo Civil (CPC) de 2015, Lei nº 13.105/15, que consagrou um Sistema de Precedentes Vinculantes no ordenamento jurídico nacional.

---

[1] Esclarece-se inicialmente que, em razão do elevado número de Tribunais Regionais do Trabalho existentes no país (24), optou-se por utilizar, majoritariamente, e a título exemplificativo, as Normas Internas e Regimentais do TRT da 3ª Região – Minas Gerais, estado em que esta Mestranda atua como advogada.

A partir de então, tornou-se possível a proposição de como deve se proceder a Uniformização de Jurisprudência de maneira eficiente e capaz de promover a isonomia das decisões e a segurança jurídica, sobretudo na seara trabalhista.

A título de esclarecimento, não se olvida que a padronização decisória perseguida também se mostra essencial no cenário de litigiosidade em massa vivenciado, com tribunais sobrecarregados de lides repetitivas, por propiciar celeridade e economia processual.

No entanto, por opção metodológica, fez-se um recorte para tratar da Uniformização de Jurisprudência como método que, atento à realidade brasileira e, em meio as novas exigências e complexidade das relações sociais, seja capaz de concretizar os princípios da igualdade e segurança jurídica, garantindo estabilidade, coerência e integridade do ordenamento, sem o empobrecimento do discurso jurídico e a perda da devida prestação jurisdicional.

Partindo dessas premissas, o presente trabalho foi desenvolvido em cinco partes.

O capítulo 2 prestou-se a apresentar, de maneira sucinta, as principais características dos Sistemas Jurídicos do direito contemporâneo, a saber, o *Common Law* e o *Civil Law.* Após as delimitações históricas, foram apresentadas as tendências mundiais de interações entre esses, vislumbrando a consciência do leitor de que, cada vez mais, trata-se de sistemas híbridos que se apropriam de institutos uns dos outros, na busca por uma prestação jurisdicional mais racional, eficiente, justa e isonômica.

Foi demonstrada então a evolução da experiência jurídica brasileira no sentido de valorizar a função jurisdicional e elevar a Jurisprudência à fonte de direito. A análise levou em conta o cenário pós-positivista e (neo)constitucionalista vivenciado no país e no mundo, quando houve uma desvinculação do Direito com a legalidade estrita e a valorização da Constituição e seus princípios como norteadores do ordenamento jurídico.

O capítulo 3 foi inserido com o objetivo de demonstrar que, apesar da patente valorização da Jurisprudência, sua utilização apenas se mostra eficiente quando uniformizada. Inicialmente, foi realizada a delimitação conceitual de importantes institutos como “Jurisprudência”, “Súmula” e “Precedentes”, que não podem ser confundidos, a fim de possibilitar a melhor compreensão do estudo.

Ato contínuo, a Uniformização de Jurisprudência foi apresentada como pressuposto necessário à garantia dos princípios da segurança jurídica e da

igualdade, revelando a importância do presente estudo. Ainda, foram expostos os primeiros instrumentos de estabilização da jurisprudência nacional, fundamentais ao desenvolvimento de uma cultura jurídica Precedencialista, retrocedendo à época dos "Assentos Portugueses" até o advento do Código de Processo Civil de 2015, cuja análise ficou reservada ao capítulo 4.

Antes, contudo, da análise do diploma Processual Civil, ao final do capítulo 3, todo o cenário de *Jurisprudencialização*[2] do Direito brasileiro foi trazido e analisado sob a ótica do Processo do Trabalho, recorte pretendido no presente trabalho. A partir de então, foi feita uma digressão sobre as normas processuais atinentes à Uniformização de Jurisprudência nessa seara, sem adentrar as mais recentes alterações legislativas, inauguradas pela Lei nº 13.015/2014, cujo conteúdo foi alocado para o capítulo 5.

O capítulo 4, por sua vez, destinou-se a apresentar os regramentos trazidos pela *novel* legislação processual civil - Lei nº 13.105/15, que pode ser considerada um marco no que diz respeito à estabilização da jurisprudência nacional. Ao importar e positivar alguns institutos inspirados no Sistema *Common Law*, principalmente quanto ao caráter vinculante dos Precedentes Judiciais – *Stare Decisis*, a legislação oportunizou o amadurecimento e racionalização do sistema jurídico nacional. Para tanto, foi apresentado o dever de Uniformização de Jurisprudência imposto a todos os Juízes e Tribunais, bem como delimitados os institutos e decisões consideradas vinculantes pela legislação processual.

A partir de então, foi possível analisar importantes aspectos do inaugurado Sistema de Precedentes Vinculantes, a exemplo da obrigatória observância dos Precedentes, o dever de fundamentação das decisões, bem como a incorporação de institutos originários do *Common Law*, como a *Ratio Decidendi*, *Distinguishing* e *Overruling*, fundamentais para legitimação do Sistema Precedencialista[3].

No capítulo 5, retomando a digressão das normas processuais atinentes à Uniformização de Jurisprudência na seara trabalhista, foram analisadas três importantes alterações legislativas, a saber, a Lei nº 13.015/2014 - que trouxe

[2] "Jurisprudencialização" é um neologismo utilizado algumas vezes ao longo do trabalho para se referir à evolução do Sistema Jurídico brasileiro, no sentido de valorizar a interpretação jurídica e a força normativa da Jurisprudência, por meio da instituição de diversos e sucessivos métodos destinados à estabilização jurisprudencial.

[3] Ao longo do trabalho a expressão "Sistema Precedencialista" é utilizada para descrever o Sistema Jurídico brasileiro após o advento do Código de Processo Civil de 2015 (BRASIL, 2015a), que instituiu, oficialmente, um Sistema de Precedentes Vinculantes.

importantes instrumentos de Uniformização de Jurisprudência; a Lei nº 13.105/2015 - CPC, aplicável supletiva e subsidiariamente ao Processo do Trabalho, trazendo a lume o Sistema de Precedentes Vinculantes -; e a Lei nº 13.467/2017 - Reforma Trabalhista, que, contrariando toda a evolução até então demonstrada, tentou mitigar a atuação do Judiciário e a força da jurisprudência.

Ao final das investigações legislativas e doutrinárias acerca do tema proposto, o capítulo 6 pretendeu responder às indagações iniciais. As hipóteses circundam a pertinência da aplicação do Sistema de Precedentes Vinculantes trazida oficialmente pelo Código de Processo Civil de 2015 ao Processo do Trabalho, observadas as peculiaridades da Especializada.

Por consectário, o estudo trouxe a lume os métodos de Uniformização de Jurisprudência vigentes e aplicáveis à Justiça do Trabalho, bem como seus vícios, virtudes, desafios e perspectivas. Nessa senda, foram apresentados possíveis caminhos para se contornar os impactos trazidos pela Reforma Trabalhista quanto à função jurisdicional e estabilização jurisprudencial, bem como os desafios que tangenciam a correta aplicação dos antigos, novos e possíveis métodos uniformizadores.

Tendo em vista não se tratar de um trabalho eminentemente descritivo, foram apresentadas provocações e identificados desafios a serem enfrentados na busca por métodos de estabilização jurisprudencial que sejam capazes de, efetivamente, garantir a segurança jurídica e isonomia das decisões.

Trata-se de tema cuja compreensão é de suma importância, pois, a cada dia, se fará mais presente no cotidiano dos operadores de direito, que serão atores protagonistas na construção dessa nova realidade e cultura jurídica, que reconhece e privilegia a força da Jurisprudência estabilizada.

Sem a devida compreensão das premissas do Sistema Precedencialista instituído, não será possível fixar bases teóricas que sejam sólidas e capazes de propiciar a mais escorreita aplicação da legislação, bem como a consecução dos fins a que se propõe a estabilização judicial e a sua observância obrigatória.

2 A JURISPRUDÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

Conforme assente na doutrina de Michele Taruffo (2014, p. 3), a palavra Jurisprudência diz respeito a uma “pluralidade frequentemente bastante ampla de decisões relativas a vários casos concretos”. Em sentido semelhante, Rodolfo de Camargo Mancuso (2014, p. 36-37) a define como sendo "a somatória global dos julgados dos Tribunais, harmônicos ou não, ou seja, a totalização dos acórdãos produzidos pela função jurisdicional do Estado."

Por meio dos conceitos apresentados observa-se que a Jurisprudência é fruto da atividade jurisdicional, representando o conjunto de julgados proferidos pelos órgãos judiciários, donde é possível aferir como as questões a eles submetidas vêm sendo apreciadas. Segundo esse entendimento, a Jurisprudência de determinado Tribunal não externaria, necessariamente, apenas seus julgamentos harmônicos, mas a integralidade de posicionamentos e decisões, ainda que dissidentes.

Nada obstante, a vida em sociedade exige segurança e previsibilidade, pelo que, cada vez mais, se torna essencial o conhecimento prévio do posicionamento majoritário dos órgãos judiciais sobre determinados temas. Passou-se então a utilizar a palavra “Jurisprudência” para referir-se, também, à Jurisprudência majoritária ou pacificada dos Tribunais.

Essa concepção mais específica é apreendida por muitos juristas, a exemplo de Miguel Reale (2006, p. 167), que define Jurisprudência como uma expressão do Direito aferida por meio “de uma sucessão harmônica de decisões dos tribunais”, e Alexandre de Souza Agra Belmonte (2014, p.19), que a consagra como “conjunto de decisões continuadas e reiteradas sobre o mesmo tema. ”

Elucida-se, pois, a título de esclarecimento inicial, que ao se referir à Jurisprudência, o presente trabalho faz alusão ao conjunto de decisões proferidas pelos órgãos judiciais, ainda que dissonantes, valendo-se de expressões distintivas como Jurisprudência majoritária, uniformizada ou pacificada para se referir ao entendimento dominante ou estabilizado dos tribunais.

Consoante Vitor Salino de Moura Eça (2019), apesar de seus conceitos históricos, certo é que a Jurisprudência ganha nova dimensão doutrinária no Direito brasileiro, na medida em que o dever de sua uniformização, estabilidade, integridade coerência pelo Juízes e Tribunais passam a fazer parte de uma nova realidade sistêmica.

Torna-se imperiosa a análise do papel e importância da Jurisprudência ao longo da história, perpassando pelos principais Sistemas Jurídicos da atualidade, para então adentrar no estudo de sua valorização como fonte de direito e sua imperiosa uniformização no ordenamento jurídico brasileiro.

A partir daí será possível conceituar e melhor compreender institutos como as Súmulas e Precedentes Judiciais, como mecanismos de uniformização jurisprudencial.

2.1 Os principais Sistemas Jurídicos do Direito Contemporâneo

O Direito, na qualidade de instrumento regulador e pacificador das relações sociais, desenvolveu-se de maneiras diversas ao redor do globo. Para melhor conhecer suas acepções, Renné David (1998) entendeu por bem separar os Sistemas Jurídicos existentes em famílias, por meio das quais seria possível um agrupamento segundo suas fontes, conteúdos, técnicas e outras características que lhe fossem peculiares.

No mesmo sentido desenvolvido pelo referido autor, e fundando, sobretudo, em sua obra, o presente capítulo se propõe a apresentar, embora não exaustivamente, as mais relevantes características das principais famílias jurídicas da atualidade, também denominadas neste trabalho como sistemas, experiências ou tradições jurídicas, a saber, o *Civil Law* e o *Common Law*[4].

Conforme exposto alhures, não se pretende esgotar o tema, tampouco esmiuçar o desenvolvimento histórico centenário de cada um dos sistemas nos diversos países que os adotaram. Assim, serão pinceladas as particularidades que os circundam, primordialmente em relação às suas fontes, a fim de aferir divergências, similitudes e relevantes institutos que possam ser apropriados e adaptados uns pelos outros, na busca pela almejada segurança jurídica, isonomia e manutenção da ordem social.

[4] Não se olvida a existência de outros Sistemas, a exemplo do Sistema de Direito Socialista, de Direito Religioso e dos países da África e Ásia, que não se mostram relevantes ao estudo em questão.

2.1.1 Civil Law

O *Civil Law,* também conhecido como sistema romano-germânico[5], teve seu berço na Europa a partir do século XII, sendo considerado hoje um dos Sistemas Jurídicos mais difundidos e utilizados em todo o mundo.

Em seu período inicial, a Europa vivia o renascimento das cidades e do comércio, cenário em que emergiu, novamente, a necessidade do Direito como instrumento essencial à organização e estruturação da sociedade. Nesse esteio, e repudiando qualquer apelo sobrenatural, as Universidades começaram a revisitar o passado, sobretudo o Direito Romano – fruto de uma civilização brilhante e de fácil compreensão (DAVID, 1998) -, na tentativa de desenvolver uma nova ciência jurídica. Assim, várias escolas de pensamento foram eclodindo e se sucedendo.

Inicialmente, o estudo se voltou para a análise das compilações das leis romanas estruturadas pelo Imperador Justiniano I – o *Corpus Juris Civilis* (533 d.C.). Ato contínuo, a Escola dos Glossadores abandonou algumas dessas compilações, direcionando a pesquisa à busca do sentido original das leis romanas. Posteriormente, a denominada Escola dos Pós-Glossadores passou a procurar nas normas romanas soluções para regular as novas necessidades da sociedade da época.

A partir dos séculos XVII e XVIII, percebeu-se uma sistematização e racionalização do Direito, por meio dos pensamentos difundidos pela Escola do Direito Natural, que se afastou ainda mais das antigas compilações de Justiniano, “renovando completamente a ciência do direito nos seus próprios métodos, pelas suas tendências axiomáticas e pelo apelo que faz à legislação”, como ressaltou Renné David (1998, p. 37).

A valorização da codificação foi, sem dúvidas, um dos expoentes dessa escola, o que se coadunou com os ideais difundidos à época, segundo os quais o processo deveria ser racionalizado e desvinculado definitivamente de qualquer apelo sobrenatural. Na concepção de Norberto Bobbio (1995), a emersão da positivação jurídica por parte do Poder Legislativo, por ele denominada “onipotência do legislador”, foi fruto justamente desses ideais iluministas e da concepção de Estado Liberal

[5] Valente e Aulete (2019): “que diz respeito à Roma Antiga e à Germânia, a italianos e alemães, à Igreja de Roma e à de Alemanha. ”

emergente a partir de meados do século XVIII, consagrando-se como um dos pilares do que se denominou positivismo jurídico[6].

Esses ideais racionalistas abriram espaço para que, no século XIX, eclodissem, de fato, as codificações. Na Alemanha, a Escola Pandectista foi fundamental para o desenvolvimento do Código Alemão. Na França, após a Revolução Francesa, o Código Civil de 1804 - mais conhecido como Código de Napoleão -, foi outorgado e pode ser considerado o ponto fulcral da evolução jurídica da Europa Continental, por representar a prevalência da lei sobre as demais fontes de direito. Conforme dispôs Miguel Reale (2006, p. 153), com a codificação "[...] passaram os juristas a ter um direito certo para todos e suscetível de indagação lógica e segura. A ciência do Direito encontrou, assim, base para atingir notável grau de sistematização. "

Concomitantemente, desenvolveu-se a denominada Escola da Exegese, fundada em ideais positivistas, cuja pretensão era a construção do direito com base exclusiva nas codificações, principalmente no Código Civil Francês. Com fincas nesse pensamento, a escola pregava a disseminação dos códigos e a atuação mecânica dos magistrados, que deveriam se manter adstritos à subsunção da lei positivada ao caso concreto, possibilitada apenas uma interpretação estritamente gramatical.

A corroborar com o exposto, a doutrina de Cesar Zucatti Pritsch (2018, p. 35) assente que nesse período "[...] se pretendeu possível uma codificação perfeita e exaustiva do direito, de modo a dispensar sua interpretação por juízes, os quais deveriam limitar-se a aplicar sua literalidade. " Nessa senda, o autor remete à máxima pregada por Montesquieu, segundo a qual os magistrados deveriam atuar apenas como a "boca que pronuncia as palavras da lei" (MONTESQUIEU, 2008, p. 180).

Sob a mesma perspectiva, expõe Lucas Buril de Macêdo (2019, p. 41-42):

> Os códigos buscam a completude, ou seja, partem da retórica de que todas as soluções já estavam neles contidas, o que não daria espaço para a criação judicial do direito: assim, o legislador faria o direito no âmbito político e o judiciário apenas o aplicaria tecnicamente. O movimento da codificação guarda fortes laços com a estrita separação dos poderes e é legítimo fruto da ideologia racionalista.

Foi exatamente nesse cenário que se consolidou o Sistema Jurídico *Civil Law*, considerado por Luigi Ferrajoli como um sistema garantista, "caracterizado pela rígida

[6] Na concepção de Norberto Bobbio, o positivismo jurídico é a "doutrina segundo a qual não existe outro direito senão o positivado" (BOBBIO, 1995, p. 26).

submissão do juiz somente à lei. ” Essa tradição jurídica baseia-se majoritariamente em preceitos expressos, isto é, nas leis criadas pelo Poder Legislativo, consideradas, por excelência, fontes primárias e, originalmente, quase exclusivas de Direito. Esse sistema, conforme bem expressa Miguel Reale (2006, p. 140):

> [...] caracteriza-se pelo primado do processo legislativo, com atribuições de valor secundário às demais fontes do direito. A tradição latina ou continental (*civil law)* acentuou-se especialmente após a Revolução Francesa, quando a lei passou a ser a única expressão autêntica da nação, da vontade geral [...].

Tradicionalmente, as demais fontes de direito, como os costumes, princípios, equidade, jurisprudência e doutrina, exerciam apenas papel secundário nesse sistema. A Jurisprudência, objeto deste estudo, apesar de existente, não possuía caráter vinculativo, servindo apenas como um meio de persuasão e orientação dos magistrados no julgamento de processos semelhantes.

Observa-se que, no período pós-revolucionário, havia uma grande aversão à Jurisprudência e à utilização de Precedentes Judiciais[7] como fontes de direito, o que se justificava pela larga desconfiança da burguesia em face da magistratura francesa. Tal receio advinha de abusos ocorridos antes da Revolução Francesa, período em que o Poder Judiciário não se alicerçava nos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, estando intimamente envolvidos com os interesses das classes dominantes, pelo que inexistia “qualquer isenção para julgar” (MARINONI, 2009, p. 28).

O desprestígio do Poder Judiciário e da Jurisprudência por ele construída abriu espaço para a consolidação do que se denominou ‘Supremacia do Parlamento’, externada por meio da exaltação ao Princípio da Legalidade. Sobre a questão, aduz Hermes Zaneti Jr. (2019, p. 79):

> *Fetiche da lei e desconfiança da magistratura e do direito comum* resultaram no exacerbamento do princípio da legalidade e na vedação da interpretação pelos juízes e seu corolário: a impossibilidade de aplicação dos precedentes judiciais como fontes formais e gerais do direito, em uma palavra. A redução da função do juiz ao “juiz boca-da-lei”.

[7] A conceituação de ‘Precedentes Judiciais’ será aprofundada oportunamente no presente trabalho. Por ora, eles podem ser compreendidos como decisões judiciais sobre determinados casos, a serem eventualmente utilizadas como fonte de direito para julgamentos futuros de processos semelhantes.

Assim, com fulcro na lei positivada e em sua supremacia, a tradição romano-germânica se difundiu rapidamente por praticamente toda a Europa, razão pela qual também é conhecida como *Continental Law* (Direito Continental). Hoje, encontra-se disseminada pelos demais continentes, sendo amplamente aplicada na Europa, grande parte da Ásia, África e América Latina.

No Brasil, apesar das alterações sistêmicas observadas ao longo dos anos, o que será objeto de estudo ao longo dos capítulos seguintes, pode-se dizer que o sistema *Civil Law* acompanha o país desde sua colonização por Portugal. Em 1824, quando promulgada a primeira Constituição nacional - a Constituição do Império (BRASIL, 1824), essa já previa a lei como fonte de direito e o Poder Legislativo como o legitimado para sua confecção, a ser realizada por meio de um processo específico para cada espécie normativa.

Atualmente, atrelada à lei, outras fontes de direito estão elencadas expressamente na legislação nacional. É o que se observa pela leitura do art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB (BRASIL, 1942, s.p.), a qual prevê que, "quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito" e do art. 8º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (BRASIL, 1943, s.p.), que, por sua vez, expressa:

> [...] na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do Direito do Trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

Além desses dispositivos, a história demonstra que, paulatinamente, outras fontes de direito passaram a ser valorizadas e incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro, ganhando relevo a Jurisprudência, que será mais bem explorada ainda neste capítulo[8].

Nesse sentido, ainda que se considere o Direito brasileiro como fundando nas bases do *Civil Law*, imperiosa se faz a análise da evolução desse instituto no país, a fim de delinear seu atual contorno.

[8] A amplitude dos dispositivos legais que demonstram a importância da Jurisprudência e dos Precedentes Vinculantes como fontes do direito, inclusive com observância obrigatória (em algumas hipóteses), serão apresentados em momento oportuno, a saber, nos capítulos 4, 5 e 6.

2.1.2 Common Law

Paralelamente à constituição da família *Civil Law*, assistiu-se, também na Europa, ao desenvolvimento de um Sistema Jurídico de origem anglo-saxônica[9], denominado *Common Law,* que em português significa direito comum.

Desenvolvido na Inglaterra, o sistema é hoje amplamente adotado pelo Reino Unido, parte dos Estados Unidos e Canadá, bem como por outras ex-colônias do Império Britânico, sendo considerado um dos principais Sistemas Jurídicos da atualidade.

Não obstante se tratar de uma experiência jurídica que se alastrou para diversos países, o *Common Law* não se desenvolveu de maneira equânime em todas as localidades, existindo características peculiares, institutos e nomenclaturas distintas nos diversos países que o adotam. Esclarece-se, pois, que o presente trabalho apresenta conceitos gerais, pautando-se, especificamente no desenvolvimento do direito inglês.

Percorrendo brevemente sua história pelo olhar de Renné David (1998), tem-se que, a partir do século X, as cortes na Inglaterra encontravam-se descentralizadas e eventuais conflitos eram resolvidos com base nos costumes locais.

Nesse período inicial, o ano de 1.066 pode ser considerado um marco histórico, por representar a conquista da Inglaterra pelos normandos responsáveis por diversas transformações no território, instituindo o feudalismo, dando poder à Igreja, mas retirando sua gerência do Estado e distanciando, também, os Tribunais canônicos dos estatais (MACÊDO, 2019).

A partir de então, iniciou-se um movimento de centralização de poder nas mãos do Rei, contexto em que as Cortes Judiciais locais, que tradicionalmente aplicavam os costumes anglo-saxões para dirimir as controvérsias, foram cedendo espaço para os Tribunais Reais, cuja competência foi ampliada. A esses Tribunais cabia, pois, conferir a unidade do direito de todo o território, aplicando um direito comum - *Common Law*.

Até o século XIV, o acesso aos Tribunais Reais na Inglaterra, os quais exerciam a função jurisdicional, era bastante mitigado, sendo necessária, para tanto, a obtenção de uma autorização especial denominada *writ*, que deveria ser requerida ao

[9] Michaelis (2019): “povo constituído da mistura de três tribos germânicas, representadas pelos anglos, saxões e jutos, que se estabeleceram na Inglaterra nos séculos V e VI”.

Chanceler. Conforme descrito por Vinícius Cavarzani (2014, p. 333), o *writ* "consubstanciava-se em instruções mandamentais originárias de um poder real (*the Crown*) a uma autoridade real (normalmente *sheriff*), que indicavam a ele quais os passos a serem tomados para avançar determinada investigação. "

Nesse cenário, nas hipóteses em que o Tribunal não podia ser alçado ou ainda quando esse não concedia uma solução considerada adequada - não atenta à equidade ou decorrente da falta de meios para proferi-la -, existia a possibilidade de se requerer a intervenção real (MERRYMAN; PÉREZ-PERDOMO, 2007). Nesses casos, o Rei era chamado para que "tomasse uma decisão que facilitasse o curso da justiça ou para que impusesse a solução exigida pela justiça" (DAVID, 1998, p. 309), o que demonstra que não havia soberania da lei, mas do poder real supremo.

Essas soluções eram denominadas *Equity* e valiam como um complemento do *Common Law*, até então bastante lacunoso, não podendo com ele se confundir. Pode-se dizer que a *Equity* aperfeiçoava o sistema, aproximando a ética e a moral do Direito.

Esses dois institutos, até então complementares, se fundiram em 1875, por meio do *Judicature Acts*, uma lei de organização judiciária que unificou as jurisdições inglesas, que passaram a se valer das soluções de *Equity* e as sanções da *Common Law,* conjuntamente.

Assim, a partir do século XIX, os Tribunais ampliaram sua jurisdição, tornando-se responsáveis pela unificação do direito inglês, que deveria ser uniforme em todo o território. Consolidou-se, nessa época, a importância do Poder Judiciário e de suas decisões para a construção do direito, podendo se dizer que "o direito inglês, que é a raiz da *Common Law*, foi constituído a partir da criatividade jurisprudencial" (MACÊDO, 2019, p. 51).

A despeito da supremacia da Jurisprudência, não se olvida a existência de legislação codificada nesse ordenamento, fato que não esvazia sua tradição. Ao olhar de Renné David (1998, p. 301), por meio dessa "o legislador oferece-lhes novas possibilidades e lhes indica novas orientações, mais do que cria ele próprio, na realidade prática, um direito novo. "

Ao que se percebe, o *Common Law* consagrou o direito como aquele criado e aperfeiçoado pelos magistrados, tendo em vista a grande relevância de suas

decisões. Nesse cenário, a máxima *Judge make law*[10], que denota o amplo poder interpretativo dos julgadores, se consolidou.

Consoante o exposto por Renné David (1998, p. 324), "[...] as aplicações jurisprudenciais tomam então o lugar, no sistema do direito inglês, das disposições que o legislador editou. " Élisson Miessa (2016, p. 12) complementa que "[...] a preocupação do *Common Law* não se baseia na necessidade de o juiz aplicar, de forma estrita, a legislação, mas na possibilidade de o próprio juiz interpretar o direito."

Inaugurou-se, assim, um direito tipicamente jurisprudencial (*Case law*), que priorizava a justiça no caso concreto, sendo certo que a lei (*Statute*) apenas desempenhava uma função secundária e complementar.

2.1.2.1 Precedentes Vinculantes - *Stare Decisis*

Apesar de a Jurisprudência desenvolvida pelas Cortes ser considerada fonte primária de direito, sua importância e autoridade nem sempre foram as mesmas. Isso porque, apenas no início do século XIX - período compatível com o desenvolvimento da Escola da Exegese e o movimento de codificação na França - é que se estabeleceram regras e princípios do que se denominou *Stare Decisis* (SIMPSON, 1973).

Nesse momento faz-se necessário fixar alguns importantes conceitos, a fim de que seja possível a melhor compreensão do funcionamento dessa família e seus institutos, sobretudo quanto à sistemática dos Precedentes Vinculantes - *Doctrine of Binding Precedents*.

Entende-se por Precedente Judicial a decisão judicial proferida em face de um caso concreto, e para solução específica deste, mas cujos fundamentos elementares e essenciais poderão servir de esteio para que os juízes analisem e julguem novos casos semelhantes. Nas palavras de Cesar Zucatti Pritsch (2018, p. 20):

> [...] precedente é a resposta a um questionamento jurídico dada em um processo anterior no contexto dos respectivos fatos tidos como necessários para amparar a decisão e que pode servir de padrão decisório para a resolução de casos subsequentes com suficiente similaridades relevantes.

[10] "O juiz faz o Direito" - Livre tradução.

O caráter vinculante desses Precedentes foi instituído formalmente em 1865[11], por meio de um sistema integrado de relatório de casos, conhecido como *Law Report,* fundamental à publicidade das decisões judiciais inerente ao Sistema de Precedentes Vinculantes. Dessa forma, o *Stare Decisis,* redução da máxima latina "*stare decisis et non quieta movere"*, passou a representar, justamente, o significado de sua tradução para a língua portuguesa: "mantenha-se a decisão e não se mexa no que está quieto" – livre tradução (NOGUEIRA, 2011).

Trata-se, pois, de uma concepção contemporânea do *Common Law*, que com ele não se confunde, mas é considerado o seu alicerce, por consagrar o dogma de que casos iguais devem ser decididos isonomicamente ou "*treat like cases alike"*[12]. Para Hermes Zaneti Jr. (2019, p. 310-311):

> [...] estabelecida a regra de direito aplicável a um caso concreto e claramente delineado o fundamento da decisão, todos os casos futuros semelhantes devem seguir a mesma regra jurídica, consolidando o valor vinculante dos Precedentes.

Nesse prisma, Frederick Schauer (1987, p. 571) fundamenta que "[...] o julgador de hoje deve, conscientemente, decidir não apenas o caso *sub judice*, mas também pensar, prospectivamente, na aplicação dessa decisão a um caso futuro" – livre tradução[13]. O autor ainda complementa que "[...] o Sistema Precedencialista implica, portanto, a especial responsabilidade e poder de vincular decisões futuras, antes de elas serem proferidas" – livre tradução[14], o que revela a real necessidade de reflexão quando dos julgamentos.

A partir desse momento histórico, as decisões proferidas pelas Cortes passaram a vincular os órgãos de igual hierarquia judiciária (vinculação horizontal), como aqueles de grau jurisdicional inferior (vinculação vertical) (DRUMMOND; CROCETTI, 2012). Para Thomas Lundmark (2012), ambas as vinculações se prestam

---

[11] Diz-se "formalmente", porquanto anteriormente, algumas decisões, a exemplo daquelas proferidas pela Câmara Exchequer em processos relevantes, já possuíam caráter vinculante.

[12] Consoante expõe Rupert Cross: "*It is a basic principle of the administration of justice that like cases should be decided alike*" (CROSS, 1979, p.3) ou, em português, "É um princípio básico de administração da justiça que casos iguais deveriam ser decididos de formas iguais" – Livre tradução.

[13] No original: "[…] *where future decisionmakers can be expected to feel the pull of precedent, today's conscientious decisionmakers are obliged to decide not only today's case, but tomorrow's as well*" (SCHAUER, 1987, p. 571).

[14] No original: "[…] *a system of precedent therefore involves the special responsibility accompanying the power to commit the future before we get there*" (SCHAUER, 1987, p. 573).

à garantia de igualdade, previsibilidade e eficiência do ordenamento jurídico, pois o entendimento de todo o Judiciário deve se revelar estável e isonômico.

Tem-se, pois, que "[...] a aplicação do *Stare Decisis* se justifica pelos valores que ele promove, como a eficiência, continuidade da lei, justiça ou equidade, a legitimidade e o aprimoramento das decisões proferidas pelas Cortes" – Livre tradução (BRENNER; SPAETH, 1995, p. 2)[15]. Assim, os Precedentes Judiciais Vinculantes e os valores a eles subjacentes tornaram-se pilares do Sistema *Common Law*, consagrando a Jurisprudência como fonte primária de direito.

É evidente, contudo, que não se pode conceber a aplicação mecânica e indiscriminada desses Precedentes Judiciais, existindo técnicas e métodos específicos a serem observados[16], não apenas nesses ordenamentos, mas também em países alicerçados no *Civil Law* e que, paulatinamente, passam a incorporar uma cultura de Precedentes Vinculantes, o que será explorado a seguir.

2.1.2.2 *Ratio Decidendi* e *Obiter Dictum*

No tocante à utilização dos Precedentes, existem algumas características e institutos que devem ser observados para que se torne possível a mais ampla e escorreita compreensão dessa família e a análise da possibilidade de importação de alguns institutos para o ordenamento jurídico brasileiro.

Inicialmente, cumpre esclarecer que não é a integralidade de uma decisão que caracteriza o Precedente e, por consequência, o torna vinculante, mas apenas a sua *Ratio Decidendi*[17].

A *Ratio Decidendi*[18] pode ser compreendida como a principal parte da decisão, aquela que consubstancia a sua fundamentação determinante e razão de ser. Nas palavras de Tereza Arruda Alvim Wambier (2009, p. 133), em sentido bastante

---

[15] No original: "*The justification for the stare decisis usually rests on the values it fosters. Among such values are efficiency, continuity of the law, justice or fairness, legitimacy, and the enhancement of the Court's decision*" (BRENNER; SPAETH, 1995, p. 2).

[16] Conforme assente a doutrina de Thomas da Rosa de Bustamante (2012, p. 116): "[...] diferentemente do *civil law*, o *common law* deixou-nos como legado um rico conjunto de ferramentas metodológicas para interpretar e aplicar precedentes judiciais. "

[17] A título de esclarecimento, ao longo do trabalho a expressão *Ratio Decidendi* poderá ser abreviada para *Ratio*, como costumeiramente encontrado nas doutrinas, até mesmo para evitar repetições que tornem a leitura cansativa.

[18] Informa-se que, no *Common law* norte-americano, a *Ratio Decidendi* é denominada *Holding.*

semelhante ao sustentado por Rupert Cross (1979), a *Ratio* seria, pois, a "proposição jurídica, explicita ou implícita, considerada necessária para a decisão. "

A correta identificação da *Ratio* é de suma importância, pois é justamente por meio dessa que será possível aferir se um caso futuro deve ser julgado em consonância com a decisão anteriormente proferida. Conforme discorre Pritsch (2018), quanto mais detalhada e pormenorizada for a *Ratio*, mais restrito será o seu campo de vinculação futura[19].

Sendo a *Ratio* a parte mais importante e vinculante da decisão, tudo aquilo que a circunda e não é dotado de sua essencialidade pode ser considerado como *Obiter Dictum* ou, consoante doutrina de José Rogério Cruz e Tucci (2004, p. 177), "passagem da motivação do julgamento que contém argumentação marginal ou simples opinião, prescindível para o deslinde da controvérsia. "

Assim, em um Sistema de Precedentes Vinculantes, quando uma lide é posta em julgamento, cabe ao magistrado averiguar a Jurisprudência da Corte, a fim de aferir a existência de Precedentes Judiciais condizentes com caso *sub judice.* Nesse sentido, valendo de repositórios oficiais que publicitam as decisões, a exemplo dos *Law Reports* (DAVID, 1998), é possível averiguar se alguma *Ratio Decidendi* pode ser extraída e aplicada ao caso em julgamento, hipótese em que a nova decisão deverá se harmonizar com o Precedente Judicial obrigatoriamente aplicável.

Esclarece-se que oportunamente o tema será reapreciado à luz da realidade jurídica brasileira atual.

2.1.2.3 *Distinguishing* e *Overruling*

Certo é que a aplicação dos Precedentes Judiciais não pode ser mecânica e alheia às peculiaridades do caso concreto e às modificações sofridas pela sociedade. Apesar de pretender a estabilização do direito e efetivação da segurança jurídica, de acordo com Luiz Guilherme Marinoni (2016, p. 158), "nenhum precedente tem a pretensão de ser eternamente válido", devendo ser flexível e aberto às alterações que se façam necessárias (MACCORMICK, 2008).

[19] Apesar de não existir nenhuma fórmula precisa para se obter a *Ratio Decidendi*, ao longo da história, alguns juristas apresentaram proposições para encontrá-la, a exemplo de Wambaugh, Oliphant e Goodhart, que serão apresentadas, de forma simplificada, no tópico 4.4.1.

Nessa perspectiva, o tempo aclarou a necessidade de se mitigar a rigidez do Sistema de Precedentes, a fim de adaptá-lo aos novos elementos da realidade e não engessar o direito. Dessa forma, todas as críticas relativas à possível estagnação do direito pelo uso do Sistema de Precedentes Vinculantes podem ser apartadas por meio da análise e efetiva aplicação dos mecanismos de distinção e superação, a saber, o *Distinguishing* e o *Overruling.*

O *Distinguishing* pode ser definido como a prática utilizada pelos julgadores para fundamentar a não aplicação de um precedente vinculativo a determinado caso, por serem identificados fundamentos relevantes, ou melhor dizendo, *Rationes Decidendi,* diversas.

Como exposto por José Rogério Cruz e Tucci (2004, p. 174), o *Distinguishing* seria um método de confronto "pelo qual o juiz verifica se o caso em julgamento pode ou não ser considerado análogo ao paradigma", e na hipótese de os casos possuírem peculiaridades aptas a ensejar a recomendação de uma solução diversa, o Precedente Judicial não seria observado, em razão da distinção (PRITSCH, 2018).

Pode-se dizer, dessa forma, que a cada novo julgamento incumbe ao magistrado averiguar na Jurisprudência a existência ou não de Precedente, cuja *Ratio* seja compatível e aplicável à espécie *sub judice.* Nesse prisma, identificando-se uma *Ratio Decidendi* aparentemente aplicável, mas verificada a distinção de fatos e circunstâncias em relação ao novo caso levado a juízo, opera-se o *Distinguishing*. Nessa hipótese, cabe ao julgador apresentar os motivos relevantes pelos quais os fundamentos determinantes extraídos da decisão anterior mostram-se inaplicáveis e devem ser afastados.

Luiz Guilherme Marinoni (2016, p. 232) ressalta, entretanto, que "fatos não fundamentais ou irrelevantes não tornam casos desiguais. " Aduz, ainda, que "a distinção fática deve revelar uma justificativa convincente, capaz de permitir o isolamento do caso sob julgamento em face do precedente. " Tais afirmações demonstram ser o *Distinguishing* uma exceção e que enseja uma robusta fundamentação para sua legitimação.

Uma peculiaridade indicada por Élisson Miessa (2016) é a possibilidade de ampliação ou restrição da aplicação de um Precedente[20], o que se mostra pertinente

[20] Obtempera-se que a ampliação ou restrição é da *Ratio Decidendi*, ou seja, dos fundamentos determinantes do precedente.

ante a vasta possibilidade de casos levados ao Judiciário, que nem sempre serão integralmente compatíveis. Nesse sentido:

> [...] ao realizar o *Distinguishing*, o juiz pode ampliar a extensão e os limites da decisão utilizada como paradigma (*Leading Case*). Nesses casos, a distinção será ampliativa (*Ampliative Distinguishing*). Nas hipóteses em que a aplicação do precedente é muito ampla, e o juiz, ao realizar o *Distinguishing*, especifica determinadas situações fáticas de aplicação da *Ratio Decidendi*, é realizada a distinção restritiva (*Restrictive Distinguishing*) (MIESSA, 2016, p.30).

O *Overruling,* por sua vez, implica a total revogação de um Precedente, por razões de grave injustiça decorrente de erro de julgamento ou em virtude da modificação das condições que lhe deram origem (LUNDMARK, 2012). Luiz Guilherme Marinoni (2016) sustenta, ainda, a admissão de *Overruling* quando "[...] a evolução tecnológica, ao gerar nova realidade, impõe a reconfiguração da doutrina ou da teoria que fundamenta o precedente. O mesmo ocorre quando os valores sociais, que sustentam o precedente, são modificados" (MARINONI, 2016, p. 93-94).

Conquanto exista a previsão do *Overruling* - mecanismo fundamental à evolução e não engessamento do direito, ressalta-se que se trata de procedimento que rompe com a tão almejada estabilização da Jurisprudência, razão pela qual deve ser utilizado com extrema cautela, para que não provoque desproporcional insegurança jurídica. Neil Duxburry (2008) sustenta que a medida deve ser adota apenas como último recurso, por romper com a ordem jurídica, o que implica custos inerentes à adaptação e conformação à nova realidade imposta ao governo e aos cidadãos[21].

Exige-se, pois, assim como na hipótese de *Distinguishing*, maior tônus argumentativo quando de sua utilização. Atento a essas questões, entende-se, também, que os únicos legitimados a proceder ao *Overruling* seriam o Tribunal hierarquicamente superior ou o órgão prolator da decisão Precedente.

Élisson Miessa (2016) reconhece que o *Overruling* pode se dar de diversas formas, sendo, por exemplo, expresso ou tácito:

---

[21] A título de exemplo, no âmbito do *Common Law* norte-americano, tem-se que a Suprema Corte dos Estados Unidos da América, no período compreendido entre 1789 e 2009, isto é, no lapso de 220 anos, revogou 210 Precedentes Judiciais Vinculantes. Michael J. (2008) considera o número pouco significativo se comparado com a quantidade de Precedentes formados no mesmo período, o que evidencia que a técnica não é aplicada indiscriminadamente, mas como exceção, o que não afeta a integridade e estabilidade do ordenamento jurídico.

> A *Overruling* pode ocorrer de forma: 1) expressa: quando, expressamente, o tribunal adota nova fundamentação e substitui a *ratio decidendi* anterior, ou seja, passa a adotar de forma expressa um novo entendimento; 2) tácita (implícita): quando é adotado novo entendimento, contrário ao precedente, sem que, todavia, haja expressa substituição da *ratio decidendi* anterior (MIESSA, 2016, p. 32).

O mesmo autor também apresenta algumas variações do instituto, a exemplo do denominado *Antecipatory Overruling* ou *Overruling* antecipado, método utilizado pelos juízes de primeiro grau, quando deixam de aplicar um Precedente, não por esse ter sido superado, mas em razão de o Tribunal que o criou já ter noticiado a possibilidade de modificação do seu posicionamento.

Essa sinalização, denominada *Signaling*, consiste, justamente, na demonstração do Tribunal superior acerca da possível e futura alteração de seu entendimento uniformizado. Nesse caso, apesar de o Tribunal já entender pela necessidade de superação do seu entendimento majoritário, mantém transitoriamente a sua aplicação, a fim de honrar com o princípio da segurança jurídica e legítima confiança. Todavia, já sinaliza para a comunidade e os operadores do direito que o Precedente está em vias de ser revogado (MARINONI, 2016), o que, contribui para manutenção da legítima expectativa.

Para Élisson Miessa (2016, p. 38):

> A técnica tem como objetivo conceder segurança jurídica aos jurisdicionados, uma vez que evita a superação do precedente de forma repentina. A sinalização de possível mudança nos Precedentes tem como função, além da preservação da segurança jurídica e da confiança aos jurisdicionados, a provocação de novo debate público no tocante ao entendimento sinalizado.

Tem-se, ainda, o que se denomina *Transformation*, que se configura quando um precedente deixa de ser utilizado, mas não ocorre o *Distinguishing* ou *Overruling*. Nessa hipótese, ocorre a “transformação ou reconfiguração do precedente sem revoga-lo” (MARINONI, 2016, p.245), o que não é bem visto, por gerar manifesta insegurança jurídica. Nas palavras de Lucas Buril de Macêdo (2019, p. 300), “[...] a transformação deve ser evitada e compreendida como um conceito para se referir a uma possível prática dos tribunais que é contrária ao *Stare Decisis* e, portanto, ilegal. ”

Ao final, apresenta-se o *Overriding*, mecanismo utilizado nos Estados Unidos, por meio do qual o julgador reduz o alcance do Precedente anterior, valendo-se de

um novo. Nesse sentido, ocorre uma revogação parcial do Precedente Judicial originário (MIESSA, 2016).

Feitas essas considerações gerais acerca da história e institutos utilizados pelo Sistema *Common Law*, o que será, em certa medida, retomado ao logo do trabalho, passa-se à análise da interação entre as famílias jurídicas apresentadas, especialmente sob a ótica da realidade jurídica brasileira.

2.1.3 Interação entre os Sistemas Jurídicos

Conforme apresentado nos tópicos 2.1.1 e 2.1.2, os principais Sistemas Jurídicos do direito contemporâneo são o *Civil Law,* de origem romano-germânica, e o *Common Law,* de origem anglo-saxã.

Nos termos em que foi exposto, a divergência crucial entre as famílias encontra-se em suas fontes, uma vez que no *Civil Law* as leis positivadas são consideradas fontes de excelência do direito, e o *Common Law* se consubstancia como um direito eminentemente jurisprudencial, que se vale, desde o fim do século XIX, de um Sistema de Precedentes Vinculantes, denominado *Stare Decisis*.

Malgrado as distinções encontradas, têm-se que ambos os Sistemas Jurídicos almejam, em última análise, a mais escorreita e justa prestação jurisdicional, propiciando segurança jurídica para os jurisdicionados e a estabilidade da ordem social. Nesse sentido, ratifica Tereza Arruda Alvim Wambier (2012) que, independentemente do caminho que tenha sido traçado, ambos os sistemas almejam propiciar um direito harmônico, pautado na previsibilidade e isonomia.

Para tanto, resta evidente que as tradições jurídicas precisam evoluir e se adaptar, à medida que a própria sociedade se desenvolve, revisitando seus institutos e incorporando procedimentos que lhe tornem mais efetivos, o que, facilitado pelo advento da globalização, que permitiu o melhor conhecimento acerca das peculiaridades de outros Sistemas Jurídicos e os benefícios delas advindos.

Nessa senda, ao que se verifica, a confluência entre os Sistemas Jurídicos ao redor do mundo tornou-se, pois, cada dia mais evidente, o que é denominado por Mauro Cappelletti (1993, p. 123), como “convergência evolutiva”. Trata-se de necessidade que lança o olhar do jurista ao direito comparado, a fim de extrair técnicas que possam auxiliar na construção das soluções que lhe são imputadas (MACÊDO, 2019).

O pensamento de Rodolfo de Camargo Mancuso (2007, p. 183) é o mesmo:

> [...] a dicotomia entre as famílias jurídicas *civil law/ common law* hoje não é tão nítida e radical como o foi outrora, sendo visível uma gradativa e constante aproximação entre aqueles regimes: o direito legislado vai num crescendo, nos países tradicionalmente ligados à regra do precedente judicial e, em sentido inverso, é a jurisprudência que vai ganhando espaço nos países onde o primado recai na norma legal.

A título de exemplo, tem-se que na Inglaterra pós-guerra (1939) iniciou-se um movimento legislativo que visava à formação de um sistema complementar à *Common Law*, por meio da prescrição de regras pelo Poder Legislativo (DAVID, 1998). A partir daí, atrelado ao Sistema de Precedentes, foi possível perceber a presença de diversas normas codificadas, coexistentes com o *Stare Decisis*. O mesmo ocorreu nos Estados Unidos, país que hoje possui uma Constituição e inúmeras normas positivadas.

Nesse sentido, a máxima de que países em que vigora a *Common Law* não possuem leis e códigos não encontra respaldo, podendo-se afirmar, conforme o fez Luiz Guilherme Marinoni (2009), que um estado típico americano pode ter tantas legislações quanto um país de tradição romanista.

Por outro lado, observa-se também a crescente influência do *Common Law* nas jurisdições de *Civil Law.*

Em razão da multiplicidade e complexidade crescente de fatos da vida levados ao Judiciário e da impossibilidade de as leis positivadas responderem a todas as situações que lhes são expostas, exigiu-se do Poder Judiciário uma postura mais ativa, a fim de que suas decisões fossem capazes de melhor responder aos anseios dos jurisdicionados.

Essa jurisprudencialização[22] do direito romano-germânico pode ser justificada, também, pelo constitucionalismo pós-guerra e pelo pós-positivismo jurídico (conceitos que serão mais bem abordados no tópico seguinte), que trouxeram a lume a importância da interpretação jurídica para formação e evolução do direito, que não prescinde da observância dos princípios e direitos constitucionalmente assegurados. A corroborar, Luiz Guilherme Marinoni (2016, p. 76) acrescenta:

> A decisão atualmente elabora a norma jurídica a partir dos fundamentos e princípios constitucionais, constituindo a lei, cuja insuficiência ou omissão pode ser suprida pela tutela dos direitos fundamentais, um objeto que está

[22] Expressão utilizada pata demonstrar a tendência à valorização da jurisprudência e sua utilização como fonte de direito no ordenamento jurídico brasileiro.

> sempre a necessitar de atribuição de significado para atender às necessidades do caso.

Em igual sentido, dispõe Hermes Zaneti Jr. (2019, p. 44) que o direito deve ser entendido como uma "engrenagem dinâmica, estabilizada pelas leis constitucionais e a partir da interpretação da constituição dada pelos tribunais." Nessa perspectiva, a utilização dos Precedentes Vinculantes também se justifica, conforme expõe Miguel Reale (2006, p. 169):

> [...] o seu alcance [dos Precedentes] aumenta dia a dia, como decorrência da pletora legislativa, e pela necessidade de ajustar as normas legais cada vez mais genéricas ou tipológicas, com modelos normativos abertos (*standards*) às peculiaridades das relações sociais.

Com fulcro no panorama apresentado, diversas compilações oficiais que publicitam a Jurisprudência pacificada nos Tribunais foram sendo desenvolvidas em países cujo Sistema é originalmente o *Civil Law,* a exemplo do Brasil, Alemanha, Espanha e Itália (DAVID, 1998). Esses repositórios certamente influem no comportamento de toda a sociedade, como também na tomada de decisões e interpretação jurídica realizada pelos órgãos judiciais, que podem se valer dos fundamentos exarados anteriormente em casos semelhantes, propiciando segurança e isonomia aos julgados.

No contexto de aproximação, na Rússia, cujo Sistema Jurídico também é de origem romano-germânica, o papel da Jurisprudência tem aumentado significativamente e, conforme relata Jane Henderson (2016, p. 99), "observa-se um explicito reconhecimento da jurisprudência como fonte de direito" – livre tradução[23]. No mesmo sentido, Eva Steiner (2016, p. 39) retrata que, na França, "apesar da jurisprudência estar subordinada à legislação, seria mais correto dizer que elas se complementam" – livre tradução[24].

O Brasil, por sua vez, também sofreu consideráveis influências da tradição anglo-saxônica. Hermes Zaneti Jr. (2019) remonta essa interação à Constituição da República de 1891 (BRASIL, 1981), que importou o modelo norte-americano de controle de constitucionalidade das leis e atos do poder público – *Judicial Review* – e

---

[23] No original: "*Instead of jurisprudence being subordinate to legislation, it would be more accurate to say that they complement one another*" (HENDERSON, 2016, p .99).

[24] No original: "[…] *case law does have an important role to play, and this role has been increasing*" (STEINER, 2016, p. 39).

a Constituição de 1946 (BRASIL, 1946), que instituiu o monopólio do Poder Judiciário na função jurisdicional, elevando seu *status*, bem como a importância de suas decisões.

Prosseguindo com a gênese da confluência, o mesmo autor trouxe a lume a Emenda Constitucional nº 45/2004 (BRASIL, 2004, s.p.), demonstrando que por meio dessa:

> [...] se deu a recepção mitigada do *stare decisis* como regra de previsibilidade das decisões dos tribunais brasileiros, conferindo maior igualdade, necessária estabilidade ao direito, decorrente das decisões dos órgãos judicantes e fechando um círculo de recepção constitucional começado com a Constituição da República de 1891.

Com o alargamento da função jurisdicional, as decisões judiciais - agora necessariamente harmônicas com os princípios constitucionais - ganharam relevo e, com elas, a Jurisprudência das Cortes. Nessa senda, pôde-se observar a criação paulatina de métodos de Uniformização de Jurisprudência, bem como a incorporação de um Sistema de Precedentes Vinculantes no país, o que tornou o Sistema Jurídico brasileiro cada vez mais híbrido.

Com fulcro no exposto, Marlene T. Fuverki Suguimatsu e Thais Hayashi (2017, p. 4) opinam:

> A tendência de aproximação dos dois sistemas implicou que a jurisprudência nacional passasse a assumir papel de maior relevância na construção e na pacificação dos conflitos decorrentes da vida em sociedade. A utilização dos instrumentos que são típicos da tradição anglo-saxônica ganhou destaque porque as leis brasileiras impuseram e impõem a atuação uniforme das Cortes Judiciárias, principalmente a trabalhista, como uma das formas de se garantir isonomia e segurança jurídica aos cidadãos.

Isso posto, percebe-se que a distinção originária entre os tradicionais Sistemas Jurídicos *Common Law* e *Civil Law* não se faz tão evidente quanto outrora, sendo perceptível a troca de experiências e alterações sistêmicas, que tornam as tradições cada vez mais diversas de suas formas originalmente constituídas.

2.2 Função jurisdicional e interpretação jurídica no Brasil

Perpassada a análise dos principais Sistemas Jurídicos da atualidade e confirmada a confluência entre eles, com crescente valorização da Jurisprudência no

Civil Law - família tradicionalmente observada no Brasil -, faz-se necessário aprofundar o estudo acerca da função jurisdicional e a interpretação jurídica no país, por meio das quais a Jurisprudência floresce.

Montesquieu (2008) já pregava, no século XVII, que em cada Estado haveria três espécies de poderes, a saber, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, sendo a este último atribuída a função de julgar. Os três poderes, que deveriam ser harmônicos, precisariam incorporar um sistema de freios e contrapesos, segundo o qual cada um moderaria os demais.

No Brasil, a Constituição da República de 1891 (BRASIL, 1981) recepcionou referido sistema, extinguindo o quarto poder até então existente, Poder Moderador, por meio do qual o Imperador controlava os demais. A função anteriormente atribuída àquele, de "zelar pela harmonia e equilíbrio entre os poderes políticos, passou a ser atribuída ao Poder Judiciário" (ZANETI JR., 2019, p. 52), sobretudo por meio do *Judicial Review* – entendido como o controle judicial da constitucionalidade das leis e dos atos do poder público[25].

A atual Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) (BRASIL, 1988a) manteve a separação dos poderes, preceituando em seu artigo 2º que os poderes estatais estão divididos em Legislativo, Executivo e Judiciário, cada qual dotado de funções precípuas e subsidiárias, a fim de manterem sua independência e harmonia.

Em relação ao Poder Judiciário, a Carta Cidadã de 1988 preceitua que a função jurisdicional é inderrogável, nos termos do inciso XXXV do art. 5º, que dispõe: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito" (BRASIL, 1988a). O atual Código de Processo Civil, por sua vez, dispõe em seu artigo 140 que "o juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico" (BRASIL, 2015a).

Para Humberto Theodoro Jr. (2009b, p. 37), a função jurisdicional é definida como "a função do Estado de declarar e realizar, de forma prática, a vontade da lei diante de uma situação jurídica controvertida. " José Joaquim Calmon de Passos (2013, p. 60), por sua vez, a define como "aquela que, no centro de poder, assume a tarefa de dirimir os conflitos efetivamente instaurados na convivência social. "

[25] O *Judicial Review* não é realizado apenas por meio do controle de constitucionalidade das leis por parte do Poder Judiciário, mas também por meio do julgado de *habeas corpus*, mandados de segurança, ações coletivas e outros institutos paulatinamente incorporados nas constituições.

Tem-se, pois, a função basilar do Poder Judiciário, que consiste na prestação jurisdicional por meio da aplicação das normas aos casos concretos que lhe são apresentados. Assim, sempre que invocado, por meio de seus magistrados, tem o dever constitucional de prestar a tutela jurisdicional invocada, restabelecendo os direitos violados e fazendo-se sempre respeitar a Constituição Federal. Nesse sentido, "se um caso é apresentado a um juiz, é princípio universal que ele não pode dizer o *non liquet* e escusar-se de julgar" (SILVA, 2004, p.49).

Ao estabelecer que a função primordial do Judiciário é a aplicação das normas ao caso concreto, observando e garantindo sempre a constitucionalidade das leis, imperioso se faz perquirir como essa subsunção deve ser realizada, especificamente porque as leis não são capazes de prever a universalidade de fatos da vida, sendo evidente o surgimento de fenômenos imensuráveis, imprevistos e inexistentes à época de sua criação.

Conforme esclarece Hans Kelsen (2009, p. 171), a "norma jurídica geral é sempre uma simples moldura dentro da qual há de ser produzida a norma jurídica individual. " Dessa forma, a norma tem que se adaptar às mudanças sociais, o que é realizado pela atividade judicante interpretativa que "não cria, mas recria os comandos jurídicos" (SILVA, 2004, p.54).

Nem sempre, porém, se pensou assim. Quando vigia o positivismo jurídico[26], não era conferido ao julgador o direito de interpretar e aferir a compatibilidade das leis com a Constituição e os valores sociais, sendo inerente a função jurisdicional, tão somente, à aplicação restrita do direito positivado. Tal posicionamento decorria da falsa concepção de completude do ordenamento jurídico.

Predominava-se o entendimento de que "[...] a estrutura da decisão judicial era de caráter silogístico, com a premissa maior representada pela norma, a premissa menor representada pelo fato e a conclusão representada pela decisão final" (TARUFFO, 2015, p. 12). Com o tempo, foi se percebendo que essa forma de julgar era insuficiente ante a diversidade dos conflitos das sociedades modernas e a

[26] O positivismo jurídico foi desenvolvido por diversos autores como Jeremy Bentham, John Austin, Herbert Lionel Adolphus Hart e Norberto Bobbio. Entre os seus pilares, o que aqui importa é a concepção de um ordenamento jurídico formado preponderantemente por regras positivadas. Para Norberto Bobbio, o positivismo jurídico "é aquela doutrina segundo a qual não existe outro direito senão o positivo" (BOBBIO, 1995 p.26). Ressalta-se, contudo, que o positivismo jurídico possui outras acepções, não sendo uniforme a sua conceituação - desenvolvida por mais de uma vertente de pensamento, o que, contudo, não carece de aprofundamento neste trabalho.

imperiosa necessidade de conformação das decisões com as normas e princípios constitucionais.

Sob essa nova perspectiva, conforme sustenta Miguel Reale (2006, p. 168), concluiu-se que o "ato de julgar não se reduz a uma atividade passiva diante dos textos legais", mas exige uma postura mais ativa do Poder Judiciário. No mesmo sentido assentiu a doutrina de Tereza Arruda Alvim Wambier (2012, p. 26), segundo a qual:

> A complexidade das sociedades contemporâneas, somada ao acesso à justiça, que se tornou real, já demonstraram com veemência que o direito positivo, pura e simplesmente considerado, não é um instrumento que baste para resolver os problemas que se colocam diante do juiz. Hoje, entende-se que o direito vincula o juiz, mas não a letra da lei, exclusivamente. É a lei interpretada à luz dos princípios jurídicos; é a jurisprudência, a doutrina: estes são os elementos do sistema ou do ordenamento jurídico. Deles, deste conjunto, emergem as regras que o jurisdicionado tem que seguir.

Essa concepção ganhou mais força após a Segunda Guerra Mundial (1945), quando o mundo assistiu ao desenvolvimento de movimentos constitucionalistas que ascenderam à força normativa e aos valores constitucionais nos ordenamentos jurídicos[27]. A partir das novas Constituições, buscou-se consolidar os direitos fundamentais e o papel do Estado em garanti-los, o que corroborado pela própria concepção de constitucionalismo, identificada como "a teoria (ou ideologia) que ergue o princípio do governo limitado indispensável à garantia dos direitos em dimensão estruturante da organização político-social de uma comunidade" (CANOTILHO, 2003, p. 51).

No Brasil, Luiz Roberto Barroso (2005) relata que a Constituição de 1988 foi responsável pela travessia do país de um regime autoritário para o Estado Democrático de Direito, denominado também como Estado Democrático Constitucional[28]. Esse novo período, conhecido como Constitucionalismo

[27] Muitos países modificaram suas constituições após a 2ª Guerra Mundial, a exemplo do Peru e Venezuela, em 1947, Nicarágua e México, em 1948, França, em 1946, Itália, em 1947, Bulgária, em 1948, e Alemanha, em 1949, entre outros.

[28] Para Hermes Zaneti Jr. (2019), o Estado Democrático Constitucional "é a junção do Direito Constitucional e da democracia, ou seja, um Estado de Direito no qual os direitos fundamentais individuais e coletivos exercem o papel contramajoritário e no qual a lei e os atos dos poderes públicos estão submetidos à constituição" (ZANETI JR., 2019, p. 67).

Contemporâneo[29] ou (neo)constitucionalismo, é marcado pela supremacia da Constituição e pela positivação de direito fundamentais[30] assegurados pelo Estado.

Concomitantemente, emergiu como marco filosófico o pós-positivismo[31], que consagra o princípio da supremacia das Constituições, segundo o qual "as leis só serão válidas se guardarem consonância com as regras e, principalmente, com os princípios constitucionais, cabendo ao juiz o dever de verificar, sempre, essa compatibilidade vertical" (PIMENTA, 2015, p. 115-116). Nessa perspectiva, sustenta Vicente de Paula Maciel Júnior (1994) que as normas constitucionais devem ser utilizadas como importantes parâmetros de conduta, não podendo ser trespassadas.

De acordo com Paulo Bonavides (2011, p. 264), o pós-positivismo é marcado pela "hegemonia axiológica dos princípios, convertidos em pedestal sobre o qual assente todo o edifício jurídico dos novos sistemas constitucionais. " A partir de então, os princípios passaram a estar cada vez mais presentes nas Constituições, assumindo um caráter normativo até então inexistente.

Em face do exposto, alterou-se sobremaneira a atividade judicante, uma vez que a interpretação normativa passou a encontrar limites na Constituição e na base principiológica nela insculpida[32], introduzindo-se, pois, uma hermenêutica constitucional.

Nas palavras de Luiz Guilherme Marinoni (2016, p. 37), "o juiz deixa de ser um servo da lei e assume o dever de dimensioná-la na medida dos direitos positivados na Constituição". Em igual sentido, Lucas Buril de Macêdo (2019, p. 143) preleciona:

> [...] reforça-se a necessidade de uma metodologia diferente da dedutiva, impondo-se uma prática mais argumentativa, direcionada ao balanceamento dos princípios e valores para solução mais justa dos casos concretos e suas singularidades. [...] As características apontadas reforçam o papel dos juízes no Direito, eis que o trabalho Judiciário passa a ser considerado essencial para o equilíbrio e fechamento do sistema.

---

[29] Expressão utilizada por Luigi Ferrajoli (*apud* ZANETI JR., 2019, p. 11).

[30] Para José Afonso da Silva, os Direitos Fundamentais são compreendidos como princípios que resumem a concepção do mundo e informam a ideologia política de cada ordenamento jurídico, designando, no nível do direito positivo, as prerrogativas e instituições relativas a uma vida digna, livre e igual para todas as pessoas (SILVA, 2010. p. 178).

[31] Segundo Luiz Roberto Barroso, "o pós-positivismo busca ir além da legalidade estrita, mas não despreza o direito posto; procura empreender uma leitura moral do Direito, mas sem recorrer a categorias metafísicas. A interpretação e aplicação do ordenamento jurídico hão de ser inspiradas por uma teoria de justiça, mas não podem comportar voluntarismos ou personalismos, sobretudo os judiciais" (BARROSO, 2005).

[32] Gabriela Neves Delgado diferencia princípios e regras, mas considera ambos como sendo normas jurídicas, nos seguintes termos: "[...] são normas em sentido estrito, aplicáveis objetivamente em determinadas situações fáticas reguladas pelo Direito. Os princípios, em contrapartida, são normas genéricas e, portanto, basilares ao sistema jurídico" (DELGADO, 2006, p. 108).

Nesse contexto, emergiu também a necessidade de um processo constitucionalizado, indispensável diante dos novos contornos da atividade jurisdicional, que não prescinde de um olhar atento à constitucionalidade das normas (BARACHO, 1984), bem como da observância à efetiva atividade discursiva dos sujeitos do processo, também responsáveis pela efetiva construção normativa (LEAL, 2008).

Ainda no contexto pós-positivista, diante das abrutas modificações na sociedade e da multiplicidade de novos conflitos sociais não abrangidos integralmente pelas legislações[33], assistiu-se a uma alteração nas técnicas legislativas, que passaram a se valer, cada vez mais, de "cláusulas gerais"[34] e "conceitos vagos e indeterminados"[35] em seus textos. Nas palavras de José Carlos Barbosa Moreira (1988, p. 64):

> Recorre então o legislador ao expediente de fornecer simples indicações de ordem genérica, dizendo o bastante para tornar claro o que lhe parece essencial, e deixando ao aplicador da norma, no momento da subsunção - quer dizer, quando lhe caiba determinar se o fato singular e concreto que se defronta corresponde ou não ao modelo abstrato -, o cuidado de preencher claros, de cobrir os “espaços em branco”.

Trata-se, evidentemente, de um mecanismo legislativo proposital que, ao não exaurir a integralidade de hipóteses fáticas existentes, abre espaço para a “oxigenação normativa”[36] ou para a inclusão de “poros por meio dos quais a realidade social pode penetrar” (PIMENTA, 2016, p. 193), o que também permite a mais ampla interpretação jurídica.

---

[33] Conforme ressalta Vitor Salino de Moura Eça, as lacunas existentes na legislação não importam apenas a ausência específica de normas, sendo perceptível, muitas vezes, lacunas ontológicas, decorrente falta de sintonia das normas vigentes com o ordenamento jurídico, assim como lacunas axiológicas, decorrentes de normas cuja aplicação revela-se injusta ou insatisfatória, o que invoca os magistrados a buscarem a integração sistêmica, com fulcro no diálogo de fontes (EÇA, 2019, p. 30-31).

[34] Para Luiz Guilherme Marinoni (2016), cláusulas gerais são aquelas “[...] destinadas a permitir ao juiz considerar circunstâncias não normatizadas para dar solução adequada aos casos concretos” [...] a técnica das cláusulas gerais, peculiar aos códigos da contemporaneidade, funda-se na premissa de que a lei pode ser apenas elemento que colabora para construção judicial do direito (MARINONI, 2016, p. 116-117).

[35] Para José Carlos Barbosa Moreira (1988, p. 64) conceitos jurídicos indeterminados são “[...] palavras ou expressões de sentido impreciso”. Ressalta, nesse sentido, que “nem sempre convém, e as vezes é impossível, que a lei delimite com traço de absoluta nitidez os campos de incidência de uma regra jurídica”.

[36] Expressão utilizada por Ravi Medeiros Peixoto (2018, p. 38).

Certo é que as cláusulas gerais, por si sós, não dão respostas aos fatos, mas, por meio da atividade judicante e da Jurisprudência desenvolvida, o texto legal vai sendo integrado, a fim de melhor se adaptar aos fatos da vida, propiciando decisões mais justas e adequadas.

Henri De Page afirma que "[...] a lei é uma roupa feita que serve a todos porque não assenta bem em ninguém" (DE PAGE *apud* CASSAR, 2017). Na mesma linha é o pensamento de Sérgio Sérvulo da Cunha (1995, p. 145), segundo o qual "toda lei nova é como um sapato novo que vai se amoldando ao pé através das variadas interpretações". Ao refletir sobre essas afirmativas, e considerando as lacunas nas leis, é possível perceber o quão importante são os novos contornos da função jurisdicional, pois cabe ao juiz, exatamente, ajustar essa "nova vestimenta" de maneira particular e da forma mais justa e isonômica para cada caso.

Luiz Roberto Barroso (2005) sustenta que, "como a solução não se encontra integralmente no enunciado normativo, sua função não poderá limitar-se à revelação do que lá se contém; ele terá de ir além, integrando o comando normativo com sua própria avaliação". Igual é o entendimento exarado por Vicente de Paula Maciel Júnior (1994, p. 162), para quem:

> A adequação da lei aos novos valores que mudam na sociedade se dá exatamente em virtude da possibilidade de o Juiz interpretar a norma à luz dos novos fatos, fazendo uma releitura de seus termos em face das necessidades atuais da comunidade.

Assim, tendo em vista que as legislações nem sempre conseguem se fazer claras e completas em razão da impossibilidade de completude do ordenamento jurídico, não há como se exigir que a interpretação jurídica se limite à declaração da lei e sua estrita subsunção ao caso concreto, pois a decisão judicial é, em sua última análise, a própria norma jurídica.

Esse é também o posicionamento sustentado por Hermes Zaneti Jr. (2019), para quem as normas não coincidem com os textos, mas são frutos da interpretação de diversos dispositivos do ordenamento jurídico, somente adquirindo seu significado quando individualizas e aplicadas pelo intérprete.

Consolidou-se, assim, a imperiosa necessidade de interpretação jurídica à luz da Constituição Federal e seus princípios, bem como a aplicação do diálogo de

fontes[37], que inclui também a análise das normas internacionais que tutelam Direitos Humanos, a fim de propiciar a mais justa prestação jurisdicional. Nas palavras de Carlos Maximiliano (1996, p. 59):

> O magistrado não procede como insensível e frio aplicador mecânico de dispositivos; porém como órgão de aperfeiçoamento destes, intermediário entre a letra morta dos Códigos e a vida real, apto a plasmar, com a matéria prima da lei, uma obra de elegância moral e útil a sociedade.

Para concretização da amplitude interpretativa, preceitua a LINDB (BRASIL, 1942), em seus artigos 4º e 5º, que "quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito"; e que "na aplicação da lei, o Juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum".

Ampliando-se o rol de fontes, o art. 8º, *caput,* da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (BRASIL, 1943) incluiu a jurisprudência, a equidade e o direito comparado como fontes integradoras das leis. O CPC de 2015 (BRASIL, 2015a) também traz diversos dispositivos em que se admite o julgamento com base na Jurisprudência e em Precedentes[38].

Pertinente, ainda, a observância às normas internacionais que consagram Direitos Humanos aplicáveis ao ordenamento nacional, seja por conta de sua internalização via Constituição Federal, seja por constituírem *jus cogens*, isso é, caráter vinculante, imperativo, peremptório, que equivale à ordem pública internacional[39].

Assim, o olhar do juiz a partir do direito posto e das demais fontes de direito é que irá, por meio de métodos hermenêuticos juridicamente aceitos - como a

---

[37] Nas palavras de Erick Jayme, estudioso da teoria do diálogo de fontes, traduzido por sua orientanda Cláudia Lima Marques, "os direitos do homem, as constituições, as convenções internacionais, os sistemas nacionais: todas estas fontes não mais se excluem mutuamente; elas conversam uma com a outra. Os juízes são necessários para coordenar estas fontes, escutando o que elas dizem" (JAYME *apud* MARQUES, 2012, p. 40).

[38] A título exemplificativo têm-se os artigos 926, 927, incisos V e VI do parágrafo primeiro do art.489, do CPC (BRASIL, 2015a), que serão mais bem explorados em tópico próprio.

[39] A internalização dos Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro dá-se, principalmente, pela formalização, na Constituição Federal que, como já dito, reconhece a dignidade da pessoa humana como fundamentos da República Federativa do Brasil (inciso V do art.1). Ademais, a CRFB/88 (BRASIL, 1988a) consagrou de maneira expressa ou implícita praticamente os principais Direitos Humanos previstos nos principais tratados internacionais existentes ao tempo da sua edição. Dispõe, ainda, sobre a prevalência dos Direitos Humanos, aplicabilidade imediata e observância dos tratados que o Brasil figura como parte, conforme pode se aferir na leitura do inciso II do art. 4º e parágrafo segundo do art. 5º.

interpretação literal, gramatical, histórica, teleológica, sistemática, constitucional dentre outras -, revelar a norma aplicável ao caso concreto, que também deve ser bem delineado.

Ao se deparar com lacunas ou omissões da lei, os magistrados têm, pois, a prerrogativa legal de integrá-la por outras fontes, delimitando sua aplicação, a fim de alcançar a mais escorreita prestação jurisdicional. A proposta lançada por Vitor Salino de Moura Eça (2016) é de que cabe aos magistrados:

> [...] eleger a norma aplicável a partir de argumentação lógico-normativa, ou seja, partindo de um ideal de justiça consagrado em determinado sistema normativo, o julgador busca no sistema positivado aquela mais apropriada. E se não a encontrar, volta sua pesquisa ao conjunto normativo, ficando autorizado a decidir segundo a principiologia axiológica (EÇA, 2016, p. 38).

Em sentido semelhante sustenta Fábio Victor da Fonte Monnerat (2012, p. 372) que:

> [...] não basta aplicar a mesma lei. A lei deve ser aplicada da mesma forma, com o mesmo sentido e a mesma interpretação, o que significa dizer que a lei deve ser aplicada tendo em vista não apenas o seu texto, como também o entendimento que tem a doutrina em especial, a jurisprudência.

Ante o exposto e diferentemente das críticas acerca da possível usurpação da função legislativa pelo Poder Judiciário[40], sustenta-se que, apesar de muitas vezes a função judicante parecer inventiva, esta jamais pode ser confundida com a criação legislativa.

Efetivamente, o que ocorre é a aplicação de técnicas interpretativas aptas a ampliar ou restringir a norma posta, conforme as circunstâncias e lacunas eventualmente existentes, objetivando, sempre, a mais justa e eficiente prestação jurisdicional. Consoante dispõe Carlos Maximiliano (1996, p. 80), a Jurisprudência "não cria, reconhece o que existe; não formula, descobre e revela o preceito em vigor e adaptável à espécie". Assim também se posiciona Cesar Zucatti Pritsch (2018, p. 71):

> [...] O Legislativo faz lei abstrata, o Judiciário produz decisões que têm força de lei nos respectivos casos concretos, ainda que indiretamente provoquem a adesão futura de outros juízes, quando diante de casos idênticos. [...] O fato de ambos, Legislativo e Judiciário, decidirem algo que terá que ser observado

[40] Para Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery, a utilização equivocada da jurisprudência uniformizada e dos precedentes judiciais vinculantes pode ensejar resultados não esperados, a exemplo de uma exagerada aproximação das funções judicial e legislativa (NERY JR; NERY, 2015).

> no futuro não faz com que a função se confunda com a outra, sendo sua marcante diferença a existência de um litígio concreto que é o foco principal da decisão do julgador, sendo o efeito futuro de tal decisão apenas uma consequência indireta do dever de integridade e coerência da jurisprudência.

Também não há que se falar que a interpretação jurídica afronta o Princípio da Legalidade – inciso II do art. 5º da CRFB, uma vez que as leis não são ignoradas, mas contextualizadas à luz da história e da experiência dos tribunais, de forma a se ajustarem para reger a realidade (SILVA, 2004, p. 69).

Sustenta-se, ainda, que a própria concepção do Princípio da Legalidade se alterou ao longo da história, sendo evidente a ampliação do alcance da legalidade, que deve garantir a observância de todo o Sistema Jurídico, não se limitando apenas às leis positivadas. Nesse viés, Tereza Arruda Alvim Wambier (2012, p. 27-28) comenta:

> [...] o princípio da legalidade, que chegou a significar o apego quase que exclusivo à letra da lei, hoje significa, num dos seus sentidos, que o juiz deve decidir de acordo com o sistema jurídico. E se sabe que a doutrina, jurisprudência, princípios jurídicos podem, sim, fazer com que a norma, que tem de ser seguida, em muito se afaste da literalidade do dispositivo legal correspondente.

Sob outra perspectiva, Hermes Zaneti Jr. (2019) ressalta que, ainda que uma lei exista formalmente no ordenamento jurídico, esta pode ser considerada inválida por estar em dissonância com a Constituição Federal. Assim, impossível à análise do Princípio da Legalidade sem a devida observância às alterações advindas do constitucionalismo e da amplitude da função jurisdicional nos dias de atuais.

Conclui José Roberto Freire Pimenta (2015, p. 114) que:

> [...] o juiz dos dias atuais [...] não é e nem pode ser o juiz do Estado Liberal de Direito, construído a partir das concepções e dogmas nascidos da Revolução Francesa. Ele é, hoje, um juiz concretizador da Constituição e do Estado Democrático de Direito, que tem que aplicar diretamente as normas constitucionais definidoras dos direitos e garantias fundamentais e que, ao aplicar as leis, tem que partir das normas constitucionais (em boa parte normas-princípio) dotadas de maior generalidade e abstração que as normas regra do período liberal das codificações, tendo, cada vez mais, que preencher as cláusulas gerais e os conceitos jurídicos indeterminados presentes nas próprias normas infraconstitucionais, ao decidir cada caso concreto à luz das circunstâncias fáticas a ele peculiares. Em suma, o novo juiz passa a ocupar papel de especial relevância dentro do Estado Constitucional e Democrático de Direito e, ademais, a ele caberá a função de adequar a lei ao caso concreto, humanizando o seu preceito genérico e impessoal.

Isso posto, tem-se que a função jurisdicional exerce papel de estrema relevância no Estado Democrático de Direito, sendo certo que, por meio da atividade interpretativa, é possível subsumir a integralidade do ordenamento jurídico ao caso concreto, de maneira sempre atenta à Constituição Federal, aos direitos fundamentais e aos princípios nela insculpidos.

Consagra-se, pois, a figura metafórica do Juiz Hércules proposto por Ronald Dworkin, devendo o julgador adotar uma postura hermenêutica, por meio da qual seja possível o melhor julgamento do caso concreto. Para tanto, deve o magistrado reconhecer o direito como produto de uma análise ampla do ordenamento jurídico, das peculiaridades, provas e argumentos trazidos no bojo do processo (DWORKIN, 2007)[41].

Por meio dos novos contornos atribuídos à função jurisdicional e interpretação jurídica é possível sustentar que a prestação jurisdicional tende a ser mais justa, adequada e condizente com a integridade do direito, o que, em última análise, propicia a mais efetiva consecução dos direitos violados.

2.3 Jurisprudência como fonte de direito no Brasil

As fontes do direito e seu estudo são de suma importância para seus operadores, uma vez que representam “elementos geradores do direito ou os elementos de onde deriva o direito” (RIZARDO, 2003, p. 37) a ser aplicado aos casos concretos *sub judice.*

Posteriormente aos costumes, que certamente foram as primeiras fontes historicamente utilizadas, os ordenamentos ao redor do mundo estabeleceram novas formas de construção do direito, o que pôde ser analisado no tópico 2.1 deste trabalho, que dissertou acerca dos principais Sistemas Jurídicos e suas fontes preponderantes, a saber, a lei e a Jurisprudência.

Conforme aprofundado no tópico anterior, embora o Sistema Jurídico brasileiro tenha se desenvolvido partindo da lei como fonte de excelência, a atividade jurisdicional e a Jurisprudência ganharam tônus nas últimas décadas, modificando-o.

---

[41] Conforme fundamentos exarados por André Frederico de Sena Horta, Dierle Nunes e Flávio Quinaud Pedron (2017, p. 349), o Juiz Hércules deve se valer do “[...] devido processo constitucional, comparando suas possíveis decisões com as decisões proferidas pelos demais juízes, a fim de verificar qual decisão melhor se ajusta a essa história, considerando os fatos ocorridos no processo em julgamento. ”

Hoje, espera-se que uma decisão judicial materialize o resultado de um trabalho interpretativo atento à integralidade do ordenamento jurídico, donde se inclui a Jurisprudência existente acerca do caso *sub judice*, restando evidente que "a sentença não é um produto mecânico da lei" (CUNHA, 1995, p.143).

Nesse cenário, a Jurisprudência construída por meio da atividade jurisdicional - e aqui se entende Jurisprudência como o conjunto de decisões acerca de uma temática, independentemente da confluência de posicionamentos dessas - representa os posicionamentos mais apurados dos institutos legais, atenta às peculiaridades dos casos concretos e às particularidades dos novos tempos.

Nas lições de Paulo Nader (2007, p. 106):

> O importante é que não se perca de vista que o Direito de cada povo é a sua ordem jurídica, que não se identifica com a soma dos códigos e leis, mas com o conjunto harmônico e sistemático de normas e que a sua autoria compreende a elaboração legislativa e os valiosos suplementos do judiciário, tanto com a definição de constitucionalidade, processos integrativos e tarefas hermenêuticas.

Pode-se dizer, portanto, que a Jurisprudência, independentemente de seu aspecto persuasivo ou vinculante, tornou-se, com o tempo, uma importante fonte de direito, que jamais pode ser ignorada pelos julgadores, sobretudo quando esses se deparam com casos análogos aos já decididos anteriormente ou com as lacunas existentes na legislação, que impossibilitam a aplicação estrita do direito positivado. Nas palavras de José Anchieta da Silva (1998, p. 45), "a jurisprudência, que também é fonte de direito, é o cadinho onde o direito se alimenta e se retempera, em permanente ebulição [...] é o sal da lei".

Nessa acepção, princípios como a igualdade e a segurança jurídica também ganham relevo, podendo se defender que a previsibilidade jurídica não mais decorre apenas do conhecimento prévio das leis positivadas, mas também da antevisão quanto ao posicionamento judicial sobre determinados temas (MARINONI, 2016).

Malgrado o exposto, não há que se olvidar a importância e predominância da lei como fonte primária em nosso ordenamento jurídico, contudo, é inevitável a conclusão acerca do importante papel desempenhado pela Jurisprudência, a relevância de seu estudo, bem como a sua observância como fonte de direito.

Conforme a doutrina de Elpídio Donizetti (2015, p. 4):

> Em que pese a lei ainda ser considerada como fonte primária do Direito, não é possível conceber um Estado exclusivamente legalista. Seja porque a sociedade passa por constantes modificações (culturais, sociais, políticas, econômicas, etc.) que não são acompanhadas pelo legislador, seja porque este nunca será capaz de prever solução para todas as situações concretas e futuras submetidas à apreciação judicial, não se pode admitir um ordenamento dissociado de qualquer interpretação jurisdicional.

Inserido no âmbito da Jurisprudência, mas sem com ela se confundir, o Precedente Judicial, que será mais bem explorado no capítulo 4, pode ser igualmente considerado uma fonte de direito[42], justamente por refletir o trabalho interpretativo dos magistrados, na busca por uma solução mais justa para o caso concreto. Nessa perspectiva, decisões judiciais frutos dessa construção, por óbvio, devem ser consideradas como ferramentas disponíveis aos julgadores, principalmente por identificar uma visão mais estabilizada do direito, e possuir caráter vinculante[43], o que é corroborado por José Roberto Freire Pimenta (2016, p.197), ao sustentar que:

> [...] a decisão judicial que configura um *Precedente* ou o conjunto de decisões judiciais em determinado sentido predominante, proferidas pelos Tribunais constitucionalmente competentes para firmar a *melhor interpretação* para determinada norma constitucional ou legal que se aplica a certa *questão de direito*, torna-se, sim, *fonte primária do direito*.

Como já fundamentado, também não há como prosperar alegações no sentido de que a admissão dos Precedentes como fonte de direito violaria a separação dos poderes e legitimaria a criação legislativa pelos magistrados. Isso porque, assim como a Jurisprudência *latu sensu*, os Precedentes Judiciais também não constituem criações legislativas de normas gerais e abstratas, mas são frutos de uma visão apurada do ordenamento jurídico, em consonância com a Constituição Federal e o caso concreto levado a juízo. A esse respeito, esclarece Hermes Zaneti Jr. (2019, p. 339) que:

> A norma-lei é geral e abstrata, a norma-precedente é geral e concreta, pois vinculada aos fatos materiais que estão na origem da *ratio decidendi* do precedente e que precisam ser confrontadas e analisadas à luz dos fatos do caso-futuro para a verificação da equivalência de fundamentos determinantes, e o juízo de *fit* (adequação) entre os fatos e a solução jurídica do caso precedente e os fatos e a solução jurídica do caso-atual.

---

[42] "Os precedentes judiciais precisam ser compreendidos adequadamente como uma *fonte de direito*, que dá espaço para uma ou mais normas (*rationes decidendi*), e não como instrumentos de outorga de poder criativo aos juízes (MACÊDO, 2014, p. 3). "

[43] O caráter vinculante dos precedentes ou *Stare Decisis* aplicável ao ordenamento brasileiro após o advento do Código de Processo Civil de 2015 será mais bem explorado em tópico específico, a saber, 4.3.

O posicionamento firmado é também ratificado por Cesar Zucatti Pritsch (2018, p. 149), para quem:

> Embora tanto a lei quanto o precedente tenham sua gênese provocada por situações fáticas do mundo real, o precedente nunca se torna abstrato, nunca perde a sua natureza de solução dada a um determinado problema fático concreto, dentro dos limites fáticos ou objetivos de uma lide. A aplicação do precedente é a mera repetição, por juízes, da solução dada a um caso idêntico ou suficientemente similar. [...] os precedentes não vinculam em abstrato (como uma lei), mas apenas em seu estrito contexto fático.

Não restam dúvidas quanto à importância da Jurisprudência no ordenamento jurídico brasileiro, pois, sendo essa fruto da atividade jurisdicional interpretativa, constitui uma fonte integradora do direito, atenta à realidade oscilante em que se vive. Objetivamente, "[...] as decisões judiciais são fontes jurídicas. Não criam, mas recriam a lei, acrescentando-lhe a camada histórica, que provém dos julgamentos e da experiência dos tribunais" (SILVA, 2004, p. 69).

Nessa senda, diversos dispositivos legais e constitucionais foram paulatinamente inseridos no ordenamento jurídico, trazendo a lume o importante papel das decisões judiciais e a força normativa da Jurisprudência, a exemplo do art. 102 da CRFB (BRASIL, 1988a), artigos 926 e 927 do CPC (BRASIL, 2015a), art. 8º, *caput* da CLT (BRASIL, 1943), que serão explorados nos capítulos seguintes.

Considerando que o próprio legislador referiu a Jurisprudência como fonte e reconheceu a força vinculante das decisões e institutos que classificou como sendo Precedentes Judiciais, inegavelmente a Jurisprudência foi elevada a fonte de direito, o que não prescinde do amadurecimento da cultura jurídica nacional, que precisa se habituar a operar nesse novo e híbrido sistema.

A construção judicial como fonte promove, também, mais garantia de efetividade dos direitos fundamentais constitucionalmente estabelecidos, cuja consecução não pode ficar adstrita apenas ao legislador infraconstitucional.

A efetividade desses direitos constitucionalmente previstos, onde se incluem os direitos sociais trabalhistas, deve sempre ser perseguida, fazendo-se necessário um esforço conjunto de vários atores sociais no que diz respeito à sua efetivação.

Nesse sentido, por meio da atividade judicante e integrativa do direito e a valorização da Jurisprudência como fonte, evidencia-se uma colaboração entre os poderes, cujo fim é a mais correta garantia dos direitos fundamentais.

Ante o exposto, a Jurisprudência como fonte de direito se mostra como um mecanismo hábil a propiciar decisões judiciais mais justas, o que contribui para a efetivação dos direitos assegurados e para a reconstrução da ordem jurídica, muitas vezes abalada por alterações legislativas nem sempre atentas aos preceitos constitucionais e aos valores perseguidos.

Apesar disso, ao se ampliar a margem interpretativa dos magistrados e valorizar a Jurisprudência como fonte, alarga-se, igualmente, a possibilidade de divergência na solução de casos iguais, o que pode provocar considerável insegurança. Contudo, em um Estado Democrático de Direito que se vale de um modelo constitucional de processo, não se pode mais admitir que a decisão judicial seja "um produto volitivo subjetivo da inteligência de um único intérprete do ordenamento jurídico e da Constituição" (BARROS, 2008, p. 132), sendo fundamental a uniformização da interpretação jurídica.

Sob essa perspectiva, o próximo capítulo pretende explorar a patente necessidade de estabilização, coerência e integridade da Jurisprudência nacional, a fim se de propiciar segurança jurídica e isonomia, princípios constitucionais amplamente desejáveis.

3 ESTABILIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Perpassada a análise acerca da relevância da Jurisprudência no ordenamento jurídico brasileiro e sua inevitável utilização como fonte de direito, o presente capítulo objetiva trazer a lume questões relacionadas à imperiosa necessidade de sua estabilização.

Para tanto, será realizada, no primeiro momento, uma delimitação conceitual, a fim de propiciar melhor compreensão dos institutos relacionados à Jurisprudência e a produção normativa pelo Poder Judiciário, a saber: Súmula, Jurisprudência e Precedentes, que não podem ser confundidos. Ato contínuo, os princípios da segurança jurídica e isonomia serão invocados, por serem considerados inerentes e fundamentais à estabilização decisória.

A partir de então será possível fazer uma digressão acerca métodos de Uniformização de Jurisprudência desenvolvidos no país ao longo dos anos, com destaque específico para aqueles direcionados à estabilização jurisprudencial trabalhista até o advento da Lei n.º 13.015/2014 e da Lei n.º 13.105/2015, marco da positivação de um Sistema de Precedentes Vinculantes no país.

3.1 Delimitação de conceitos: Súmula x Jurisprudência x Precedentes

Inicialmente, retomando a conceituação apresentada no início do capítulo 2, o presente trabalho vale-se do conceito de Jurisprudência como sendo fruto da atividade jurisdicional do Estado, representada pelo conjunto de julgados proferidos pelos órgãos judiciários, donde é possível aferir como as questões a eles submetidas vêm sendo apreciadas em determinado período temporal, independentemente da hegemonia dos posicionamentos.

Lado outro, a concepção de Jurisprudência é compreendida por muitos juristas de maneira mais restrita, direcionada, tão somente, para o conjunto de decisões harmônicas e reiteradamente proferidas pelos Tribunais, o que é corroborado por Fábio Victor da Fonte Monnerat (2012, p. 345). O autor a caracteriza como um “conjunto de decisões reiteradas sobre uma mesma matéria proferidas por tribunais, sempre, em maior ou menor medida, exercendo algum papel mais ou menos relevante no sistema jurídico. ” Assim, para alguns juristas, a expressão Jurisprudência

equivale-se ao que este trabalho compreende por Jurisprudência uniforme, majoritária ou pacificada.

Estabelece-se, pois, a Jurisprudência como gênero, dentro do qual podem existir institutos frutos da sua estabilização no tempo e no espaço, sendo todos esses elevados, nos dias de hoje, e na realidade brasileira, a fontes de direito.

Considerando que se almeja cada vez mais a estabilização jurisprudencial, a fim de propiciar a isonomia dos julgados e a segurança jurídica - o que será mais bem explorado no tópico seguinte -, ganha relevo o estudo dos institutos frutos de mecanismos de Uniformização de Jurisprudência[44], a exemplo das Súmulas e dos Precedentes Vinculantes, que não podem ser confundidos.

Instituída no ordenamento jurídico brasileiro pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no ano de 1963, a Súmula pode ser compreendida como a concretização da jurisprudência uniformizada acerca de um tema, que é sintetizada por meio de um verbete, que não se confunde com a Jurisprudência propriamente dita.

Quando de sua criação, dado o elevado número de processos versando sobre matérias idênticas, a Corte Suprema brasileira entendeu por bem publicar oficialmente esses verbetes, que deveriam ser capazes de expor, de maneira simplificada, o seu posicionamento dominante acerca de determinada questão.

Dessa forma, consoante define um de seus criadores, o ex-Ministro Vitor Nunes Leal (1981, p. 2), o instituto foi criado como "método destinado a ordenar e facilitar a tarefa judicante", representando, pois, os resultados pacificados das interpretações das leis pela Corte.

Nesse sentido, a fim de formalizar a Jurisprudência dominante de determinado Tribunal, verbetes denominados Súmulas foram sendo editados pelas Cortes brasileiras, a fim de facilitar o julgamento de novos processos que versassem sobre o tema já pacificado, com o intuito de propiciar não apenas a isonomia dos julgamentos, como também a celeridade processual.

Isso posto, pode-se dizer que as Súmulas são produto de um método de Uniformização de Jurisprudência, sendo "termo final de um longo processo de amadurecimento e refinamento da Jurisprudência, sempre voltado à análise dos

[44] Conforme assente na doutrina de Antônio Álvares da Silva, "o Direito cria mecanismos de uniformização, pois a sociedade não precisa apenas da lei, mas de segurança e dos efeitos pedagógicos que sua aplicação uniforme reproduzem" (SILVA, 2004, p. 77). Nesse sentido, têm-se as Súmulas e Precedentes Vinculantes como frutos dos métodos de Uniformização de Jurisprudência.

múltiplos casos concretos sobre determinado tema, que ocuparam, por muito tempo, os canais do Poder Judiciário" (WOLKART, 2012, p. 293).

Em igual sentido, conclui Alexandre de Souza Agra Belmonte (2014, p. 14) que:

> Súmulas são, portanto, os verbetes que, atendidos os requisitos para a respectiva edição, resumem a jurisprudência majoritária e consolidada dos Tribunais, na interpretação e aplicação do direito aos casos concretos que envolvem o mesmo tema.

Certo é que as Súmulas fazem parte da realidade brasileira, sendo reiteradamente editadas ao longo dos anos por diversos Tribunais, a fim de fixarem o seu posicionamento sobre determinados temas[45]. Embora, originalmente, não exerçam efeito vinculante[46], certamente desempenham papel persuasivo.

Sob essa perspectiva, sua importância é reconhecida tanto pelos magistrados - que muitas vezes julgam em convergência com o entendimento majoritário de sua Corte ou daquela a quem estão submetidos -, quanto pelos jurisdicionados, que podem pautar suas ações de acordo com o direito ditado pelos tribunais, proporcionando a legítima expectativa.

O Precedente Judicial, por sua vez, é um instituto originário do Direito inglês, que pode ser conceituado como uma "decisão judicial tomada à luz de um caso concreto, cujo núcleo essencial pode servir como diretriz para o julgamento posterior de casos análogos" (BRAGA; DIDIER JR.; OLIVEIRA, 2016, p. 427).

Tem-se, pois, que o Precedente não se confunde com o resultado da decisão judicial, tampouco com um verbete sumulado, mas com a integralidade do ato decisório (DIDIER JR.; MACÊDO, 2014), cujo fundamento dominante, ou *Ratio Decidendi,* pode ser extraído e vinculará julgamentos de casos futuros equivalentes.

Ressalta-se que os Precedentes Judiciais, apesar de analisarem os fatos e circunstâncias de determinado caso *sub judice*, apenas vincularão processos futuros quanto à matéria de direito efetivamente decidida, o que no Direito anglo-saxão é denominado *point of law*, ou ponto da lei – tradução nossa. Tal fato se dá, pois, cada

---

[45] Ao longo dos últimos 56 anos o Supremo Tribunal Federal editou 736 Súmulas (BRASIL, 2019f). O STJ, por sua vez, editou 629 Súmulas desde 1990 (STJ, 2019h). Desde 1969 o TST editou 463 Súmulas (BRASIL, 2019s).

[46] Será retomada a análise das súmulas sob a perspectiva do Código de Processo Civil de 2015, no tópico 6.2.

novo caso levado a julgamento traz fatos específicos que o individualizam, sendo vinculantes, pois, apenas as questões de direito a ele atinentes[47].

Obtempera-se que, diferentemente do *Common Law* inglês, em que toda decisão judicial constitui um precedente, cuja *Ratio* possui natureza vinculante, no Brasil, com o advento do CPC de 2015, apenas a determinadas decisões judiciais, provenientes de métodos específicos de julgamento e Uniformização de Jurisprudência, foi atribuído o caráter vinculativo, o que se denominou "Microssistema de formação concentrada de Precedentes Vinculantes" e será aprofundado oportunamente.

Pode-se concluir, dessa forma, que as Súmulas e os Precedentes Judiciais no Brasil são espécies do gênero Jurisprudência e consubstanciam a estabilização jurisprudencial de determinado Tribunal, sendo a sua prolação fruto dessa uniformização[48].

Especificamente quanto aos Precedentes Judiciais Vinculantes[49], concluiu-se que, além de concretizarem a Jurisprudência uniforme de determinado órgão, pois “só há precedente quando o fundamento (não apenas o resultado) for compartilhado pela maioria dos membros do colegiado” (MARINONI, 2015, p. 158), após a sua prolação e divulgação, esses também se prestam como mecanismos mantenedores da estabilidade jurisprudencial do Tribunal que o prolatou, dado o seu caráter vinculante.

No entanto, a criação e utilização dos Precedentes Judiciais como fonte de direito se diferencia, consideravelmente, da forma como são criadas e aplicadas as Súmulas até então existentes no Sistema Jurídico brasileiro.

Enquanto as Súmulas, assim como as leis, estão concretizadas em enunciados genéricos, não atrelados às peculiaridades de algum caso ou processo específico, representando, basicamente, a conclusão da Corte sobre determinada temática, o Precedente Judicial possui consideravelmente mais amplitude.

Especificamente, para verificar se determinado Precedente Judicial é aplicável a um caso *sub judice,* imperiosa se faz a análise da integralidade dos julgados, seus

---

[47] Obtempera-se, contudo, que a precisa delimitação e apreciação das questões de fato é fundamental para a mais escorreita conclusão quanto à interpretação jurídica de uma questão de direito e cujo julgamento será paradigma, ensejando efeitos prospectivos. Isso se dá, sobretudo, pois em algumas hipóteses a questão “de direito” está diretamente relacionada aos fatos concretos.

[48] No tradicional *Common law,* considerando que toda decisão consubstancia Precedente, a lógica seria inversa, isto é, os Precedentes dariam origem à Jurisprudência.

[49] Esclarece-se que, a partir do advento do CPC/15, quando foi determinada a observância obrigatória das Súmulas, art. 927, IV (BRASIL, 2015a), essas, assim como os Precedentes, atribuíram a missão de preservar a estabilidade da Jurisprudência dos Tribunais que as instituíram.

fatos, circunstâncias e fundamentos, a fim de se aferir a *Ratio* específica que poderá vincular o julgamento de processos semelhantes no futuro. Sob a égide desse raciocínio, a Súmula torna-se "[...] incompreensível para o jurista do *Common Law*, para quem seria inviável a lida com um verbete resumido de uma *Ratio Decidendi*, desnudo de seu contexto fático" (PRITSCH, 2018, p. 214)

O mesmo autor, ao comparar a natureza das Súmulas a dos Precedentes, ressalta que os verbetes sumulares seriam um "mero resumo de um ou mais precedentes, mas que nunca serão, eles próprios, os precedentes" (PRITSCH, 2018, p. 223). Élisson Miessa (2016), por sua vez, diferencia os Precedentes das leis, tão abstratas e genéricas como as Súmulas, ao sustentar que:

> A lei, como norma geral e abstrata, desliga-se dos fundamentos que a originaram, passando as discussões levantadas antes de sua criação a serem um elemento histórico que, embora tenham alguma relevância interpretativa, em regra, não são determinantes. Por sua vez, o precedente está umbilicalmente vinculado ao caso concreto que lhe deu fundamento, não se admitindo a análise tão somente da tese jurídica criada, mas essencialmente do (s) caso (s) que lhe deu (deram) origem (MIESSA, 2016, p. 15).

Diante disso é possível concluir, preliminarmente, que a utilização dos Precedentes Vinculante como frutos e métodos de Uniformização de Jurisprudência se mostra mais seguro e apropriado do que o tradicional procedimento de criação e aplicação das Súmulas. Isso porque, ao se analisar a íntegra de uma decisão, seus fatos, circunstâncias e fundamentos, a aplicação da sua *Ratio* a caso equivalente torna-se, certamente, mais escorreita.

O mesmo não se pode dizer quanto às Súmulas até então existentes no ordenamento jurídico nacional que, assim como as leis, são mais abstratas e podem ensejar divergências quanto à sua interpretação, sobretudo quando desvinculadas das inúmeras decisões e fatos concretos que as originaram[50].

Percebe-se, pois, que, em um sistema que valoriza os Precedentes Judiciais, as Súmulas, tais como concebidas e aplicadas originalmente, podem, inclusive, cair

[50] Em estudo publicado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), capitaneado por Thomas da Rosa de e publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), constatou-se que em diversos casos súmulas editadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) não levaram em conta reiteradas decisões sobre o tema. Especificamente, das 20 súmulas não vinculantes editadas pelo STF e analisada pelo estudo, quatro delas apresentavam apenas um ou dois julgados como precedentes justificadores de sua fundamentação e criação. Outro exemplo foi a Súmula Vinculante nº 28, cuja origem decorreu apenas da Ação Direta de Constitucionalidade ADI nº 1.047 do STF (BUSTAMANTE *et al.*, 2015).

em desuso. A corroborar com o exposto, Luiz Guilherme Marinoni (2016, p. 66) reporta que, “quando a *Ratio Decidendi* ressai de forma cristalina da decisão, a Súmula é absolutamente desnecessária”.

Ressalta-se, ao final, que o Sistema de Precedentes Vinculantes instituído e positivado no país por meio do CPC de 2015 (a ser analisado no capítulo seguinte) determinou a observância obrigatória das Súmulas pelos Juízes e Tribunais[51], o que ensejará uma releitura crítica e prospectiva desse instituto à luz do novo Sistema Precedencialista.

Conceituados os institutos e considerando serem as Súmulas e os Precedentes Judiciais instrumentos que consubstanciam a Jurisprudência uniforme das Cortes Judiciais, sendo fruto desta, passa-se à análise da relevância da estabilização decisória, como pressuposto de garantia dos princípios da segurança jurídica e da igualdade.

3.2 Uniformização de Jurisprudência como pressuposto de garantia dos princípios da segurança jurídica e da igualdade

O ser humano, como ser social, sempre se pautou no Direito como instrumento regulador das relações sociais, nem sempre estáveis e harmônicas. A previsibilidade decorrente deste sempre foi almejada, a fim de que fosse possível traçar os caminhos da existência, com consciência dos ditames estabelecidos previamente.

Tem-se, assim, que é do ordenamento jurídico e da normatividade dele extraída que o ser humano estabelece padrões de conduta e que a sociedade se orienta para a solução de conflitos. Nesse sentido, expõe Antônio Álvares da Silva (2004, p. 27-28):

> Esta regularidade de expectativas que o Direito disciplina por intermédio do ordenamento jurídico é condição prévia para o funcionamento eficaz de todos os mecanismos sociais existentes, pois cada segmento age segundo o que espera de outro, compondo o amplo leque que cobre todos os interesses de uma sociedade organizada. Se esta expectativa recíproca não funciona, há prejuízos, não só de ordem econômica, pela regressão dos negócios e transações, como também de ordem social e política, pois o cidadão deixa de confiar nas instituições e, consequentemente, nos poderes do Estado.

[51] Art. 927, IV do CPC: “os juízes e os tribunais observarão: os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional” (BRASIL, 2015a).

Conforme exposto no capítulo 2 do presente trabalho, em tradições jurídicas regidas pelo *Civil Law,* as leis positivadas foram responsáveis por proporcionar essa pretendida segurança, porquanto se imaginava que estas seriam capazes de prever a integralidade dos fatos da vida e, por consectário, de eventuais conflitos levados à apreciação do Judiciário.

A realidade se mostrou então mais complexa e ampla do que os códigos poderiam prever, de forma que as leis passaram a ser insuficientes para prover a segurança jurídica a que sempre se aspirou.

Nesse contexto, a atividade judicante ganhou relevância, e a hermenêutica jurídica tornou-se instrumento fundamental à integração e evolução do direito, sendo responsável pela adaptação das legislações às situações não cogitadas previamente, basicamente por meio de uma interpretação atenta à constitucionalidade das leis e aos princípios norteadores do direito.

Com a ampliação da margem interpretativa dos magistrados e a consequente valorização da Jurisprudência e de seus institutos, alargaram-se, igualmente, as possibilidades de divergência na interpretação e solução de casos iguais, o que afetou sobremaneira a segurança e a igualdade perseguidas.

Certo é que a incerteza quanto ao posicionamento do Judiciário acerca de uma temática enseja a desmoralização do próprio ordenamento jurídico e de toda a confiança que ele deveria promover. Nesse sentido, José Roberto Freire Pimenta (2015, p. 125) salienta:

> Se hoje a vinculação estrita dos juízes à letra da lei já não é possível nem desejável, a abertura desse amplo espaço de atuação e de interpretação aos juízes traz, inevitavelmente, um perigo muito grande: a possibilidade de que as mesmas normas sejam interpretadas e aplicadas de modo diferente por juízes diversos, trazendo um grau enorme de insegurança jurídica e impedindo que os atores sociais pautem sua conduta e façam suas escolhas de vida com base naquilo que eles razoavelmente considerem ser determinado pela ordem jurídica em vigor. Com isso, o Direito como um todo, deixa de ser capaz de desempenhar sua função precípua, de ordenar e de regular as relações sociais.

Em razão da constante divergência na solução de casos idênticos, o que é intensificado não apenas pela amplitude da margem interpretativa, mas também pela descentralização da justiça em estados federados[52], assistiu-se, também, à reiterada

[52] Nos estados federados existe uma grande quantidade de órgãos julgadores em um mesmo grau de hierarquia, como no Brasil. Quanto a essa multiplicidade de órgãos, aduz Jose de Albuquerque Rocha

violação do princípio da igualdade, o que, sem dúvidas, merece atenção e deve ser combatido. Sobre esse viés fundamentou Luiz Guilherme Marinoni (2016, p. 82):

> [...] ao se tornar incontestável que a lei é interpretada de diversas formas, fazendo surgir distintas decisões para casos similares, deveria ter surgido, ao menos em sede doutrinária, a lógica e infestável conclusão de que a segurança jurídica apenas pode ser garantida salvaguardando-se a igualdade perante as decisões judiciais e, assim, estabelecendo-se o dever judicial de respeito aos precedentes.

Nessa perspectiva, o presente trabalho apresenta, pois, a Uniformização de Jurisprudência, enquanto necessária e obrigatória para salvaguardar esses importantes princípios fundamentais, essenciais à ordem jurídica, a saber, os princípios da segurança jurídica e da igualdade, tão caros à sociedade.

A segurança jurídica pode ser compreendida como um dos pilares de um Estado Democrático de Direito, que objetiva a proteção dos direitos fundamentais, estando prevista no preâmbulo da Constituição Federal (BRASIL, 1988a), na enunciação do rol e Direitos e Deveres Fundamentais – *caput* do art. 5º[53] e, indiretamente, ao longo de toda a Carta Cidadã. Segundo Cândido Rangel Dinamarco (2001, p. 104):

> [...] toda ordem jurídica tem a missão e a responsabilidade de definir situações e gerar clima de confiança nas pessoas e grupos quanto a seus direitos, deveres e obrigações, seja para exercê-los e cumpri-los adequadamente, seja para poderem prever as consequências do descumprimento próprio ou alheio. Tal é o valor da segurança, indispensável ao convívio social harmonioso e civilizado.

No mesmo sentido é a doutrina de José Joaquim Gomes Canotilho (2003, p. 256), ao aduzir que:

> O homem necessita de segurança para conduzir, planificar e conformar autônoma e responsavelmente a sua vida. Por isso, desde cedo se

que "a existência, em um mesmo Tribunal, de uma pluralidade de órgãos jurisdicionais representa um sério problema para essa certeza, a qual é a máxima garantia do cidadão, que só assim pode ter a segurança indispensável ao tráfico jurídico. Se cada órgão fracionário de que se compõe um Tribunal tem o poder para estabelecer a sua própria jurisprudência, isso pode propiciar o caos na administração da justiça, pois há a possibilidade de existirem tantas teses jurídicas diversas e até contraditórias sobre a mesma questão de Direito quantos forem esses órgãos, uma vez que tais teses são assentadas em face de questões específicas de direito, o que ensejaria a divergência jurisprudencial" (ROCHA, 1977, p. 102).

[53] *Caput* do art. 5º da CRFB: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no PAÍS a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes" (BRASIL, 1988a).

> consideravam os princípios da segurança jurídica e da proteção à confiança como elementos constitutivos do Estado de Direito. Esses dois princípios – segurança jurídica e proteção da confiança – andam estreitamente associados, a ponto de alguns autores considerarem o princípio da confiança como um subprincípio ou como uma dimensão específica da segurança jurídica. Em geral, considera-se que a segurança jurídica está conexionada (*sic*) com elementos objetivos da ordem jurídica – garantia de estabilidade jurídica, segurança de orientação e realização do direito –, enquanto a proteção da confiança se prende mais com os componentes subjetivos da segurança, designadamente a calculabilidade e previsibilidade dos indivíduos em relação aos efeitos dos actos.

Embora os dispositivos constitucionais apresentem, de modo genérico, apenas a palavra "segurança", certo é que nela se insere a "razoável certeza a respeito das regras jurídicas e dos padrões de conduta" (MARINONI, 2016, p. 120), podendo, pois, compreendê-la, como segurança jurídica.

Do princípio da segurança jurídica decore o princípio da legítima confiança, considerado por Ravi Medeiros Peixoto (2018) como a parcela subjetiva daquele ou a sua eficácia reflexa (ÁVILA, 2011), por preocupar-se, mais detidamente, com as alterações no ordenamento jurídico e sua influência na vida dos sujeitos.

A confiança legítima tem como função, pois, assegurar "estabilidade às expectativas legítimas diante da atuação estatal, envolvendo a defesa de posições jurídicas dos cidadãos perante as mudanças estatais, sejam elas referentes a textos normativos ou posicionamentos jurisprudenciais" (ARAÚJO, 2009, p. 59).

Nesse sentido, para Luiz Guilherme Marinoni (2014), um Estado que se pretende seguro deve propiciar a estabilidade e continuidade de sua ordem jurídica (não apenas quanto ao direito legislado, mas também em relação às decisões judiciais), bem como a previsibilidade das consequências judiciais de determinadas condutas, pois apenas assim restará garantida a confiança legítima.

Para Ravi Medeiros Peixoto (2018), existem alguns outros indicadores de segurança jurídica, a saber, cognoscibilidade, calculabilidade e confiabilidade. A cognoscibilidade consistiria na possibilidade de os sujeitos de direitos terem prévio conhecimento das normas – onde se inclui a jurisprudência consolidada, razão pela qual imperiosa a transparência e publicidade dessas. A partir desse conhecimento é possível prever as consequências dos atos praticados, o que proporciona confiança na escolha de como se pretende agir. Conforme ressalta Antônio Pereira Gaio Júnior (2016, p. 46), o direito, enquanto ciência da vida deve propiciar "previsibilidade nas relações para promoção da segurança jurídica dos jurisdicionados. "

Quanto aos dois últimos elementos, tem-se que “o termo ‘confiabilidade’ é utilizado para denominar aquilo que, do passado, deve permanecer no presente do direito, ao passo que ‘calculabilidade´ é empregada para demonstrar aquilo que, do presente, deve ser mantido na transição para o seu futuro” (ÁVILA, 2011, p. 58). Assim, a confiabilidade muito se assemelha à já apresentada continuidade da ordem jurídica e a calculabilidade à sua previsibilidade.

Todas essas dimensões da segurança jurídica traduzem a necessidade de estabilização da ordem social, que não pode conviver com a constante alteração de posicionamentos judiciais e quebra de expectativas. Isso influi não apenas no cotidiano dos cidadãos, como também na credibilidade do Poder Judiciário. Eduardo Cambi (2001, p. 111) reforça, acertadamente, que quando “um órgão julgador decide de um jeito e outro de outro, instaura-se a atmosfera de incerteza, com a consequência de retirar a credibilidade social da administração da justiça. ”

Resta igualmente claro que a divergência jurisprudencial estimula a litigiosidade, principalmente aquela habitual[54]. Isso porque, diante das incertezas quanto à interpretação de determinado direito, muitas vezes torna-se economicamente interessante a sua violação, na esperança de que eventual processo judicial que vindique o direito infringido seja direcionado a um Juízo cujo posicionamento que lhe seja favorável, caracterizando, assim, a denominada jurisprudência/ recorribilidade lotérica (PRITSCH, 2018, p. 21)[55].

Tem-se, pois, que a ausência de unidade da Jurisprudência permite que os jurisdicionados explorem os dissensos existentes, deixando eventuais causas serem julgadas “à própria sorte”, o que enseja um número cada vez maior de ações e recursos.

Atrelado a isso, observa-se, igualmente, a "síndrome do descumprimento das obrigações"[56], segundo a qual:

---

[54] Para Rodolfo de Camargo Mancuso (2011, p. 45), “litigantes habituais são aqueles sujeitos que trabalham em economia de escala com os processos judiciais, possuem departamento jurídico próprio ou escritórios de advocacia estruturados para a gestão de conflitos de massa, com o intuito de ganhar o maior tempo possível com a duração dos processos, correndo poucos riscos financeiros pelo resultado de demandas individuais. Eles podem diluir os riscos da demanda por maior número de casos, o que diminui o peso de cada derrota, que será eventualmente compensado por algumas vitórias”.

[55] Sobre a litigância habitual na Justiça do Trabalho brasileiro recomenda-se a leitura da obra intitulada “Litigância habitual e política pública de regulação trabalhista” de autoria de Vicente de Paula Maciel Júnior e Rubens Goyatá Campante (2017).

[56] A expressão é do Professor Antônio Álvares da Silva (1993), em seu trabalho “A desjuridicização dos conflitos trabalhistas e o futuro da Justiça do Trabalho no Brasil” (SILVA, 1993. p. 256).

> Não pagar, não prestar, não cumprir passam a ser regras imperantes na sociedade, subvertendo-se as expectativas de conduta que, acobertadas pela demora da prestação jurisdicional, instituem a mentalidade negativa de que agir ao contrário da obrigação prometida é muito melhor do que cumpri-la. A partir daqui a moralidade e a má-fé passam a ser a tônica da sociedade, agravando-se os males do subdesenvolvimento e atraso (SILVA, 1993, p. 256).

Essa situação é observada diariamente na seara trabalhista. Com base no parecer de José Roberto Freire Pimenta (2016), diversos são os empregadores que, diante do câmbio jurisprudencial, deixam sistematicamente de cumprir os mais elementares direitos e obrigações, intensificando o baixo índice de cumprimento espontâneo do Direito Material trabalhista. Observa-se, também, em certa medida, uma litigiosidade abusiva por parte de empregados que pretendem judicialmente mais direitos do que efetivamente fazem jus, na espera por um posicionamento pontual que lhes seja favorável.

Cabe, então, ao Poder Judiciário assegurar essa consolidação e tranquilidade, por meio de pronunciamos e julgamentos uniformes, capazes de assegurar a confiança legítima nas instituições e proporcionar segurança para que cada membro da sociedade seja capaz de "prevenir ou, quando necessário, dirimir os conflitos de interesses" (CAMBI, 2016, p. 3).

Dessa forma, a Jurisprudência uniformizada presta-se a promover a racionalidade, continuidade e a segurança que se espera de um ordenamento jurídico. Obtempera-se, contudo, conforme sustentado por José Carlos Barbosa Moreira (1988, p. 5), que:

> Não se trata, nem seria concebível que se tratasse, de impor aos órgãos judicantes uma camisa de forças que lhes tolhesse o movimento em direção a novas maneiras de entender as regras jurídicas, sempre que a anteriormente adotada já não corresponda às necessidades cambiantes do convívio social. Trata-se, pura e simplesmente, de evitar, na medida do possível, que a sorte dos litigantes e afinal a própria unidade do sistema jurídico vigente fiquem na dependência exclusiva da distribuição do feito ou do recurso [...].

Ante o exposto, a estabilização jurisprudencial revela-se fundamental, por promover a continuidade e a segurança que se espera de um ordenamento jurídico, sobretudo no ramo trabalhista, responsável por tutelar direitos fundamentais e sociais tão caros à sociedade.

Salienta-se, também, que a pretendida estabilização não implica estagnação ou engessamento do sistema. A partir de pertinente observação exarada por Cesar Zucatti Pritsch (2018, p. 155):

> Se a própria atividade legislativa já não mais cogita a utópica pretensão de completude ou infalibilidade [...] muito menos se poderia pensar que um precedente, uma vez estabelecido, nunca poderá ser alterado, restringido por sucessivas exceções ou mesmo descartado.

Nesse cenário, aplicáveis as técnicas de *Distinguishing* e *Overruling,* que serão oportunamente aprofundadas sob a ótica do ordenamento jurídico nacional, as quais possibilitam a não aplicação de determinado entendimento jurisprudencial pacificado, pois distinto do caso *sub judice,* ou superado.

Adequada se faz a ponderação de Tereza Arruda Alvim Wambier (2012), de que se deve sempre buscar o equilíbrio entre a estabilidade e previsibilidade do direito e as necessárias adaptações e integrações fundamentais à sua evolução, de maneira a surpreender o mínimo possível os membros da sociedade. Dessa forma, a aplicação dos supracitados instrumentos deve ser sempre pensada e fundamentada, a fim de se justificar a quebra da estabilidade e previsibilidade.

Assim como a segurança jurídica, a igualdade também se mostra como importante pilar de um Estado que se pretende Democrático de Direito. Além de princípio a ser perseguido, a igualdade também se figura como direito fundamental extraído do *caput* do art. 5º da Constituição Federal, que dispõe que “todos são iguais perante a lei”, voltando a aparecer no art. inciso III do 3º, inciso II do art. 150, parágrafo quinto do art. 226 e, implicitamente, ao longo de todo o texto constitucional (BRASIL, 1988a).

Essa igualdade perante a lei, no contexto apresentado, pode ser entendida ampliativamente como igualdade perante as normas jurídicas (BRAGA; DIDIER JR; OLIVEIRA, 2016), o que inclui a igualdade perante a interpretação dessas. Nesse sentido, Daniel Mitidiero (2013, p. 75) enfatiza que “impõe-se que a igualdade seja pensada tendo como referência as normas que são reconstruídas a partir dos textos legislativos no processo de interpretação”. No mesmo sentido, Pedro Miranda de Oliveira (2012, p. 706) manifesta-se:

> A visão contemporânea de jurisprudência deve levar em conta a relevante contribuição que pode e deve dar para a distribuição da justiça de modo

> igualitário, sabido que a verdadeira e efetiva isonomia não se pode contentar com uma retórica de igualdade de todos perante a lei. Ao contrário, deve abranger a efetiva igualdade, que será alcançada quando a norma é interpretada e aplicada de modo uniforme para as hipóteses análogas, vale dizer: isonomia tanto na norma legislada quanto na norma judicada.

Desse modo, faz-se necessário compreender a dimensão processual do princípio da igualdade ou isonomia, sendo inadmissível, sob essa perspectiva, que processos iguais sejam decididos de maneira diversa, como se tem observado reiteradamente. Assim, o princípio da igualdade deve ser compreendido como norteador do devido processo legal e, por consequência, do conteúdo das decisões judiciais, que devem consubstanciar a já apresentada máxima do Direito inglês, "*treat like cases alike*"[57]. Conforme sustenta Vicente de Paula Maciel Júnior (1994, p. 159), é incompatível com o Estado Democrático de Direito que:

> [...] sob um mesmo ordenamento jurídico, em situações fáticas idênticas, haja uma duplicidade de soluções em sentidos antagônicos, o que gera a quebra da harmonia e instaura a insegurança nas relações jurídicas.

Ao lado da desses importantes princípios, afloram-se como elementos a serem perseguidos, igualmente, a estabilidade, a coerência e integridade da ordem jurídica e de seus julgados, sendo inadmissível a abrupta ruptura do ordenamento jurídico e das expectativas nele firmadas, sem a devida fundamentação e modulação dos efeitos dela decorrentes.

Isso posto, tem-se que as técnicas de Uniformização de Jurisprudência, atreladas à imperiosa observância dos posicionamentos pacificados pelos julgadores, certamente influem positivamente para a consecução da segurança jurídica e isonomia almejadas e essenciais ao Estado Democrático de Direito. Sob a ótica do Sistema de Precedentes Vinculantes, ressalta Élisson Miessa (2016, p. 29) que:

> [...] No tocante à segurança jurídica, o respeito aos precedentes é capaz de, além de tornar a aplicação do direito mais segura e coerente, reforçar sua previsibilidade e estabilidade. Isso porque o sistema de precedentes torna mais seguro o modo de aplicação das normas jurídicas e deixa estabelecida de forma clara, que solução jurídica será aplicada a determinado caso concreto, garantindo assim o respeito às três facetas da segurança jurídica: cognoscibilidade, estabilidade e previsibilidade. [...] Além disso, a teoria dos

[57] Reiterando o conceito apresentado anteriormente, tem-se a definição apresentada por Neil MacCormick: "[...] se você deve tratar igualmente casos iguais e diferentemente casos distintos, então novos casos que tenham semelhanças relevantes com decisões anteriores devem (*prima facie*, pelo menos) ser decididos de maneira igual ou análoga aos casos passados" (MACCORMICK, 2008, p. 191).

> Precedentes possui fundamentação no princípio da igualdade, uma vez que preza que os casos atuais sejam tratados da mesma maneira que os casos passados, desde que haja semelhança fática.

Tem-se daí que a uniformização dos entendimentos judiciais sobre questões controversas é condição essencial para se garantir o respeito aos princípios da segurança jurídica e da igualdade, sobretudo por salvaguardar a legítima expectativa quanto à ordem jurídica e a igualdade perante as decisões judiciais.

Tais garantias, em última análise, propiciam o cumprimento das normas e a efetividade dos direitos fundamentais e reduzem o número de litigantes habituais e viabilizam condições de estabilidade e confiança nas instituições.

3.3 Primeiros instrumentos de estabilização jurisprudencial no Brasil

A estabilização da Jurisprudência e a busca por soluções iguais para casos equivalentes não constituem preocupação recente no país. Ao longo dos anos pôde-se observar a criação de institutos e a incorporação de técnicas voltadas para a pacificação e publicitação dos entendimentos firmados pelos tribunais.

Certo é que nem sempre essas técnicas primavam, especificamente, pela segurança jurídica e a isonomia, amplamente trabalhadas no tópico anterior, sendo evidente, em muitos casos, a estrita tentativa de se facilitar o processo de julgamento, promovendo celeridade na prestação jurisdicional.

Muito embora esses fins sejam igualmente louváveis, como exposto na introdução deste trabalho, o recorte metodológico estabelecido se fez no sentido de prestigiar as técnicas de Uniformização de Jurisprudência como mecanismos garantidores da segurança jurídica e igualdade.

Não se pretende esgotar neste tópico todos os instrumentos desenvolvidos no país ao longo dos anos, tampouco aprofundar no estudo de cada um deles, pois diversos deles não mais coexistem no ordenamento, justamente por muitas vezes não se mostrarem completos e eficientes aos fins colimados[58].

Registra-se, ainda, que apesar de serem aqui apresentados como instrumentos importantes no processo de estabilização jurisprudencial no país, não significa que o

[58] Apesar da evolução dos métodos responsáveis pela Uniformização de Jurisprudência ao longo dos anos, de modo geral, estes não apresentaram técnicas apuradas para análise do caso concreto, da argumentação trazida pelas partes, além de não darem a devida relevância à fundamentação das decisões e utilização de métodos de diferenciação e superação.

trabalho coaduna com todas as propostas lançadas. Nesse sentido, busca-se a compreensão geral dos institutos e seus aspectos relevantes, a fim de que se possa, em momento oportuno, aferir, a partir das experiências adquiridas, como deve ser realizada a Uniformização de Jurisprudência nacional e, especificamente, trabalhista.

Originalmente, a cultura de vinculação de decisões judiciais àquelas tomadas anteriormente remonta à época do Brasil Império, em que os resultados de julgamentos eram transformados em verbetes inseridos no 'Livro de Assentos da Casa de Suplicação' - o que seria hoje o Supremo Tribunal Federal (PRITSCH, 2018). Esses Assentos, originários da cultura luso-brasileira e também denominados 'Assentos Portugueses' - por vigerem no mesmo período também em Portugal - possuíam caráter vinculante e vigoraram até o advento da República, em 1889.

Os Assentos pretendiam se valer de um Sistema Precedencialista Vinculante, não obstante, conforme elucidado em um acórdão português de 1993 (PORTUGAL, 1994), "[...] em lugar da desejável jurisprudência uniforme, existia uma jurisprudência variável, flutuante e incerta, alimentada pela tendência individualista da liberdade de opinião dos magistrados judiciais. "

Dessa forma, inseridos em uma cultura ainda não amadurecida quanto à vinculatividade das decisões e pautada em uma visão individualista dos magistrados quanto à sua suposta liberdade de decisão, alheia à colegialidade interpretativa, os Assentos foram extintos.

Anos mais tarde, o Código de Processo Civil de 1939 (BRASIL, 1939b) instituiu, em seu art. 853, outro importante instituto, a saber, uma modalidade recursal denominada Recurso de Revista, cujo objetivo era harmonizar as decisões divergentes dos órgãos de um mesmo Tribunal. Nesse sentido é a sua redação:

> Art. 853 - Conceder-se-á recursos de revista nos casos em que divergirem, em suas decisões finais, duas ou mais câmaras, turmas ou grupos de câmaras, entre si, quanto ao modo de interpretar o direito em tese. Nos mesmos casos, será o recurso extensivo à decisão final de qualquer das câmaras, turmas ou grupos de câmaras, que contrariar outro julgado, também final, das câmaras cíveis reunidas (BRASIL, 1939b, s.p.).

Trata-se de instituto de suma importância, por inaugurar um instrumento por meio do qual era possível pacificar interpretações jurídicas acerca de temas diversos dentro de um mesmo Tribunal.

Em 1952, com a edição da Lei nº 1.661 (BRASIL, 1952), a vinculação horizontal[59] dos posicionamentos firmados por meio dos Recursos de Revista foi positivada no ordenamento, por meio do parágrafo primeiro do supracitado art. 853, ao dispor que:

> § 1º - Não será lícito alegar que uma interpretação diverge de outra, quando, depois desta, a mesma câmara, turma ou grupo de câmaras, que a adotou, ou as câmaras cíveis reunidas, hajam firmado jurisprudência uniforme no sentido da interpretação contra a qual se pretende reclamar (BRASIL, 1939, s.p.).

Dessa forma, os magistrados pertencentes a um mesmo Tribunal passaram a vincular seus julgados aos posicionamentos firmados nas decisões uniformizadoras proferidas em sede de Recursos de Revista.

Outro importante instrumento constante do CPC de 1939 foi o denominado 'Prejulgado', instituído por meio de seu artigo 861[60]. Esse dispositivo preceituava que qualquer magistrado que constatasse a existência ou a possibilidade de divergência de posicionamento sobre qualquer norma jurídica poderia requerer um pronunciamento prévio das Câmaras reunidas acerca de sua devida interpretação.

O instituto é relevante ao estudo, por indicar indícios da busca pela estabilização jurisprudencial, mas que, assim como outros dispositivos que serão apresentados, merecem atenção e análise crítica, por preverem a possibilidade de uniformização de entendimento antes mesmo de se existir uma maturação e aprofundamento do tema nas Câmaras, o que se julga temerário[61].

Um pouco mais tarde, no ano de 1963, o Supremo Tribunal Federal instituiu as Súmulas, que podem ser compreendidas como a consubstanciação da jurisprudência uniformizada de determinado Tribunal, não se confundindo com a sua jurisprudência propriamente dita. As Súmulas, semelhantes aos assentos, traduziam por meio de verbetes o seu posicionamento dominante do Tribunal que as editou acerca de determinadas questões levadas a juízo.

---

[59] Consoante exposto anteriormente, essa vinculação horizontal consubstancia a obrigatoriedade de observância do precedente ou do posicionamento dominante fixado pelo Tribunal, por todos os seus membros.

[60] Art. 861. A requerimento de qualquer de seus juízes, a Câmara, ou turma julgadora, poderá promover o pronunciamento prévio das Câmaras reunidas sobre a interpretação de qualquer norma jurídica, se reconhecer que sobre ela ocorre, ou poderá ocorrer, divergência de interpretação entre Câmaras ou turmas (BRASIL, 1939b, s.p.).

[61] A possibilidade de padronização decisória preventiva será trazida a lume e examinada em outro momento do presente trabalho.

Seu objetivo originário era facilitar o julgamento de novas ações que versassem sobre o mesmo tema, propiciando, em última análise, a celeridade processual. Não obstante, diferentemente dos Assentos, as Súmulas, à época, não possuíam caráter vinculante, servindo-se, tão somente, como elemento de persuasão dos magistrados.

As Súmulas do STF perduram até a atualidade, tendo sua função alterada, em certa medida, pelo Código de Processo Civil, o que será objeto de análise no capítulo 4 e tópico 6.2 do presente trabalho.

Fazendo um pequeno salto histórico, apenas para guardar coerência com o adredemente exposto, ressalta-se que, anos mais tarde, a partir da criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 1989, este já estava autorizado a editar Súmulas semelhantes às do STF, com efeito meramente persuasivo. Nesse sentido, em 25 de abril de 1990 foi editada a primeira Súmula pelo STJ (BRASIL, 2019h).

De volta à cronologia até então apresentada, em 1973 foi editado um novo Código de Processo Civil (BRASIL, 1973), que trouxe ao longo de suas diversas alterações muitas contribuições quanto ao tema Uniformização de Jurisprudência, contendo, inclusive, um capítulo próprio para dispor acerca da temática, a saber, Capítulo I, do Título IX, de seu Livro I: "Da Uniformização da Jurisprudência".

Dando continuidade ao instituído anteriormente por meio do Recurso de Revista e dos Prejulgados do Código de Processo Civil de 1939, o novo diploma legal não se escusou de trazer essas e novas questões atreladas à Uniformização de Jurisprudência, apresentando-as de maneira diversa.

O art. 476[62] introduziu o Livro I “Da Uniformização de Jurisprudência”, dispondo que, quando do julgamento de um processo, qualquer magistrado de segundo grau poderia requerer o pronunciamento prévio do Tribunal acerca de determinada interpretação do direito, se percebesse que a respeito dessa existisse divergência entre seus órgãos (BRASIL, 1973).

Percebe-se que, diferentemente dos Prejulgados, o incidente proposto dispunha acerca do pronunciamento coletivo sobre determinada interpretação jurídica, quando em relação a essa já existisse divergência entre turmas.

---

[62] Art. 476. Compete a qualquer juiz ao dar o voto na turma, câmara ou grupo de câmaras, solicitar o pronunciamento prévio do tribunal acerca da interpretação do direito quando: I - verificar que, a seu respeito, ocorre divergência; II - no julgamento recorrido a interpretação for diversa da que lhe haja dado outra turma, câmara, grupo de câmaras ou câmaras cíveis reunidas. Parágrafo único. A parte poderá, ao arrazoar o recurso ou em petição avulsa, requerer, fundamentadamente, que o julgamento obedeça ao disposto neste artigo (BRASIL, 1973, s.p.).

Essa nova proposição se mostrou mais arrazoada do que a consubstanciada nos Prejulgados, por demonstrar que a discussão e unificação de posicionamento apenas seriam possíveis após uma mínima maturação do tema e construção de teses antagônicas, o que é salutar para o devido desenvolvimento do direito, que não pode se dar prematuramente.

Os artigos seguintes ao art. 476 (BRASIL, 1973) dispunham sobre o procedimento a ser seguido no caso de ser instaurado o Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ). Sucintamente aduziam que, uma vez reconhecida a divergência jurisprudencial, o acórdão seria lavrado e os autos remetidos à Presidência do Tribunal para ulterior sessão do Pleno. O julgamento, tomado pela maioria absoluta dos membros, deveria definir a interpretação jurídica a ser observada, o que originaria uma Súmula. As disposições acerca da publicação em repositório oficial dos tribunais estavam, por sua vez, adstritas aos seus Regimentos Internos.

Não obstante a louvável criação de um verdadeiro IUJ, por inexistirem mecanismos que impusessem a obrigatoriedade de referido procedimento por parte dos magistrados, o instituto tornou-se obsoleto e pouquíssimo utilizado, sendo resgatado anos mais tarde pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que será objeto de estudo no tópico 5.1.1 do trabalho.

O diploma processual em análise, contudo, trouxe outras importantes contribuições quanto à temática.

No capítulo destinado à "Ordem dos Processos no Tribunal", o art. 557[63], alterado por meio da Lei nº 9.756 de 1998 (BRASIL, 1998) dispunha que os relatores poderiam negar seguimento a recursos que estivessem em confronto com Súmula ou Jurisprudência dominante do respectivo Tribunal ou do Tribunal Superior. Referido dispositivo demonstra claramente a relevância atribuída à Jurisprudência uniformizada, cuja análise passou a ser requisito de admissibilidade recursal.

Em 2001, por meio da Lei nº 10.352, outra importante inclusão foi realizada no CPC de 1973. O incluso parágrafo primeiro do art. 555 instituiu no ordenamento jurídico o denominado Incidente de Assunção de Competência (IAC), segundo o qual:

[63] Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior (BRASIL, 1973, s.p.).

> §1º Ocorrendo relevante questão de direito, que faça conveniente prevenir ou compor divergência entre câmaras ou turmas do tribunal, poderá o relator propor seja o recurso julgado pelo órgão colegiado que o regimento indicar; reconhecendo o interesse público na assunção de competência, esse órgão colegiado julgará o recurso (BRASIL, 2001a, s.p.).

Percebe-se que o instituto privilegiou a uniformização dos posicionamentos dentro de um mesmo Tribunal, evitando a perpetuação de divergências entre Câmaras e Turmas. Conforme crítica já apresentada, a possibilidade de prevenir divergência pode levar a julgamentos precoces, sem o devido estudo e amadurecimento das questões pelos órgãos do Tribunal, o que deve ser analisado com cautela.

No capítulo do CPC/73 destinado à análise dos Recursos Extraordinário e Especial - modalidades recursais previstas constitucionalmente nos artigos 102, III e 105, III, respectivamente (BRASIL, 1988a), e destinadas a resguardar a constitucionalidade e legalidade das decisões judiciais, algumas alterações também foram realizadas.

Especificamente, por meio da edição da Lei nº 11.418/06, foi introduzido à legislação processual o artigo 543-A, cujo *caput* determinou um novo requisito para admissibilidade dos Recursos Extraordinários, a saber, a Repercussão Geral da questão discutida. A partir de então, nos termos de seu parágrafo primeiro, apenas "questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa" (BRASIL, 2006b), passaram a ensejar o processamento recursal.

O ponto que aqui interessa, contudo, está consubstanciado no também incluso parágrafo terceiro do dispositivo, que estabeleceu que a Repercussão Geral estaria configurada sempre que o recurso impugnasse uma decisão contrária ao entendimento constante de Súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal (BRASIL, 2006a).

A partir da *novel* redação é possível aferir que as decisões contrárias à Súmula ou Jurisprudência dominante do STF passaram a ser recorríveis mediante Recurso Extraordinário, o que elevou a força e o valor da jurisprudência uniformizada, que passou a ser prestigiada e levada à análise e deliberação pela Corte Suprema do país, responsável por estabilizar a Jurisprudência nacional.

O art. 543-B[64], também incluído na legislação processual pela supracitada lei, instituiu o julgamento de Recursos Extraordinários Repetitivos. Segundo referido dispositivo, sempre que houvesse uma multiplicidade de Recursos Extraordinários fundados em idêntica controvérsia, a análise da Repercussão Geral seria processada pelo STF, por meio da análise de um ou mais recursos representativos da controvérsia, enquanto os demais seriam sobrestados até o julgamento final, quando uma tese seria fixada.

No mesmo sentido, em 2008, por meio da Lei nº 11.672 (BRASIL, 2008a), foi inserido no ordenamento o art. 543-C[65], dispondo acerca da possibilidade de julgamento de recursos especiais repetitivos, nos mesmos moldes anteriormente apresentados.

Tais inovações demonstram mais um aspecto da evolução do Direito Jurisprudencial[66] brasileiro, que passou a padronizar o entendimento dos Tribunais Superiores por meio de teses fixadas em recursos repetitivos. A partir de então, todos os Recursos Extraordinários e especiais que se insurgiam contra decisões consonantes com as teses já fixadas pelos Tribunais Superiores tiveram seguimento denegado, o que demonstra que, mais uma vez, a Jurisprudência uniformizada foi elevada a requisito de análise da admissibilidade recursal.

Encerradas as contribuições do Código de Processo Civil de 1973, outro instituto de suma relevância para o estudo, consta da Constituição Federal de 1988 o controle de constitucionalidade das leis - como função precípua do Poder Judiciário.

Influenciado pelo direito de tradição anglo-saxônica, o *Judicial Review*[67] já havia sido inserido no ordenamento jurídico brasileiro quando da Constituição da República

---

[64] Art. 543-B. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo. § 1º Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte (BRASIL, 1973, s.p.).

[65] Art. 543-C. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o recurso especial será processado nos termos deste artigo. § 1º Caberá ao presidente do Tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça [...]. (BRASIL, 1973, s.p.).

[66] A expressão “Direito Jurisprudencial” é utilizada no presente trabalho para retratar o cenário de valorização da jurisprudência como fonte do direito e, sobretudo, de sua imperiosa uniformização, consubstanciada por meio de súmulas e demais Precedentes Vinculantes no ordenamento jurídico brasileiro.

[67] Conforme exposto anteriormente, o *Judicial Review* consubstancia o controle judicial da constitucionalidade das leis e dos atos do poder público (vide nota 15).

de 1891 (BRASIL, 1891), mas ganhou força com a Constituição Cidadã de 1988 e suas posteriores Emendas Constitucionais.

Originalmente, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) foi instituída por meio da alínea “a” do inciso I do art.102 CRFB e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), no parágrafo único do dispositivo, que dispunham:

> Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
> I - processar e julgar, originariamente:
> a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
> Parágrafo único. A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei (BRASIL, 1988a, s.p.).

Em 1993, por meio da Emenda Constitucional nº 3, o dispositivo foi alterado, passando a prever não apenas a ADI, mas também a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), sendo a ADPF transformada em parágrafo primeiro, nos seguintes termos:

> a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
> § 1º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei (BRASIL, 1993, s.p.).

Trata-se de institutos de suma relevância, por consubstanciarem o importante papel do Poder Judiciário no controle da constitucionalidade das leis e preceitos fundamentais, a fim de propiciar a coerência da integralidade do ordenamento jurídico com os preceitos constitucionalmente estabelecidos.

Ademais, tem-se que, por meio das decisões exaradas peça Corte Suprema, a interpretação jurídica e a aplicabilidade de determinadas lei são pacificadas, o que promove, por óbvio, a Uniformização da Jurisprudência sobre a questão.

Referida Emenda Constitucional também trouxe outra importante inclusão, a saber, o parágrafo segundo do art. 102, que concedeu efeito vinculante e eficácia *erga omnes*[68] às decisões em Ação Direta de Constitucionalidade (ADC).

---

[68] Ravi Medeiros Peixoto dispõe que o efeito *erga omnes* implica que “[...] o benefício outorgado pela decisão alcançará todos os titulares daquele mesmo direito. Todos os sujeitos de direito que sejam afetados diretamente por aquela decisão podem se valer dos efeitos da respectiva coisa julgada” (PEIXOTO, 2018, p. 163).

> § 2.º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo (BRASIL, 1993, s.p.).

Posteriormente, por meio do art. 28 da Lei nº 9.868/99 (BRASIL, 1999a) e da Emenda Constitucional nº 45 de 2004 (BRASIL, 2004), ampliou-se a eficácia das decisões em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e em Ação Direta de Constitucionalidade (ADC), que passaram a vincular os "demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal".

Por sua vez, a Lei nº 9.882/99, que dispôs sobre o julgamento da ADPF, também apresentou sua ampla eficácia, dispondo no parágrafo terceiro do art. 10 que "a decisão terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público" (BRASIL, 1999b).

Essas inovações foram deveras relevantes, por inserirem no ordenamento jurídico brasileiro, ainda que de maneira singela, uma espécie de *Stare Decisis*[69], isto é, o dever observância de uma decisão judicial aos casos futuros equivalentes. Sem dúvidas essa imposição proporciona a Uniformização de Jurisprudência acerca de determinada interpretação e aplicação normativa, garantindo, em última análise, segurança jurídica aos jurisdicionados e isonomia das decisões.

Obtempera-se que, ainda que uma única decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sede de ADC, ADI ou ADPF seja responsável por vincular todas as futuras controvérsias que versem sobre a interpretação constitucional de determinada lei, certamente esse pronunciamento será fruto de muito debate e da uniformização da jurisprudência majoritária nacional sobre a questão, estando respaldada por uma devida fundamentação.

No ano de 2004, a Emenda Constitucional 45 (BRASIL, 2004) foi responsável por outra grande criação do direito brasileiro, que pode ser considerada um marco na Uniformização de Jurisprudência e valorização dos Precedentes Vinculantes, a saber, a Súmula Vinculante do STF.

---

[69] Não está se afirmando a incorporação do *stare decisis* do Direito inglês, até porque, nele, é a *Ratio Decidendi* que vincula, e não a decisão em si, ou seu dispositivo, como ocorre nas de cisões em ADI ADC e ADPF. Entretanto, a ideia de observância à decisão precedente foi inserida no ordenamento nacional.

Conforme exposto anteriormente, as Súmulas vinham sendo utilizadas até então como método de trabalho que, ao padronizar a Jurisprudência, proporcionavam um atalho argumentativo e, consequentemente, celeridade nos julgados. Inexistia também qualquer vinculatividade, estando os magistrados livres para decidirem conforme suas próprias convicções, ainda que dissonantes da Jurisprudência dominante.

Com o advento da Emenda Constitucional 45, uma nova modalidade de Súmula foi instituída no ordenamento jurídico brasileiro, o que pode ser evidenciado pela leitura do incluso art. 103-A da Constituição Federal:

> Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar Súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei (BRASIL, 2004, s.p.).

Pela leitura do dispositivo é possível aferir a inclusão de uma espécie de Súmula, dotada de efeito vinculante, o que é inédito no ordenamento jurídico nacional[70].

O parágrafo primeiro do dispositivo demonstra que a Súmula Vinculante deveria consubstanciar o resultado da uniformização de interpretações conflitantes entre órgãos judiciários ou entre estes e a administração pública, as quais pudessem acarretar grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

Mais uma vez, pela própria redação do dispositivo, percebe-se que, ao lado da intenção de se valorizar a segurança jurídica e a isonomia das decisões estavam também questões como a celeridade processual e o desestímulo à litigiosidade e a recorribilidade lotérica, ensejadora da multiplicidade de recursos na sociedade brasileira.

A inovação constitucional não se escusou de trazer a possibilidade à revisão ou cancelamento das Súmulas, conforme disposto em seu parágrafo segundo[71], o que é de suma importância para não estagnação ou engessamento do direito.

---

[70] Os Assentos possuíam efeito vinculante, mas não podem ser comparados às Súmulas.

[71] §2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade (BRASIL, 2004, s.p.).

No mesmo sentido, a Lei nº 11.417/06 disciplinou especificamente acerca da edição, revisão e cancelamento de enunciados de Súmulas Vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2006a), o que demonstra, mais uma vez, a influência do *Common Law* no ordenamento jurídico nacional, que incorporou o instituto *Overruling*, responsável, justamente, pela oxigenação do Direito Jurisprudencial.

Outro aspecto relevante consta de seu parágrafo terceiro[72], que prevê o mecanismo a ser utilizado quando um ato administrativo ou decisão judicial contrariarem o disposto em Súmula Vinculante. Trata-se da "Reclamação", modalidade de remédio constitucional apto a assegurar que as decisões judiciais e administrativas estejam em consonância com o preceito vinculante. Conforme assente na doutrina de Cláudio Brandão (2017, p. 29):

> A reclamação, por isso mesmo, exerce papel de vital importância no contexto do sistema implantado. Como as demais ações constitucionais, marcadas pela excepcionalidade do seu cabimento, procedimento expedido e simplificado, assegura-se à parte um instrumento eficaz na garantia de que o precedente judicial será cumprida a tese nele contida dotada aplicada aos demais casos.

Pode-se dizer que a previsão constitucional da Reclamação assegura, de certa forma, um "mecanismo de autoimposição" (TAVARES, 2007, p. 115), pois, na hipótese de descumprimento do preceito vinculante, diferentemente do que ocorria à época dos assentos, passou a existir um mecanismo específico para se exigir o respeito à interpretação sumulada. Cuida-se, efetivamente, de uma evolução no tocante à efetividade das Súmulas Vinculantes e de todo um Sistema de Precedentes, que ainda viria a ser oficialmente positivado no país.

Por meio da digressão realizada, foi possível apresentar importantes institutos inseridos no ordenamento jurídico brasileiro ao longo dos anos, capazes de demonstrar o movimento de valorização e reconhecimento da força normativa da Jurisprudência, bem como a relevância e essencialidade de sua uniformização.

Conforme exposto anteriormente, não se pretendeu esgotar o tema, mas apresentar a evolução da cultura jurídica brasileira até o advento do Código de Processo Civil de 2015, que será apresentado no capítulo 4.

---

[72] §3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso (BRASIL, 2006a, s.p.).

Obtempera-se, ainda, que todos os institutos relacionados especificamente à Uniformização de Jurisprudência Trabalhista desenvolvida até o advento da Lei nº 13.015/2014 foram deslocados para o próximo tópico e serão agora delineados.

3.3.1 Métodos de Uniformização de Jurisprudência Trabalhista

O presente tópico pretende apresentar alguns institutos, métodos e modalidades recursais utilizados na seara trabalhista ao longo dos anos, com o intuito de pacificar a Jurisprudência dos Tribunais Regionais e do Superior Tribunal do Trabalho, propiciando, entre outros objetivos, a concretização da segurança jurídica e isonomia dos julgados.

Os vícios e virtudes constantes em todas essas experiências jurídicas desenvolvidas foram fundamentais na caminhada em direção ao Sistema Precedencialista que ainda carece de amadurecimento em prol de sua mais correta compreensão e aplicação pelos operadores do direito.

3.3.1.1 Prejulgados, Enunciados, Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos

Conforme explorado no tópico 3.3, em razão da crescente valorização da Jurisprudência e da constatação de sua necessária uniformização, métodos e institutos foram sendo desenvolvidos e aprimorados ao longo dos anos. Essa realidade não ocorreu de forma diversa na seara laboral.

Desde 1943, quando a Justiça do Trabalho ainda era considerada um órgão integrante do Poder Executivo[73], a interpretação a ser adotada pelas Câmaras da Justiça do Trabalho acerca de determinada norma jurídica poderia ser pronunciada previamente e positivada por meio dos denominados prejulgados, previstos no art. 902 da CLT[74].

Nos termos do parágrafo segundo do supracitado artigo, esses institutos possuíam caráter vinculante, ficando os Conselhos Regionais do Trabalho, as Juntas

[73] Criada por meio do Decreto-lei nº 1.237 de 2 de maio de 1939 (BRASIL, 1939a).

[74] Art. 902. É facultado à Procuradoria da Justiça do Trabalho promover e pronunciamento prévio da Câmara de Justiça do Trabalho sobre a interpretação de qualquer norma jurídica, se reconhecer que sobre ela ocorre, ou poderá ocorrer, divergência de interpretação entre os Conselhos Regionais do Trabalho (BRASIL, 1943, s.p.).

de Conciliação e Julgamento e os Juízes de Direito investidos da jurisdição trabalhista, obrigados a respeitá-los (BRASIL, 1943).

Anos mais tarde, quando a Justiça do Trabalho passou a integrar o Poder Judiciário[75], diversas foram as críticas formuladas aos Prejulgados, pois, sendo considerados criações normativas, não estaria o órgão Judiciário legitimado para tal função. Ademais, sua vinculatividade supostamente feria a autonomia dos magistrados em sua liberdade para julgar.

Dessa forma, em maio de 1977, o Supremo Tribunal Federal aduziu que o parágrafo primeiro do art. 902 da CLT, que regulava o instituto, não havia sido recepcionado pela Constituição Federal de 1946[76]. Anos mais tarde, o dispositivo foi expressamente revogado pela Lei nº 7.033 (BRASIL, 1982a), e os Prejulgados existentes à época foram transformados em Súmulas e instrução normativa, dotadas de valor meramente persuasivo.

De acordo com o exposto no tópico 3.3, no ano de 1964 foram instituídas as Súmulas do STF, que consubstanciavam a Jurisprudência uniformizada do Tribunal, servindo-se como elemento de persuasão dos magistrados na análise de casos envolvendo a matéria sumulada.

Nessa época, o Supremo Tribunal Federal chegou a editar Súmulas relativas a matérias trabalhistas, mas elas perduraram apenas até o advento da Emenda Constitucional nº 16/1965, que tornou as decisões do TST irrecorríveis para o STF, salvo nas hipóteses de violação à Constituição Federal (BRASIL, 1965).

Dessa forma, em razão das normas infraconstitucionais trabalhistas não mais serem ligadas diretamente à análise do Supremo Tribunal Federal, decisões nesse âmbito deixaram de ser proferidas, assim como as Súmulas de conteúdo estritamente trabalhista.

Em 1967, o Decreto-lei nº 229 incluiu e alterou alguns dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, a exemplo da inclusa alínea “b” do §3º do art. 894 e inciso I, do art. 896, que dispuseram sobre a impossibilidade de interposição de Embargos e Recurso de Revista (que serão a seguir apresentados), quando a decisão recorrida estivesse em consonância com prejulgado ou jurisprudência uniforme do

[75] Decreto-Lei nº 9.797 de 9.797 de 9 de setembro de 1946 (BRASIL, 1946b).

[76] O STF, por meio da RP 946/DF, proferiu decisão publicada em 1º/07/1977, constando a seguinte ementa: “Prejulgado do Tribunal do Trabalho. Não constituído Ato Normativo, - dado que o art. 902, Par. 1. da Consolidação das Leis do Trabalho, que lhe atribuía tal caráter, foi revogado pela Constituição de 1946, - não pode ser objeto de Representação. Não conhecida” (BRASIL, 1977, s.p.).

Tribunal Superior do Trabalho - TST (BRASIL, 1967). Por meio da nova redação, a Jurisprudência uniformizada foi valorizada e elevada a pressuposto de admissibilidade recursal ao lado dos Prejulgados[77].

Em razão dessa valorização, o TST passou a desenvolver novos métodos aptos a consolidar seu entendimento majoritário[78], de forma que em 1969 editou os primeiros "Enunciados" de sua Jurisprudência predominante, cuja nomenclatura foi posteriormente alterada para "Súmula", tal como se denomina até os dias atuais (BRASIL, 2005).

Com o tempo, outros institutos concretizadores da Jurisprudência estabilizada também foram instituídos. Em 1988, a Lei nº 7.701 (BRASIL, 1988b) dispôs sobre a especialização das turmas do TST para julgamento de dissídios coletivos (Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SDC), bem como a competência do Tribunal Pleno do TST para aprovação de dispositivos que consolidassem a sua Jurisprudência predominante em Dissídios Coletivos, os denominados Precedentes Normativos[79].

Para abarcar a Jurisprudência prevalecente e não sumulada da Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI) do TST e de suas respectivas Subseções, foram instituídas, por sua vez, as Orientações Jurisprudenciais (OJ)[80], aptas a demonstrar o caminho para o qual a Jurisprudência majoritária, mas não pacificada, estava se direcionando.

Nos termos em que exposto, é possível aferir a criação de três instrumentos concretizadores da Jurisprudência uniformizada do TST, a saber, as Súmulas (antigos Enunciados), cujos requisitos para aprovação eram mais rigorosos, as Orientações Jurisprudenciais, oriundas da Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI), e cujos requisitos para aprovação eram mais brandos, e os Precedentes Normativos aplicáveis pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC), com requisitos igualmente comedidos[81].

---

[77] Ao que se percebe, as inovações foram responsáveis por barrar recursos interpostos em face da Jurisprudência já uniformizada pela Corte Superior, valorizando, em certa medida, a manutenção da estabilidade dos julgamentos daquela Corte.

[78] Sobretudo, pois os prejulgados deixaram de ser utilizados em 1982 (BRASIL, 1982b).

[79] Em consulta realizada ao *site* do TST em 10/05/2019 contatou-se que já foram aprovados 120 Precedentes Normativos pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos, mas nem todas permanecem vigentes (BRASIL, 2019q).

[80] Em consulta realizada ao *site* do TST em 10/05/2019 contatou-se que já foram aprovadas 658 Orientações Jurisprudenciais pelas Subseções Especializadas em Dissídios Individuais, mas nem todas permanecem vigentes (BRASIL, 2019p).

[81] Desde sua criação, as orientações jurisprudenciais e Precedentes Normativos possuíam requisitos para aprovação mais brandos que as súmulas. Dessa forma, à medida que esses posicionamentos

Anos mais tarde foi sancionada a Lei nº 9.756/98, que alterou a CLT em alguns pontos relativos ao processamento dos recursos nos Tribunais. Especificamente, foi incluído o parágrafo quarto ao art. 896, com inspiração nas já citadas inovações do Decreto-Lei nº 229/1976, dispondo que: "a divergência apta a ensejar o Recurso de Revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por Súmula ou superada por iterativa e notória Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho" (BRASIL, 1998, s.p.)[82].

Com base na inclusa redação do parágrafo quarto (corroborado pelo Enunciado nº 42 do TST, atual Súmula 333)[83], foi possível aferir que, independentemente da criação de Súmula de Jurisprudência Uniforme, a iterativa e notória Jurisprudência do TST, donde se incluem as Orientações Jurisprudenciais, os Precedentes Normativos e as decisões proferidas pelas Sessões Especializadas, também possuíam relevância e deveriam ser observados, inclusive como requisito de admissibilidade recursal.

A supracitada lei também incluiu o parágrafo terceiro ao art. 896 da CLT (BRASIL, 1998), instituindo o dever de Uniformização de Jurisprudência aos Tribunais Regionais do Trabalho, que deveriam se valer dos regramentos estabelecidos pelo Código de Processo Civil de 1973. Dessa forma, os Tribunais Regionais foram autorizados a editar suas respectivas Súmulas de jurisprudência, a fim de estabilizar os entendimentos majoritários em nível regional.

Não obstante a patente valorização da Jurisprudência e obrigatoriedade de sua uniformização nos termos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência constante do CPC/73, poucos eram os mecanismos disponíveis para efetivação do comando

---

iam se robustecendo, poderiam ser transformados em Súmulas, que consubstanciam, mais precisamente, o posicionamento uniforme do tribunal sobre determinada questão. Não obstante, o atual Regimento Interno do TST, em consonância com as alterações trazidas pela Reforma Trabalhista, unificou o procedimento de edição de Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos, agora regidos unicamente pelo art. 702, I, f da CLT (BRASIL,2017a), o que será abordado em tópico oportuno.

[82] A redação vigente está consubstanciada no §7º do art. 896 da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, e acrescenta que não haverá divergência quando ultrapassada por súmula do TST e agora, também, do STF. A prova do dissenso deverá ser feita nos termos exigidos pelo §8º, do referido artigo, também vigente, que assim dispõe: "Quando o recurso fundar-se em dissenso de julgados, incumbe ao recorrente o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (BRASIL, 2014a).

[83] Súmula nº 333 do TST. RECURSOS DE REVISTA. CONHECIMENTO (alterada) - Res. 155/2009, DEJT 26 e 27.02.2009 e 02.03.2009: Não ensejam Recurso de Revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (BRASIL, 2019s).

normativo, nem sempre utilizados na medida necessária para salvaguardar a isonomia das decisões, o que já foi exposto no tópico 3.3 deste trabalho[84].

O que se percebe é que mecanismos aptos à Uniformização jurisprudencial trabalhista foram desenvolvidos ao longo de muitos anos, por meio de sucessivas alterações legislativas, o que foi fundamental à maturação de uma cultura jurídica mais atenta à Jurisprudência e a sua imperiosa estabilização, para fins de garantia dos Princípios da igualdade e segurança jurídica.

3.3.1.2 Embargos ao TST e Recurso de Revista

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) é o órgão de cúpula da Justiça do Trabalho (BRASIL, 2019r), nos termos do inciso I, do art. 111, da CRFB (BRASIL, 1988a), e possui como função precípua a Uniformização da Jurisprudência Trabalhista brasileira, responsável por fortalecer os princípios constitucionais da igualdade e segurança jurídica no âmbito trabalhista.

Entre as formas pelas quais essa uniformização pode ser concretizada, duas modalidades recursais direcionadas ao órgão de vértice do Judiciário Trabalhista - TST - podem também ser enquadradas como mecanismos úteis à estabilização jurisprudencial, a saber, os Embargos ao TST e o Recurso de Revista.

Os Embargos, previstos no art. 894 da CLT, cuja atual redação foi dada pela Lei nº 11.496/07, tem como objetivo precípuo a uniformização dos entendimentos firmados dentro do próprio Tribunal Superior do Trabalho, seja apartando as divergências existentes entre suas Turmas ou aquelas existentes entre os magistrados que compõem a Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC), quando de um julgamento não unânime.

Dessa forma, a fim de estandardizar eventuais dissidências, cabível é a interposição de Embargos em face das decisões não unânimes de julgamento na SDC – Embargos infringentes (inciso I, alínea “a”, do art. 894, da CLT) – e das decisões

[84] Consoante exposto no tópico 3.3 do presente trabalho, não obstante a louvável criação de um verdadeiro incidente para Uniformização de Jurisprudência pelo CPC de 1973 (BRASIL,1973), a ser também utilizado na Especializada Trabalhista por força do parágrafo terceiro do art. 896 da CLT (BRASIL, 1943), por inexistirem mecanismos que impusessem a obrigatoriedade de procedimento por parte dos magistrados, o instituto tornou-se obsoleto e pouquíssimo utilizado. Exemplificativamente, tem-se que, de 1998 a 2013, ou seja, em 15 anos, o TRT da 3ª Região editou apenas 33 Súmulas (MINAS GERAIS, 2019c). No mesmo período o TRT da 2ª Região editou 19 Súmulas (SÃO PAULO, 2019). O TRT da 8ª Região, por sua vez, editou 21 Súmulas (PARÁ; AMAPÁ, 2019a).

das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela SDI, consoante inciso II, do mesmo dispositivo - Embargos de divergência (BRASIL, 2007)[85].

O Recurso de Revista, por sua vez, foi inserido originalmente no *caput* do art. 896, da CLT, com a nomenclatura "Recurso Extraordinário", sendo cabível em face das genéricas "decisões de última instância" (BRASIL, 2007). Apesar das suas sucessivas alterações ao longo dos anos, sua atual redação indica sua aplicabilidade em face das decisões proferidas em grau de Recurso Ordinário, em Dissídio Individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, que[86]:

> a) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem Súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal;
> b) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea a;
> c) proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal (BRASIL, 2007, s.p.).

Ao que se pode extrair do dispositivo legal, o Recurso de Revista possui natureza extraordinária e tem como finalidade evidente a Uniformização da Jurisprudência nacional, a preservação dos entendimentos já pacificados pelas Cortes Superiores (TST e STF), bem como o estrito cumprimento e garantia da higidez da legislação infraconstitucional e constitucional, sendo vedada a sua interposição para o revolvimento de fatos e provas[87].

Com fulcro nas hipóteses de cabimento do Recurso de Revista e dos Embargos, é possível aferir o caráter de "Corte de Precedentes" atribuído ao Tribunal

---

[85] A atual redação do artigo 894 da CLT, que amplia o cabimento dos Embargos, restará demonstrada no capítulo 5, que apresentará as inovações trazidas pela Lei nº 13.015/2014.

[86] Não obstante a regra geral exposta, nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido Recurso de Revista por contrariedade à Súmula de Jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal, nos termos do §9º do art. 896 da CLT (BRASIL, 2014a) e Súmula 442 do TST (BRASIL, 2019s). Outrossim, das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo Incidente de Embargos de Terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal, nos termos do §2º do art. 896 da CLT (BRASIL, 2014a) e Súmula 266 do TST (BRASIL, 2019s). Ressalta-se, contudo, que o §10 do art. 896 da CLT possibilita a interposição de recurso de revista por violação à Lei Federal, divergência jurisprudencial e ofensa à Constituição Federal nas execuções fiscais e execução que envolva Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (BRASIL, 2014a).

[87] Consoante exprime a Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho (BRASIL, 2019s).

Superior do Trabalho, que não pode ser compreendido como um Tribunal de Revisão ou meramente de “terceira instância”.

A função desses recursos transcende o interesse individual dos litigantes, uma vez que, para fundamentá-los, julgados em sentido contrário à decisão recorrida podem ser utilizados como “mecanismo de convencimento e persuasão do julgador” (BRAGA; DIDIER JR; OLIVEIRA, 2016, p. 470). Dessa forma, as decisões da Corte Superior acabam por analisar a controvérsia não apenas com vistas à solução do caso concreto *sub judice*, mas logrando, também, da mais apurada interpretação jurídica e uniformidade dos julgamentos da Corte.

A despeito dessas importantes finalidades uniformizadoras, as decisões proferidas em Recurso de Revista apenas possuem efeito persuasivo em relação a futuros julgamentos de casos equivalentes ou semelhantes, não necessariamente ensejando a criação de Súmulas ou Precedentes Vinculantes. Nesse sentido, aduz Vitor Salino de Moura Eça (2019, p. 302):

> [...] segue sendo possível que os TRTs decidam com independência e altivez, desde que deem tratamento adequado às teorias de argumentação jurídicas, com o enfrentamento das teses esposadas pelas partes, dando ductibilidade ao regime judiciário e permitindo que as Cortes possam acompanhar a evolução científica permanentemente.

Ao final, malgrado tenham sido desenvolvidos importantes métodos destinados à Uniformização de Jurisprudência ao longo dos anos nessa Especializada, foi a partir do ano de 2014, com o advento da Lei nº 13.015, que a necessidade de estabilização jurisprudencial voltou a ser palco de discussões e aprimoramento, o que será objeto de estudo específico no capítulo 5.

4 O SISTEMA DE PRECEDENTES VINCULANTES INSTITUÍDO PELO CPC/15

Após realizar uma digressão acerca dos instrumentos responsáveis pela Uniformização da Jurisprudência nacional e, especificamente, trabalhista, ao longo dos anos, bem como seus aspectos mais relevantes, imperiosa se faz a análise da temática à luz do Código de Processo Civil de 2015.

A *novel* legislação é aqui apresentada como responsável por quebrar paradigmas e instituir um Sistema de Precedentes Vinculantes no ordenamento jurídico brasileiro, incorporando alguns institutos inspirados no Sistema *Common Law*, o que certamente carece de ampla compressão sob a ótica da realidade brasileira.

Trata-se da concretização de uma progressiva evolução com referência à valorização da força normativa da Jurisprudência, revelando paulatino amadurecimento sistêmico, que não prescinde, contudo, de estudo, ampla compreensão por seus operadores e efetiva aplicação.

4.1 O dever de Uniformização de Jurisprudência

Os tópicos anteriores demonstraram as alterações sofridas no sistema jurídico brasileiro ao longo dos anos, sendo inequívoca a valorização da Jurisprudência e a necessidade de sua uniformização a fim de se propiciar segurança jurídica, isonomia das decisões e consequente estabilidade, coerência e integridade do ordenamento jurídico.

Igualmente, pôde-se aferir que a Uniformização da Jurisprudência dos Tribunais desenvolveu-se por meio de diversos métodos, como Incidentes de Uniformização, decisões em Controle Concentrado de Constitucionalidade, edição de Súmulas Vinculantes, julgamento de Recursos Repetitivos e outros, que deram origem a institutos como Súmulas, Teses, Precedentes, Prejulgados e tantos outros.

Mesmo sendo incontroversa a evolução no Direito Jurisprudencial brasileiro, certo é que os operadores do direito, inseridos em uma cultura tradicionalmente legalista, ainda têm dificuldades de internalizar todas as novas peculiaridades,

sobretudo porque os institutos até então desenvolvidos padecem de críticas e vícios a serem superados[88].

Ademais, mais que assimilar a necessidade de uniformização e estabilização decisória, a problemática circunda, principalmente, a questão da vinculação obrigatória aos fundamentos lançados em decisões pretéritas, por romper com a lógica tradicional do sistema *Civil Law,* o que carece de intensa aceitação, amplo conhecimento e adaptação, o que certamente leva tempo.

Nesse cenário, dedicando-se à análise de toda a evolução sistêmica, chega-se ao ponto fulcral do estudo da Uniformização de Jurisprudência, a saber, a entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, que instituiu, formalmente, um Sistema de Precedentes Vinculantes no ordenamento jurídico brasileiro, trazendo dispositivos específicos sobre o dever de estabilização jurisprudencial.

Nos termos do *caput* do art. 926 da *novel* legislação, foi imposto aos Juízes e Tribunais o dever de "uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente" (BRASIL, 2015a). Para Daniel Amorim Assumpção Neves (2016, p. 1301) a Uniformização de Jurisprudência revela-se como um dever moral dos magistrados que, ao evidenciar que seu posicionamento destoa daquele majoritariamente sustentado, se submete ao entendimento firmado pela colegialidade, o que considerado "moralmente elogiável".

A nova disposição legal traduziu a clara intenção dos juristas em acabar com as injustiças decorrentes da dissidência jurisprudencial nos Tribunais, racionalizando as decisões, o que pode ser aferido pela leitura da Exposição de Motivos do novo Código de Processo Civil, ao dispor que: "uma vez firmada jurisprudência em certo sentido, esta deve, como norma, ser mantida, salvo se houver relevantes razões recomendando sua alteração" (BRASIL, 2010a).

Percebe-se, pois, que a nova legislação privilegiou a vinculatividade da jurisprudência pacificada, incorporando uma espécie de *Stare Decisis* no

[88] Até o advento do Código de Processo Civil de 2015 ainda não havia sido positivado no ordenamento jurídico nacional o Sistema de Precedentes Vinculantes. Nesse sentido, diversos mecanismos e institutos relativos à Uniformização de Jurisprudência até então desenvolvidos eram mal compreendidos ou passíveis de críticas, por não possuírem uma regulamentação especifica, como a advinda do CPC/15. A *novel* legislação foi responsável, pois, por apresentar técnicas mais apuradas para utilização do sistema de precedentes, a exemplo da regulamentação e exigências acerca da fundamentação das decisões, a previsão do *Distinguishing* e *Overruling*, a noção da *Ratio Decidendi*, compreendida como fundamento determinante das decisões, entre outras.

ordenamento jurídico nacional, sem o qual se entende ser pouco crível a concretização da segurança jurídica e isonomia pretendidas.

O caráter vinculante mostra-se, também, como um dos sustentáculos do novo sistema, que privilegia a consecução desses princípios, o que mais uma vez é enfatizado ao longo da exposição de motivos do CPC, que assim sustentou:

> [...] O novo Código prestigia o princípio da segurança jurídica, obviamente de índole constitucional, pois que se hospeda nas dobras do Estado Democrático de Direito e visa a proteger e a preservar as justas expectativas das pessoas. Todas as normas jurídicas devem tender a dar efetividade às garantias constitucionais, tornando "segura" a vida dos jurisdicionados, de modo a que estes sejam poupados de "surpresas", podendo sempre prever, em alto grau, as consequências jurídicas de sua conduta. [...] A dispersão excessiva da jurisprudência produz intranquilidade social e descrédito do Poder Judiciário (BRASIL, 2010a, s.p.).

Pelo exposto, pode-se aferir a preocupação dos juristas com a tutela da segurança jurídica, restando demonstrado que as alterações legislativas se deram, também, com o intuito de conferir confiança aos jurisdicionados, bem como proporcionar mais credibilidade e tranquilidade social.

Por meio da incorporação de um Sistema de Precedentes Vinculantes, pretendeu-se reduzir a dissidência jurisprudencial, impondo aos Tribunais julgamentos estáveis, íntegros e coerentes.

Tem-se como estável aquilo que pouco se altera ou, quando o faz, se dá de maneira branda e justificada, causando poucos danos ao jurisdicionado. Aqui se enquadra a observância do *Stare Decisis,* uma vez que deve ser evitada a alteração ou superação abrupta e desnecessária de posicionamentos. Nas palavras de Lucas Buril de Macêdo (2014, p. 5), "o dever de estabilidade, consagrado no dispositivo em comento (art. 926 do CPC/15) exige que se pese a força da segurança quando o tribunal cogite desviar de posicionamento assumido em um precedente".

A integridade, por sua vez, pode ser compreendida como a unidade dos tribunais, que não poderão manter posicionamentos contraditórios ou conflitivos. Dessa forma, valendo-se mais uma vez do *Stare Decisis*, aquilo que já consolidado, deve, salvo raras exceções, ser perpetuado sem desvios interpretativos. No entendimento do mesmo autor:

> [...] o Judiciário, em comando direcionado especialmente aos tribunais, deve ser compreendido como um só e, consequentemente, as orientações que são oferecidas aos jurisdicionados, especialmente pelos precedentes judiciais, não podem ser observadas de forma particularizada ou destacada dessa realidade. Por isso mesmo, os tribunais precisam considerar o que foi por eles dito anteriormente e justificar qualquer dissenso, tanto interno, em relação ao órgão prolator do precedente contrário, como também externo, quando o precedente advir de outro órgão judicante (MACÊDO, 2014, p. 6).

Ao final, tem-se que o Sistema Precedencialista deve ser igualmente coerente. Nos termos do CPC/15, a coerência foi inserida como elemento a ser perseguido, devendo ser compreendida como desdobramento da racionalidade e da universalização do ordenamento jurídico. Para Hermes Zaneti Jr. (2019), essa se concretiza por meio do trabalho de conferência entre o conteúdo da decisão atual e das decisões anteriores, bem como pela racional adequação dos julgados à integralidade dos textos normativos e da Constituição Federal, requisitos para sua universalização e possível aplicação aos casos futuros.

A corroborar com o exposto, completa Neil MacCormick (1978) que, da mesma forma que a integralidade das normas positivadas do ordenamento jurídico deve se harmonizar quando coletivamente consideradas, os órgãos judiciais precisam ser coesos em suas decisões, o que demonstra a "função nomofilácica"[89] a ser respeitadas pelos magistrados.

Com fulcro nos fundamentos e fins perseguidos, o Código de Processo Civil de 2015 inaugurou-se uma nova realidade jurídica, que será mais bem compreendida nos tópicos seguintes deste capítulo.

4.2 Decisões e institutos vinculantes estabelecidos pelo CPC/15

Conforme exposto no tópico anterior, o Código de Processo Civil de 2015 consolidou o dever de Uniformização de Jurisprudência dos Tribunais, dispondo acerca da necessidade de manutenção da estabilidade, integridade, coerência das decisões e, em última análise, do próprio ordenamento jurídico, sustentado pela imposição do caráter vinculante a várias modalidades decisórias e institutos.

---

[89] Tem-se por "função nomofilácica" aquela "destinada a aclarar e integrar o sistema normativo, propiciando-lhe uma aplicação uniforme" (BRASIL, 2014b, s.p.). Apesar de comumente utilizada na doutrina quando se trata de Uniformização de Jurisprudência, para Lucas Buril de Macêdo (2019) essa atribuição é equivocada, pois ele acredita que a nomofilaquia seria uma atividade de supressão de interpretação, sendo um paradoxo a sua utilização nesse contexto. Malgrado seu entendimento, majoritariamente a doutrina se vale do termo, pelo que o presente trabalho optou por sua utilização.

Diferentemente do desenvolvido pelo Sistema *Common Law,* no Brasil, nem toda decisão judicial se consubstancia Precedente e tem o condão de vincular o julgamento de casos futuros análogos ou similares. Nesse sentido, o art. 927 do CPC/2015 enumerou as decisões e institutos a serem obrigatoriamente observados pelos Juízes e Tribunais. Apesar da existência do rol, há bastante divergência doutrinária quanto ao seu caráter taxativo ou exemplificativo.

Nos termos do art. 927 do CPC, os juízes e tribunais observarão:

> I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;
> II - os enunciados de súmula vinculante;
> III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;
> IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;
> V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados (BRASIL, 2015a, s.p.).

O inciso I do dispositivo estabelece como Precedentes Vinculantes as decisões do Supremo Tribunal Federal em julgamentos de controle concentrado de constitucionalidade, a saber, em ADC, ADI e ADPF. Trata-se de vinculatividade já disposta no art. 102, I, "'a", e parágrafos primeiro e segundo da Constituição Federal (BRASIL, 1988a), bem como no parágrafo terceiro do art. 10 da Lei nº 9.882 (BRASIL, 1999b), que determinam a observância *erga omnes* da decisão, conforme já trazido no tópico 3.3 do presente trabalho.

Deve-se observar, contudo, que, até então, eram apenas os dispositivos das decisões em ADC, ADI e ADPF que, ao transitarem em julgado, vinculavam todos os órgãos jurisdicionais, administração direta e indireta. Com o advento do CPC de 2015 e a incorporação de um Sistema de Precedentes Vinculantes, a *Ratio Decidendi* dessas decisões é que passou a ser obrigatoriamente observada (MIESSA, 2016).

Consolidou-se então a denominada "eficácia transcendente dos motivos determinantes"[90], segundo a qual a fundamentação determinante de um julgado, isso

[90] A "eficácia transcendente dos motivos determinantes" já vinha sendo utilizada pelo STF em julgados de ADC e ADI, antes mesmo do advento do CPC/15, por entenderem que o efeito vinculante dessas decisões também atingia as razões de decidir do julgado (*Ratio Decidendi*), e não apenas a sua parte dispositiva. Considerando serem, agora, as decisões em ADC e ADI precedentes vinculantes – art. 927, I do CPC (BRASIL, 2015a), as controvérsias a esse respeito restaram superadas. Lucas Buril de Macêdo (2014), entretanto, adverte que muitas vezes a expressão é utilizada equivocadamente para se referir à vinculatividade da fundamentação amplamente considerada. Dessa forma, deve-se

é, a sua *Ratio Decidendi,* é que possui caráter vinculante, e será aplicada em situações semelhantes, embora especificamente distintas[91].

Certo é que as decisões dos julgamentos de ADI, ADC e ADPF, até então, não podiam ser utilizadas em casos análogos (MARINONI, 2015), sendo essa a maior contribuição da *novel* legislação nesse aspecto.

O inciso II apresenta os enunciados de Súmula Vinculante como objeto de observância obrigatória pelos Juízes e Tribunais. Dessa forma, foi ratificada a vinculatividade advinda da Constituição Federal, que já dispunha em seu art. 103-A, desde o advento da Emenda Constitucional 45, sobre a observância obrigatória desses enunciados editados pelo Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 1945).

Deve-se atentar, entretanto, que a vinculação em um Sistema de Precedentes se faz por meio da análise da *Ratio Decidendi* de um julgado e sua comparação com o novo caso *sub judice,* o que é consideravelmente diverso da forma como as Súmulas vinculantes vêm sendo aplicadas até então. Assim, o típico mecanismo de aplicação das Súmulas Vinculantes, isto é, de maneira desvinculada das decisões que ensejaram a sua criação[92], e da *Ratio* delas advindas, precisa ser repensado sob a ótica Precedencialista, o que carecerá de análise em tópico próprio.

O inciso III, por sua vez, apresenta três modalidades decisórias consideradas vinculantes, produzidas por meio de um "Microssistema de formação concentrada de Precedente Vinculantes"[93], a saber, os acórdãos em Incidente de Assunção de Competência (IAC), acórdãos em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e acórdãos em julgamentos de Recurso Extraordinário e Especial repetitivos – (IRR)

Diferentemente dos Precedentes no Sistema *Common Law,* no Brasil, a legislação processual entendeu por bem impor uma atuação comissiva dos Tribunais em face do dever de Uniformização de Jurisprudência. Dessa forma, estabeleceu a

---

levar em conta que a fundamentação não se confunde com a *ratio,* sendo apenas essa última dotada de efeito vinculante.

[91] O que é corroborado pelo Enunciado 168 do FPPC (2019), que assim dispõe: Os fundamentos determinantes do julgamento de ação de controle concentrado de constitucionalidade realizado pelo STF caracterizam a *Ratio Decidendi* do precedente e possuem efeito vinculante para todos os órgãos jurisdicionais (Grupo: Precedentes).

[92] Nos termos da nota nº 38.

[93] Expressão utilizada por diversos autores para demonstrar os procedimentos instituídos para o julgamento específico de questões controvertidas, a fim de uniformizar a Jurisprudência e produzir concretamente precedentes a serem obrigatoriamente observados. Especificamente, essa expressão foi retirada da obra de Paulo Sarno Braga, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira (2016, p. 478).

formação concentrada de decisões judiciais cujas *Rationes Decidendi* terão eficácia obrigatória.

Certo é que o Código de Processo Civil de 1973 já trazia regramento próprio para o Incidente de Assunção de Competência e para os Recursos Extraordinários e especiais repetitivos, consoante apresentado no tópico 3.3 do trabalho, não existindo obrigatoriedade de observância às suas decisões. A esse respeito, o Código de 2015 inovou ao impor a vinculatividade desses julgados, o que pode ser também aferido pela redação do parágrafo terceiro do art. 947[94] e art. 1.040 do CPC[95], respectivamente.

Especificamente, tem-se que o IAC foi incluído no CPC de 1973, por meio da Lei nº 10.352/2001, sendo mantido pelo ordenamento jurídico e disciplinado pelo *caput* do art. 947 do CPC de 2015. A nova regulamentação dispõe que o Incidente será cabível quando o processo envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos, hipótese em que a prevenção ou a composição de divergência entre Câmaras ou Turmas do Tribunal se mostre conveniente (BRASIL, 2015a).

Tem-se, pois, que o Código atual apenas alterou a expressão “interesse público” para “grande repercussão social” e delimitou que o procedimento não será utilizado em questões discutidas em múltiplos processos.

O Incidente de Recursos Extraordinários e Especiais Repetitivos, previsto originalmente nos artigos 543-B e 543-C do CPC/73, também foi incorporado ao CPC (BRASIL, 2015a) por meio do disposto nos seus arts. 1.036 e 1.041, sendo considerados, também, Precedentes Vinculantes, de observância obrigatória. Nos termos do *caput* do art. 1.039, “decididos os recursos afetados, os órgãos colegiados declararão prejudicados os demais recursos versando sobre idêntica controvérsia ou os decidirão aplicando a tese firmada”.

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), por sua vez, foi inaugurado no ordenamento jurídico nacional pelo CPC/15 e disciplinado de maneira

---

[94] §3º O acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os juízes e órgãos fracionários, exceto se houver revisão de tese (BRASIL, 2015a, s.p.).

[95] Art. 1.040. Publicado o acórdão paradigma: I - o presidente ou o vice-presidente do Tribunal de origem negará seguimento aos recursos especiais ou extraordinários sobrestados na origem, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Tribunal Superior; II - o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado, se o acórdão recorrido contrariar a orientação do tribunal superior; III - os processos suspensos em primeiro e segundo graus de jurisdição retomarão o curso para julgamento e aplicação da tese firmada pelo tribunal superior (BRASIL, 2015a, s.p.).

mais robusta que os demais incidentes pelos arts. 976 a 987, sendo aplicável às seguintes circunstâncias:

> Art. 976. É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente:
> I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito;
> II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica (BRASIL, 2015a, s.p.).

Conforme evidenciado na Exposição de Motivos do anteprojeto do CPC (BRASIL, 2010a), referido incidente possui inspiração na cultura jurídica alemã[96], que dispõe de um instituto denominado *Musterverfarhen*[97] (procedimento-modelo ou procedimento-padrão), segundo o qual uma decisão proveniente de uma "causa-piloto"[98] serviria de modelo para a resolução de grande quantidade de processos que tratassem de casos semelhantes, ainda que as partes fossem diversas[99].

Dessa forma, pretendeu-se que, ao se uniformizar a Jurisprudência sobre determinada temática, o posicionamento vinculante fosse aplicado a uma multiplicidade de processos semelhantes, propiciando coerência e integridade ao ordenamento, o que é aferido também pelo art. 985 do CPC, que dispõe:

> Art. 985. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada:
> I - a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo Tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região;
> II - aos casos futuros que versem idêntica questão de direito e que venham a tramitar no território de competência do Tribunal, salvo revisão na forma do art. 986 (BRASIL, 2015a, s.p.).

---

[96] "Com os mesmos objetivos, criou-se, com inspiração no direito alemão, o já referido incidente de resolução de demandas repetitivas, que consiste na identificação de processos que contenham a mesma questão de direito, que estejam ainda no primeiro grau de jurisdição, para decisão conjunta" (BRASIL, 2010a, s.p.).

[97] Conforme dispõe Thiago Henrique Ament (2018, p. 67), "a Lei de Introdução do Procedimento-Modelo é do ano de 2005 e foi prevista inicialmente apenas para demandas envolvendo o mercado de capitais, com um prazo temporário de cinco anos. Uma reforma no ano de 2012 ampliou seu objeto para outros litígios e estendeu seu prazo de duração até 2020".

[98] Conforme assente Sofia Temer (2018), o termo "causa-piloto" se refere ao processo escolhido para julgamento e cuja *ratio* auferirá caráter vinculante.

[99] Conforme estudo publicado por Marcos de Araújo Cavalcanti: "Nessa linha, a Inglaterra introduziu em seu ordenamento jurídico as *group litigation orders* (GLO) (ordens de litígio em grupo). De acordo com esse instituto, o Tribunal, quando identificar a real ou a potencial multiplicidade de demandas, de ofício ou a requerimento da parte, deve conceder uma ordem de litígio em grupo, determinando a coletivização do processamento e do julgamento de ações individuais que apresentem questões comuns ou relacionadas, de fato ou de direito" (CAVALCANTI, 2014, p. 333).

Nesse sentido, com fulcro no art. 928 do CPC/15, a *novel* legislação considerou como sendo julgamento de casos repetitivos as decisões proferidas em:

> I - incidente de resolução de demandas repetitivas;
> II - recursos especial e extraordinário repetitivos.
> Parágrafo único. O julgamento de casos repetitivos tem por objeto questão de direito material ou processual (BRASIL, 2015a, s.p.).

A esse conjunto de instrumentos processuais, a saber, IRDR e IRR, fora dado o nome "Microssistema de solução de Litigiosidade Repetitiva", que, nas palavras de José Roberto Freire Pimenta (2016, p. 205):

> [...] fundamentalmente, visa gerar um precedente obrigatório capaz de decidir, de modo uniforme, todos os processos repetitivos dele objeto, mediante a utilização de uma causa piloto e de um processo teste (ampliados por um acervo de processos repetitivos que amplie o exame da controvérsia).

O inciso IV traz a lume as já conhecidas Súmulas de Jurisprudência dos Tribunais Superiores – STF e STJ –, até então dotadas de caráter apenas persuasivo. Sob a ótica da literal redação do *caput* do art. 927, por sua vez, a partir do CPC/15 os enunciados dessas Súmulas passaram a dotar de observância obrigatória.

O novo caráter vinculante atribuído às Súmulas, conforme já alertado anteriormente, ensejará atenção especial, sobretudo quanto à sua correta aplicação pelos operadores do direito, a ser analisado no tópico 6.2, juntamente com as supracitadas Súmulas Vinculantes[100].

Obtempera-se, na oportunidade, que o antigo IUJ, previsto no CPC/73, e responsável pela criação de diversas Súmulas, não encontra correspondência na atual legislação Processual Civil.

Entende-se, pois, que caberá aos Regimentos Internos dos Tribunais prescrever outros meios de Uniformização de Jurisprudência, nos termos exigidos pelo parágrafo primeiro do art. 926, que dispõe: "Na forma estabelecida e segundo os pressupostos fixados no regimento interno, os tribunais editarão enunciados de Súmula correspondentes à sua jurisprudência dominante" (BRASIL, 2015a), o que será trazido a lume no capítulo 6.

---

[100] Conforme exposto anteriormente, a aplicação das Súmulas sob a égide de um Sistema de Precedentes Vinculantes não pode se dar de maneira desvinculada das decisões Precedentes que as originaram, como ocorria até então. Essa questão será explorada no tópico 6.2

Ao final, o inciso V traz expressão genérica, a saber, “orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados”.

Certo é que o dispositivo consubstancia uma cláusula de tessitura abertura, apta a contemplar as diversas orientações firmadas no plenário ou órgão fracionário de um Tribunal, preparadas para vincularem os futuros julgados. Têm-se como exemplos as decisões em Arguição de Inconstitucionalidade suscitadas nos Tribunais e decididas pelo seu Pleno, bem como as Súmulas de Jurisprudência regionais, todas vinculantes no âmbito de sua jurisdição.

A esse respeito, Élisson Miessa (2016, p. 517) preconiza que “os membros fracionários de um tribunal devem observar os precedentes proferidos pelo plenário ou órgão especial do próprio tribunal (horizontal), assim como os demais órgãos de instância inferior (vertical). ” O Enunciado 167 do Fórum Permanente de Processualistas Civis - FPPC (2019, s.p.) converge com essa assertiva e assim dispõe:

> 167. (art. 926; art. 947, § 3º; art. 976; art. 15). Os Tribunais Regionais do trabalho estão vinculados aos enunciados de suas próprias Súmulas e aos seus precedentes em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas (Grupo: impacto do CPC no Processo do Trabalho).

Nos termos em que foi exposto, a *novel* legislação inaugurou um Sistema de Precedentes Vinculantes, trazendo a lume, em seu art. 927, as decisões judiciais e institutos considerados como de observância obrigatória por todos os Juízes e Tribunais do país.

Paulo Sarna Braga, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira (2016) esclarecem que esses Precedentes vinculam de duas formas distintas, demonstrando, pois, as já apresentadas vinculações horizontal e vertical:

> [...] Uma *vinculação interna* dos membros e órgãos fracionários de um tribunal aos precedentes do plenário ou órgão especial daquela mesma Corte. Uma *vinculação externa* dos demais órgãos de instância inferior (juízos e tribunais) aos precedentes do plenário ou do órgão especial do tribunal a que estiverem submetidos. Afinal, o precedente não deve vincular só o Tribunal que o produziu, como também os órgãos a ele subordinados (BRAGA; DIDIER JR.; OLIVEIRA, 2016, p. 469).

Para alguns doutrinadores, a exemplo de Luiz Guilherme Marinoni (2016, p. 288), o rol constante do art. 927 deve ser considerado apenas exemplificativo, pois “consiste apenas na lembrança de alguns precedentes, além de Súmulas e

controversas decisões tomadas em incidentes de natureza *erga omnes*, que deverão ser observadas pelos juízes e tribunais. ”

No mesmo sentido é o posicionamento de Ravi Medeiros Peixoto (2016) e Eduardo Cambi e Mateus Vargas Fogaça (2016), para quem outras decisões, a exemplo dos acórdãos proferidos em julgamentos pelas Turmas e Sessões dos Tribunais Superiores, também devem ser obrigatoriamente observadas. A doutrina de André Frederico de Sena Horta e Dierle Nunes também se volta para essa direção, ao aduzir que:

> Esse rol não é exaustivo, não excluindo, portanto, que as premissas estabelecidas no art. 926 sejam buscadas em outros tipos de decisão, desde que eles exprimam princípios úteis ao desenvolvimento do raciocínio jurídico em outros casos, uma vez que o raciocínio por precedentes é sempre relevante quando a decisão passada tiver aptidão para constituir indício formal da viabilidade de determinada interpretação do Direito – o que, por certo, não se limita ao disposto nos incisos do art. 927 (HORTA; NUNES, 2016a, p. 325).

Não se trata, entretanto, de entendimento superado, existindo diversos juristas que sustentam a taxatividade do rol de precedentes[101]. Cesar Zucatti Pritsch (2018, p. 73) sugere:

> Andou bem o legislador quanto à limitação do rol de precedentes vinculantes no Brasil e algumas modalidades de súmulas e decisões judiciais, geralmente do plenário da respectiva corte, conforme art. 927 do CPC 2015 – evitando a geração de uma pletora de precedentes vinculantes conflitantes. [...] Se assim não fosse, se tornaria impraticável a vinculação, dado que seriam milhões de precedentes vinculantes, muitas vezes conflitantes. As partes poderiam continuar invocando precedentes da linha que lhe fosse mais conveniente, como é feito hoje, o que equivaleria a nenhuma vinculação.

Entende-se, por ora, que a melhor interpretação aferida por este trabalho é no sentido de que o CPC de 2015 (e não especificamente o rol constante em seu art. 927) delimita quais decisões e institutos serão considerados de observância obrigatória, pelos motivos a seguir expostos.

Inicialmente, tem-se que outra modalidade de Precedente Vinculante foi introduzida no Código de Processo Civil, por meio da Lei nº 13.256 (BRASIL, 2016a), editada ainda na vigência da *vacatio legis* da nova legislação processual. Referida legislação alterou o CPC/15 para incluir o parágrafo quinto no art. 988 e dispor em seu

[101] A exemplo de Daniel Amorim Assumpção Neves (2016) e Cesar Zucatti Pritsch (2018).

inciso II sobre o cabimento de Reclamação para o STF em casos de inobservância às decisões proferidas em acórdão de Recurso Extraordinário com Repercussão Geral reconhecida.

Diante da nova proposição, deixou claro o legislador o caráter também vinculante das decisões proferidas em Recurso Extraordinário com Repercussão Geral reconhecida. Trata-se de inclusão pertinente, pois desarrazoado seria a Corte Suprema conhecer de um Recurso Extraordinário, declarar sua Repercussão Geral e suspender o processamento de todas as lides pendentes acerca da questão no território nacional, se a sua decisão final fosse apenas persuasiva.

Em relação à vinculatividade das decisões em Recurso Extraordinário com Repercussão Geral, Cesar Zucatti Pritsch (2018, p. 83) sustenta que:

> Em que pese o lapso técnico de não terem sido expressamente incluídos no rol dos arts. 927 e 588, *caput*, do CPC, agora o acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida é expressamente tido como precedente vinculante, inclusive, sendo protegido por reclamação, conforme se depreende do inciso II do §5º do art. 988 do CPC, incluído pela Lei n. 13.256/2016. [...] O art. 588, §5º, II do CPC, veio para fazer justiça ao RE com repercussão geral, ainda que de forma atécnica – deveria ter constado do rol do art. 927 e dos incisos do art. 988, do CPC.

Isso posto, tem-se que, além do rol firmado pelo art. 927 do CPC, as decisões proferidas em Recurso Extraordinário com Repercussão Geral também são consideradas de observância obrigatória.

Quanto à consideração de Paulo Sarno Braga, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira (2016) acerca da vinculatividade horizontal das Súmulas editadas pelos Tribunais Regionais, entende-se que estas estão abrangidas pela cláusula genérica aposta no inciso V do art. 927 do CPC, pois fruto da decisão do plenário ou Órgão Especial dos Regionais, sendo, pois, de observância obrigatória no seu âmbito de abrangência. De igual forma são as decisões oriundas dos Incidentes de Arguição de Inconstitucionalidade (ArgInc)[102], cuja vinculação interna é evidente.

[102] O incidente de Arguição de Inconstitucionalidade se funda no disposto nos artigos 948 a 950 do CPC (BRASIL, 2015a), sendo costumeiramente complementado pelos Regimentos Internos dos Tribunais. Nos termos do art. 948, “arguida, em controle difuso, a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público, o relator, após ouvir o Ministério Público e as partes, submeterá a questão à turma ou à câmara à qual competir o conhecimento do processo”. Entende-se, pois, que em razão de obediência judiciária, e por se enquadrar na hipótese do inciso V do art. 927 do CPC, essas decisões também seriam de observância obrigatória.

Nesse sentido, reafirma-se que a melhor interpretação se dá no sentido de que o CPC de 2015 delimita taxativamente quais decisões e institutos serão considerados de observância obrigatória. Tal posicionamento se justifica também pelo fato de as inovações por ele trazidas quebrarem diversos paradigmas até então vigentes, sendo fundamental a sua inserção gradativa no ordenamento jurídico, com vistas a possibilitar a melhor assimilação e efetiva aplicação do novo Sistema Precedencialista pela sociedade e pelos operadores do direito.

Assentir com uma vasta e indeterminada gama de decisões e institutos vinculantes, sobretudo considerando a extensão continental do Brasil - que conta hoje com diversos Tribunais e incontáveis Turmas/Câmaras e Varas -, sem que exista a certeza e concordância em relação à delimitação e necessária observância dos Precedentes, certamente colocaria em risco o novo sistema, gerando ainda mais insegurança jurídica.

Sustenta-se, pois, que a amplitude indiscriminada de Precedentes Vinculantes ensejaria a inobservância destes e, por consectário, a perpetuação do dissenso jurisprudencial, o que iria de encontro à garantia da segurança jurídica e isonomia, amplamente vindicadas.

Obtempera-se, ao final, que, embora as Súmulas sejam institutos caracterizados e conceituados de maneira distinta dos precedentes, com eles não se confundindo (o que amplamente exposto no item 3.1), por estarem incluídas no rol do art. 927 do CPC (incisos II e IV), foram inseridas no âmbito do que se denominou "Sistema de Precedentes Vinculantes".

Assim, dada a sua observância obrigatória e incorporação à lógica Precedencialista - que se vale da vinculatividade da *Ratio Decidendi* de julgamentos concretos -, não raras vezes será possível observar operadores do direito denominando as Súmulas, genericamente, como "Precedentes".

4.3 O caráter vinculante e a sua observância

Mesmo havendo controvérsia quanto ao caráter taxativo ou exemplificativo dos Precedentes Vinculantes constantes no CPC/15, tem-se que, inegavelmente, restou inaugurado no ordenamento jurídico brasileiro um Sistema Precedencialista[103].

[103] Conforme explicado ao final do tópico anterior (4.2), o trabalho considerará como integrantes do "Sistema de Precedentes Vinculantes" todas as hipóteses elencadas no art. 927, o que inclui os

A principal inovação trazida ao ordenamento jurídico nacional, que já contava com métodos específicos de Uniformização de Jurisprudência, foi o dever de observância obrigatória das decisões uniformizadas, isso é, a sua vinculatividade.

Objetivamente, inaugurou-se, oficialmente[104], uma espécie de *Stare Decisis*, donde se extrai a vinculatividade vertical (entre instancias) e horizontal (entre os órgãos fracionários de um mesmo Tribunal), que, nas palavras de Cláudio Brandão, se expressam da seguinte maneira:

> A partir da análise dos novos incidentes processuais por ela criados, ou dos antigos que foram alterados, pode-se concluir que, uma vez provocado, caberá ao tribunal eliminar a diversidade de interpretações possíveis em torno da questão jurídica posta ao seu exame e fixar uma única, a qual se imporá, de modo obrigatório, nos planos horizontal (internamente ao tribunal) e vertical (instâncias inferiores) (BRANDÃO, 2015, p. 173).

No tocante à vinculação horizontal, tem-se que os magistrados passaram a se valer da Autorreferência[105], isto é, do ato de julgar passaram a levar em consideração os Precedentes Judiciais existentes acerca da questão debatida, a fim de proferirem julgamentos coerentes com o entendimento externado anteriormente pela coletividade do órgão judicial onde inseridos.

De acordo com a doutrina de Ravi Medeiros Peixoto (2018, p. 170-171), esse dever "relaciona-se a uma visão institucional do exercício da função judicial". Para ele, "[...] é preciso passar de um modelo individualista para um institucionalista, situação que traz consigo o dever de autorreferência", fazendo-se prevalecer um entendimento uniforme para todo o Tribunal, atento ao dever de uniformização previsto no *caput* do art. 926 do CPC (BRASIL, 2015a)[106].

A vinculação vertical, por sua vez, decorre da hierarquia institucional, devendo, pois, os magistrados observarem os precedentes firmados pelas Cortes a eles superiores[107].

---

enunciados de Súmulas e Súmulas Vinculantes (que, como sabido, conceitualmente não são Precedentes), além das decisões em recursos extraordinários com repercussão geral, aferidas pelo inciso II do §5º do art. 988 do CPC (BRASIL, 2015a).

[104] Diz-se, oficialmente, pois, quando instituídas pela Emenda Constitucional (EC) 45/04, as Súmulas vinculantes, de certa forma, já haviam inserido o instituto no ordenamento nacional, ainda que de forma limitada.

[105] Também denominados "autoprecedente ou *self-precedent"* (ZANETI JR., 2019, p. 327).

[106] Nessa perspectiva, aduz o Enunciado 169 do FPPC (2019) "169. (art. 927) Os órgãos do Poder Judiciário devem obrigatoriamente seguir os seus próprios precedentes, sem prejuízo do disposto nos § 9º do art. 1.037 e §4º do art. 927 (Grupo: Precedentes)".

[107] A corroborar com a assertiva expõe o Enunciado 171 do FPPC (2019): "171: (art. 927, II, III e IV; art. 15). Os juízes e tribunais regionais do trabalho estão vinculados aos precedentes do TST em

4.3.1 Graus de vinculação

A vinculatividade em sentido estrito dos Precedentes constantes do Código de Processo Civil de 2015 é ainda controversa na doutrina, sobretudo porque nem todos os institutos possuem mecanismos coercitivos que imponham a sua observância obrigatória pelos magistrados, tampouco estão amplamente previstos na CRFB.

Cesar Zucatti Pritsch (2018) considera os incisos I, II, e III do art. 927 do CPC, além das decisões em Recurso Extraordinário com Repercussão Geral, como Precedentes Vinculantes ou Precedentes Vinculantes em sentido estrito, tendo em vista que a sua inobservância possibilita a tomada de medida repressiva, a saber, a propositura de reclamação[108].

Para Alexandre Câmara (2015), a vinculatividade dos indicados Precedentes é confirmada, também, por meio de sua imposição ao longo de diversos dispositivos esparsos do CPC, a exemplo do parágrafo terceiro do art. 947, que dispõe sobre a vinculatividade dos acórdãos em IAC[109], os incisos "I" e "II" do art. 985, que tratam da observância às decisões em IRDR[110], e o art. 1.040[111], que disciplina o incidente de Recursos Extraordinários e especiais repetitivos (BRASIL, 2015a), como exemplos de medidas coercitivas.

Os incisos IV e V do art. 927 do CPC, mais polêmicos, por não ensejarem uma ação coativa específica em caso de eventual descumprimento, foram considerados

---

Incidente de Assunção de Competência em matéria infraconstitucional relativa ao direito e ao Processo do Trabalho, bem como às suas súmulas (Grupo: Impacto do CPC no Processo do Trabalho). "

[108] Ressalta-se que, embora a inobservância às decisões em recurso extraordinário com repercussão geral desafie reclamação, nos termos do inciso II do §5º do art. 988 do CPC, essa apenas é possível após o esgotamento das vias ordinárias. Dessa forma, essa modalidade decisória pode ser considerada como Precedente Vinculante de coercibilidade diferida, ao passo que os incisos I, II e III do art. 927 do CPC possuem coercibilidade imediata via reclamação.

[109] Art. 927, § 3º: O acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os juízes e órgãos fracionários, exceto se houver revisão de tese (BRASIL, 2015a, s.p.).

[110] Art. 985. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada: I - a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região; II - aos casos futuros que versem idêntica questão de direito e que venham a tramitar no território de competência do tribunal, salvo revisão na forma do art. 986 (BRASIL, 2015a, s.p.).

[111] Art. 1.040. Publicado o acórdão paradigma: I - o presidente ou o vice-presidente do Tribunal de origem negará seguimento aos recursos especiais ou extraordinários sobrestados na origem, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Tribunal Superior; II - o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado, se o acórdão recorrido contrariar a orientação do Tribunal Superior; III - os processos suspensos em primeiro e segundo graus de jurisdição retomarão o curso para julgamento e aplicação da tese firmada pelo Tribunal Superior (BRASIL, 2015a, s.p.).

por Câmara (2015, p. 436) como “Precedentes Meramente Argumentativos”, sem força impositiva, ao passo que Cesar Zucatti Pritsch (2018) se valeu da denominação “Precedentes Obrigatórios”[112] (ao revés de vinculantes).

Para referido autor, é inegável a vinculatividade desses últimos institutos, uma vez que o próprio do *caput* do artigo 927 do CPC impõe a sua observância pelos Juízes e Tribunais. No entanto, ressalta que, diferentemente dos Precedentes por ele considerados como “Vinculantes em sentido estrito” (incisos I, II e II), cuja inobservância pode ensejar a interposição de Reclamação, os denominados “Precedentes Obrigatórios” devem também ser observados em razão das consequências sistêmicas impostas ao longo do texto normativo.

Para exemplificar essa imposição, cita a possibilidade de improcedência liminar de um pedido que contrarie entendimento consubstanciado em Súmula dos Tribunais Superiores (inciso “I” do art. 332 do CPC), assim como a desnecessidade da remessa necessária nas hipóteses em que a sentença estiver fundada em Súmula dos Tribunais Superiores (parágrafo quarto do art. 496 do CPC)[113].

Parcela minoritária da doutrina se filia à corrente de Alexandre Câmara, sustentando a ausência de vinculatividade dos incisos IV e V e o seu mero dever de consideração pelos Tribunais, sem qualquer obrigação decorrente, vertente com a qual não se coaduna.

As demais decisões judiciais não referidas no art. 927 do CPC, que, por sua vez, constituem a Jurisprudência não uniformizada, são consideradas por Cesar Zucatti Pritsch (2018), como “Precedentes Persuasivos”, justamente porque sua inobservância não acarreta Reclamação, tampouco, consequências sistêmicas, servindo-se, tão somente, como elemento sugestivo e orientador. Nesse ponto discorda Hermes Zaneti Jr. (2019), para quem a jurisprudência persuasiva jamais pode ser denominada “precedente”, ao que tudo indica, por questões meramente conceituais.

---

[112] Observa-se que, ainda que não passíveis de Reclamação, ao longo de todo o diploma processual é possível aferir a sua força e obrigatoriedade. É o que se depreende, por exemplo, do art. 332 do CPC/15, que dispõe sobre a improcedência liminar na hipótese de a pretensão autoral contrariar entendimento consubstanciado em Súmula de qualquer Tribunal. No mesmo sentido é o parágrafo quarto do art. 496 do CPC/15, que dispensa a remessa necessária quando a decisão se fundar em súmula (BRASIL, 2015a, s.p.).

[113] Outros exemplos apresentados por Pritsch (2018, p.84) são: art. 521; art. 932, IV e V; art. 927, §4º; art. 489, §1º, VI, todos do CPC (BRASIL, 2015a).

Malgrado os posicionamentos apresentados, e valendo-se da interpretação estrita do art. 927 do CPC, que aduz que os Juízes e Tribunais “observarão” os institutos ali entabulados, o trabalho adota a tese segundo a qual todos os incisos devem ser considerados como de observância obrigatória pelos magistrados, dotados, pois, de vinculatividade.

No mesmo sentido é o posicionamento de Ravi Medeiros Peixoto (2018, p. 176), para quem:

> A vinculação advinda do comando do art. 927 por meio do termo “observarão” não parece ter, de forma alguma, conotação de um mero dever de levar em consideração. [...] *Não há qualquer necessidade de outros comandos normativos para que quaisquer dos casos mencionados no art. 927 tenha eficácia vinculante*.

Esse entendimento firmado por Élisson Miessa (2016) e corroborado pelo Enunciado nº 170 do Fórum Permanente de Processualistas Civis (2019), que assim dispõe: “As decisões e precedentes previstos nos incisos do *caput* do art. 927 são vinculantes aos órgãos jurisdicionais a eles submetidos”. Ainda, nos termos sustentados por Daniel Amorim Assumpção Neves (2016, p. 1304), não consagrar a vinculação decorrente do termo “observarão” constante do *caput* do art. 927 do CPC implicaria uma “curiosa e insustentável situação. ”

Após discorrer sobre a Uniformização de Jurisprudência ao longo da história do Direito brasileiro, é possível ter a convicção de que a segurança jurídica e a isonomia apenas são passíveis de concretização por meio de um sistema que não apenas valorize a uniformização, a estabilidade e a coerência das suas decisões, mas que imponha sua observância obrigatória em casos futuros análogos ou similares. Trata-se, pois, de elemento substancial para implementação efetiva do *Stare Decisis*.

4.3.2 Reclamação

A fim de propiciar a devida observância das decisões e institutos considerados vinculantes pelos órgãos judiciais, imperiosa a análise do remédio constitucional importando de maneira ampliada para o Código de Processo Civil de 2015, a saber, a Reclamação.

Prevista originalmente pela Constituição Federal, a Reclamação pode ser considerada um remédio constitucional cabível em face dos Tribunais Superiores, a

fim de preservar sua competência e a autoridade de suas decisões, o que é previsto na alínea "l" do inciso I do art. 102[114], alínea f, do inciso I, do art. 105[115], e parágrafo terceiro do art. 111-A[116] (BRASIL, 1988a), fazendo referência ao STF, STJ e TST, respectivamente.

A Reclamação também objetiva garantir que os atos administrativos e decisões judiciais estejam em consonância com as Súmulas Vinculantes editadas[117] e com as decisões da Corte Suprema, inclusive em Controle de Constitucionalidade, sob pena de anulação do ato e cassação da decisão pelo Supremo STF (BRASIL, 1988a).

Com fulcro na previsão constitucional é possível perceber a importância do instituto, pois ele cria um "mecanismo de autoimposição" (TAVARES, 2007, p. 115), permitindo que, em caso de inobservância à competência ou autoridade das decisões proferidas pelos Tribunais Superiores, bem como das Súmulas Vinculantes, estas possam ser preservadas e impostas por meio da reclamação ao STF.

O Código de Processo Civil de 2015, por sua vez, ampliou o cabimento da Reclamação, permitindo seu ajuizamento perante qualquer Tribunal[118], seja para manter sua competência, para garantir a autoridade de suas decisões ou a observância às Súmulas Vinculantes. Especificamente, o inciso IV, bem como inciso II do parágrafo quinto, ambos do art. 988, dispuseram:

> Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:
> IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;
> §5º
> II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento

---

[114] Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - Processar e julgar, originariamente: l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões; (BRASIL, 1988a, s.p.).

[115] Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

[116] §3º Compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões (BRASIL, 1988a, s.p.).

[117] §3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso (BRASIL, 1988a, s.p.).

[118] Art. 988, § 1º do CPC: "A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir" (BRASIL, 2015a, s.p.).

> de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias (BRASIL, 2015a, s.p.).

Pelo exposto, percebe-se que, além do cabimento de Reclamação nas hipóteses constitucionalmente asseguradas, a *novel* legislação alargou as possibilidades de sua aplicação. A partir de então, todas as decisões que desrespeitarem os precedentes firmados em IRR, IRDR e IAC, bem como no julgamento dos Recursos Extraordinários com Repercussão Geral (inciso "II" do parágrafo 5º do art. 988 do CPC), serão passíveis de Reclamação. Nesse sentido é a redação do incluso parágrafo primeiro do art. 985, que dispõe: "Não observada a tese adotada no incidente, caberá reclamação" (BRASIL, 2015a, s.p.)[119].

Assim, uma vez julgada procedente a Reclamação, o Tribunal cassará a decisão impugnada ou determinará a adequada solução da controvérsia, cabendo ao Presidente do Tribunal impor o imediato cumprimento da decisão, nos termos dos artigos 992 e 993 do CPC/15.

Em um cenário jurídico-processual em que se incorpora um Sistema de Precedentes Vinculantes, pode-se encarar a reclamação como instrumento garantidor da estabilização e uniformização da Jurisprudência, proporcionando, consequentemente, isonomia e segurança jurídica (FARIA; TOSTES, 2017).

Dessa feita, a reclamação atua "[...] como mais um remédio jurídico processual apto à correção da não aplicação adequada de determinado entendimento jurisprudencial vinculante" (PEIXOTO, 2018, p. 174), valendo-se como instrumento que garante a observância do Precedente Vinculante em processos análogos ou semelhantes. Nas palavras de Elpídio Donizetti (2015, p. 24):

> Agora, estando a tese jurídica firmada em recurso repetitivo (recurso especial ou extraordinário), pode o jurisdicionado ou o próprio Ministério Público propor a reclamação a fim de "chamar à atenção" da instância inferior para a necessidade de se observar a decisão consolidada.

---

[119] Nesse mesmo sentido são os Enunciados 349, 350 e 558 do FPPC (2019): "349 (arts. 982, § 5º e 988). Cabe reclamação para o tribunal que julgou o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas caso afrontada a autoridade dessa decisão. (Grupo: Precedentes)"; "350. (arts. 988 e 15) Cabe Reclamação, na Justiça do Trabalho, da parte interessada ou do Ministério Público, nas hipóteses previstas no art. 988, visando a preservar a competência do Tribunal e garantir a autoridade das suas decisões e do precedente firmado em julgamento de casos repetitivos (Grupo: Impacto do CPC no Processo do Trabalho) " e "558 (art. 988, IV, §1º; art. 927, III; art. 947, §3º). Caberá reclamação contra decisão que contrarie acórdão proferido no julgamento dos incidentes de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência para o Tribunal cujo precedente foi desrespeitado, ainda que este não possua competência para julgar o recurso contra a decisão impugnada (Grupo: Precedentes, IRDR, Recursos Repetitivos e Assunção de Competência)".

Obtempera-se ao final, como já exposto, que não há previsão de cabimento de Reclamação em face dos "enunciados das Súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional", tampouco da "orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados", incisos IV e V do art. 927 do CPC (BRASIL, 2015a).

4.3.3 Publicidade

A fim de se garantir a segurança jurídica almejada e legitimar a observância obrigatória dos Precedentes, imperiosa se faz a sua publicação e devida divulgação pelos Tribunais, sem as quais a sua vinculatividade se torna ineficaz.

Consoante fundamentam André Frederico de Sena Horta e Dierle Nunes (2016b, p. 77), "[...] uma das garantias da fiscalidade do sistema processual, ao lado da fundamentação, seguramente é a devida publicidade de toda atividade processual, com ênfase para a decisória". Nessa linha, a *novel* legislação processual insculpiu no parágrafo quinto do art. 927, que: "Os tribunais darão publicidade a seus precedentes, organizando-os por questão jurídica decidida e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores" (BRASIL, 2015a, s.p.).

O art. 979 do CPC, por sua vez, dispôs em seu *caput* que: "A instauração e o julgamento do incidente serão sucedidos da mais ampla e específica divulgação e publicidade, por meio de registro eletrônico no Conselho Nacional de Justiça". E em seu parágrafo primeiro, que "os tribunais manterão banco eletrônico de dados atualizados com informações específicas sobre questões de direito submetidas ao incidente, comunicando-o imediatamente ao Conselho Nacional de Justiça para inclusão no cadastro" (BRASIL, 2015a, s.p.).

Certo é que a ampla publicidade dos precedentes leva ao jurisdicionado o posicionamento unificado acerca de determinada questão, promovendo segurança e confiança quanto aos futuros pronunciamentos judiciais, sem que sejam surpreendidos com indeferimentos liminares de seus pleitos, pois incompatíveis com a Jurisprudência uniformizada (nos termos do art. 332 do CPC/15)[120].

---

[120] Art. 332. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:
I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

Ademais, em um Sistema Precedencialista, o acesso à íntegra dos acórdãos firmados por meio de mecanismos de formação concentrada de Precedentes e das demais decisões consideradas como tais se faz indispensável, pois garante aos magistrados o conhecimento e amplo acesso às *Rationes Decidendi,* de observância obrigatória em casos análogos ou equivalentes.

O simples acesso ao "Tema" do julgamento ou resumo desses não se presta aos fins colimados, pois deslegitima o Sistema Precedencialista, que não se estrutura na vinculatividade de teses abstratamente consideradas. A esse respeito, fundamenta Leonard Ziesemer Schmitz (2017, p. 655) que "[...] a mera leitura da ementa não entrega, desde logo, os fundamentos; apenas explicita as questões decididas no "precedente" que se quer invocar".

Sob essa perspectiva, o Conselho Nacional de Justiça instituiu o banco nacional de dados, com informações da Repercussão Geral, dos casos repetitivos e dos incidentes de assunção de competência do STF, do STJ, TST, TSE, STM, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal (BRASIL, 2016b).

Ato contínuo, exigiu que todos os supracitados tribunais organizassem um Núcleo para Gerenciamento de Precedentes (NUGEP), no âmbito de suas estruturas administrativas, com atribuições específicas impostas pelo Conselho, justamente com o objetivo de resguardar a ampla publicidade e acesso aos Precedentes Vinculantes.

Sob outra perspectiva, a publicidade é igualmente importante na fase de instauração e tramitação dos incidentes que darão origem às decisões vinculantes. Nesse sentido, sustenta Temer (2018, p. 143) que a publicidade nesse momento processual é fundamental para "legitimar a eficácia de sua decisão". Para a autora, "é

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;
IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.
§ 1º O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.
§ 2º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 241.
§ 3º Interposta a apelação, o juiz poderá retratar-se em 5 (cinco) dias.
§ 4º Se houver retratação, o juiz determinará o prosseguimento do processo, com a citação do réu, e, se não houver retratação, determinará a citação do réu para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias.

preciso que a sociedade saiba que determinada matéria está sendo debatida para que possa participar e contribuir na formação da melhor tese jurídica".

Nesse sentido é o entendimento firmado no Enunciado 591 do FPPC (2019, s.p.), que estabelece:

> 591. (arts. 927, §5º; 950, §3º; 979) O tribunal dará ampla publicidade ao acórdão que decidiu pela instauração do incidente de arguição de inconstitucionalidade, incidente de assunção de competência ou incidente de resolução de demandas repetitivas, cabendo, entre outras medidas, sua publicação em seção específica no órgão oficial e indicação clara na página do tribunal na rede mundial de computadores (Grupo: Ordem do processo nos tribunais e regimentos internos).

É justamente por meio dessa ampla divulgação que terceiros interessados, Ministério Público e eventuais *amicus curiae* poderão se ativar e participar efetivamente da construção jurisprudencial.

4.4 Aplicação e superação dos Precedentes Vinculantes no Brasil

Conforme exposto até o momento, restaram claras a relevância e necessidade de se uniformizar a jurisprudência nacional, a fim de assegurar a efetividade dos princípios da segurança jurídica e igualdade, tão caros a toda a sociedade.

Demonstrou-se, também, como os mecanismos uniformizadores desenvolveram-se no ordenamento jurídico nacional até o advento do Código de Processo Civil de 2015, que trouxe a uniformização como dever dos tribunais, agora legalmente responsáveis e obrigados a manterem sua jurisprudência estável, íntegra e coerente. Cesar Zucatti Pritsch (2018, p. 17) informa:

> [...] o Código Civil de 2015 mostra a opção do legislador no sentido de que o Judiciário possa unificar seus entendimentos, em algum momento dando-lhes a palavra final, visando a segurança jurídica, pacificação social, estabilidades das relações de desestimulo à litigiosidade.

Outrossim, foi possível aferir a principal inovação da *novel* legislação, a saber, a atribuição do caráter vinculante a determinados institutos e decisões, conjunto que se denominou, genericamente, como Precedentes Vinculantes[121]. Élisson Miessa

[121] Conforme exposto, todos os institutos e decisões consideradas pelo CPC/15 como vinculantes podem ser genericamente incluídos no "Sistema de Precedentes Vinculantes", sendo denominados, muitas vezes, como "Precedentes Vinculantes". E ainda que as Súmulas e Orientações constantes

(2016, p. 28) expressa que é justamente a vinculatividade desses precedentes que se presta “como meio de concretização de princípios e regras constitucionais, tais como a segurança jurídica, a igualdade, a eficiência e economia processual”.

Não obstante as louváveis contribuições decorrentes do dever de uniformização legalmente estabelecido, seus benefícios apenas poderão ser colhidos se o sistema for bem recebido e devidamente aplicado pelos operadores de direito. Assim, este tópico destina-se a aprofundar a análise da aplicação e superação dos Precedentes Vinculantes.

4.4.1 A delimitação da Ratio Decidendi

Instituído um Sistema de Precedentes Vinculantes no ordenamento jurídico nacional, imperiosa se faz a sua correta aplicação.

Conforme exposto anteriormente, não é o precedente, isto é, a decisão anterior acerca de determinada temática que irá vincular o julgamento de processos futuros análogos ou semelhantes, mas sim a sua *Ratio Decidendi.*

A *Ratio Decidendi*, denominada na *Common Law* norte-americana como *holding*, é a “parte da decisão que influencia casos futuros” (NOGUEIRA, 2011, p. 41). Nas palavras de Rupert Cross, é “qualquer regra de direito expressa ou implicitamente tratada pelo juiz como passo necessário para alcançar sua conclusão, tendo em vista a linha de raciocínio por ele adotada” (CROSS, 1979, p. 77). Essa razão de decidir encontra-se na fundamentação da decisão, mas com ela não se confunde (DUXBURY, 2008), o que torna a análise da decisão e a identificação de sua *Ratio* uma tarefa relevante e nem sempre fácil.

Certo é que não existe uma definição estática acerca da *Ratio Decidendi*, tampouco um método específico e perfeito para sua aferição. Ao longo da história, diversos testes foram desenvolvidos por juristas, a exemplo de Eugene Wambaugh, Herman Oliphant e Arthur L. Goodhart, que serão apresentados apenas a título histórico, principalmente porque nenhum deles pode ser indicado como o mais correto ou mais utilizado, permanecendo controversa a questão.

O teste de Wambaugh, formulado no século XVII, aduzia que:

---

dos incisos II, IV e V do art. 927 do CPC (BRASIL, 2015a) possuam definições originalmente distintas da noção de Precedentes, são aqui incluídas nesse gênero intitulado “Precedentes Vinculantes”, figurando-se como espécies submetidas ao Sistema Precedencialista instituído no país.

> Antes de tudo há de ser cuidadosamente formulada a suposta proposição de direito. Após deve inserir-se na proposição uma palavra que inverta o seu significado. Então, é necessário perguntar se, caso a Corte houvesse admitido a nova proposição e a tivesse tomado em conta no seu raciocínio, a decisão teria sido a mesma. Só há precedente se a resposta for negativa (MARINONI, 2016, p. 163-164).

No entanto, foi considerado falho, uma vez que uma decisão poderia ser tomada com base em mais de um fundamento. Nesse caso, se aplicado o teste em apenas um deles, não haveria alteração da decisão, pois outro fundamento seria suficiente para justificar a proposição lançada. Obtempera-se, contudo, que o método continua sendo ensinado por possuir grande importância (MACÊDO, 2014).

A teoria de Oliphant, por sua vez, defendia que a busca pela *Ratio Decidendi* era impossível, pois, a seu ver, a integralidade das razões de uma decisão não necessariamente encontra-se exposta em seu texto pelo magistrado, devendo as proposições acerca dessa *Ratio* ser aferidas, *a posteriori,* pelos julgadores que pretendem se valer do precedente (MIESSA, 2016).

O método de Goodhart, publicado em 1930, por sua vez, valoriza os fatos que circundam a decisão, e não a fundamentação jurídica propriamente utilizada. Para o jurista seria necessário "determinar todos os fatos do caso como vistos pelo juiz e, após, identificar quais desses fatos o juiz admitiu como materiais para decidir" (MARINONI, 2016, p. 165).

Esse método, apesar de importante, pode ser considerado igualmente deficitário, pois os fatos alteram consideravelmente de um caso para outro, o que tornaria impraticável a utilização da *Ratio* tão especificamente delimitada em casos futuros.

Tem-se, pois, que, apesar de existentes na história métodos de aferição da *Ratio*, nenhum deles foi considerado bom o suficiente para se tornar um padrão a ser seguido. Dessa forma, cabe aos magistrados, nos termos dispostos na legislação processual[122], motivar suas decisões com os fundamentos relevantes/determinantes da tese discutida, competindo aos futuros julgadores identificá-las e aplicá-las aos processos futuros semelhantes.

---

[122] Consoante disposto no inciso V do §1º do art. 489; §2º do art. 978, e §3º do art. 1.038 do CPC (BRASIL, 2015a).

Outra questão controversa está atrelada ao seguinte questionamento: Quem deve definir a *Ratio*? O órgão prolator da decisão precedente ou o que irá utilizá-la para futuros julgamentos?

O parágrafo segundo do art. 979 do CPC dispôs que o registro e publicação das teses jurídicas formuladas em julgamentos de recursos repetitivos deverão conter, no mínimo, os fundamentos determinantes da decisão e os dispositivos normativos a ela relacionados, o que corrobora a tese de definição prévia da *Ratio.*

Para Luiz Guilherme Marinoni (2016), ainda que o órgão criador do precedente defina sua *Ratio* por meio da fixação de tese, tal fato não isenta o futuro julgador de identificá-la e compreendê-la em face do caso *sub judice.* Isso porque, quando do julgamento, há a possibilidade de o magistrado se deparar com questão não abordada na decisão precedente, hipótese que exigirá a redução ou ampliação do significado da *Ratio Decidendi* identificada, com consequente alteração do seu significado.

Nos termos expostos, é possível aferir a importância da correta delimitação da *Ratio,* seja pelo Tribunal prolator ou pelo julgador subsequente, mas, sobretudo por este, a fim de propiciar a mais escorreita efetivação de um sistema de precedentes que seja, de fato, justo, seguro e eficiente.

Atento a essa necessidade, o Código de Processo Civil de 2015 deixou clara a concepção de *Ratio Decidendi* e de sua devida correlação com o caso futuro *sub judice,* conforme disposto no inciso V, do parágrafo primeiro do art. 489, que será aprofundado no tópico a seguir.

Cesar Zucatti Pritsch (2018, p. 132) refere que “impõe-se que o operador do direito leia o precedente e com suas próprias palavras explique, em uma ou duas frases, qual é a *Ratio Decidendi* [...]” e, somente a partir daí, analise a sua aplicabilidade ao caso em julgamento.

4.4.2 O dever de fundamentação das decisões

O dever de fundamentação das decisões reporta à época da Revolução Francesa, quando insculpido na Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão (FRANÇA, 1789), encontrando-se constitucionalmente previsto no inciso IX do seu art. 93 (BRASIL, 1988a), que institui o princípio da motivação das decisões judiciais.

O dispositivo constitucional exige a indicação das razões que influenciaram a formação da decisão, a fim de evitar a sua arbitrariedade. Por meio da fundamentação

de suas decisões, o Estado-Juiz também garante a legitimidade de sua atuação perante o jurisdicionado e a sociedade de forma geral, o que é reforçado pela doutrina de Ommati (2014, p. 115):

> Se a legitimidade dos órgãos Executivo e Legislativo se dá pelo processo político-eleitoral, ou seja, através da regra da maioria, no caso do Judiciário sua legitimidade advém de dois elementos complementares: a participação daqueles que serão afetados pela decisão a ser produzida com iguais liberdades, apresentando suas razões, argumentos e provas, de modo a que o órgão que tomará a decisão deverá necessariamente responder com base nos fatos acertados e nos argumentos produzidos por esses cidadãos, qual a decisão correta para situação; e a fundamentação exaustiva do órgão jurisdicional.

A fundamentação das decisões judiciais, direito fundamental do jurisdicionado, é também inerente ao devido processo legal e, especialmente, ao devido processo constitucional, uma vez que as partes devem compreender os motivos pelos quais sua pretensão foi acolhida ou rejeitada pelo magistrado, sendo pressuposto, inclusive, para o duplo grau de jurisdição. Nessa perspectiva, fundamenta Humberto Theodoro Jr. (2009a, p. 259) que:

> Do princípio democrático resulta, ainda, no âmbito jurisdicional, o dever do Estado e o direito do jurisdicionado de buscar uma resposta adequada às suas pretensões, com a devida fundamentação, mediante a garantia de ampla participação na construção das decisões, observado, assim, o devido processo legal.

Referido doutrinador, juntamente com Bahia *et al.* (2016, p. 349), acentua:

> [...] no ato de sua fundamentação, o magistrado deve levar em conta a postura hermenêutica; a alteridade e o diálogo (processualmente entendido como contraditório) para prestar contas aos litigantes (e à sociedade) de que sua decisão foi democraticamente construída, o que é condição de sua legitimidade na contemporaneidade.

Pode se dizer que o dever de motivar as decisões figura-se também como consequência dos princípios da lealdade e cooperação processual[123], o que é ratificado por Lucas Buril de Macêdo, Ravi Medeiros Peixoto e Pereira (2013, p. 135), que fundamentam:

[123] O art. 6º do CPC/15 dispõe que "todos os sujeitos do processo *devem cooperar entre si* para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva" (BRASIL, 2015, s.p.).

> O regime colaborativo previsto no novo Código de Processo Civil de 2015 contribui para a edificação da norma de decisão, no caso concreto, mas com potencialidade racional para ser também geral, ou seja, aplicável a outras causas. Nesse regime, o magistrado não se apropria da realidade sob seu olhar solipsista, tampouco se vê limitado pela paráfrase da lei ou pela reprodução acrítica das decisões dos tribunais, pelo contrário, ele ouve as partes e busca a construção da fundamentação de modo claro, completo, congruente e coerente.

A valorização dos Precedentes Vinculantes promovida especialmente pelo Código de Processo Civil de 2015, por sua vez, elevou a importância e a necessidade da motivação das decisões judiciais, pois dessa fundamentação poderá ser extraída a *Ratio Decidendi* a ser observada em situações futuras semelhantes (função prospectiva). Por outro lado, a coerente fundamentação dos julgados que se valem de Precedentes Vinculantes é essencial para justificar a correta aplicação daquela *Ratio* no processo *sub judice* (função retrospectiva/ explicativa).

Nesse sentido, expõem Paulo Sarno Braga, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira (2016, p. 484):

> Considerando que a eficácia normativa do precedente judicial é hoje um dado de nosso sistema jurídico, bem como que, em um sistema de precedentes, a motivação é a pedra de toque, núcleo mesmo - até porque é nela que está o precedente -, é imprescindível exigir maior qualidade na fundamentação dos atos decisórios.
> [...]
> Mais do que nunca, é necessário valorizar a função extraprocessual da fundamentação, percebendo que ela não serve apenas à justificação, para as partes envolvidas naquele processo específico, da solução alcançada pelo órgão jurisdicional. Num sistema em que se valorizam os precedentes judiciais, a fundamentação serve também como modelo de conduta para aqueles indivíduos que não participam, nem nunca participaram, daquele processo específico, haja vista que o precedente poderá ser por eles invocado (ou invocado em seu desfavor) para justificar e legitimar sua conduta presente (ou questioná-la).

Ainda sob esse viés, a fundamentação decisória deixa de ter uma função endoprocessual, alcançando uma importância para além do processo, sobretudo em relação ao papel de construção do sentido da norma a ser reiteradamente aplicada em futuras decisões judiciais, o que repercute, consequentemente, nas condutas humanas.

A fim de ressaltar a importância da fundamentação das decisões judiciais, o Código de Processo Civil trouxe em seu artigo 489 a repetição dos elementos essenciais da sentença outrora previstos no art. 458 do antigo CPC. Não obstante, inovou sua redação por meio de seu parágrafo primeiro, que definiu especificamente

os requisitos daquilo que seria considerado uma decisão fundamentada. Nessa linha, a norma constitucional prevista no art. 93, IX (BRASIL, 1988a), apesar de autoaplicável[124], foi, de certa forma, explicitada pelo CPC/15.

Assim dispôs o parágrafo primeiro do art. 489 do CPC (2015a, s.p.):

> § 1.º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:
> I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;
> II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;
> III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;
> IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;
> V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de Súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;
> VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

As imposições incluídas no texto legal são deveras pertinentes e possibilitam que a prestação jurisdicional se dê de forma clara, precisa e justa, sobretudo em um sistema que valoriza os Precedentes Judiciais Vinculantes, cuja decisão poderá se perpetuar no tempo.

Conforme já sustentado, o Sistema Precedencialista não prescinde da mais eficaz análise do caso concreto e interação argumentativa entre os sujeitos do processo, sem os quais a decisão não se legitima. Nesse sentido, fundamenta Thomas da Rosa de Bustamante (2016) que os métodos de Uniformização de Jurisprudência desafiam a mais completa reflexão acerca da questão *sub judice,* por meio da análise de todos os argumentos e razões apresentadas, o que é inerente e essencial à formação concentrada dos precedentes[125].

Ressalta-se, contudo, a existência de divergências quanto à aplicabilidade e eficácia de alguns desses requisitos, principalmente quanto à sua incidência em julgamentos ordinários[126], cujas decisões não terão eficácia vinculante. Nada

---

[124] Norma jurídica de eficácia plena: não dependem de complementação legislativa, pois possuem total eficácia desde a sua criação.

[125] Nesse sentido dispõe o Enunciado 2 do FPPC (2019): "(arts. 10 e 927, §1º) Para a formação do precedente, somente podem ser usados argumentos submetidos ao contraditório (Grupo: Precedentes 2). "

[126] Julgamentos corriqueiros, não inseridos no âmbito da formação de Precedentes, como IRDR, IRR, IAC, controle de constitucionalidade, etc.

obstante, esses questionamentos não serão explorados profundamente no presente trabalho, que se reserva à análise dos aspectos fundamentais e relativos à efetividade do Sistema Precedencialista[127].

Inicialmente, tem-se que os requisitos exigidos pelos incisos I, II e II do dispositivo em comento não geram muita polêmica na doutrina, sendo evidente a necessidade de sua observância.

Diante da necessidade de se encontrar a resposta mais adequada à solução de um litígio, imperiosa se faz a fundamentação da decisão, que não prescinde da análise das particularidades do caso concreto, dos argumentos e provas trazidas pelos sujeitos processuais.

Nesse contexto, não há respaldo para uma decisão que se limite a indicar ou reproduzir a norma aplicável sem explicar a sua relação com toda a realidade impreterivelmente analisada[128], com o que concorda Leonard Ziesemer Schmitz (2015), ao sustentar que a singela referência aos dispositivos legais na decisão não são capazes de torná-la fundamentada, tampouco sobre o argumento de ser calcada no convencimento do julgador.

No mesmo sentido, imperativos são os comandos dos incisos II e III do parágrafo primeiro do art. 489 do CPC/15, uma vez que é inadmissível reconhecer a possibilidade de se “empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso”, assim como “invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão” (BRASIL, 2015a, s.p.).

A fundamentação exaustiva prevista no inciso IV mostra-se deveras pertinente, notadamente quando as decisões proferidas constituirão Precedentes Vinculantes, a exemplo dos acórdãos em IAC, IRDR, IRR e Controle de Constitucionalidade. A necessidade de fundamentação também pode ser extraída da redação do parágrafo primeiro do art. 927 e parágrafo segundo do art. 984, do CPC, que dispõem, respectivamente:

---

[127] Apenas a título de exemplo, têm-se as críticas ao inciso IV do §1º do art. 489, que dispõe que para se considerar fundamentada, uma decisão judicial precisa enfrentar todos os argumentos alegados, aptos a ensejar conclusão diversa da adotada pelo Julgador (BRASIL, 2015a). Para muitos juristas essa exaustividade é impraticável, já tendo, inclusive, o STF manifestado em sede de repercussão geral acerca da desnecessidade de o julgador enfrentar todas as alegações das partes, bastando expor os motivos suficientes para fundamentar sua decisão (BRASIL, 2011).

[128] Art. 489, §1º, I, CPC (BRASIL, 2015a).

> Art. 927 - Os juízes e os tribunais observarão:§ 1º Os juízes e os tribunais observarão o disposto no art. 10[129] e no art. 489, § 1º quando decidirem com fundamento neste artigo.
>
> Art. 984. No julgamento do incidente [...]
> § 2º O conteúdo do acórdão abrangerá a análise de todos os fundamentos suscitados concernentes à tese jurídica discutida, sejam favoráveis ou contrários (BRASIL, 2015a, s.p.).

Essa imposição se justifica, pois, por serem julgamentos específicos, cujas decisões servirão como paradigmas e suas *rationes* poderão vincular uma infinidade de casos, necessária será a análise de todos os argumentos apresentados pelas partes do caso *sub judice*[130], a fim de promover uma completa análise processual e proferir a decisão que se mostre a mais justa. Igualmente robusta deverá ser a fundamentação das decisões que se valerem da *ratio* de um Precedente como esteio.

Nessa perspectiva, pontuam Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias e Débora Carvalho Fioratto (2010) a relevante busca por um Processo Constitucional que consubstancie garantias constitucionais como o contraditório, ampla argumentação e fundamentação das decisões, a fim de que o processo seja de fato efetivo quanto à entrega dos direitos violados, não se servindo apenas como um meio idealizado de atingir a celeridade processual.

Para tanto, fundamental se faz o saneamento coparticipativo previsto no art. 357 do CPC, por possibilitar a delimitação dos pontos controvertidos, oportunizando a devida manifestação e fundamentação das pretensões pelas partes envolvidas no processo, o que auxilia o julgador a formar sua convicção e fundamentá-la nos moldes exigidos pela legislação, evitando decisões surpresa. Nesse sentido, relevante se faz a observância do comando do art. 10 do CPC, que assim dispõe:

---

[129] Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício (BRASIL, 2015ª, s.p.).

[130] Nesse mesmo sentido dispõem os Enunciados 305 e 585 do FPPC (2019), respectivamente: “305. (arts. 489, § 1º, IV, 984, §2º, 1.038, § 3º). No julgamento de casos repetitivos, o Tribunal deverá enfrentar todos os argumentos contrários e favoráveis à tese jurídica discutida, inclusive os suscitados pelos interessados. (Grupo: Precedentes; redação revista no V FPPC-Vitória)” “585. (arts. 489, §1º, IV; 1038, §3º; 984, §2º). Não se considera fundamentada a decisão que, ao fixar tese em recurso especial ou extraordinário repetitivo, não abranger a análise de todos os fundamentos, favoráveis ou contrários, à tese jurídica discutida (Grupo: Sentença, coisa julgada e ação rescisória). ”Não obstante, se esses fundamentos já foram objeto da decisão Paradigma que será aplicada, não precisarão ser novamente apreciados, nos termos do Enunciado 544 do FPPC, posicionamento com o qual se coaduna “544 (art. 489, §1º, IV; art. 985, I). O art. 489, §1º, IV, não obriga o órgão julgador a enfrentar os fundamentos jurídicos deduzidos no processo e já enfrentados na formação da decisão paradigma, sendo necessário demonstrar a correlação fática e jurídica entre o caso concreto e aquele já apreciado (Grupo: Precedentes, IRDR, Recursos Repetitivos e Assunção de competência). ”

> Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício (BRASIL, 2015a, s.p.).

Trata-se de medida que possibilita o contraditório, incluindo as partes no efetivo debate processual e na construção das decisões (FREITAS; FREITAS, 2016), o que democratiza e legitima o processo e a vinculatividade dos Precedentes Judiciais. Nesse sentido, a fundamentação da decisão deve se concentrar "[...] no desate atento e amplamente justificado das questões de fato e de direito debatidas pelas partes" (DIAS *et al*., 2016, p. 171).

Ante o exposto, resta evidente a importância da adequada fundamentação das decisões, especialmente daquelas que, sabidamente, se figurarão como Precedentes Vinculantes. Uma vez assimilada e efetivamente observada a ampla motivação das decisões judiciais vinculantes, paulatinamente o sistema poderá colher os frutos do denominado "Princípio da Inércia Argumentativa".

Referido princípio faculta que os magistrados limitem suas decisões fundadas em Precedentes Vinculantes ao enquadramento da *Ratio Decidendi* da decisão anterior ao contexto fático do processo *sub judice*, sem precisar retornar e ratificar a ampla fundamentação exarada no julgado anterior (MIESSA, 2016, p.35). Nesse caso, os fatos e circunstâncias devem ser muito bem delimitados, sob pena de se legitimar julgamentos superficiais e eivados pelo vício da incorreta aplicação de um Precedente Vinculante.

Sobre o tema, Paulo Sarno Braga, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira (2016, p. 448) aduzem que a Inércia Argumentativa:

> [...] facilita a elaboração da fundamentação (carga argumentativa mais fraca) para aquele que pretende aplicar o precedente à resolução de caso semelhante, mas sem que se abra mão de, ao menos, identificar seus fundamentos determinantes e demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos (art. 489, §1º, V, CPC).

Após analisadas diversas teses, inclusive contrárias, acerca de uma mesma questão jurídica controversa, e proferida uma decisão exaustivamente fundamentada e vinculante, os futuros julgamentos que se fincarão nesse posicionamento terão seu ônus argumentativo mitigado. Isso porque será facultada aos magistrados a fundamentação decisória com fulcro na demonstração da compatibilidade do

precedente aplicado (PEIXOTO, 2018, p. 202) com o caso *sub judice*, o que propiciará celeridade e economia processual[131].

Observa-se assim que, se por um lado, a ampla fundamentação pode ser trabalhosa em um primeiro momento, esta se mostra fundamental para legitimar a utilização dos Precedentes Vinculantes em processos futuros equivalentes ou semelhantes, garantindo a segurança e igualdade pretendia. Ademais, como consectário de sua correta observância, a ampla fundamentação dos precedentes oportuniza a Inércia Argumentativa que, em última análise, proporcionará uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

O inciso V, por sua vez, dispõe que uma decisão não será considerada fundamentada ao "se limitar a invocar precedente ou enunciado de Súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos" (BRASIL, 2015a, s.p.).

Tal exigência, em um primeiro momento, e para muitos juristas[132], mostrou-se excessiva, principalmente se considerado o cenário vivenciado até o advento do CPC de 2015, quando as Súmulas eram criadas e analisadas de maneira abstrata, independentemente dos fundamentos das decisões que lhe antecederam e instigaram sua criação. Nessa antiga conjectura, uma mesma Súmula poderia ter sido editada após a análise de dezenas de casos, com matérias de fundo diversas, sendo inviável, pois, a análise de todos eles para completa fundamentação da decisão que se baseia em seu comando.

Analisando, porém, a questão sob a lógica do novo sistema, que prima pela valorização dos Precedentes e sua devida inclusão no ordenamento jurídico nacional,

---

[131] Essa possibilidade encontra respaldo, também, nos Enunciados nº 13 e nº 19, aprovados no Seminário da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (2015), que assim dispõe: "13- O art. 489, §1º, IV do CPC/2015 não obriga o juiz a enfrentar os fundamentos jurídicos invocados pela parte, quando já enfrentados na formação dos precedentes obrigatórios"; "19- A decisão que aplica a tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos não precisa enfrentar todos os fundamentos já analisados da decisão paradigma, sendo suficiente, para fins de atendimento das exigências constantes no era. 189, §1º, do CPC/2015, a correlação fática e jurídica entre o caso concreto e aquele apreciado no incidente de solução concentrada". No mesmo sentido é o inciso IV, da Instrução Normativa (IN) nº 39 do C. TST (2016) que dispõe sobre a aplicação do CPC/15 ao Processo do Trabalho: "o art. 489, § 1º, IV, do CPC não obriga o juiz ou o Tribunal a enfrentar os fundamentos jurídicos invocados pela parte, quando já tenham sido examinados na formação dos precedentes obrigatórios ou nos fundamentos determinantes de enunciado de súmula". Ainda nessa perspectiva corrobora o Enunciado 544 do FPPC (2019), já transcrito na nota 124.

[132] A exemplo de Manoel Antônio Teixeira Filho (2015), para quem os incisos IV e V mostram-se exagerados, trazendo a lume em sua obra o posicionamento da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE) e Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) sustentado no pedido de veto ao parágrafo primeiro do art. 489 do CPC (BRASIL, 2015a).

é possível extrair a importância da identificação e análise da *Ratio Decidendi,* não apenas nas decisões que originaram as Súmulas, mas de todas aquelas consideradas pelo CPC/15 como integrantes do Sistema de Precedentes Vinculantes, pois apenas assim será possível aferir sua aplicabilidade a novos casos levados a julgamento.

Tem-se, pois, que, em um primeiro momento, a análise da *Ratio* das atuais Súmulas pode ser considerada trabalhosa ou até impossível, não obstante, espera-se que essa seja apenas uma situação transitória e que eventuais novas Súmulas se baseiem no julgamento de fatos concretos, onde seja possível extrair os seus fundamentos determinantes a serem aplicados prospectivamente[133].

Diante do exposto, a extração da *Ratio Decidendi* de um Precedente e a sua invocação em um novo processo não é suficiente para fundamentação da decisão e não implica o fechamento argumentativo. Conforme muito bem elucidado por André Frederico de Sena Horta e Dierle Nunes (2015, p. 19), as decisões Precedentes revelam-se apenas como "*starting points*" – ou pontos de partida a partir dos quais uma ampla argumentação jurídica deve ser revelada, a fim de demonstrar a correta aplicação da *Ratio* ao novo caso em julgamento[134].

Nessa nova realidade os juízes não podem mais se figurar como meros repetidores de Súmulas e ementas[135], pelo contrário, a nova sistemática impõe que levem em consideração todo o acervo decisório no qual pretendem fundar sua decisão. Impõe-se, assim, uma criteriosa análise das peculiaridades e semelhanças entre caso atual e o caso passado (paradigma), a fim de aferir a sua real identidade fático-jurídica e compatibilidade para aplicação.

Ao final, o inciso VI dispõe que não restará fundamentada a decisão que "deixar de seguir enunciado de Súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte,

---

[133] Sob a perspectiva do Processo do Trabalho, a IN nº 39 do C. TST (BRASIL, 2016d) dispôs em seu art. 15 acerca da fundamentação exigida, que apenas se aplicará aos Precedentes que trouxerem seus fundamentos determinantes em seu corpo, vejamos: "II – para os fins do art. 489, § 1º, incisos V e VI do CPC, considerar-se-ão unicamente os precedentes referidos no item anterior, súmulas do Supremo Tribunal Federal, orientação jurisprudencial e súmula do Tribunal Superior do Trabalho, súmula de Tribunal Regional do Trabalho não conflitante com súmula ou orientação jurisprudencial do TST, que contenham explícita referência aos fundamentos determinantes da decisão (*Ratio Decidendi*). "

[134] No mesmo sentido é o posicionamento de Georges Abboud e Marcos de Araújo Cavalcanti (2015).

[135] Para Misabel de Abreu Machado Derzi (2007) e Thomas da Rosa de Bustamante *et al.* (2015, p. 360) "[...] o Poder Judiciário brasileiro é severamente criticado por aplicar súmulas de maneira mecânica e simplista, com o Novo Código isso deixará de ser mera inconveniência para se tornar uma ilicitude, uma razão para anulação da sentença judicial. "

sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento ” (BRASIL, 2015a, s.p.).

Ao que se percebe, o dispositivo ratificou o caráter vinculante atribuído às Súmulas e Precedentes, mitigando, em certa medida, a independência e autonomia dos julgadores, o que, por óbvio, ensejou muitas críticas por parte de juristas contrários ao Sistema Precedencialista[136].

Todavia, acertada se fez a determinação, porquanto não se pode admitir, no atual Estado Democrático de Direito, “que os provimentos jurisdicionais resultem de ato solitário do julgador nem que reflitam suas próprias convicções, com elementos estranhos ao debate processual” (FREITAS; FREITAS, 2016, p. 259). De acordo com Eduardo Cambi e Renê Francisco Hellman (2016, p. 544):

> A regra processual do livre convencimento do juiz deve ser interpretada à luz da Constituição Federal, estando sujeita ao dever de motivação das decisões judiciais (art. 93, inc. IX, CF), sob pena de o raciocínio judicial ser considerado incompleto, insuficiente ou mesmo arbitrário, e, portanto, inválido (nulo), por não assegurar o Estado Democrático de Direito.

Sob essa perspectiva, os requisitos insculpidos no inciso VI tornam-se fundamentais, por exigirem dos magistrados a observância às técnicas de *Distinguishing* e *Overruling* inspiradas no Sistema *Common Law*, que não prescindem de ampla fundamentação, o que voltará a ser explorado no tópico 4.4.3.

A título de esclarecimento, parece existir uma inconsistência no inciso VI quando dispõe sobre a observância à “Jurisprudência”. Conforme amplamente trabalhado, a Jurisprudência, como gênero, apesar de ser entendida como elemento de persuasão dos julgadores e fonte de direito, não foi elevada pela legislação processual ao *status* de Precedente Vinculante, de observância obrigatória. Dessa forma, não é passível de *Distinguishing* e *Overruling*, nos moldes apresentados no inciso VI.

Isso posto, evidencia-se que, sob a perspectiva de um Sistema Precedencialista, a nova legislação Processual Civil andou bem ao inserir um dispositivo que disciplinasse os requisitos da fundamentação das decisões, por

---

[136] Nessa senda doutrinária estão juristas como Georges Abboud e Lenio Luiz Streck (2013), que sustentou na obra intitulada “Novo CPC decreta a morte da lei. Viva o *common law*! ”, que o Projeto do CPC/15 revogou o princípio da legalidade sem qualquer Emenda Constitucional, impondo a obrigatória observância dos Precedentes pelos magistrados.

racionalizar o processo decisório, evitando a arbitrariedade e discricionariedade dos julgados, bem como a equivocada aplicação dos Precedentes Judiciais Vinculantes.

Trata-se de uma inovação pertinente e necessária no novo cenário vivenciado, por legitimar as decisões, dando a elas um contorno mais argumentativo e democrático.

4.4.3 Distinguishing e Overruling

As técnicas oriundas do *Common Law* para que um julgador deixe de aplicar um Precedente por não ser compatível com o caso *sub judice* - *Distinguishing* - ou porque está ultrapassado e foi superado - *Overruling* - foram devidamente apresentadas no tópico 2.1.2.3 deste trabalho, sendo retomadas, na oportunidade, para uma análise à luz do Sistema de Precedentes Vinculantes instituído pelo Código de Processo Civil de 2015.

Tem-se que “o direito jurisprudencial deve ser, de alguma maneira, aberto e flexível no decorrer do tempo" (MACCORMICK, 2008, p. 193). Dessa forma, se por um lado a estabilidade da Jurisprudência e a unidade do sistema jurídico se fazem fundamentais, por outro, deve-se sempre atentar para sua finalidade precípua, que é a integração e evolução do direito, com fins de garantir a observância dos princípios da igualdade e segurança jurídica.

Sob essa ótica, os supracitados institutos foram inseridos no sistema como métodos de oxigenação, que visam possibilitar a mais oportuna aplicação das Súmulas e demais Precedentes Vinculantes, propiciando a sua constante adaptação às novas realidades.

Certo é que o *Distinguishing* possibilita que as Súmulas e Precedentes Vinculantes sejam aplicados apenas aos casos de fato análogos ou semelhantes ao anteriormente decidido, o que honra os princípios da segurança jurídica e igualdade, amplamente perseguidos. Nas palavras de Luiz Henrique Volpe Camargo (2012, p. 568), o *Distinguishing* consubstancia-se, pois, no “[...] ato de comparar, constatar disparidade e afastar a aplicação obrigatória do precedente”.

Objetivamente, a cada novo julgamento incumbe ao magistrado averiguar na Jurisprudência unificada e vinculante a existência ou não de decisões cuja *Ratio Decidendi* seja compatível e aplicável à espécie *sub judice.* Identificando-se uma decisão cuja fundamentação é aparentemente aplicável, mas verificada a distinção de

fatos e circunstâncias em relação ao novo caso levado a juízo, opera-se o denominado *Distinguishing*[137]. Nessa hipótese, deverá o julgador fundamentar amplamente sua decisão, apresentando os motivos relevantes pelos quais a *Ratio* identificada mostra-se incompatível e deve ser afastada.

Obtempera-se que o mecanismo, apesar de fundamental, deve ser utilizado com extrema cautela, para que não enseje decisões não isonômicas. Dessa forma, a distinção dever sempre vir acompanhada de ampla fundamentação, que seja capaz de justificar a não aplicação de um Precedente Vinculante.

Para possibilitar a prática, o Código de Processo Civil de 2015 incorporou importantes ferramentas ao longo de seus dispositivos, a exemplo do inciso VI do parágrafo primeiro do art. 489, que dispõe que não será considera fundamentada uma decisão que "deixar de seguir enunciado de Súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento" (BRASIL, 2015a, s.p.).

Quanto aos julgamentos de Recursos Extraordinários e Especiais Repetitivos, o parágrafo nono do art. 1.037 salienta o *Distinguishing,* ao afirmar que "demonstrando distinção entre a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no recurso especial ou extraordinário afetado, a parte poderá requerer o prosseguimento do seu processo" (BRASIL, 2015a, s.p.).

Os Recursos Extraordinários e Especiais fundados em dissenso jurisprudencial, por sua vez, impõe aos recorrentes o dever de indicar a divergência interpretativa, "devendo-se, em qualquer caso, mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados", o que pode ser aferido pela leitura do parágrafo primeiro do art. 1.029 (BRASIL, 2015a), que revela a necessidade de *Distinguishing.*

No mesmo sentido exara a *novel* legislação acerca dos Embargos de Divergência, ao estabelecer no parágrafo quarto do art. 1.043, sobre a necessidade

[137] A possibilidade está também respaldada pelos Enunciados 306 e 325 do FPPC (2019), respectivamente: "306 (art. 489, § 1º, VI). O Precedente Vinculante não será seguido quando o juiz ou Tribunal distinguir o caso sob julgamento, demonstrando, fundamentadamente, tratar-se de situação particularizada por hipótese fática distinta, a impor solução jurídica diversa (Grupo: Precedentes) " e "326 (arts. 927 e 15). O órgão jurisdicional trabalhista pode afastar a aplicação do Precedente Vinculante quando houver distinção entre o caso sob julgamento e o paradigma, desde que demonstre, fundamentadamente, tratar-se de situação particularizada por hipótese fática distinta, a impor solução jurídica diversa (Grupo: Impacto do CPC no Processo do Trabalho). "

de se mencionar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados.

Ressalta-se, ainda, o cabimento de ação rescisória, na hipótese em que uma decisão judicial transitada em julgado estiver fundamentada em Precedente Vinculante que não se enquadra adequadamente no caso *sub judice*. Nesse caso, o Código estabelece que caberá à parte peticionante efetuar o *Distinguishing,* demonstrando aos julgadores a existência de distinção entre o entendimento pacificado e o seu caso atual, sob pena de inépcia, tudo nos termos dos parágrafos quinto e sexto do art. 966 do CPC, que assim dispõem:

> § 5º Cabe ação rescisória, com fundamento no inciso V do *caput* deste artigo, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento.
> § 6º Quando a ação rescisória fundar-se na hipótese do § 5º deste artigo, caberá ao autor, sob pena de inépcia, demonstrar, fundamentadamente, tratar-se de situação particularizada por hipótese fática distinta ou de questão jurídica não examinada, a impor outra solução jurídica (BRASIL, 2015a, s.p.).

O *Overruling*, por sua vez, opera-se quando um Precedente é revogado e, portanto, não mais aplicável a casos futuros. Trata-se de ferramenta de suma relevância em um Sistema de Precedentes Vinculantes, por propiciar a constante evolução do direito, que não pode manter-se permanentemente estático.

Assim, diante de injustiças eventualmente proporcionadas por erro de julgamento, em razão da modificação das condições sociais, econômicas, políticas e outras que embasavam a Súmula ou Precedente Vinculante, ou ainda em decorrência da edição de uma nova lei incompatível com o entendimento estabilizado[138], esses podem ser revogados ou modificados[139].

Contudo, diferentemente do *Distinguishing,* que tem a prerrogativa de ser declarado por qualquer julgador no momento em que for proferir sua decisão[140],

---

[138] Enunciado nº 324 do FPPC (2019): "(art. 927). Lei nova, incompatível com o precedente judicial, é fato que acarreta a não aplicação do precedente por qualquer juiz ou tribunal, ressalvado o reconhecimento de sua inconstitucionalidade, a realização de interpretação conforme ou a pronúncia de nulidade sem redução de texto (Grupo: Precedentes). "

[139] Enunciado nº 322 do FPPC (2019): " (art. 927, §4º). A modificação de Precedente Vinculante poderá fundar-se, entre outros motivos, na revogação ou modificação da lei em que ele se baseou ou em alteração econômica, política, cultural ou social referente à matéria decidida (Grupo: Precedentes). "

[140] O *Distinguishing,* como técnica de aplicação do Direito, pode ser realizado por qualquer julgador. Nesse sentido dispõe o Enunciado nº 174 do FPPC (2019): " (art. 1.037, § 9º) A realização da distinção compete a qualquer órgão jurisdicional, independentemente da origem do Precedente invocado (Grupo: Precedentes). "

entende-se que os únicos legitimados a proceder ao *Overruling* seriam o Tribunal hierarquicamente superior ao órgão prolator da decisão precedente, ou o próprio criador da Súmula ou do Precedente Vinculante.

As técnicas de revogação ou alteração de precedentes - *Overruling* - também estão consubstanciadas no *Códex* Processualista, que dispõe no parágrafo segundo e seguintes do art. 927 acerca de suas peculiaridades, deixando clara a possibilidade de participação da população, órgãos e entidades[141], bem como da necessidade da mais competente fundamentação[142]:

> § 2º A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese.
> § 3º Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica.
>
> § 4º A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia (BRASIL, 2015a, s.p.).

No mesmo sentido dispõe o art. 986 do CPC, que legitima, em sede de IRDR, que tanto os magistrados quando as partes ou Ministério Público requeiram a revisão da tese jurídica firmada, o que, mais uma vez, democratiza o procedimento, legitimando as decisões consolidadas.

Diferentemente do CPC aprovado, o Projeto do Código de Processo Civil de 2015, na versão apresentada pela Câmara dos Deputados, trazia regulamentação específica acerca dos procedimentos a serem utilizados para se efetuar a superação dos posicionamentos. Em razão da ausência de regramento específico na legislação

---

[141] A corroborar com o exposto, admite-se a participação do *Amicus Curiae*, nos termos do art. 138 do CPC, que assim dispõe: "Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação" (BRASIL, 2015a, s.p.).

[142] A imperiosa fundamentação do *Overruling* foi também ressaltada no Enunciado nº 325 do FPPC (2019), ao dispor: "325. (arts. 927 e 15). A modificação de entendimento sedimentado pelos tribunais trabalhistas deve observar a sistemática prevista no art. 927, devendo se desincumbir do ônus argumentativo mediante fundamentação adequada e específica, modulando, quando necessário, os efeitos da decisão que supera o entendimento anterior (Grupo: Impacto do CPC no Processo do Trabalho). "

vigente, os aludidos procedimentos são trazidos a lume, sobretudo por estarem também ratificados pelo Enunciado 321 do FPPC (2019)[143].

Nos termos do parágrafo sexto do art. 521 do substitutivo da Câmara dos Deputados, Projeto de Lei - PL nº 8.046/2010 (BRASIL, 2010b) e ratificado pelo supracitado Enunciado, o *Overruling* poderia se dar de três maneiras: os enunciados das Súmulas vinculantes poderiam ser alterados mediante procedimento especifico regulamentado pela Lei nº 11.417/2006 (BRASIL, 2006a); as demais Súmulas dos Tribunais Superiores seriam modificadas mediante procedimento previsto nos Regimentos Internos dos Tribunais, restando às decisões precedentes citadas nos incisos I, III e V do art. 927 e inciso I do §5º do art. 988 do CPC/15 aprovado uma modalidade de superação incidental.

Na concepção de Ravi Medeiros Peixoto (2016), a superação incidental, por ele também denominada como difusa, permite a revisão de Precedentes a partir de qualquer processo. Essa possibilidade se justifica, pois se um novo e relevante argumento, apto a propiciar uma importante superação, for utilizado em apenas um específico processo, a não admissão da superação incidental poderá impedir a necessária oxigenação e evolução do direito[144].

Trata-se de possibilidades a serem consideradas, desde que sempre se leve em conta que a decisão pela superação de uma Súmula ou Precedente Vinculante deve ser a última *ratio*, sob pena de se deslegitimar o *Stare Decisis* e provocar manifesta instabilidade no ordenamento jurídico.

Nesse sentido, pautando-se nos princípios da segurança jurídica, da proteção da legítima confiança e da isonomia, expressos no parágrafo quarto do art. 927 do CPC e amplamente defendidos no presente trabalho, é que deve se ponderar e decidir sobre a necessidade de superação de um Precedente Vinculante.

---

[143] Enunciado 321 do FPPC (2019): "321: (art. 927, § 4º). A modificação do entendimento sedimentado poderá ser realizada nos termos da Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006, quando se tratar de enunciado de Súmula Vinculante; do regimento interno dos tribunais, quando se tratar de enunciado de súmula ou jurisprudência dominante; e, incidentalmente, no julgamento de recurso, na remessa necessária ou causa de competência originária do Tribunal (Grupo: Precedentes). "

[144] Sustenta-se, ainda, que, na hipótese de surgir uma nova lei incompatível com o Precedente Judicial, esse deixa de ser imediatamente vinculante, nos termos do Enunciado 324 do FPPC (2019), vide nota 110.

4.4.3.1 Eficácia temporal do *Overruling*

Ao final, mais uma questão deve ser trazida à análise, a saber, a eficácia temporal na superação/revogação de precedentes - *Overruling.*

Tradicionalmente, tem-se que a alteração da Jurisprudência tem efeitos *ex tunc* – retroativos -, abrangendo fatos e processos anteriores, ainda não transitados em julgado[145]. Isso se dá, porque o princípio *tempus regit actum*[146] leva em consideração, *a priori,* tão somente a preservação da lei vigente à época do ato jurídico, nada dispondo acerca da Jurisprudência pacificada.

Dessa forma, embora uma nova lei não retroaja para alcançar fatos e processos anteriores à sua entrada em vigor, o mesmo não se pode dizer acerca de um posicionamento jurisprudencialmente alterado ou superado. Sob essa perspectiva, se uma Súmula ou Precedente forem considerados incorretos ou injustos e, portanto, superados, não mais poderão ser utilizados para justificar condutas anteriores realizadas sob a sua vigência (PEIXOTO, 2018). No mesmo sentido, o novo posicionamento edificado retroagirá para atingir fatos pretéritos.

Esse entendimento é bastante criticado em razão da real possibilidade de provocar insegurança jurídica e quebra da legítima confiança dos jurisdicionados quanto ao ordenamento jurídico e às condutas nele pautadas. Essa insegurança se intensifica sobremaneira se levado em consideração que não mais se trata de alteração de Jurisprudência Persuasiva, mas de Jurisprudência Vinculante, que gera legítima expectativa de direito.

Nesse sentido, Elpídio Donizetti (2015, p.12) argumenta que “a impossibilidade de se conferir efeitos prospectivos (não retroativos) é capaz de, em alguns casos, gerar mais insegurança do que segurança jurídica”. E o autor continua:

> Para evitar essas situações é que considero que a superação do precedente pode admitir, excepcionalmente, a adoção de efeitos prospectivos, não abrangendo as relações jurídicas entabuladas antes da prolação da decisão revogadora. Vale reafirmar que essa ideia se coaduna com a previsão contida no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, segundo a qual “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada” (DONIZETTI, 2015, p. 13).

[145] Esclarece-se que esse posicionamento vigeu por muitos anos com fulcro na doutrina, existindo poucos dispositivos que regulassem a retroatividade.

[146] *Tempus regit actum* é uma expressão latina traduzida como “o tempo rege o ato”, e significa que os atos jurídicos são regidos pela lei vigente à época em que ocorreram.

Outros dispositivos legais também podem ser interpretados no sentido de possibilitar a aplicação prospectiva do *Overruling*, a exemplo do art. 14 do CPC, que dispõe: “A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada” (BRASIL, 2015a, s.p.). Nesse caso, a interpretação do dispositivo se dá no sentido de que as normas processuais devem ser compreendidas como gênero, onde se enquadram os Precedentes Vinculantes.

Esse também é o entendimento sustentado por Misabel de Abreu Machado Derzi (2007), para quem a superação dos Precedentes equivale à superação da lei, aplicando-se, pois, o princípio da irretroatividade e, consequentemente, o efeito prospectivo, *ex nunc*.

Apesar de o efeito retroativo ser regra no ordenamento jurídico, sustenta-se a possibilidade de modulação desse, desde que se levem em conta a segurança jurídica e a garantia da legítima confiança daqueles que pautaram seus atos no precedente revogado.

No mesmo sentido é o entendimento de Luiz Guilherme Marinoni (2016, p. 359), segundo o qual se deve “ter em conta a relação entre o valor de ‘afirmação do direito’, contido na decisão revogadora, em face do valor da ‘confiança justificada’, depositado no precedente revogado”, pois contraditório seria criar um Precedente Judicial Vinculante para, posteriormente, revogá-lo, quebrando a legítima confiança nele depositada.

Privilegia-se, assim, o princípio da não surpresa, “outra designação que se pode dar ao princípio da confiança que o administrado/jurisdicionado, agindo com boa-fé, deposita na conduta da Administração/ Judiciário, donde se extraem legítimas expectativas” (BRAGA; DIDIER JR.; OLIVEIRA, 2016, p. 514).

Interessante, nesse momento, refletir ainda sobre a possibilidade do S*ignaling,* instituto oriundo do *Common Law* e apresentado no tópico 2.1.2.3 deste trabalho, que, nos termos do Enunciado 320 do Fórum Permanente de Processualistas Civil, traduz que “os tribunais poderão sinalizar aos jurisdicionados sobre a possibilidade de mudança de entendimento da corte, com a eventual superação ou a criação de exceções ao precedente para casos futuros” (FPPC, 2019, s.p.).

Nos termos exarados por Élisson Miessa (2016, p. 533), “a sinalização de possível mudança nos precedentes tem como função, além da preservação da

segurança jurídica e da confiança aos jurisdicionados, a provocação de novo debate público no tocante ao entendimento sinalizado [...]"[147].

Apesar de não regulamentado, na hipótese de referido instituto ser aplicado ao Sistema de Precedentes Vinculantes brasileiro, será possível vislumbrar hipóteses em que a superação oficial de um Precedente - *Overruling* - opere efeitos retrospectivos, isto é, desde a sua sinalização, uma vez que não haverá prejuízo da segurança jurídica, proteção da confiança e da isonomia, exigidos pelo art. 927 do CPC.

Ante o exposto, foi possível aferir a incorporação dos institutos originários do Direito inglês ao ordenamento jurídico brasileiro, fundamentais à atualização e evolução do direito, cujas peculiaridades atinentes à esfera trabalhista serão retomadas no capítulo seguinte.

[147] Hipótese de ocorrência prática de *Signaling* pelo TST será mais bem explorada no tópico 6.3.4.4.

5 PADRÃO LEGAL JURISPRUDENCIAL TRABALHISTA

Ao longo dos capítulos anteriores foi possível demonstrar a evolução do sistema jurídico brasileiro no decorrer dos anos, com a consequente valorização da Jurisprudência como fonte de direito e a imperiosa necessidade de sua uniformização.

Foram analisados os primeiros métodos e institutos responsáveis pela estabilização da Jurisprudência nacional e, especificamente, trabalhista, bem como a sua relevância na evolução e amadurecimento de um sistema que pretendia se tornar Precedencialista.

O capítulo 4 trouxe a lume as inovações inseridas pelo Código de Processo Civil de 2015, que instituiu oficialmente um Sistema de Precedentes Vinculantes no ordenamento jurídico nacional, objetivando a estabilidade, integridade e coerência das decisões judiciais e do próprio ordenamento.

O presente capítulo, por sua vez, tem como escopo a análise das recentes alterações da legislação trabalhista acerca do tema, donde se incluem a Lei nº 13.015 e a Lei nº 13.467 - Reforma Trabalhista -, assim como os reflexos do Sistema Precedencialista instituído pelo Código de Processo Civil no Processo do Trabalho.

A partir dessa análise será possível aferir quais são os atuais métodos de Uniformização de Jurisprudência Trabalhista e angariar fundamentos capazes de sustentar o caminho para torná-los mais eficientes e capazes de propiciar não apenas a consecução dos princípios da segurança jurídica e da igualdade, mas também a reparação e o respeito aos direitos fundamentais, reiteradamente violados.

Certo é que a dissidência jurisprudencial fortemente presente na Especializada Trabalhista representa uma das facetas da falta de efetividade da tutela jurisdicional vivenciada no país e garantida constitucionalmente[148]. Nesse cenário não uniformizado torna-se extremamente vantajoso, principalmente sob o aspecto econômico, o descumprimento de diversas obrigações trabalhistas[149], o que afeta, por

[148] O inciso XXXV do art. 5º da CRFB dispõe que a "Lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito" (BRASIL, 1988a, s.p.). o que demonstra o direito à tutela jurisdicional adequada e efetiva, donde se inclui a tutela no âmbito processual e material (relativa à proteção jurídica dos direitos materiais violados). Esse direito também foi resguardado pelo Código de Processo Civil de 2015, que instituiu em seu art. 3º o direito à Tutela Jurisdicional como uma extensão infraconstitucional do direito ao acesso à justiça (BRASIL, 2015a).

[149] Consoante expõe José Roberto Freire Pimenta "As empresas razoavelmente organizadas sempre fazem uma análise global da *relação custo-benefício*, sabendo muito bem quando lhes é vantajoso, ou não, cumprir a lei trabalhista" (PIMENTA, 2016, p.184).

óbvio, os direitos sociais e fundamentais constitucionalmente assegurados aos trabalhadores e que deveriam ser efetivamente tutelados.

Jorge Luiz Souto Maior (2015, s.p.) sustenta que:

> [...] o Processo do Trabalho não se volta apenas à solução do conflito no caso concreto, aplicando a norma ao fato. Impinge-lhe a obrigação de implementar uma política judiciária destinada à correção da realidade, de modo a impedir que novas agressões jurídicas, com mesmo potencial ofensivo, se realizem [...]. O descumprimento reiterado dos direitos trabalhistas desestabiliza toda a sociedade em detrimento da própria economia.

Entre as diversas formas de se combater as injustiças perpetradas pela síndrome do descumprimento das obrigações[150] e a litigiosidade dela decorrente, assim como os contingentes casos de má-fé no ajuizamento de ações trabalhistas, está a imposição de julgamentos coerentes e isonômicos, que garantam, ao menos, a legítima confiança dos jurisdicionados quanto aos seus atos e as consequências jurídicas de suas escolhas.

Ainda que não se possam extirpar por completo as incertezas decorrentes de um processo judicial, coadunar com a reiterada e discrepante cisão jurisprudencial implica alimentar a litigância abusiva, seja por parte dos empregadores ou empregados, permitindo violações a direitos constitucionalmente assegurados, o que inflaciona o Judiciário com uma litigiosidade massiva e de má-fé, que deve ser abolida ou, ao menos, mitigada.

Devem, pois, os Tribunais Trabalhistas exercer a importante função nomofilácica, isto é, "destinada a aclarar e integrar o sistema normativo, propiciando-lhe uma aplicação uniforme" (BRASIL, 2014b, s.p.) e, por óbvio, mais justa. Assim se posiciona José Roberto Freire Pimenta (2016, p. 186):

> Enquanto o direito processual do trabalho e o Poder Judiciário Trabalhista não forem capazes de tornar antieconômico o descumprimento rotineiro, massificado e reiterado de normas materiais trabalhistas, os juízes do trabalho de todos os graus de jurisdição continuarão sufocados e angustiados pela avalanche interminável de processos individuais, repetitivos e, em boa parte, incapazes de prestar a tutela jurisdicional efetiva constitucionalmente prometida a todos os jurisdicionados.

Ante a patente necessidade de estabilização jurisprudencial, pretende-se com o presente capítulo explorar as experiências jurídicas e legislações existentes,

[150] Conceito já apresentado no tópico 3.2 e nota 44.

especialmente sob o enfoque de três importantes marcos legislativos, a saber, a Lei nº 13.015/14 - que dispôs sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho -, a Lei nº 13.105/15 - Código de Processo Civil - e a Lei nº 13.467/17 - Reforma Trabalhista.

5.1 Inovações trazidas pela Lei nº 13.015/2014

Em 21 de julho de 2014 foi sancionada a Lei nº 13.015/2014, que entrou em vigor em 20 de setembro daquele ano para, alterando dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, dispor sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho.

Criada com o intuito de proporcionar mais celeridade, efetividade ao processamento dos recursos trabalhistas e segurança jurídica - o que pode ser aferido pela própria exposição de motivos de seu projeto (PEREIRA, 2011) -, a Lei alterou diversos dispositivos e introduziu significativas modificações na CLT, sobretudo quanto à Uniformização de Jurisprudência dos Tribunais Trabalhistas.

5.1.1 Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ)

Inicialmente, o art. 896 da CLT, que disciplina o Recurso de Revista, sofreu diversas alterações, merecendo destaque a nova redação dada aos seus parágrafos terceiro, quarto, quinto e sexto[151], que regulamentaram no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho o IUJ, já disciplinado pelo Código de Processo Civil de 1973.

---

[151] §3º Os Tribunais Regionais do Trabalho procederão, obrigatoriamente, à uniformização de sua jurisprudência e aplicarão, nas causas da competência da Justiça do Trabalho, no que couber, o incidente de uniformização de jurisprudência previsto nos termos do Capítulo I do Título IX do Livro I da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (BRASIL, 2014a).
§4º Ao constatar, de ofício ou mediante provocação de qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho, a existência de decisões atuais e conflitantes no âmbito do mesmo Tribunal Regional do Trabalho sobre o tema objeto de recurso de revista, o Tribunal Superior do Trabalho determinará o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que proceda à uniformização da jurisprudência (BRASIL, 2014a).
§ 5º A providência a que se refere o § 4º deverá ser determinada pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho, ao emitir juízo de admissibilidade sobre o recurso de revista, ou pelo Ministro Relator, mediante decisões irrecorríveis.
§ 6º Após o julgamento do incidente a que se refere o § 3º, unicamente a súmula regional ou a tese jurídica prevalecente no Tribunal Regional do Trabalho e não conflitante com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho servirá como paradigma para viabilizar o conhecimento do recurso de revista, por divergência.

Mesmo o dever de Uniformização de Jurisprudência dos Tribunais Regionais já ter constado da redação anterior do parágrafo terceiro do art. 896 da CLT, exposto no tópico 3.3.1.1, inexistiam, até então, mecanismos aptos à efetivação do comando normativo.

Essa situação foi superada pela Lei nº 13.015/2014, cuja *novel* redação dada aos parágrafos do art. 896, conjuntamente com a IN nº 37 (BRASIL, 2015b), o Ato nº 491/SEGJUD.GP (BRASIL, 2014c) e os Regimentos Internos dos Tribunais Regionais, passou a disciplinar efetivamente o IUJ, na especializada trabalhista.

Corroborando o exposto, esclarecem Marlene T. Fuverki Suguimatsu e Thais Hayashi (2017, p. 8) que:

> A uniformização da jurisprudência já estava prevista na CLT, mas na prática apresentava pouca efetividade por não dispor de um procedimento regular, não impor aos magistrados a sua observância e nem projetar qualquer resultado positivo na contenção do número de recursos de revista. A partir da Lei 13.015/2014 esse mecanismo ganhou impulso, e desde então, os incidentes de uniformização passaram a ocupar as pautas dos Tribunais Regionais e as Súmulas e/ou teses prevalecentes aprovadas passaram a balizar os julgamentos nas turmas e seções quanto às matérias uniformizadas.

Sem adentrar as minúcias do procedimento uniformizador, que poderia divergir de um Tribunal Regional para outro[152] e já foi, inclusive, revogado[153], o IUJ objetivava, em síntese, a Uniformização de Jurisprudência nos Tribunais Regionais, a fim de "facilitar o julgamento dos Recursos de Revista e impulsionar a tendência contemporânea do Tribunal Superior do Trabalho de unificar a jurisprudência majoritária entre Tribunais Trabalhistas" (SCHIAVI, 2016, p. 486).

Para tanto, uma vez constada de ofício, mediante provocação das partes ou do Ministério Público[154], a existência de decisões correntes e conflitantes no âmbito de determinado regional, que também fossem objeto de Recursos de Revista, essas

---

[152] A título de exemplo, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região estabeleceu procedimentos internos de tramitação do incidente de Uniformização de Jurisprudência – IUJ, por meio da Resolução GP n. 9, de 29 de abril de 2015 (MINAS GERAIS, 2015), o que também disciplinado no Capítulo II de seu Regimento Interno (MINAS GERAIS, 2006).

[153] O Tópico 5.3.2, elucidará melhor a revogação do IUJ pela Lei nº 13.467/2017 (BRASIL, 2017a).

[154] A redação do art. 476 do CPC/73, a que faz referência o parágrafo terceiro do art. 896 incluído pela Lei nº 13.015/2014, apenas trazia como legitimado para suscitar do IUJ o magistrado, ao dar voto na turma, câmara ou grupo de câmaras (BRASIL, 1973). Não obstante, o parágrafo quarto do art. 896 da CLT ampliou o rol de legitimados ao incluir "qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho" (BRASIL, 2014a, s.p.) o que, sem dúvidas, democratizou o procedimento, possibilitando a ampla participação das partes envolvidas.

questões jurídicas controvertidas[155] deveriam ser uniformizadas por meio do IUJ proposto, dando ensejo à criação de Súmulas Regionais ou Teses Prevalecentes[156] não conflitantes com Súmula ou OJ do TST[157].

A inovação e sua consequente observância pelos Tribunais Regionais resultaram na edição de diversas Súmulas, o que possibilitou a redução das decisões dissonantes acerca de uma mesma controvérsia jurídica, promovendo mais isonomia aos julgados. Ademais, assegurou a legítima expectativa dos jurisdicionados quanto às consequências de suas condutas perante a justiça de cada regional[158].

Em atenção ao princípio da publicidade assegurado pelo inciso LX, do art. 5º e inciso IX, do art. 93, da Constituição Federal, foi instituído o Banco Nacional de Jurisprudência Uniformizada (BANJUR) (BRASIL, 2019o), nos termos determinados pelo art. 7º, da IN nº 37 do TST e do art. 6º do Ato nº 491/SEGJUD.GP, a fim de publicitar os diversos posicionamentos fixados pelas Cortes. O repositório vinculado à Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos do TST passou então a registrar as Súmulas, Teses Prevalecentes, IUJ's, Precedentes Normativos e Orientações Jurisprudenciais editadas pelos Tribunais Trabalhistas, disponibilizando-os no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho.

A publicidade facilitou a identificação dos posicionamentos pacificados pelos diversos Tribunais Regionais do Trabalho e, a partir do cotejo entre as Súmulas de Jurisprudência por eles editadas, as divergências eventualmente identificadas puderam ser mais bem delimitadas e remetidas ao TST, a fim de se proceder à

---

[155] Observa-se que a intenção é a uniformização da jurisprudência relativa a uma questão jurídica controvertida, e não a análise de um caso concreto *sub judice,* especificamente.

[156] Nos termos do Regimento Interno do TRT da 3ª Região (MINAS GERAIS, 2006), as Súmulas são aprovadas por votos da maioria absoluta dos seus membros e as Teses Prevalecentes por maioria simples, sendo essa a diferença ensejadora da distinção entre as nomenclaturas.

[157] Via de regra, as súmulas editadas pelos Tribunais Regionais vinculam os seus membros, em razão da obediência judiciária, a não ser que sejam contrárias à jurisprudência uniformizada do TST, hipótese em que essa pode prevalecer - *vide* art. 3º do Ato nº 491/SEGJUD.GP (BRASIL, 2014c). A título de exemplo, tem-se a Súmula 61, editada pelo TRT da 4ª Região (RIO GRANDE DO SUL, 2019) após a edição da Súmula 219 do TST (BRASIL, 2019s), mas em sentido contrário. Em razão da dissonância existente entre os enunciados, a Súmula Regional não era capaz de vincular seus membros (esclarece-se, por oportuno, que referida Súmula Regional já foi cancelada, justamente por contrariar o entendimento da Corte Superior sobre o tema uniformizado).

[158] A título de exemplo, após a instituição do IUJ pela Lei nº 13.015 (BRASIL, 2014a), o TRT da 3ª Região editou 33 súmulas e 23 teses jurídicas prevalecentes no período de quatro anos, o que é consideravelmente mais expressivo do que as 33 súmulas editadas ao longo dos 15 anos anteriores à edição da supracitada Lei, vide nota 71 (MINAS GERAIS, 2019d).

Uniformização de Jurisprudência Trabalhista nacional (nos termos impostos pelo incluso parágrafo oitavo do art. 896 da CLT)[159].

Observa-se que, antes do advento da Lei nº 13.015/14, corriqueiramente eram apresentadas em sede de Recurso de Revista divergências existentes entre Turmas isoladas de Tribunais Regionais distintos, o que não correspondia, necessariamente, à real e majoritária dissidência existente.

A *novel* legislação, por sua vez, ao instituir o IUJ no âmbito dos Regionais, facilitou a demonstração de verdadeiro dissenso jurisprudencial a ensejar o processamento dos Recursos de Revista[160], propiciando, em última análise, a Uniformização da Jurisprudência nacional por sua Corte de Vértice. Consoante ratificado por João Oreste Dalazen (2014, p. 225):

> Sob o sistema do *novel* §6º do art. 896 da CLT, por conseguinte, não é mais inidôneo, para caracterização de dissenso jurisprudencial, um aresto, mesmo específico de outro TRT, que não exprima com fidelidade o pensamento predominante na Corte sobre a questão jurídica após a decisão uniformizadora.

Apesar de o IUJ não se valer das conjecturas e métodos de um Sistema Precedencialista[161], sua implementação e concreta aplicação foi de suma importância. Isso porque, além de promover a estabilização de questões jurídicas controvertidas no âmbito dos Tribunais Regionais e, em última análise, em nível nacional, contribuiu para o amadurecimento de uma cultura que prima pela valorização e respeito da interpretação normativa realizada pelas Cortes brasileiras.

5.1.2 Ampliação do cabimento dos Embargos ao TST

A lei em comento também trouxe alterações em referência ao recurso de Embargos ao TST.

---

[159] Redação do §8º do art. 896 da CLT, vigente (BRASIL, 2014a). No mesmo sentido é a redação do art. 4º, do Ato nº 491/SEGJUD.GP (BRASIL, 2014c).

[160] Nos termos do §6º do art. 896 da CLT (BRASIL, 2014a).

[161] Sistema de inspiração anglo-saxã e ancorado no Código de Processo Civil de 2015 – sequer editado à época da inclusão do IUJ no ordenamento jurídico trabalhista, apresentados no tópico 2.1.2 e capítulo 4 do presente trabalho. O sistema se pauta no julgamento de casos concretos, cuja *Ratio Descidendi* demonstrará o entendimento uniforme dos Tribunais e será obrigatoriamente aplicada em processos futuros equivalentes ou similares, com fins de proporcionar isonomia dos julgados e segurança jurídica dos jurisdicionados, promovendo, assim, estabilidade, coerência e integridade das decisões e do próprio ordenamento jurídico.

Nos termos da nova redação do inciso “II” do art. 894 da CLT, os Embargos tornaram-se cabíveis, também em face das decisões proferidas pelo TST em sentido contrário às suas próprias Súmulas ou Orientações Jurisprudenciais ou, ainda, à Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal.

Tal inclusão demonstra que foi atribuído, em certa medida, caráter vinculante (vinculação horizontal) à Jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, cabendo aos seus membros o dever de Autorreferência, isto é, o múnus de proferirem decisões coerentes com o entendimento externado anteriormente e pacificado pela coletividade do órgão judicial em que inseridos[162].

Trata-se de inovação relevante, por demonstrar a tendência à continuidade da ordem jurídica, por meio da confiabilidade atribuída ao posicionamento dos Tribunais, que devem se manter estáveis. Ademais, revela o dever de observância à Jurisprudência consolidada imputada aos magistrados e a importância desse preceito na construção de um sistema jurídico que privilegia a vinculatividade dos Precedentes Judiciais.

5.1.3 Incidente de Recursos Repetitivos (IRR)

Inspirado nos já instituídos métodos de julgamento de Recursos Extraordinários e Especiais Repetitivos previstos no CPC/73, a Lei nº 13.015/14 promoveu alterações na CLT, incorporando ao Direito Processual do Trabalho um incidente processual apto a uniformizar a Jurisprudência trabalhista nacional e impor a aplicação desse posicionamento estabilizado a uma multiplicidade de processos.

O IRR, aplicável originalmente aos Recursos de Revista, teve sua incidência ampliada pela IN nº 38 do TST (BRASIL, 2015c), passando a abranger também os Embargos ao TST (art. 2º)[163] e os Recursos Extraordinários interpostos em face das decisões TST contrárias à CRFB (art.19)[164].

---

[162] No ato de julgar, os magistrados devem se valer da jurisprudência uniforme existente acerca da questão debatida, vide nota 89.

[163] Art. 2º IN 38, TST (BRASIL, 2015c) “Havendo multiplicidade de recursos de revista ou de embargos para a Subseção Especializada em Dissídios Individuais I (SbDI-1) fundados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada a essa subseção ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria simples de seus membros, mediante requerimento de um dos Ministros que a compõem, considerando a relevância da matéria ou a existência de entendimentos divergentes entre os Ministros dessa subseção ou das turmas do Tribunal”. A título exemplificativo, tem-se que, dos oito temas julgados em IRR pelo TST até a presente data (30 jun. 2019), três resultaram, justamente, da afetação de embargos repetitivos.

[164] Art. 19, §§ 13, 14 e 15 da IN 38 do TST/15.

O incluso artigo 896-B da CLT determinou a aplicação das regras disciplinadas pelo CPC/73 (artigos 543-B e 543-C) ao IRR, que também foi regulamentado pela IN nº 38 do TST/15 e, mais recentemente, pelo novo Regimento Interno do TST/17[165]. Tem-se, assim, que um "Microssistema de solução de Litigiosidade Repetitiva"[166] foi inserido no Processo do Trabalho.

Thiago Henrique Ament (2018, p. 85) traduz o IRR como sendo um procedimento "incidental autônomo, de julgamento abstrato de questões preponderantemente de Direito controvertidas, comuns a demandas semelhantes, a partir da instauração de um procedimento modelo que objetiva a construção de uma tese jurídica".

Essa técnica de julgamento por amostragem[167] tem como objetivo a prolação de uma única decisão que consubstancie o posicionamento uniformizado do TST acerca da questão jurídica controversa, a ser aplicado a uma multiplicidade de Recursos de Revista ou de Embargos fundados em idêntica questão de direito – litigiosidade de massa[168]. Na mesma linha, o método é também aplicável à uniformização de posicionamentos dos Ministros do STF, nas hipóteses de Recursos Extraordinários Repetitivos oriundos do TST.

José Roberto Freire Pimenta (2015) acredita que o IRR se justifica, pois:

---

§13: "Caso a questão afetada e julgada sob o rito dos recursos repetitivos também contenha questão constitucional, a decisão proferida pelo Tribunal Pleno não obstará o conhecimento de eventuais recursos extraordinários sobre a questão constitucional".
§14: "Aos recursos extraordinários interpostos perante o Tribunal Superior do Trabalho será aplicado o procedimento previsto no art. 543-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), cabendo ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte, na forma do § 1º do art. 543-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil)".
§15: "O presidente do Tribunal Superior do Trabalho poderá oficiar os Tribunais Regionais do Trabalho e os presidentes das turmas e da seção especializada do Tribunal para que suspendam os processos idênticos aos selecionados como recursos representativos da controvérsia e encaminhados ao Supremo Tribunal Federal, até o seu pronunciamento definitivo".

[165] O Regimento Interno do TST de 2017 ratificou, quase integralmente, as disposições constantes da Instrução Normativa nº 38 acerca do IRR.

[166] Conceito apresentado no tópico 4.2 do trabalho, que trouxe a exposição do Ministro José Roberto Freire Pimenta acerca da temática.

[167] Consoante expõe Thiago Henrique Ament (2018, p. 14-15), trata-se de técnica processual aplicada em diversos países, citando como exemplo o *Musterverfarhen* alemão e as ordens de litígio em grupo (GLO) ou causas-piloto, inglesas, que partem da escolha de um ou mais casos paradigmas, com fins de obter uma resolução comum e estável, e ser a partir de então replicada a processos referentes à mesma questão.

[168] Expressão utilizada por João Humberto Cesário (2018, p. 314).

> [...] não parece mais fazer nenhum sentido, um Tribunal cuja maior missão é a uniformização do entendimento do direito laboral permanecer reapreciando continuamente questões idênticas, aos milhares, dia após dia, quando a imensa maioria das questões apreciadas já se encontram pacificadas (PIMENTA, 2015, p. 96).

No mesmo sentido é o posicionamento de Alexandre de Souza Agra Belmonte, que assim conclui:

> Desta forma, em vez do recebimento descontrolado de recursos veiculando uma mesma tese capaz de ensejar soluções distintas, são selecionados um ou alguns recursos representativos de uma mesma controvérsia, destacando-os para julgamento e firmando a tese a ser seguida nos casos idênticos, o que importa em concentração da discussão e contribui para o descongestionamento. O julgamento do recurso repetitivo objetiva firmar um precedente para servir de paradigma aos demais casos (BELMONTE, 2014, p. 160).

Na mesma linha argumentativa, ao proferir um despacho suscitando a instauração de um incidente de Recursos [de Revista] Repetitivos, o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga do TST externou que o IRR se presta à preservação da Segurança Jurídica e consequente previsibilidade dos julgados, o que está em consonância com os princípios constitucionais da celeridade e da efetividade da jurisdição (BRASIL, 2016g).

O procedimento a ser aplicado no IRR foi especificamente disciplinado pelo incluso *caput* do art. 896-C, da CLT, que assim dispôs:

> Art. 896-C. Quando houver multiplicidade de recursos de revista fundados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à seção especializada em dissídios individuais ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria simples de seus membros, mediante requerimento de um dos Ministros que compõem a seção especializada, considerando a relevância da matéria ou a existência de entendimentos divergentes entre os Ministros dessa seção ou das turmas do Tribunal (BRASIL, 2014a, s.p.).

Sucintamente, caracterizada a multiplicidade de Recursos de Revista[169] versando acerca de idêntica questão de direito[170], que se mostre relevante[171] ou julgada de maneiras divergentes, esta poderá ser respectiva à Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI) ou ao Pleno do TST, por decisão da maioria simples de seus membros[172], mediante requerimento de um dos Ministros que compõem a Seção Especializada[173].

Nesse cenário, um ou mais recursos representativos dessa controvérsia, que podem ser denominados "modelo" ou "piloto", serão selecionados[174] e todos os demais processos que versem sobre mesma temática serão sobrestados[175] até o pronunciamento definitivo da SDI ou do Pleno do TST.

O julgamento do incidente deverá ocorrer no prazo máximo de um ano[176], sob pena de cessação da afetação e do sobrestamento dos processos, nos termos do art. 11 da IN 38/15 e art. 290 do Regimento Interno do TST/17.

---

[169] Ou recurso de embargos ao TST e recurso extraordinário oriundo do TST, por força da IN 38, em seus artigos 1º e 19 (BRASIL, 2015c).

[170] Ao delimitar as controvérsias acerca das "questões de direito", busca-se a prevalência de questões jurídicas sobre elementos fáticos do caso *sub judice,* nos termos da Súmula 126 do TST (BRASIL, 2019s). Não obstante, não se pode prescindir, de modo absoluto, das questões de fato, pois, através delas são aferidas as circunstâncias em que determinado posicionamento jurídico se enquadra ou não. Consoante afirma Thiago Henrique Ament (2018, p.66) "a abstração excessiva de questões jurídicas de questões jurídicas referentes às pretensões individuais poderia apontar para um artificialismo da decisão".

[171] Inexiste requisito formal sobre o número mínimo de recursos assemelhados, tampouco definição do que seria "matéria relevante" (exigência que sequer existia no aplicável CPC/73).

[172] Não há um critério estabelecido para definir se o IRR será julgado pela SDI (composição plena ou subseção) ou pelo Pleno do TST, a única ressalva feita pelo inciso "I" do §3º do art. 281 do Regimento Interno do TST (BRASIL, 2017b) é no sentido de que discussões acerca de matérias disciplinadas em súmulas e orientações jurisprudenciais serão, necessariamente, afetadas ao Tribunal Pleno.

[173] Nos termos do parágrafo primeiro do art. 2º da IN nº 38 do TST, "o requerimento fundamentado de um dos Ministros da Subseção Especializada em Dissídios Individuais I de afetação da questão a ser julgada em incidente de recursos repetitivos deverá indicar um ou mais recursos de revista ou de embargos representativos da controvérsia e ser formulado por escrito diretamente ao presidente da SbDI-1 ou, oralmente, em questão preliminar suscitada quando do julgamento de processo incluído na pauta de julgamentos da subseção". Igualmente, nos termos de seu parágrafo segundo: "De forma concorrente, quando a turma do Tribunal Superior do Trabalho entender necessária a adoção do procedimento de julgamento de recursos de revista repetitivos, seu presidente deverá submeter ao presidente da Subseção Especializada em Dissídios Individuais I a proposta de afetação do recurso de revista, para os efeitos dos artigos 896-B e 896-C da CLT" (BRASIL, 2015c, s.p.), o que corroborado pelo parágrafo segundo do art. 281 do Regimento Interno do TST (BRASIL, 2017b).

[174] Faz-se necessário que essa escolha seja feita com cautela e que o processo paradigma (piloto ou modelo) seja o mais amplo possível, a fim de propiciar maior gama de discussão e confronte de fundamentos que irão integrar a sua *Ratio Decidendi.*

[175] Nada obstante, o parágrafo quinto do art. 896-C dispor acerca da possibilidade de "suspensão", a correta denominação seria o "sobrestamento", porquanto, nos termos do parágrafo primeiro do art. 896, da CLT, o Recurso de Revista é dotado apenas de efeito devolutivo, inexistindo exceção legalmente prevista para suspensão (BRASIL, 2014a).

[176] Sustenta-se a necessidade de observância do prazo legalmente estabelecido, não apenas para fins de cancelamento do sobrestamento, mas também para efetiva decisão da controvérsia a ser

Os procedimentos iniciais a serem realizados até o julgamento do IRR foram disciplinados pelos parágrafos primeiro 10 do art. 896-C da CLT, que merecem transcrição para melhor compreensão:

> 1º O presidente da turma ou da seção especializada, por indicação dos relatores, afetará um ou mais recursos representativos da controvérsia para julgamento pela Seção Especializada em Dissídios Individuais ou pelo Tribunal Pleno, sob o rito dos recursos repetitivos.
> § 2º O presidente da turma ou da seção especializada que afetar processo para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos deverá expedir comunicação aos demais presidentes de turma ou de seção especializada, que poderão afetar outros processos sobre a questão para julgamento conjunto, a fim de conferir ao órgão julgador visão global da questão[177].
> § 3º O presidente do Tribunal Superior do Trabalho oficiará os presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho para que suspendam os recursos interpostos em casos idênticos aos afetados como recursos repetitivos, até o pronunciamento definitivo do Tribunal Superior do Trabalho.
> § 4º Caberá ao presidente do Tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Tribunal Superior do Trabalho, ficando suspensos os demais recursos de revista até o pronunciamento definitivo do Tribunal Superior do Trabalho.
> § 5º O relator no Tribunal Superior do Trabalho poderá determinar a suspensão dos recursos de revista ou de embargos que tenham como objeto controvérsia idêntica à do recurso afetado como repetitivo.
> § 6º O recurso repetitivo será distribuído a um dos Ministros membros da Seção Especializada ou do Tribunal Pleno e a um Ministro revisor.
> § 7º O relator poderá solicitar, aos Tribunais Regionais do Trabalho, informações a respeito da controvérsia, a serem prestadas no prazo de 15 (quinze) dias.
> § 8º O relator poderá admitir manifestação de pessoa, órgão ou entidade com interesse na controvérsia, inclusive como assistente simples, na forma da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil)[178].
> § 9º Recebidas as informações e, se for o caso, após cumprido o disposto no § 7º deste artigo, terá vista o Ministério Público pelo prazo de 15 (quinze) dias.
> § 10. Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta na Seção Especializada ou no Tribunal Pleno, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos (BRASIL, 2014a, s.p.).

Inicialmente, uma questão de suma relevância deve ser analisada, a saber, as hipóteses de cabimento do IRR.

Ao apresentar requisitos não cumulativos para afetação da temática, como "relevância da matéria" ou "existência de entendimentos divergentes", é possível aferir que a simples e subjetiva constatação da relevância de uma questão *sub judice*, ainda

---

uniformizada, eliminando as incertezas acerca da temática, o que afeta toda a sociedade. Essa questão será mais bem explorada no tópico 6.3.

[177] Redação idêntica a constante do art. 3º da IN n.º 38, do TST (BRASIL, 2015c).

[178] Nos termos do inciso IV do art. 284 do Regimento Interno do TST, proferida decisão de afetação o relator "IV - concederá o prazo de 15 (quinze) dias para a manifestação escrita das pessoas, órgãos ou entidades interessadas na controvérsia, que poderão ser admitidos como *amici curiae*" (BRASIL, 2017b, s.p.).

que ausentes interpretações controvertidas acerca desta no Tribunal, poderia ensejar o processamento do Incidente.

Essa preocupação - já apresentada anteriormente no tópico 3.3, quando da análise dos prejulgados e do IAC previsto no CPC/73 -, se faz pertinente, uma vez que a Uniformização de Jurisprudência não deve ser realizada precocemente, isto é, antes de a questão ser amplamente apreciada e discutida pelo Tribunal, dando ensejo, inclusive, a julgados dissonantes e interpretações divergentes.

Nesse sentido, sustenta-se novamente que a possibilidade de se prevenir dissenso jurisprudencial por meio de métodos estabilizadores não se coaduna com a função integradora e evolutiva da Jurisprudência, o que poderia deslegitimar o IRR proposto. Nessa perspectiva, e a título de esclarecimento, andou bem o TST ao dispor no art. 4º da IN nº 38 (BRASIL, 2015c) que apenas serão afetadas questões a respeito da qual existam abrangentes argumentação e discussão, o que certamente valida o Incidente inaugurado.

O parágrafo primeiro do dispositivo em comento também é passível de análise crítica. Ao se admitir o requerimento de afetação de Recursos Repetitivos apenas pelos Ministros do TST, renega-se a possibilidade de reivindicação pelas partes, Ministérios Públicos e demais jurisdicionados, igualmente interessados na uniformização jurisprudencial, o que será objeto de análise no capítulo conclusivo deste trabalho.

Os parágrafos terceiro e quinto, que dispõem acerca da possibilidade de sobrestamento dos Recursos de Revista e Embargos interpostos em casos idênticos aos discutidos no IRR instaurado, também são passíveis de questionamentos, sobretudo quando analisados à luz do art. 6º da IN nº 38. Isso porque, o dispositivo alarga as hipóteses de sobrestamento, passando a abranger também os Recursos Ordinários em curso. Trata-se de disposição questionável, porquanto poderá ensejar morosidade no andamento processual, no julgamento das lides e, em última análise, da própria efetividade da tutela pretendida, o que deve ser sopesado.

Imperioso ressaltar outro importante aspecto desse incidente, a saber, a possibilidade da manifestação de “pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia” (parágrafo oitavo do art. 896-C da CLT).

Essa admissão inegavelmente democratiza o procedimento[179] e se coaduna com o princípio da cooperação processual[180], o que é ratificado por João Humberto Cesário (2018, p. 317):

> Tais hipóteses possuem inspiração abertamente democrática, sendo, portanto, absolutamente saudáveis, até mesmo porque a decisão que será tomada vinculará toda a sociedade. Assim, nada mais correto do que a questão, por transcender em muito o mero interesse subjetivo de alguns poucos litigantes, ser amplamente discutida em contraditório, de modo a que todos aqueles que suportarão os efeitos do decidido, possam influenciar concretamente na formação da compreensão do tribunal.

Questiona-se, contudo, se teria pecado o legislador ao utilizar a expressão "poderá", ao revés de "deverá". No mesmo sentido há também controvérsia quanto ao caráter facultativo das audiências públicas que podem preceder os julgamentos dos Incidentes, o que é disciplinado pelo art. 10 da IN nº 38 do TST:

> Art. 10. Para instruir o procedimento, pode o relator fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento na matéria, sempre que entender necessário o esclarecimento de questões ou circunstâncias de fato subjacentes à controvérsia objeto do incidente de recursos repetitivos.
> § 1º O relator poderá também admitir, tanto na audiência pública quanto no curso do procedimento, a manifestação, como *amici curiae*, de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia, considerando a relevância da matéria e assegurando o contraditório e a isonomia de tratamento (BRASIL, 2015c, s.p.).

Disciplinados e discutidos os procedimentos atinentes à instauração e desenvolvimento do IRR, passa-se à análise de seu julgamento, que será realizado pela SDI ou pelo Pleno do TST, e seu acórdão publicado e identificado por meio de um "Tema" que conterá o resumo da decisão.

Nos termos do art. 12 da IN nº 38 do TST, o conteúdo da decisão deverá abranger a análise de todos os fundamentos favoráveis ou contrários da tese jurídica discutida, o que encontra respaldo no já analisado inciso IV, parágrafo primeiro do art. 489 do CPC/15, legitimando o julgamento e propiciando a sua mais escorreita aplicação a casos equivalentes. Consoante magistério de João Humberto Cesário (2018, p. 317), "o procedimento da análise de Recursos de Revista repetitivos deverá

---

[179] Parágrafos oitavo a 10 do art. 896-C da CLT, incluídos pela Lei nº 13.015/2014 (BRASIL, 2014a).
[180] Conforme consta do art. 6º do CPC/15: "Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva" (BRASIL, 2015a, s.p.).

ser todo permeado pelas noções de contraditório robustecido e fundamentação minudente".

Transitada em julgado a decisão, os recursos sobrestados serão desafetados e analisados à luz da *Ratio Decidendi* extraída desse julgado Precedente, nos exatos termos do parágrafo 11 do art. 896-C da CLT, que dispõe:

> §11. Publicado o acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, os recursos de revista sobrestados na origem:
> I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação a respeito da matéria no Tribunal Superior do Trabalho; ou
> II - serão novamente examinados pelo Tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Tribunal Superior do Trabalho a respeito da matéria (BRASIL, 2014a, s.p.).

De acordo com o estrito conteúdo do dispositivo, apesar de a decisão paradigma[181] ser capaz de obstar o processamento dos Recursos de Revista interpostos em face de julgados alinhados com o entendimento uniformizado, essa não tem, expressamente, o condão de vincular os regionais à sua observância obrigatória, sendo possível a manutenção da decisão contrária ao entendimento pacificado pelo TST.

A interpretação do dispositivo, no entanto, foi regulamentada pela IN nº 38 do TST, que dispôs por meio de seus artigos 13, 14 e 15 acerca da observância obrigatória da decisão por parte dos Tribunais Regionais. Facultou-se, contudo, e, tão somente, a manutenção de entendimento divergente nas hipóteses em que operada a distinção - *Distinguishing* - entre o processo sobrestado e a decisão vinculante (BRASIL, 2015c)[182].

O elastecimento interpretativo revela-as mais adequado, por possibilitar a efetiva Uniformização de Jurisprudência nacional em detrimento do prosseguimento de inúmeros recursos cujo pronunciamento decisório final já se tem conhecimento, pois alinhado com o entendimento pacificado pelo TST.

---

[181] Especificamente suas razões determinantes – *Ratio Decidendi.*

[182] "Art. 13. Decidido o recurso representativo da controvérsia, os órgãos jurisdicionais respectivos declararão prejudicados os demais recursos versando sobre idêntica controvérsia ou os decidirão, aplicando a tese firmada"; "Art. 14, inciso III. Os processos porventura suspensos em primeiro e segundo graus de jurisdição retomarão o curso para julgamento e aplicação da tese firmada pelo Tribunal Superior do Trabalho"". Art. 15. Para fundamentar a decisão de manutenção do entendimento, o órgão que proferiu o acórdão recorrido deverá demonstrar a existência de distinção, por se tratar de caso particularizado por hipótese fática distinta ou questão jurídica não examinada, a impor solução diversa" (BRASIL, 2015c, s.p.).

Os acórdãos e Teses fixadas em sede de IRR deverão, pois, ser amplamente divulgadas, nos termos do art. 21 da IN nº 38 do TST[183], que assim dispõe:

> Art. 21. O Tribunal Superior do Trabalho deverá manter e dar publicidade às questões de direito objeto dos recursos repetitivos já julgados, pendentes de julgamento ou já reputadas sem relevância, bem como daquelas objeto das decisões proferidas por sua composição plenária, nos termos do § 13 do artigo 896 da CLT e do artigo 20 desta Instrução Normativa.
> Parágrafo único. As decisões, organizadas por questão jurídica julgada, serão divulgadas, preferencialmente, na rede mundial de computadores e constarão do Banco Nacional de Jurisprudência Uniformizadora – BANJUR, instituído pelo artigo 7º da Instrução Normativa nº 37/2015, aprovada pela Resolução nº 195, de 02.03.2015, do Tribunal Superior do Trabalho (BRASIL, 2015c, s.p.).

Conforme se pode aferir do repositório publicado no *site* do TST (BRASIL, 2019t), as teses fixadas por meio de IRR são identificadas pela denominação "Tema nº", seguidas pelas informações: data de julgamento; data da publicação do acórdão; descrição sucinta do tema; sua conclusão, bem como a íntegra do acórdão proferido no processo modelo utilizado[184].

Tem-se, pois, que a Uniformização de Jurisprudência realizada por meio do IRR se dá à luz do julgamento de um caso concreto[185], cuja *Ratio Decidendi* extraída da decisão consubstancia a interpretação jurídica estabilizada pelo TST para aquele caso, e que será aplicada aos processos sobrestados e aos futuros que versem acerca de equivalente questão de direito[186].

---

[183] Esclarece-se que, em consulta realizada ao *site* do TST que, a par da existência do BANJUR, a Tabela de Incidentes de Recursos Repetitivos – IRR está publicada separadamente, em *link* próprio, em que é possível aferir os incidentes julgados nove e pendentes oito (BRASIL, 2019t).

[184] O CNJ determinou, por meio da Resolução 235 (BRASIL, 2016b), a padronização dos procedimentos administrativos decorrentes dos julgamentos em Repercussão Geral, IRR, IRDR e IAC, estabelecendo em seu art. 5º um banco nacional de dados, determinando, ainda, um padrão numérico a ser seguido quando da edição dos temas fixados, consoante dispõe seu §4º: "O Número Único dos Temas de IRDR e de IAC conterá as informações previstas nos §§ 4º e 5º do art. 1º da Resolução CNJ 65/2008, seguidas de um algarismo identificador do respectivo incidente, além de um número sequencial único gerado por ordem cronológica de cadastro, que será vinculado à descrição do tema, enviada pelos Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal".

[185] Diversamente do sistema *Common Law*, em que, via de regra, os Precedentes são firmados de forma difusa, desenvolveu-se no país um "Sistema de formação concentrada de Precedentes Vinculantes" composto pelo IAC, IRDR e IRR, em que, apesar de analisarem e julgarem casos concretos, existe todo um procedimento para sua afetação, com fins específicos de se proferir uma decisão que, uniformizando entendimentos, seja aplicável à uma multiplicidade de processos similares. De certa forma, pode-se aferir que a construção de uma decisão, a qual já se sabe que servirá de modelo, e cujos efeitos repercutirão no tempo, será mais bem desenvolvida, propiciando o contraditório, a participação das partes e devida fundamentação, o que legitima e democratiza a sua utilização como Precedente Judicial Vinculante.

[186] Em consulta ao *site* do Tribunal Superior do Trabalho em 29 de agosto de 2019, foi possível constatar que, desde a edição da Lei nº 13.015/2014, foram afetadas 17 questões em sede de

Não há criação de Súmula. O verbete atrelado ao Tema e divulgado nos repositórios oficiais apenas tem o condão de identificar, precisamente, a questão controvertida analisada, não concretizando, por si só, o entendimento pacificado, que deve ser extraído da fundamentação do acórdão paradigma, igualmente disponibilizado.

A legislação em comento, atenta à finalidade precípua da Jurisprudência, que visa propiciar a mais próxima interpretação das normas, oxigenando o Direito e tornando-o adequado às novas realidades, também incorporou ao julgamento dos Recursos de Revista repetitivos dois importantes instrumentos do Direito inglês, a saber, o *Distinguishing* e o *Overruling,* já explorados nos tópicos 2.1.2.3 e 4.4.3.

Assim dispôs o parágrafo 16 do art. 896-C da CLT: "§16. A decisão firmada em recurso repetitivo não será aplicada aos casos em que se demonstrar que a situação de fato ou de direito é distinta das presentes no processo julgado sob o rito dos recursos repetitivos" (BRASIL, 2014a, s.p.).

Essa inserção possibilitou que a *Ratio* das decisões proferidas em sede de IRR deixem de ser aplicadas aos casos *sub judice*, quando devidamente demonstrado que as circunstâncias fáticas e jurídicas do caso atual são distintas daquele paradigma, hipótese em que será operado o *Distinguishing,* ou distinção.

A distinção também foi tratada pela IN nº 38 do TST, que trouxe, inclusive, a possibilidade de alegação e aplicação do *Distinguishing* antes do julgamento do IRR e fixação de sua Tese, com fins de evitar o indevido sobrestamento de determinado recurso/processo. Ademais, traduziu a necessidade de ampla fundamentação como pressuposto da não observância de um Precedente Vinculante, nos seguintes termos:

> Art. 9º As partes deverão ser intimadas da decisão de suspensão de seu processo, a ser proferida pelo respectivo relator.
> § 1º A parte poderá requerer o prosseguimento de seu processo se demonstrar a intempestividade do recurso nele interposto ou a existência de distinção entre a questão de direito a ser decidida no seu processo e aquela a ser julgada sob o rito dos recursos repetitivos.
> Art. 15. Para fundamentar a decisão de manutenção do entendimento, o órgão que proferiu o acórdão recorrido deverá demonstrar a existência de distinção, por se tratar de caso particularizado por hipótese fática distinta ou questão jurídica não examinada, a impor solução diversa (BRASIL, 2015c, s.p.).

Incidente de Recursos Repetitivos (IRR), sendo que oito encontram-se pendentes de julgamento e nove já foram julgadas, a saber, os temas nº 1;2 4; 5; 6; 7; 10; 12 e 13 (BRASIL, 2019t).

A legislação também reconheceu o *Overruling,* isto é, a possibilidade de superação da tese fixada, aduzindo a pertinente de sua revisão "quando se alterar a situação econômica, social ou jurídica" (BRASIL, 2014a), de modo a tornar a tese inadequada ou injusta.

Concretizadas quaisquer das hipóteses, forçoso será o respeito à segurança jurídica das relações firmadas sob a égide da decisão anterior[187], podendo o TST, eventualmente, decidir pela modulação dos efeitos da decisão. Nesse sentido, dispõe o parágrafo 17 do art. 896-C da CLT e o art. 17 da IN nº 38 do TST, cuja redação é idêntica, a saber:

> §17. Caberá revisão da decisão firmada em julgamento de recursos repetitivos quando se alterar a situação econômica, social ou jurídica, caso em que será respeitada a segurança jurídica das relações firmadas sob a égide da decisão anterior, podendo o Tribunal Superior do Trabalho modular os efeitos da decisão que a tenha alterado (BRASIL, 2015c, s.p.).

Em concordância, Fredie Didier Jr. e Lucas Buril de Macêdo (2014, p. 160) expõem ser "possível ao TST regular o momento a partir do qual a nova tese deverá ser aplicada, como, por exemplo, apenas nas relações firmadas depois de sua decisão, de determinado evento relevante ou de data futura".

A regulamentação do *Distinguishing* e do *Overruling* pela legislação deslegitima as teses existentes no sentido de que a estabilização jurisprudencial implica imutabilidade ou estagnação do direito, bem como reduz a autonomia dos magistrados. Para o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, o IRR não tolhe a autonomia dos magistrados, que se mantêm impassíveis quando demonstrada a incidência de *Distinguishing* e *Overruling.* Lado outro, propicia a consecução da segurança jurídica, inerente e fundamental à jurisdição (BRASIL, 2016g).

Sem embargo do exposto, uma questão intrigante emerge à guisa de conclusão: se as decisões firmadas em sede de IRR possuem caráter vinculante e essa condição implica a automática inadmissão dos Recursos de Revista que sustentam tese contrária a firmada, como essas discussões voltarão ao exame do TST sob novas perspectivas, circunstâncias e fundamentos, a fim de propiciar eventual O*verruling*? Trata-se de desafio a ser superado, o que será objeto do capítulo final.

---

[187] Parágrafos 16 e 17 do art. 896-C da CLT, incluídos pela Lei nº 13.015/2014 (BRASIL, 2014c).

5.1.4 Incidente de Assunção de Competência (IAC)

Conforme exposto no tópico 3.3, o Código de Processo Civil de 1973 instituiu em seu art. 555 o Incidente de Assunção de Competência (IAC), cujo objetivo era a uniformização de posicionamentos dentro de um mesmo Tribunal, ainda que inexistentes recursos repetitivos.

Em sentido similar, o incluso parágrafo 13 do art. 896 da CLT dispôs que:

> § 13. Dada a relevância da matéria, por iniciativa de um dos membros da Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, aprovada pela maioria dos integrantes da Seção, o julgamento a que se refere o §3º poderá ser afeto ao Tribunal Pleno (BRASIL, 2014a, s.p.).

Restou consignado que as matérias consideradas relevantes por um dos magistrados pertencentes à SDI do TST poderiam, a seu requerimento, e por votação da maioria desse órgão, serem afetadas ao Pleno do TST para uniformização da jurisprudência nacional, por meio do denominado IAC. Exatamente nesse sentido, também dispunha o parágrafo quarto do art. 156 do Regimento Interno do TST vigente à época:

> § 4º Verificando a Seção Especializada que a maioria conclui contrariamente a decisões reiteradas de órgãos fracionários sobre tema relevante de natureza material ou processual, deixará de proclamar o resultado e suscitará o incidente de uniformização de jurisprudência ao Tribunal Pleno. A decisão constará de simples certidão (BRASIL, 2008b, s.p.).

Diversamente do preconizado pelo CPC/73, o dispositivo celetista não trouxe qualquer disposição expressa acerca do cabimento do Incidente para prevenção de divergências jurisprudências, o que é salutar. Conforme explanado anteriormente, a existência de prévia dissonância interpretativa é fundamental, pois propicia o aprofundando e amadurecendo de teses e interpretações pelos órgãos do Tribunal, evitando julgamentos precoces e desconexos com os atributos da Jurisprudência, que deve desenvolvida, aprimorada e consolidada com o tempo. Nesse sentido, Cesar Zucatti Pritsch (2018, p. 192) apregoa:

> No sistema de precedentes não é aconselhável que se sufoque o debate jurisprudencial, debate este que é salutar para que se chegue ao momento de uma decisão uniformizadora vinculante de posse de todos os melhores argumentos. A excessiva aceleração da prolação de uma decisão que corte

> ou sufoque o debate pode ocasionar que se engesse a jurisprudência antes mesmo que ela exista, em um determinado tema.

Não obstante, em vez de o TST reiterar disposto no art. 4 da IN nº 38, que aclarou a necessidade de as questões afetadas em sede de IRR conterem abrangente argumentação e discussão antes da decisão, possibilitou o cabimento de IAC para prevenção de divergência, nos termos do art. 20 da IN nº 38:

> Art. 20. Quando o julgamento dos embargos à SbDI-1 envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos, mas a respeito da qual seja conveniente a prevenção ou a composição de divergência entre as turmas ou os demais órgãos fracionários do Tribunal Superior do Trabalho, poderá a SbDI-1, por iniciativa de um de seus membros e após a aprovação da maioria de seus integrantes, afetar o seu julgamento ao Tribunal Pleno (BRASIL, 2015c, s.p.)[188].

A baixa recorribilidade acerca de uma temática, atrelada à ausência de divergência em torno dessa, desvela a existência de apenas um incipiente debate e aprofundamento da questão, o que é insuficiente e impróprio para estandardização do entendimento da Corte. Ante o exposto, sustenta-se que a mais pertinente aplicação do IAC na Especializada Trabalhista deve levar em consideração a abrangência da argumentação e discussão da questão afetada.

O acórdão do TST que julgar o IAC desafia Recurso Extraordinário para o STF caso a questão afetada contenha, também, abrangência constitucional, o que é aferido pelo parágrafo primeiro do art. 298, combinado com art. 297 do Regimento Interno do TST.

Ao final, dois outros aspectos ainda merecem destaque: a insistência do legislador em se valer, mais uma vez, de termo jurídico indeterminado “tema relevante”, o que pode ensejar discricionariedade na delimitação e aplicação do incidente, bem como a restrição da legitimação para suscitar o IAC apenas aos Ministros da SDI do TST, o que certamente retira a democraticidade do instituto, e deve ser repensado.

Apresentadas e discutidas as inovações trazidas pela Lei nº 13.015/14, passa-se à análise da Uniformização de Jurisprudência Trabalhista à luz do Código de

[188] No mesmo sentido se deu a redação do art. 298 do novo Regimento Interno do TST (BRASIL, 2017b) e a Resolução GP 89 do TRT da 3ª Região (MINAS GERAIS, 2017), que dispuseram, também, acerca da conveniência de prevenção de divergência entre turmas.

Processo Civil que, ao suceder a legislação em comento, alterou, em certa medida, seus métodos uniformizadores.

5.2 Repercussões trazidas pela Lei nº 13.105/2015 – CPC

Conforme exposto no tópico anterior, as inovações trazidas pela Lei nº 13.015/14 foram de suma importância para a valorização da força normativa da jurisprudência, sobretudo em razão da regulamentação do IUJ e incorporação de novos métodos uniformizadores, concretizados por meio de julgamentos por amostragem.

Apenas oito meses após a entrada em vigor da supracitada lei, contudo, sobreveio um novo Código de Processo Civil, que colocou em questão a aplicabilidade do IUJ ao Processo do Trabalho, principalmente porque revogadas as disposições a ele correlatas, adredemente previstas no CPC/73.

Malgrado a revogação operada, a *novel* legislação não se escusou de disciplinar e determinar a obrigatória Uniformização de Jurisprudência dos Tribunais, optando por instituir um Sistema de Precedentes Vinculantes[189] que prima pela estabilização de entendimentos por meio do julgamento de casos concretos, e não pelo debate abstrato de teses como ocorria por meio do extinto IUJ.

Nesse cenário, as inovações trazidas pelo novo Código e já amplamente apresentadas no capítulo 4 deste trabalho influenciaram diretamente os recém-criados métodos de Uniformização de Jurisprudência incorporados à CLT (IRR e IAC), que não prescindem de uma análise à luz da hodierna legislação processual civil.

Os métodos uniformizadores também serão analisados à luz da Instrução Normativa nº 39 do TST (BRASIL, 2016d), que disciplinou a aplicação do CPC/15 ao Processo do Trabalho, bem como o mais recente Regimento Interno do TST/17, que sofreu alterações após o advento da legislação Processualista Civil.

Para propiciar o debate em questão, faz-se, inicialmente, uma breve análise da aplicabilidade da Legislação Processual Civil ao Direito Processual do Trabalho.

---

[189] Este trabalho, ao analisar as inovações do Código de Processo Civil de 2015 quanto à Uniformização de Jurisprudência, sua compatibilidade com as normas trabalhistas e aplicabilidade ao Processo do Trabalho, se valerá da expressão “Sistema de Precedentes Vinculantes”, por entender que melhor traduz a nova realidade vivenciada pelo Sistema Jurídico nacional, que valoriza a interpretação jurídica e a jurisprudência, assim como prima pela observância dos institutos e decisões apontadas pelas legislações como vinculantes.

Consoante dispõe o art. 769 da CLT, “nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do Direito Processual do Trabalho, exceto naquilo em que for incompatível” (BRASIL, 1943). O artigo 15 do CPC/15, por sua vez, ampliou a sua aplicação ao aduzir que, “na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente” (BRASIL, 2015a, s.p.), nada manifestando acerca da necessária compatibilidade das normas.

Pretendeu, pois, o legislador, que o Código de Processo Civil, reformulado e agora mais constitucionalizado, pudesse abarcar as lides trabalhistas, com o intuito de democratizar o seu procedimento, pelo que deveria ser aplicado não apenas subsidiariamente, como também supletivamente. Luciana Cristina Souza (2017, p. 12) reforça:

> [...] quis o legislador promover a maior efetividade da defesa dos direitos constitucionais na via processual trabalhista, pois, para além do caráter subsidiário da norma civil anteriormente previsto, meramente supridor de lacunas, o [Novo Código de Processo Civil] NCPC é, também, supletivo, o que significa que a norma civil pode ser usada para aperfeiçoar o modo de aplicação da norma trabalhista e interferir no modo pelo qual as decisões judiciais são tomadas, podendo o julgador optar por uma composição normativa que melhor colabore para densificação dos direitos constitucionais pela via do processo.

A despeito do louvável caráter agregador do Processo Civil Constitucionalizado e a sua possível incidência à seara laboral, não se pode olvidar as particulares e princípios dessa Especializada, o que, conforme assente em trabalho anterior, importará sempre a análise crítica dos seus dispositivos, a fim de aferir a real compatibilidade, caso a caso, com o Processo do Trabalho (CUNHA, 2017).

Dessa forma, e com o propósito de melhor direcionar a aplicação do CPC/15 ao Processo do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho editou a IN nº 39, por meio da Resolução nº 203, de 15 de março (BRASIL, 2016d). Apesar de não vincular os magistrados, a norma figura-se como norteadora do entendimento da Corte de Vértice trabalhista acerca da aplicação da legislação civilista. A Instrução converge com o entendimento consubstanciado no art. 769 da CLT e art. 15 do CPC, ao dispor que:

> Art. 1° Aplica-se o Código de Processo Civil, subsidiária e supletivamente, ao processo do trabalho, em caso de omissão e desde que haja compatibilidade com as normas e princípios do Direito Processual do Trabalho, na forma dos arts. 769 e 889 da CLT e do art. 15 da Lei nº 13.105, de 17.03.2015 (BRASIL, 2016d, s.p.).

A Resolução nº 235 de 13 de julho 2016, editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), também se revelou importante à análise dos novos métodos uniformizadores integrantes do Sistema de Precedentes Vinculantes, por dispor acerca de sua aplicação aos diversos Tribunais existentes no país, onde se incluem o Tribunal Superior do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho.

Perpassadas as considerações iniciais, serão analisadas as efetivas repercussões do CPC/15 ao Direito Processual do Trabalho, especificamente quanto à Uniformização de Jurisprudência Trabalhista e ao Sistema de Precedentes Vinculantes, temas centrais do estudo.

5.2.1 Reflexos no Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ)

Diferentemente do CPC/73, que previa em seus artigos 476 a 479 o IUJ - apropriado e aprimorado pelo Processo do Trabalho -, a nova legislação processual civil não manteve o instituto disciplinado em seu escopo.

Conquanto o dever de Uniformização de Jurisprudência tenha permanecido e, incontroversamente, se tornado mais relevante com o advento do Código em análise, o procedimento para edição de Súmulas de Jurisprudência uniforme foi deixado a cargo dos Regimentos Internos dos Tribunais, sendo dispensada a manutenção de um IUJ, conforme se pode aferir:

> Art. 926. Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.
> §1º Na forma estabelecida e segundo os pressupostos fixados no regimento interno, os tribunais editarão enunciados de súmula correspondentes a sua jurisprudência dominante (BRASIL, 2015a, s.p.).

Paralelamente, outros métodos considerados mais aptos à estabilização jurisprudencial foram trazidos a lume em substituição ao IUJ, a exemplo dos já disciplinados IRRs (art. 1.036) e IACs (art. 947), bem como do recém-criado IRDR (art. 976 a 987).

Em um sistema que se pretende Precedencialista, entende-se que a estabilização da Jurisprudência por meio dos novos institutos mostra-se bastante coerente, por propiciar o debate acerca de determinada interpretação jurídica à luz de um caso concreto, superando o embate abstrato de teses realizado por meio do IUJ.

Exatamente nesse sentido é a doutrina de Cesar Zucatti Pritsch (2018), para quem a substituição do IUJ pelos IRR, IAC ou IRDR proporciona:

> [...] um acórdão de maior qualidade precedencial, rompendo a tradição de uniformizar entendimentos com debates quase em tese, estranhos à típica função à típica função jurisdicional, que é dizer o direito no caso concreto e não legislar em abstrato. O procedimento dos novos incidentes estimula o debate e contraditório mais amplos autorizando a participação de atores sociais com interesse e expertise nas questões em disputa, e ainda faculta um maior aprofundamento argumentativo, tendo em vista que, ao invés de cada desembargador votar em separado com fundamentação compacta, se direciona a análise de fundamentos contra e a favor do voto da maioria, sendo ainda designado um redator para os eventuais votos dissidentes (art. 941, §3º do CPC), também de forma concentrada, técnica similar à adotada nas cortes norte-americanas, facilitando a posterior pesquisa jurisprudencial e aplicação de tais precedentes (PRITSCH, 2018, p. 211).

Não obstante as expostas benesses advindas dos novos métodos estabilizadores de Jurisprudência, entendeu-se à época que, em razão de o CPC/15 dispor expressamente acerca do dever de Uniformização de Jurisprudência (*caput* do art. 926) e o IUJ disciplinado pelos parágrafos terceiro ao sexto do art. 896 da CLT permanecerem em vigor, o incidente deveria continuar sendo utilizado na Especializada Trabalhista.

Leva-se em conta que a estabilização jurisprudencial realizada por meio do IUJ não se revela a mais apropriada aos ideais de um Sistema Precedencialista - que sustenta a estabilização jurisprudencial frente a um caso concreto. Contudo, em razão da ampla aceitação e efetividade do IUJ nos diversos Tribunais Regionais do Trabalho[190], sua manutenção foi sustentada, ainda que temporariamente, por servir à conscientização dos operadores de direito quanto à importância da estabilização jurisprudencial. De acordo com Cesar Zucatti Pritsch (2018, p. 222):

> Tal temática não conflita com o atual sistema de precedentes (focado nos fatos do caso concreto em que se forma o precedente), desde que se compreenda a real natureza de uma súmula – um atalho argumentativo, uma representação de uma ou mais decisões judiciais, estas sim os verdadeiros *precedentes* em sentido estrito.

[190] Conforme registrado a título de exemplo na nota 111 deste trabalho, após a instituição do IUJ pela Lei nº 13.015/2014, o TRT da 3ª Região editou 33 Súmulas e 23 Teses Jurídicas Prevalecentes no período de quatro anos, o que é consideravelmente mais expressivo do que as 33 Súmulas editadas ao longo dos 15 anos anteriores à edição da supracitada Lei (MINAS GERAIS, 2019d). O mesmo pôde ser observado nos demais Tribunais Regionais do país.

Nessa perspectiva, o art. 2º da Instrução Normativa nº 40 do TST (BRASIL, 2016e) dispôs que, "após a vigência do Código de Processo Civil de 2015, subsiste o incidente de uniformização de jurisprudência da CLT (art. 896, §§ 3º, 4º, 5º e 6º), observado o procedimento previsto no regimento interno do Tribunal Regional do Trabalho". Conforme sustentado em trabalho anterior (CUNHA, EÇA, 2018, p. 52):

> A solução recomendada pelo TST encontra respaldo no art. 96, inciso I, alínea "a" da Constituição Federal, que confere autonomia aos Tribunais Regionais, na forma de seus Regimentos Internos, para dispor sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos, assim como no §1º do art. 926 do CPC, que dispõe sobre a criação de súmulas correspondentes à jurisprudência dominante dos tribunais, que deve ser estabelecida segundo os pressupostos fixados em seus Regimentos Internos.

Dessa forma, os Tribunais Regionais do Trabalho continuaram a editar diversas Súmulas uniformizadoras de sua Jurisprudência por meio de IUJ disciplinado especificamente por seus próprios Regimentos Internos, sedimentando, pois, os entendimentos até então divergentes entre suas turmas[191].

Partindo-se do pressuposto de que em um Sistema Precedencialista as novas Súmulas advindas do de IUJ devem ser compreendidas apenas como "meros indexadores de precedentes, sem se confundir com estes" (PRITSCH, 2018, p. 228), pode-se dizer que a manutenção no incidente na Especializada Trabalhista permaneceu, em certa medida, alinhada ao dever de estabilidade, integridade e coerência das decisões e do ordenamento jurídico.

Ademais, o Incidente de Uniformização de Jurisprudência certamente serviu como sustentáculo no processo de amadurecimento dos operadores do direito no caminho para a concretização da nova realizada sistêmica.

5.2.2 Reflexos nos novos métodos de Uniformização de Jurisprudência

Nos termos já expostos no capítulo 4, o CPC/15 instituiu e aprimorou técnicas de julgamento por amostragem, consistente na prolação de uma única decisão que, concretizando o posicionamento uniformizado do Tribunal acerca de determinada

[191] Exemplificativamente, tem-se que todos os IUJ's instaurados no TRT da 3ª Região foram julgados após o advento do Código de Processo Civil de 2015 (MINAS GERAIS, 2019c).

questão jurídica controversa, pudesse ser aplicada a uma multiplicidade de casos pendentes ou futuros.

Especificamente, a nova legislação transportou do CPC/73 os já existentes IRR e IAC, bem como criou um novo método, a saber, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

Em um cenário em que os aludidos métodos de julgamento se mostram essenciais à viabilização e efetivação do Sistema de Precedentes Vinculantes inaugurado no país e aplicável à seara trabalhista, imperiosa se faz a análise da repercussão e confluência das normas insculpidas no CPC/15 com aquelas que disciplinam a questão na CLT.

Para tanto, relembra-se que, quando da entrada em vigor do CPC/15, alguns métodos de Uniformização de Jurisprudência e julgamento em massa já haviam sido inseridos ao Processo do Trabalho por meio da antecedente Lei nº 13.015/14 (IAC e IRR).

5.2.2.1 Incidente de Recursos Repetitivos (IRR)

O CPC/15 não influenciou diretamente no procedimento aplicável ao IRR na seara trabalhista, porquanto, nessa Especializada, o Incidente decorre da repetitividade de recursos específicos e a ela inerentes, a saber, Recursos de Revista e Embargos ao TST. E o art. 280 do Regimento Interno do TST/17 entendeu serem aplicáveis ao IRR, no que couberem, as novas normas relativas ao julgamento dos Recursos Extraordinários e Especiais Repetitivos, disciplinadas pelos artigos 1.036 a 1.041, aplicados subsidiariamente.

O IRR permaneceu, pois, regido pelos artigos 896-B e 896-C da CLT (BRASIL, 2014a), o que é ratificado pelo art. 169 do Regimento Interno do TST/17, pela IN nº 38 do TST/15, também sendo aplicáveis as normas previstas nos artigos no CPC/15, no que couberem. Ante a multiplicidade de normas regulamentadoras do instituto, algumas observações merecem ser tecidas.

Inicialmente, a necessidade de o acórdão de IRR abranger a integralidade dos fundamentos apresentados pelas partes, ainda que contrários à Tese Jurídica fixada (art. 12 da IN n.º 38 do TST/15), foi ratificada pelo art. 291 do Regimento Interno do TST/17. A temática foi tratada de forma completamente diversa e não razoável pelo parágrafo terceiro do art. 1.038 do CPC, que assim dispôs: “O conteúdo do acórdão

abrangerá a análise dos fundamentos relevantes da tese jurídica discutida" (BRASIL, 2015a, s.p.). Dessa forma, considerando que o dispositivo civilista contraria o disciplinado pelo TST, não deve ser aplicada ao Processo do Trabalho.

O CPC/15 ampliou parcialmente o rol de legitimados para requerimento do IRR, possibilitando o pleito por parte dos presidentes dos Tribunais Regionais e Presidentes de Seções ou Turmas (arts. 1.030, III, e 1.036, §4º), o que na seara trabalhista encontra-se restrito aos Ministros Relatores (parágrafo primeiro do art. 896-C da CLT). Trata-se de ampliação modesta, incapaz de democratizar efetivamente o Incidente, que deveria viabilizar o pedido de afetação também pelas partes e pelo Ministério Público. Malgrado o exposto, esse deve ser o entendimento aplicado ao Processo do Trabalho.

Nada dispôs a IN nº 39 do TST/16 acerca dos Recursos Extraordinários Repetitivos interpostos em face de decisões proferidas pelo TST. O Regimento Interno do TST/17, por sua vez, possibilitou a aplicação dos artigos 1.036 a 1.041 do CPC/15, no que couber.

Ao final, a possibilidade de *Distinguishing* antes do julgamento do IRR, com fins de evitar o indevido sobrestamento de determinados processos, foi ratificada pelos parágrafos nove a 13 do art. 1.037 do CPC/15[192]. A redação dos dispositivos retrata a observância do contraditório e ao duplo grau de jurisdição, eis que possibilita a manifestação das partes e a interposição de recurso, razão pela qual pertinente e aplicável à Especializada Trabalhista[193].

---

[192] §9º Demonstrando distinção entre a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no recurso especial ou extraordinário afetado, a parte poderá requerer o prosseguimento do seu processo.
§10. O requerimento a que se refere o §9º será dirigido: I - ao juiz, se o processo sobrestado estiver em primeiro grau; II - ao relator, se o processo sobrestado estiver no Tribunal de origem; III - ao relator do acórdão recorrido, se for sobrestado recurso especial ou recurso extraordinário no Tribunal de origem; IV - ao relator, no Tribunal Superior, de recurso especial ou de recurso extraordinário cujo processamento houver sido sobrestado.
§11. A outra parte deverá ser ouvida sobre o requerimento a que se refere o § 9º, no prazo de 5 (cinco) dias.
§12. Reconhecida a distinção no caso: I - dos incisos I, II e IV do § 10, o próprio juiz ou relator dará prosseguimento ao processo; II - do inciso III do § 10, o relator comunicará a decisão ao presidente ou ao vice-presidente que houver determinado o sobrestamento, para que o recurso especial ou o recurso extraordinário seja encaminhado ao respectivo Tribunal Superior, na forma do art. 1.030, parágrafo único.
§ 13. Da decisão que resolver o requerimento a que se refere o §9º caberá: I - agravo de instrumento, se o processo estiver em primeiro grau; II - agravo interno, se a decisão for de relator (BRASIL, 2015a, s.p.).

[193] Enunciado 348 do FPPC (2019): "348. (arts. 987, 1.037, II, §§ 5º, 6º, 8º e seguintes). Os interessados serão intimados da suspensão de seus processos individuais, podendo requerer o prosseguimento ao juiz ou Tribunal onde tramitarem, demonstrando a distinção entre a questão a ser decidida e aquela

5.2.2.2 Incidente de Assunção de Competência (IAC)

Malgrado o IAC ter sido disciplinado pelo parágrafo 13 do art. 896 da CLT (BRASIL, 2014a), o inciso "XXV" do art. 3º da IN nº 39 do TST/16, reconheceu a possível aplicação do art. 947 do CPC/15 ao Processo do Trabalho. Dessa forma, o incidente passou a ser regulado por ambos os diplomas, sem prejuízo de eventuais disposições previstas nos Regimentos Internos dos Tribunais Regionais[194], bem como oriundas da IN nº 38 do TST, já apresentadas no tópico 5.1.4.

A Resolução nº 235 do CNJ (BRASIL, 2016b) ratificou a aplicação do IAC como método de uniformizador de Jurisprudência Trabalhista, dispondo o seu art. 4º acerca da responsabilidade do TST e dos Tribunais Regionais do Trabalho em gerirem os incidentes instaurados. Sob essa perspectiva, o IAC teve sua incidência ampliada, passando a abranger os Tribunais Regionais.

O art. 169 e o parágrafo primeiro do art. 298 do Regimento Interno do TST/17, por sua vez, também incluíram o IAC como legítimo instrumento de Uniformização de Jurisprudência Trabalhista, remetendo sua aplicação ao disposto no art. 947 do CPC (BRASIL, 2015a) e aos artigos 896-B e 896-C da CLT (BRASIL, 2014b), que disciplinam o IRR, no que couber.

Em razão da amplitude normativa, algumas considerações merecem ser tecidas.

Diversamente do disciplinado pelo parágrafo 13 do artigo 896 da CLT, o CPC/15, aplicável, ampliou o rol de legitimados para suscitar a instauração do IAC, possibilitando sua requisição de ofício pelos relatores, pelas partes ou Ministério Público[195], o que democratizou, em certa medida, o procedimento.

No âmbito do TST, o Regimento Interno vigente (2017) disciplinou o procedimento de revisão ou cancelamento das Teses fixadas em IAC (art. 171) e ratificou a necessidade de fundamentação com fulcro na análise de todos os

---

a ser julgada no incidente de resolução de demandas repetitivas, ou nos recursos repetitivos" (Grupo: Precedentes).

[194] A título de exemplo, a Resolução GP 89 do TRT da 3ª Região (MINAS GERAIS, 2017) dispôs em seu art. 15 acerca da tramitação do IAC e IRDR no âmbito de sua competência. Especificamente, disciplinou que no TRT da 3ª Região a suspensão de processos paradigmas não prejudica a sua instrução (art. 7º, II); que a oitiva das partes e interessados é um dever e não uma faculdade (art. 7º, V); que o acórdão do incidente deverá analisar todos os fundamentos apresentados (art. 10º, III), além de dispor acerca dos essenciais mecanismos de distinção/ *Distinguishing* e superação/ *Overruling* de precedentes judiciais (art. 12).

[195] O rol de legitimados para requerimento do IAC tornou-se mais abrangente do que aquele destinado à arguição do IRR.

argumentos apresentados pelas partes no processo (art. 168), o que condiz com o Sistema de Precedentes Vinculantes instituído.

5.2.2.3 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)

No tocante ao Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), apesar de nada dispor a CLT sobre a sua incidência à seara laboral, o art. 8º da IN nº 39 do TST/16 determinou a sua aplicação por meio dos artigos 976 a 986 do CPC/15, que o disciplinam. Dessa forma, o instituto, até então inexistente na Especializada Trabalhista, passou a integrar o rol de métodos uniformizadores de sua jurisprudência, cujas decisões auferem, também, caráter vinculante[196].

A Resolução nº 235 do CNJ (2016b) deixou igualmente evidente a extensão do novo Incidente uniformizador à Justiça do Trabalho, ao dispor em seu art. 3º acerca da atribuição dos Tribunais Regionais do Trabalho para gerir os IRDR's instaurados no âmbito de sua competência. Essa alçada foi reiterada pelo Regimento Interno do TST (BRASIL, 2017b), que tutelou o IRDR relativo aos processos de sua competência originária ou recursal, remetendo, no que couber, ao disciplinado nos artigos 976 a 987 do CPC/15 e artigos 896-B e 896-C da CLT[197].

Nos termos em que foi disciplinado pelo CPC/15[198], o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas é aplicável nas hipóteses em que houver repetição de processos que contenham controvérsia acerca de idêntica questão de direito, capaz de ensejar risco à isonomia e à segurança jurídica.

Trata-se de método de formação concentrada de Precedentes Vinculantes destinado à padronização jurisprudencial, realizada por meio do julgamento de um "processo piloto", cuja decisão será aplicada a uma multiplicidade de processos paradigmas. Conforme sustenta Dierle Nunes, o IRDR objetiva a prolação de uma decisão "capaz de encampar uma fundamentação consistente e hábil a fornecer um

[196] Art. 8º, §3º, "Apreciado o mérito do recurso, a tese jurídica adotada pelo Tribunal Superior do Trabalho será aplicada no território nacional a todos os processos, individuais ou coletivos, que versem sobre idêntica questão de direito" (BRASIL, 2016d, s.p.).

[197] Enunciado 347 do FPPC (2019): "347. (arts. 976 e 15). Aplica-se ao Processo do Trabalho o incidente de resolução de demandas repetitivas, devendo ser instaurado quando houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão de direito (Grupo: Impacto do CPC no Processo do Trabalho). "

[198] Integralizado praticamente pela Resolução 89 do TRT da 3ª Região (MINAS GERAIS, 2017).

julgado panorâmico, levando-se em consideração todos os argumentos em discussão para deliberação e análise dos casos repetitivos" (NUNES, 2017, p. 133).

Os legitimados para requerimento são o juiz ou relator, as partes e o Ministério Público, rol semelhante ao determinado para os casos de IAC, e mais amplo do que o admitido em sede de IRR, o que coloca em questão a restrição injustificadamente aplicada especificamente a este último Incidente.

Apesar da designação de audiência pública para discussão da questão continuar sendo uma faculdade, assim como ocorre nos demais Incidentes analisados, a oitiva das partes interessadas foi outorgada pelo *caput* do art. 983 do CPC/15. Especificamente, foi facultada aos interessados a juntada de documentos e requerimento de diligências no curso do incidente, o que demonstra uma singela evolução quanto à sua democratização dos métodos uniformizadores[199].

O art. 8º da IN nº 39 do TST/16 também disciplinou a possibilidade de julgamento parcial e antecipado da lide quando do julgamento do IRDR. Nos casos em que os processos sobrestados/suspensos versarem cumulativamente sobre questões diversas, nem todas afetadas pelo incidente - o que é bastante comum na seara trabalhista -, poderá ocorrer uma cisão decisória, o que pareceu bastante salutar, justamente por superar empecilhos como a morosidade judicial.

Restou disciplinado, ainda, que da decisão que julgar o mérito do IRDR será recorrível nos termos do art. 987 do CPC/15, explicitando o art. 8º da IN n.º 39 do TST/16, pelo cabimento de Recurso de Revista para o TST, no prazo de oito dias, dotado de efeito apenas devolutivo.

Ao final, os artigos 985 e 986 do CPC/15[200] também não se escusaram de trazer a essa modalidade de Incidente a possibilidade de distinção e superação dos entendimentos firmados, o que guarda consonância com a função jurisprudencial amplamente exposta no trabalho. Objetivamente, a revisão poderá ser realizada pelo Tribunal que julgou o IRDR, de ofício ou mediante requerimento de quaisquer dos legitimados para requerimento de afetação.

Nos termos brevemente expostos, tem-se que o IRDR foi incorporado ao Direito Processual do Trabalho, estando regulado pelas normas atinentes previstas no

[199] Possibilidade tutelada pela Resolução 89 do TRT da 3ª Região e aplicável não apenas ao IRDR, como também ao IAC (MINAS GERAIS, 2017).
[200] O que é corroborado pelo art. 12 da Resolução GP 89 do TRT da 3ª Região (MINAS GERAIS, 2017).

CPC/15, CLT, IN nº 39 do TST/16, Regimento Interno do TST/17 e normas internas dos Tribunais Regionais do Trabalho.

5.3 Alterações trazidas pela Lei n.º 13.467/2017: Reforma Trabalhista

Conforme se pode aferir pela gênese normativa apresentada ao longo do trabalho, a valorização da jurisprudência restou evidente, sendo crescente a instituição e aperfeiçoamento de métodos destinados à sua uniformização, não apenas na seara laboral, como em todo o ordenamento jurídico.

Essa tendência acompanhou a ambição por mais estabilidade das decisões e garantia de julgamentos coerentes e íntegros, pressupostos necessários à promoção da segurança jurídica e da isonomia. Para tanto, a racionalização das atividades dos Tribunais foi impulsionada, a fim de propiciar uma interpretação isonômica das normas e sua consequente aplicação a todos que se encontram em equivalente situação jurídica.

Malgrado a evolução demonstrada, em 13 de julho de 2017 foi sancionada a Lei nº 13.467/2017, que entrou em vigor em 11 de novembro de 2017, alterando diversos dispositivos da CLT, em total dissonância com o movimento de valorização e reconhecimento da função hermenêutica dos magistrados trabalhistas, bem como a força normativa da Jurisprudência no ordenamento jurídico brasileiro.

A popularmente conhecida “Reforma Trabalhista” apresentou um novo olhar sobre a atividade interpretativa do Judiciário Trabalhista, o que pôde ser amplamente notado pela revogação, alteração e inclusão de diversos dispositivos legais, que serão analisados.

As alterações legislativas induzem à reflexão acerca do papel do Poder Judiciário na tutela e consecução dos direitos sociais violados, da importância da função hermenêutico-interpretativa dos magistrados, assim como da Jurisprudência uniformizada como fonte integradora e garantidora da mais justa, célere e efetiva prestação jurisdicional.

5.3.1 Inclusão do parágrafo segundo ao art. 8º da CLT

Inicialmente, cumpre relembrar a redação dada ao artigo 8º da CLT, cujo *caput,* inalterado pela Reforma, disciplina as fontes do Direito do Trabalho, donde se inclui a jurisprudência[201]:

> Art. 8º - As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do Direito do Trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público (BRASIL, 1943, s.p.).

Conquanto a legislação tenha legitimado o uso da Jurisprudência como fonte de direito pela Justiça do Trabalho, o que é corroborado, na prática, pelas inúmeras Súmulas editadas ao longo dos anos pelos Tribunais Regionais e pelo TST, o incluso parágrafo segundo veio, ao que tudo indica, na contramão da evolução. Assim consta de sua redação:

> §2º Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei (BRASIL, 2017a, s.p.).

Nesse mesmo viés é que também se questiona a inclusão do parágrafo terceiro ao art. 8º da CLT, por dispor que, no exame negociações coletivas, a Justiça do Trabalho observará, exclusivamente, a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico estabelecidos no Código Civil, em detrimento da integralidade do

[201] Conforme explanado no tópico 2.2, a realidade jurídica brasileira demonstra, na perspectiva do pós-positivismo e constitucionalismo, a crescente participação do Poder Judiciário na construção normativa por meio de sua função interpretativa, e não criativa. Essa função não prescinde de uma leitura ampla e multidisciplinar das normas existentes, o que é realizado por meio de um diálogo de fontes, legitimado pelo *caput* do art. 8º da CLT, capaz de propiciar o desenvolvimento de teses aptas a acompanhar as mudanças sociais, econômicas e políticas do país, o que possibilita a evolução ordenada do Direito e a mais justa prestação jurisdicional. Sob a perspectiva da Reforma Trabalhista, o Diálogo de Fontes restou igualmente acolhido pelo Enunciado 3 da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da ANAMATRA (2017), que dispõe: Fontes do direito material e processual do trabalho na Lei 13.467/2017. Teoria do diálogo das fontes. A teoria do diálogo das fontes é aplicável à interpretação da nova legislação trabalhista.

conjunto normativo, sobretudo da Constituição Federal (BRASIL, 2017a)[202]. Sobre a questão, ressalta Vitor Salino de Moura Eça (2019, p. 30) que:

> O §3º igualmente se ocupa com a inadequada tentativa de limitar a atividade jurisdicional, ao afiançar que no exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho analisará exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico (agente capaz, objeto lícito possível ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei), de acordo com o art. 104 do CC, e balizará sua atuação pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.

Diante das mencionadas inovações legislativas, diversas reflexões foram impostas: a Jurisprudência uniformizada dos Tribunais cria ou restringe direitos? Como deve ser a atividade interpretativa do Judiciário Trabalhista a partir de então? Há contradição entre o *caput* do art. 8º e seus parágrafos? Qual teria sido a real intenção do legislador reformista com essas inclusões? Como essas alterações devem ser interpretadas pelos operadores do direito?

Para tanto, destacam-se duas vertentes: a que sustenta que o parágrafo segundo apenas veio consolidar a já existente hermenêutica jurídica e o poder interpretativo do Judiciário Trabalhista, que existe, é importante e deve ser efetivado de forma equilibrada e razoável, ao lado daquela que enxerga que a Reforma Trabalhista pretendeu, nesse aspecto, em evidente *Backlash*[203], limitar a função jurisdicional, reduzindo os magistrados à boca da lei.

Sob o olhar da primeira vertente, ainda que não se olvide que as alterações legislativas possam ter o objetivo de restringir a atuação da Justiça do Trabalho, uma

---

[202] Obtempera-se que a inclusão do parágrafo terceiro ao artigo 8º da CLT também enseja bastante discussão, por interferir na interpretação jurídica pelo Judiciário Trabalhista, mostrando-se igualmente refratária à importante função judicante. Não obstante, por opção metodológica optou-se por não aprofundar em sua análise, pois não atrelada diretamente ao Direito Jurisprudencial estudado, e por ensejar a análise de princípios e conceitos alheios à pesquisa, a exemplo dos requisitos do negócio jurídico, princípio da autonomia da vontade, indisponibilidade de direitos fundamentais trabalhistas e outras questões importantes, porém, não pertinentes na oportunidade.

[203] De acordo com o *Cambridge Advanced Learner's Dictionary & Thesaurus* (2019), *backlash*, é entendido como um sentimento forte entre um grupo de pessoas em reação a uma mudança ou acontecimentos na sociedade ou na política. No original: "*a strong feeling among a group of people in reaction to a change or recent events in society or politics*". Sinteticamente, o "*backlash*" pressupõe que toda decisão judicial de cunho relevante produza reações contrárias, seja por parte da sociedade, dos detentores de poderes econômicos ou do Poder Legislativo. Trata-se de fenômeno recorrente, e cada vez mais presente no mundo jurídico. Especificamente no tocante ao Poder Judiciário Trabalhista, objeto de estudo, imagina-se que em razão de seu crescente protagonismo na execução de sua função de integração da lei às novas realidades, bem como da força normativa e importância de suas decisões, alterações legislativas, a exemplo da Reforma Trabalhista, se revelam como uma reação refratária do Poder Legislativo e Executivo à sua atuação, operando-se, pois, o "efeito *backlash"*.

leitura mais otimista é sustentada. Nessa perspectiva, a inclusão do parágrafo segundo não afetaria o desenvolvimento do Direito Jurisprudencial, uma vez que as Súmulas editadas pelo Poder Judiciário Trabalhista, de fato, não criam ou restringem direitos, apenas o interpretam de formas lídimas ao seu desenvolvimento e melhor aplicação. Esse é o pensamento de Homero Batista Mateus da Silva (2017), para quem:

> [...] o parágrafo segundo diz mais ou menos o óbvio, no sentido de que as súmulas nunca podem restringir direitos nem criar obrigações. Na verdade, sumulas realmente não criam nem abafam direitos, apenas os interpretam. Ocorre que, na maioria das vezes, há espanto quando uma súmula é editada em torno de largos vazios legislativos, forçando o tribunal trabalhista a fazer uma construção jurídica para tentar equacionar uma realidade cotidiana desprovida de regulamentação à vista. (SILVA, 2017, p. 126).

Apesar de pertinentes as considerações apresentadas, que coadunam com a função da Jurisprudência sustentada ao longo de todo o trabalho e corroboram com a validade das Súmulas editadas pelo Judiciário Trabalhista, não se pode afirmar qual a real intenção legislativa com a inclusão do dispositivo, como ele será aplicado e qual será a sua repercussão, revelando-se importante o conhecimento da segunda vertente.

Ao analisar o conjunto de alterações normativas que tangenciam a interpretação jurisdicional trabalhista, o que será também explorado ao longo dos demais tópicos deste item 5.3, é possível aferir uma inevitável tentativa de mitigação da atividade jurisdicional, não sendo possível aferir ainda os reflexos de sua aplicação na especializada.

Sob esse olhar, parte da doutrina entende que a inclusão do parágrafo segundo ao artigo 8º, da CLT, ignorou a atividade hermenêutica dos magistrados, deduzindo genericamente que toda a atividade judicante e, sobretudo, a edição de Súmulas e utilização de métodos de Uniformização de Jurisprudência pelos Tribunais têm, de fato, restringido direitos e criado obrigações, o que estaria vetado a partir de então.

Imagina-se, nessa perspectiva, que a inclusão do parágrafo segundo ao art. 8º da CLT objetivou a deslegitimação da atuação do Poder Judiciário Trabalhista - sob a alegação de estar se preservando o princípio da separação dos poderes -, servindo-se, também, para conter a importante construção jurisprudencial, o que vai de encontro ao recém-inaugurado Sistema de Precedentes Vinculantes.

Há quem sustente, pois, a inconstitucionalidade do dispositivo, uma vez que, se interpretado e aplicado sob o viés restritivo, sua manutenção no ordenamento jurídico poderá ensejar um retrocesso na Especializada Trabalhista, com o retorno do juiz "boca da lei" de Montesquieu (2008, p. 180) e dos ideais difundidos pela Escola da Exegese (tratada no tópico 2.1.1), o que não pode ser admitido em tempos de pós-positivismo e supremacia da Constituição.

Para Mauro Schiavi (2017), o incluso regramento não encontra similar em outros ramos do Direito e deve ser considerado inconstitucional:

> [...] o §2º do art. 8º, da CLT, é manifestamente inconstitucional, por impedir a livre interpretação e aplicação do direito pelos tribunais trabalhistas, inibir a eficácia dos direitos fundamentais, bem como dos princípios constitucionais. Além disso, impede a evolução da jurisprudência e restringe o acesso à justiça (art. 5º, XXXV, da CF) (SCHIAVI, 2017, p. 58).

Cesar Zucatti Pritsch (2018) também se manifesta em sentido bastante similar ao dispor que a inclusão do parágrafo segundo:

> [...] é inócua, já que por um lado, como vimos, o direito não se exaure na literalidade do texto legal, sendo impossível resolver as infinitas variações de situações de fato que chegam ao conhecimento do Judiciário apenas com a literalidade da norma, ainda mais ante aos princípios constitucionais como o do acesso a justiça e a inafastabilidade da jurisdição, sendo incompatível com nosso ordenamento o paradigma do juiz "boca-da-lei" (PRITSCH, 2018, p. 235).

Percebe-se, ainda, que o próprio *caput* do art. 8º da CLT, que prevê uma amplitude de fontes normativas aplicáveis ao Direito do Trabalho, atrelado ao inciso XXXV do art. 5º da CRFB, vai de total encontro à reserva contida no incluso parágrafo segundo. Isso porque, se a lei não excluirá da apreciação do Judiciário lesão ou ameaça de direito, e nas hipóteses de omissão ou lacunas da lei é autorizada a sua integração pela jurisprudência e outras fontes do direito, conclui-se que a prestação jurisdicional efetiva não se perfaz apenas com fulcro na lei posta e aparentemente segura, mas pela ampla interpretação normativa.

Dessa forma, deve o direito ser apreendido pelo julgador com base em todas as suas fontes e técnicas interpretativas juridicamente aceitas, guardando total consonância com a Constituição Federal, o que é corroborado por diversos Enunciados da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da ANAMATRA (2017, s.p.), que merecem ser integralmente transcritos:

> ENUNCIADO AGLUTINADO Nº 2 DA COMISSÃO 1
> INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DA LEI 13.467/2017. Os juízes do Trabalho, à maneira de todos os demais magistrados, em todos os ramos do Judiciário, devem cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis, o que importa no exercício do controle difuso de constitucionalidade e no controle de convencionalidade das leis, bem como no uso de todos os métodos de interpretação/aplicação disponíveis. Nessa medida: I. Reputa-se autoritária e antirrepublicana toda ação política, midiática, administrativa ou correicional que pretender imputar ao juiz do Trabalho o "dever" de interpretar a Lei 13.467/2017 de modo exclusivamente literal/gramatical; II. A interpretação judicial é atividade que tem por escopo o desvelamento do sentido e do alcance da Lei trabalhista. É função primordial do Poder Judiciário Trabalhista julgar as relações de trabalho e dizer o direito no caso concreto, observando o objetivo da República Federativa do Brasil de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Exegese dos artigos 1º, 2º, 3º, 5º, inciso XXXV, 60 e 93, IX e 114 da CRFB; III. Inconstitucionalidade do § 2º e do § 3º do artigo 8º da CLT e do artigo 611-a, §1º, da CLT. Será inconstitucional qualquer norma que colime restringir a função judicial de interpretação da lei ou imunizar o conteúdo dos acordos e convenções coletivas de trabalho da apreciação da Justiça do Trabalho, inclusive quanto à sua constitucionalidade, convencionalidade, legalidade e conformidade com a ordem pública social. Não se admite qualquer interpretação que possa elidir a garantia da inafastabilidade da jurisdição, ademais, por ofensa ao disposto no art. 114, I, da CF/88 e por incompatibilidade com os princípios da separação dos poderes, do acesso à Justiça e da independência funcional.
>
> ENUNCIADO AGLUTINADO N.º 3 DA COMISSÃO 1
> FONTES DO DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO NA LEI 13.467/2017. Teoria do diálogo das fontes. A teoria do diálogo das fontes é aplicável à interpretação da nova legislação trabalhista.

Tem-se, pois, que a atividade judicante interpretativa não cria ou restringe efetivamente direitos, mas, por meio de técnicas científicas de hermenêutica, ampliam ou restringem as normas a fim de adequá-las às circunstâncias e peculiaridades dos fatos da vida, que se alteram com uma rapidez descomunal. Conforme já aduzido em trabalho anterior:

> Trata-se de função legítima e necessidade imperiosa, sobretudo em razão das legislações que padecem de lacunas que precisam ser preenchidas pelo Judiciário, o que vai de encontro à pretendida interpretação estritamente gramatical e literal do §2º do art. 8º da CLT pelos magistrados (CUNHA, 2018, p. 47).

Isso posto, sustenta-se que a aplicação do parágrafo segundo deve ser cautelosa, pois extremamente legalista, o que "não se acomoda bem com o nosso estágio evolutivo, que confere maior liberdade ao intérprete judicial " (EÇA, 2019, p. 30). Interpretar o dispositivo sob uma ótica positiva e otimista, no sentido de resguardar a função judicante realizada dentro dos parâmetros legais e sem abusos,

revela-se, pois, mais equilibrado, por preservar a importante função jurisdicional interpretativa dos magistrados trabalhistas.

Assim, toda tentativa de restrição do papel do Poder Judiciário Trabalhista deve ser combatida, a fim de que as decisões judiciais e as consequentes Jurisprudências dominantes e uniformizadas continuem a exercer seu importante papel de fonte integradora e garantidora da mais justa e isonômica prestação jurisdicional.

5.3.2 Extinção do Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ)

No mesmo viés de restrições à atividade jurisdicional trabalhista, a Lei nº 13.467/2017 - Reforma Trabalhista - também revogou os parágrafos terceiro ao sexto do art. 896 da CLT, que dispunham sobre a obrigatoriedade e o procedimento para IUJ, no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Como demonstrado nos tópicos 5.1.1 e 5.2.1, o IUJ figurou-se como método de Uniformização de Jurisprudência amplamente aplicado à seara trabalhista, sendo considerado fundamental ao processo de amadurecimento dos operadores do direito em direção a uma cultura jurídica atenta à valorização da Jurisprudência e a necessidade de sua coerência, integridade e estabilidade.

Apesar de a pesquisa já ter demonstrado que, apesar das louváveis contribuições do IUJ para o Processo do Trabalho, esse método não se coaduna da melhor forma possível com as bases do Sistema Precedencialista inaugurado pelo CPC/15, sua revogação por meio da Reforma Trabalhista colocou em questão, mais uma vez, a aparente tentativa de mitigação da atividade jurisdicional e da força da Jurisprudência uniformizada nessa Especializada.

Revogado o incidente, por efeito, toda a efetiva e expressiva estabilização jurisprudencial procedida no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho foi estancada, permanecendo em curso apenas os IUJs instaurados antes da *novel* legislação, e cuja análise e julgamento encontravam-se pendentes[204].

Em um primeiro momento, a revogação do IUJ - instituto tão bem recebido e utilizado pelos Tribunais Regionais Trabalhistas e pelos demais operadores do direito

[204] Consoante determinação do parágrafo primeiro do art. 18 da IN nº 41 (BRASIL, 2018c): "§1º Os incidentes de Uniformização de Jurisprudência suscitados ou iniciados antes da vigência da Lei nº 13.467/2017, no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho ou por iniciativa de decisão do Tribunal Superior do Trabalho, deverão observar e serão concluídos sob a égide da legislação vigente ao tempo da interposição do recurso, segundo o disposto nos respectivos Regimentos Internos".

- causou impacto bastante negativo, pois se imaginou o fim da Uniformização de Jurisprudência Trabalhista. Nada obstante, se assim pretendia a nova legislação, seu objetivo restou frustrado ante a existência de novos métodos uniformizadores instituídos pelas Leis nº 13.015/2014 e 13.105/2015, que consagraram o dever de estabilização das decisões imposto aos tribunais.

Nesse cenário, os inaugurados IAC, IRR e IRDR passaram a figurar como os novos instrumentos de estabilização jurisprudencial trabalhista, estando mais alinhados às técnicas Precedencialistas, que privilegiam a uniformização interpretativa por meio da análise e julgamento de casos concretos, ao revés do confronto abstrato de Teses.

Exatamente nesse sentido é também o entendimento de Cesar Zucatti Pritsch (2018, p. 211), para quem:

> [...] ao canalizar a uniformização de jurisprudência dos TRTs para os incidentes IAC ou IRDR, ao invés do extinto IUJ, procedimentaliza-se um acórdão de maior qualidade precedencial, rompendo a tradição de uniformizar entendimentos com debates quase em tese, estranhos à típica função à típica função jurisdicional, que é dizer o direito no caso concreto e não legislar em abstrato. O procedimento dos novos incidentes estimula o debate e contraditório mais amplos, autorizando a participação de atores sociais com interesse e expertise nas questões em disputa, e ainda faculta um maior aprofundamento argumentativo, tendo em vista que, ao invés de cada desembargador votar em separado com fundamentação compacta, se direciona a análise de fundamentos contra e a favor do voto da maioria, sendo ainda designado um redator para os eventuais votos dissidentes (art. 941, §3º do CPC).

Tendo-se o exposto, imperiosa a reflexão acerca da abrangência desses novos métodos e se esses, e apenas esses, serão capazes de cumprir o importante preceito do *caput* do art. 926 do CPC, a saber, o dever de os Tribunais uniformizarem sua Jurisprudência, mantendo-a estável, íntegra e coerente, o que vinha sendo realizado, ao menos em nível regional, por meio do IUJ.

Nessa mesma linha de pensamento emerge o questionamento acerca da possível manutenção do IUJ na Especializada Trabalhista - por óbvio, não mais regulamentado pelos revogados dispositivos -, como procedimento uniformizador responsável pela edição de Súmulas, as quais não foram abolidas do atual Sistema de Precedentes Vinculantes.

Essa possibilidade será trazida a lume e mais bem apreciada no capítulo final do trabalho, sendo pertinente, *a priori*, a análise das alterações legislativas no tocante

à edição, alteração e ao cancelamento de Súmulas, nos termos do alterado art. 702, I, “a”, e seus parágrafos terceiro e quarto da CLT (BRASIL, 2017a).

5.3.3 Edição, alteração e cancelamento de Súmulas

A Reforma Trabalhista também alterou o procedimento para criação, alteração e cancelamento de Súmulas e outros enunciados de Jurisprudência uniforme pelo TST e TRTs, em movimento contrário à evolução do sistema jurídico nacional[205].

Disciplinado originalmente pela alínea “f”, inciso I, do art. 702 da CLT, o dispositivo preconizava que cumpria ao Pleno do TST a edição de Súmulas de Jurisprudência uniforme, nos termos prescritos por seu Regimento Interno (BRASIL, 1943). A acepção até então consagrada encontrava respaldo na independência dos poderes e autonomia dos Tribunais aferida pela redação do inciso “I” do art. 92, art. 96 e art. 99 da Constituição Federal.

A despeito disso, a nova redação dada à alínea “f”, inciso I, do art. 702, e a inclusão dos parágrafos terceiro e quarto no dispositivo representou uma interferência legislativa na função e atribuição destinada, especificamente, aos Tribunais, como se vê:

> Art. 702:
> I – [...]
> f) estabelecer ou alterar súmulas e outros enunciados de jurisprudência uniforme, pelo voto de pelo menos dois terços de seus membros, caso a mesma matéria já tenha sido decidida de forma idêntica por unanimidade em, no mínimo, dois terços das turmas em pelo menos dez sessões diferentes em cada uma delas, podendo, ainda, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração.
> §3º As sessões de julgamento sobre estabelecimento ou alteração de súmulas e outros enunciados de jurisprudência deverão ser públicas, divulgadas com, no mínimo, trinta dias de antecedência, e deverão possibilitar a sustentação oral pelo Procurador-Geral do Trabalho, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Advogado-Geral da União e por confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional.
> §4º O estabelecimento ou a alteração de súmulas e outros enunciados de jurisprudência pelos Tribunais Regionais do Trabalho deverão observar o disposto na alínea “f” do inciso I e no § 3º deste artigo, com rol equivalente de legitimados para ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial (BRASIL, 2017a, s.p.).

[205] Consoante exposto no parecer do então Relator do Projeto de Lei nº 6.787/2016, que deu origem à Reforma Trabalhista, quando tramitava na Câmara - Deputado Federal Rogério Marinho, o objetivo primordial da alteração legislativa seria o combate ao “ativismo judicial frequentemente praticado pelos tribunais trabalhistas”, aduzindo ainda acerca da necessidade de “limitar as interpretações ampliativas, e em alguns casos criativas, por parte do TST” (BRASIL, 2016c, s.p.).

Os dispositivos demonstram que o procedimento para Uniformização de Jurisprudência dos Tribunais alterou-se substancialmente, consagrando-se mais rígido e dotado de critérios objetivos de difícil concretização. Essa percepção já havia sido demonstrada em trabalho anterior, que assim discorreu:

> [...] trata-se da consecução cumulativa de requisitos extremamente rígidos, o que torna mais difícil a uniformização da jurisprudência dos tribunais, pois, até que se preencham todos os critérios elencados, o Tribunal persistirá com entendimentos divergentes sobre casos iguais, provocando patente insegurança jurídica a (*sic*) nível regional e nacional (CUNHA; EÇA, 2018, p. 54).

Ao contrário do extenso rol de requisitos e do elevado quórum exigido pela atual legislação (2/3 do Tribunal Pleno), até então a existência de decisões hodiernas e conflitantes no âmbito do TST, atrelada à observância de poucos requisitos objetivos e não cumulativos[206], ensejavam a edição, alteração ou cancelamento de Súmulas, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal, nos moldes em que também ocorre no STJ e STF[207].

Até mesmo a criação de Súmulas vinculantes pelo STF, disciplinada pelo art. 103-A da Constituição Federal, apesar de prever quórum qualificado para sua criação, apenas traz como exigência a existência de "reiteradas decisões sobre matéria constitucional" (BRASIL, 1988a)[208].

---

[206] Os requisitos para edição, alteração e cancelamento de Súmulas do TST estavam previstos no então vigente Regimento Interno da Corte (2008), estando citados em seu art. 165, que dispunha: "O projeto de edição de Súmula deverá atender a um dos seguintes pressupostos: I – três acórdãos da Subseção Especializada em Dissídios Individuais, reveladores de unanimidade sobre a tese, desde que presentes aos julgamentos pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros efetivos do órgão; II – cinco acórdãos da Subseção Especializada em Dissídios Individuais, prolatados por maioria simples, desde que presentes aos julgamentos pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros efetivos do órgão; III – quinze acórdãos de cinco turmas do Tribunal, sendo três de cada, prolatados por unanimidade; ou IV – dois acórdãos de cada uma das turmas do Tribunal, prolatados por maioria simples" (BRASIL, 2008b, s.p.).

[207] Nos termos do §1º do art. 102 do Regimento Interno do STF: "A inclusão de enunciados na súmula, bem como a sua alteração ou cancelamento, será deliberada em plenário por maioria absoluta" (BRASIL, 2019e, s.p.). O §1º do art. 122 do Regimento Interno do STJ, por sua vez, dispõe: "Poderão ser inscritos na súmula os enunciados correspondentes às decisões firmadas por unanimidade dos membros componentes da Corte Especial ou da seção, em um caso, por maioria absoluta em pelo menos dois julgamentos concordantes" (BRASIL, 2019k, s.p.).

[208] A fim de ilustrar a simplicidade dos requisitos, citam-se dados da pesquisa realizada pela UFMG, capitaneada pelo Professor Thomas da Rosa de que, ao analisar 15 súmulas vinculantes editadas pelo STF, concluiu que três delas "fundamentavam sua criação em três ou até mesmo um precedente, como é o caso, por exemplo, da Súmula Vinculante n. 28, que teve como fundamento apenas a Ação Direita de Inconstitucionalidade n. 1074" (BUSTAMANTE *et al,.* 2015).

Perceptível, pois, a dissonância das alterações legislativas em comento com o movimento de valorização da jurisprudência vivenciado no país, o que dificulta sobremaneira a uniformização e estabilização decisória pelo TST e TRTs[209].

Nesse contexto de transição e hibridez do sistema jurídico nacional, esperavam-se, de fato, alterações no procedimento para edição de Súmulas, a fim de adequá-lo às bases do Sistema de Precedentes Vinculantes instituído. Consoante assente em trabalho anterior, eventuais modificações seriam pertinentes, a fim de garantir que as novas Súmulas observem as "circunstâncias fáticas das decisões que motivaram sua criação, assim como constem especificamente a *Ratio Decidendi* dos seus precedentes" (CUNHA; EÇA, 2018, p. 54).

Ao revés do desejável, a alteração operada colocou a jurisdição trabalhista à margem das demais áreas do Direito, o que foi observado por Mauro Schiavi (2017, p. 63), ao expor que se trata de:

> [...] alteração sem similar em outros ramos do Judiciário, impondo requisitos para a edição de súmulas pelos Tribunais Trabalhistas", complementando que "certamente, a constitucionalidade desta regra será questionada, pois invalida a autonomia dos tribunais.

Sob o prisma da constitucionalidade suscitada, há juristas que, assim como Mauro Schiavi, sustentam que a restrição à atuação da Justiça do Trabalho operada implica violações ao princípio da separação dos poderes, com nítida interferência do Poder Legislativo na autonomia e independência do Poder Judiciário (violação aos artigos 2º, 92, 96, 99 da CRFB, 1988). Com fulcro nesse entendimento, é a tese esboçada no Enunciado 111 aprovado na 2ª Jornada de Direito Material e Processual promovida pela ANAMATRA:

> Enunciado 111 da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da ANAMATRA. Súmulas e enunciados de jurisprudência. Edição e alteração. Requisitos. Inconstitucionalidade. São inconstitucionais os requisitos do art. 702, I, "f" e §4º da CLT, introduzidos pela Lei 13.467/2017, para a edição ou alteração de súmulas e outros enunciados de jurisprudência, por violação aos arts. 2º, 5º, IV, 93, 96, I, "a" e 113 da CF (JORNADA DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO DA ANAMATRA, 2017, s.p.).

[209] Nos termos do parágrafo quarto do art. 702 da CLT, os Tribunais Regionais do Trabalho também devem observar os requisitos insculpidos na alínea "f" do inciso "I" do art. 702 da CLT (BRASIL, 2017a).

Conquanto existam elementos que indiquem a possível inconstitucionalidade dos dispositivos, trata-se de questão controversa e não superada, sobretudo, pois pendente a análise de ADC e ADI pelo STF. Diante da querela, imperioso trazer a lume o atual posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho sobre a questão.

Em atenção à entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, o TST editou naquele mesmo ano novo Regimento Interno, incorporando os recém-inaugurados requisitos constantes da aliena "f", inciso "I", do art. 702 da CLT, legitimando, assim, a alteração legislativa.

Posteriormente, contudo, a Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos do Tribunal pronunciou-se nos autos do processo 0000696-25.2012.5.05.0463 (BRASIL, 2018a), sustentando a inconstitucionalidade dos dispositivos, aduzindo ainda que:

> [...] ao ditar os requisitos para a edição de súmulas e dos demais enunciados de jurisprudência trabalhista, o legislador adentrou indevidamente os domínios do funcionamento administrativo dos Tribunais do Trabalho. [...] a restrição à atuação do TST tende a debilitar a legislação trabalhista e abre a perspectiva da proliferação de entendimentos pulverizados, disformes e regionalizados, aumentando a insegurança jurídica. [...] cabe privativamente ao próprio Tribunal a escolha dos critérios a serem adotados para a edição, alteração e cancelamento de súmulas, orientações jurisprudenciais e precedentes normativos (BRASIL, 2018a, s.p.).

Em conformidade com o parecer exarado, os Ministros da SBDI-1 do TST, por unanimidade, entenderam por bem acolher a Arguição de Inconstitucionalidade Difusa dos dispositivos em comento, determinando a remessa dos autos para deliberação pelo Tribunal Pleno (BRASIL, 2019u).

Essa conduta ensejou o ajuizamento de ADC perante o STF (nº 62), cujo objetivo principal, ao que tudo indica, seria impedir a declaração difusa de Inconstitucionalidade dos dispositivos pelo Pleno do TST, com consequente revisão de suas Súmulas[210].

Em decorrência da manobra operada, na data designada para julgamento da ArgInc pelo TST, o Tribunal Pleno entendeu por bem suspender a deliberação até a

[210] Estrategicamente, a ADC nº 62 foi ajuizada em 18/03/2019, véspera da data designada para julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade pelo TST e consectário de revisão de diversas súmulas, que ocorreria em 20/03/2019 (BRASIL, 2019a).

prolação de decisão liminar na ADC nº 62 pelo STF, que, por sua vez, não foi realizada até a presente data[211].

Ante a inércia do STF, a Procuradoria Geral da República (PGR) ajuizou em 05/07/2019 Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.188, estabelecendo que os mesmos dispositivos suscitados na ADC nº 62, na verdade, violam a Constituição Federal[212].

A espera por uma decisão do STF, que não possui prazo para findar, repercute no processo de edição, alteração e cancelamento das Súmulas do TST, afetando diretamente todos os jurisdicionados e operadores do Direito. Isso porque, sem a devida atualização da Jurisprudência pacificada pelo TST, o ordenamento jurídico nacional conviverá com Súmulas vigentes, porém ultrapassadas pelo texto da nova legislação trabalhista, colocando em questão o real e atual posicionamento da Corte acerca de diversas temáticas.

Ademais, sob a égide do Sistema Precedencialista, decisões proferidas (ou em vias de julgamento) em sede de IRR, IRDR e IAC, cujo efeito é vinculante, poderão ser questionadas ante a concomitante existência de Súmula em sentido contrário e ainda em vigor[213].

No cenário traçado, leis, Súmulas e Precedentes convivem em desarmonia e por tempo indeterminado em um mesmo ordenamento jurídico. Cumpre, pois, aos jurisdicionados e demais operadores de Direito aguardarem a decisão do imbróglio operado.

Ao final, algumas considerações ainda merecem ser tecidas, sob o prisma do Sistema de Precedentes Vinculantes instituído pelo CPC/15.

---

[211] Última consulta realizada em 29 ago. 2019.

[212] A PGR fundamenta a ADI nº 6.188, com esteio nas seguintes violações constitucionais: “arts. 1º (na vertente dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, ínsitos ao Estado Democrático de Direito), 2º, 5º-*caput*-XXXV-LIVLV e LXXVIII 93 - X e XI; 96-*caput* e I - a, 97, 99-*caput* e 103-A” (BRASIL, 2019c, s.p.).

[213] A título de exemplo, tem-se o processo nº 10169-57.2013.5.05.0024 que, em sede de Recurso de Revista para o TST, foi afetado em sede de IRR como paradigma para padronização jurisprudencial (BRASIL, 2019t). Após todo um processamento do incidente, em 14/12/2017 a SBDI-1, por unanimidade, suspendeu a proclamação do julgamento, uma vez que a maioria de seus membros votaria em sentido contrário a uma OJ do TST, o que ensejaria o cancelamento dessa. Em razão disso, o processo foi remetido à apreciação do Tribunal Pleno (legitimado para o cancelamento de enunciados de jurisprudência), que, por sua vez, optou por não dirimir qualquer questão relativa a edição, alteração e cancelamento de enunciados de Jurisprudência, até a decisão liminar do STF, na ADC nº 62, sobre a constitucionalidade da alínea “f” do inciso “I”’ do art. 702 e seus parágrafos terceiro e quarto da CLT, inviabilizando, pois, a conclusão do IRR e, por óbvio, atualização jurisprudencial acerca da temática.

Apesar da alteração legislativa em comento não ter sido bem recebida por todos e sua constitucionalidade ainda estar pendente de análise e decisão judicial, não se pode olvidar a existência de outros métodos aptos à Uniformização de Jurisprudência dos Tribunais, cuja operacionalização não foi afetada pela redação do art. 702 da CLT.

Objetivamente, métodos como IAC, IRR e IRDR, além de não demandarem a consecução dos requisitos trazidos pela *novel* legislação, mostram-se mais hábeis aos fins colimados, a saber, a Uniformização de Jurisprudência Trabalhista. Isso porque, a ampla análise e discussão de casos concretos, cuja *Ratio Decidendi* extraída dos fundamentos determinantes aufere caráter vinculante, sobrepõem-se à a edição de Súmulas abstratas e com enunciados genéricos.

Nesse prisma, Lucas Buril de Macêdo (2014, p. 7) firma seu posicionamento:

> [...] é natural que a caminhada à direção à fortificação dos precedentes obrigatórios no Brasil passe pelo esquecimento e supressão das súmulas, vinculantes ou não, institutos que só têm razão de ser em um sistema que desconsidera o precedente judicial.

Isso posto, eventual manutenção da *novel* redação dos parágrafos terceiro e quarto, bem como da alínea “f”, “I” do art. 702 da CLT, com a consagração de seus burocráticos requisitos para edição de novas Súmulas, pode não representar um prejuízo tão expressivo quanto se aparentou inicialmente. Nessa linha argumentativa, a edição de novos enunciados sumulares tornar-se-á paulatinamente dispensável ante a realidade operada pelos novos métodos uniformizadores[214], uma vez que a *Ratio Decidendi* vinculante substituirá a função precípua das Súmulas, a saber, uniformizar a Jurisprudência trabalhista.

Por fim, a constitucionalidade dos dispositivos e a consequente perpetuação dos entraves ao cancelamento e revisão dos enunciados de Jurisprudência até então vigentes exigirá esforço dos operadores de Direito, que deverão considerá-los revogadas naquilo incompatível com a legislação trabalhista vigente e com os novos posicionamentos vinculantes.

---

[214] A exemplo das decisões em IAC, IRR, IRDR, Recurso Extraordinário com Repercussão Geral, ADI, ADC, ADPF.

5.3.4 Regulamentação da Transcendência do Recurso de Revista

A última alteração da legislação trabalhista a ser analisada é a regulamentação da Transcendência dos Recursos de Revista, operada por meio da inclusão dos parágrafos primeiro ao sexto no art. 896-A da CLT.

A Transcendência foi alçada a requisito de admissibilidade do Recurso de Revista no ano de 2001, por meio da Medida Provisória (MP) 2.226, que incluiu o art. 896-A a CLT, dispondo: "O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica" (BRASIL, 2001b).

Trata-se de pressuposto de admissibilidade recursal que muito se assemelha à Repercussão Geral dos Recursos Extraordinários, mas exclusivo da Especializada Trabalhista, sendo analisado pelos Ministros Relatores no TST quando do segundo juízo de admissibilidade do Recurso de Revista. Nada obstante, até o advento da Reforma Trabalhista, a Transcendência não havia sido regulamentada, pelo que, inaplicável.

O art. 2º da MP 2.226/01 atribuía o dever de regulamentação ao TST, que deveria fazê-lo por meio de seu Regimento Interno, sendo "assegurada a apreciação da transcendência em sessão pública, com direito a sustentação oral e fundamentação da decisão" (BRASIL, 2001b). Contudo, a *novel* legislação revogou o dispositivo da Medida Provisória, ignorando seus comandos originais, e sanou parcialmente[215] a inércia do TST ao incluir o parágrafo primeiro ao art. 896-A da CLT, que assim dispôs:

> § 1º São indicadores de transcendência, entre outros:
> I - econômica, o elevado valor da causa;
> II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal;
> III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado;
> IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista (BRASIL, 2017a, s.p.).

[215] Diz-se "parcialmente", pois as definições atribuídas aos indicadores de Transcendência, a saber, relevância econômica, social, política e jurídica ainda permanecem abstratas, sendo passível de análises subjetivas. Ademais, o *caput* do parágrafo primeiro se vale da expressão "entre outros", o que aumenta a amplitude interpretativa dos requisitos.

Outras questões relativas à sua aplicação foram trazidas nos parágrafos segundo ao sexto, aqui transcritos:

> §2º Poderá o relator, monocraticamente, denegar seguimento ao recurso de revista que não demonstrar transcendência, cabendo agravo desta decisão para o colegiado.
> §3º Em relação ao recurso que o relator considerou não ter transcendência, o recorrente poderá realizar sustentação oral sobre a questão da transcendência, durante cinco minutos em sessão.
> §4º Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecorrível no âmbito do tribunal.
> §5º É irrecorrível a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria.
> §6º O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho limita-se à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas (BRASIL, 2017a, s.p.).

No que toca aos indicadores registrados no parágrafo primeiro, malgrado a inclusão legislativa ter descrito no que eles consistiriam, de sua genérica redação é possível antever como será subjetiva e abstrata a análise da Transcendência pelo Tribunal Superior do Trabalho[216]. Essa realidade, atrelada à ampliação do rol por meio da expressão “entre outros”, certamente dificultará o processamento dos Recursos de Revista e, por consectário, a Uniformização de Jurisprudência Trabalhista em nível nacional, atribuída ao TST.

Os procedimentos disciplinados pelos demais parágrafos incluídos também não se revelam os mais adequados, passando à análise.

Nos termos do parágrafo segundo, quando o Recurso de Revista processado pelo Tribunal Regional de origem - cujo primeiro juízo de admissibilidade não analisa a Transcendência - for remetido ao TST e o Ministro Relator que o receber não aferir sua transcendência, a decisão monocrática desafiará agravo para o Colegiado.

---

[216] A título de exemplo, observa-se que recentes decisões do TST destoaram acerca do conceito de “elevado valor estimado da causa”, atribuído à transcendência econômica. Em um caso, R$ 36.000,00 foi considerado um valor elevado - AIRR: 10016496620165020090 – (BRASIL, 2019j); em outro, R$ 40.000,00 foi tido como insuficiente para ensejar a transcendência - AIRR: 19026520155080114 – (BRASIL, 2018b); ainda, em demanda diversa, o montante de R$ 160.000,00 não foi capaz de convencer o julgador da transcendência da causa - AIRR: 10018370820165020010 – (BRASIL, 2019m). Quanto à transcendência social é possível aferir decisões não apenas divergentes, como antagônicas: em um processo não foi reconhecida a transcendência social, por se tratar de apelo empresarial - AIRR 12013620175080017 – (BRASIL, 2019l); em outro se entendeu que a transcendência social “não pode ser considerada uma via de mão única para o empregado” e reconheceu a sua existência em recurso interposto pelo empregador - RR: 2153520165120008 – (BRASIL, 2019i).

Diferentemente, quando o Tribunal Regional inadmitir o processamento de um Recurso de Revista - pois ausente algum de seus outros pressupostos de admissibilidade -, ensejando a interposição Agravo de Instrumento para o TST, o Ministro Relator que julgar o recurso procedente analisará a Transcendência da Revista e, se nesse juízo de admissibilidade o requisito não for verificado, a decisão monocrática se manterá incólume, pois irrecorrível (parágrafo quinto do art. 896-A da CLT).

Pelo que se percebe, há distinção injustificada, o que não se revela razoável por mitigar a ampla defesa e o duplo grau de jurisdição. A situação se agrava, pois tanto a decisão colegiada que nega a Transcendência quanto a monocrática proferida pelo Ministro Relator são consideradas irrecorríveis, sendo que apenas uma delas pôde ser anteriormente revisada.

Apesar da irrecorribilidade das citadas decisões denegatórias da Transcendência, há quem sustente o cabimento de Recurso Extraordinário para o STF. De acordo com Antônio Umberto de Souza Júnior, Fabiano Coelho de Souza, Ney Maranhão e Platon Teixeira de Azevedo Neto (2017, p. 847), “em tese, seria cabível Recurso Extraordinário [...] por se tratar de decisão de última instância no âmbito da Justiça do Trabalho. No entanto, na prática esse recurso está fadado ao insucesso”.

Tal assertiva se justifica, pois, de fato, o que se observa na prática são reiterados despachos monocráticos que sustentam em seu próprio dispositivo a irrecorribilidade da decisão, com consequente remessa do processo para baixa na origem[217]. Dessa feita, quando interposto Recurso Extraordinário, este não é conhecido em razão do trânsito em julgado forçosa e automaticamente operado.

Para sustentar essa medida impositiva, as decisões também se valem do “Tema 181” da Tabela de Repercussão Geral do STF’ (2019g)[218], segundo o qual questões relacionadas aos pressupostos de admissibilidade de recursos oriundos de

[217] Tal provimento impossibilita, inclusive, eventual oposição de Embargos de Declaração com vistas a sanar alguma contradição, omissão e obscuridade.

[218] Tema 181 do STF: “A questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros tribunais tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral” (BRASIL, 2019g, s.p). Vale ressaltar que, quando da edição do tema 181, a Transcendência ainda não era pressuposto de admissibilidade recursal do recurso de revista, razão pela qual não há como saber se, diante desse novo pressuposto, o STF também restringiria a análise da decisão denegatória por meio de recurso extraordinário.

outros Tribunais - onde se inclui o TST - não possuem Repercussão Geral, sendo, por consequência, irrecorríveis extraordinariamente[219].

Ante a realidade construída pela Reforma Trabalhista, diversas injustiças se perpetuam, a exemplo das decisões do TST, que deixam de reconhecer a Transcendência no Recurso de Revista quando, para a mesma matéria discutida, já houve Repercussão Geral no STF[220]. Nesses casos, a impossibilidade de oposição de Recurso Extraordinário perpetua a insegurança jurídica, a discricionariedade e o câmbio jurisprudencial, o que não pode ser admitido.

A decisão proferida pela Ministra Carmen Lúcia em 07/08/2019 reforça o exposto, em sede liminar da Reclamação Constitucional nº 35.816 oposta ao julgado do TST que não reconheceu a Transcendência de uma matéria, cuja Repercussão Geral é reconhecida pelo STF, com decisões vinculantes já proferidas. A Ministra sustentou:

> Seria compreensível assentar que matéria de natureza estritamente trabalhista não dispusesse de repercussão geral, econômica, política, social e jurídica para galgar a jurisdição constitucional, mas surpreende a constatação de que, não bastassem os dois pronunciamentos vinculantes deste Supremo Tribunal sobre a matéria, aos quais se agregam centenas de decisões em reclamação, a mesma questão possa ser relegada pela Justiça do Trabalho por ausência de transcendência.
> [...]
> Essa conclusão, se admitida, comprometeria a sistemática da repercussão geral e subverteria a ordem processual e constitucional vigente, conferindo ao Tribunal Superior do Trabalho a competência para proferir em última palavra em matérias constitucionais e de relevância reconhecida por este Supremo Tribunal (BRASIL, 2019d, s.p.).

---

[219] A título de exemplo, segue a parte conclusiva de um despacho proferido em sede de Agravo de Instrumento em Recurso de Revista - AIRR - 549-71.2017.5.23.0091 (BRASIL, 2019n), que reflete exatamente a situação exposta: “Ante o exposto, com fulcro no art. 896-A, § 5º, da CLT c/c o art. 248 do Regimento Interno desta Corte, nego seguimento ao agravo de instrumento e, dada a irrecorribilidade da decisão que nega a transcendência ao agravo de instrumento em recurso de revista, bem como a ausência de repercussão geral em matéria de pressupostos de cabimento recursal (tema nº 181 do ementário temático de repercussão geral do STF), determino a baixa imediata dos autos à origem” (BRASIL, 2019n, s.p.).

[220] Assim como no processo cujo despacho foi aqui transcrito, diversas outras decisões do TST vêm sustentando a ausência de Transcendência de Recursos de Revista que discutem a “possibilidade de transação de horas *in itinere* por meio de negociação coletiva” com consequente trânsito em julgado desses processos na seara laboral. Contudo, trata-se de medida controversa, uma vez que o próprio STF já reconheceu a repercussão geral dessa questão em sede de Recurso Extraordinário, a exemplo do ARE 1121633; RE 895.759 e RE 590.415 (BRASIL, 2019g, s.p.), o que contradiz as alegações de ausência de Transcendência e não pode ser admitido.

Dessa decisão, uma importante conclusão pode ser aferida, a saber, o cabimento de Reclamação Constitucional contra decisão que não reconhece a Transcendência em Recurso de Revista.

Essas considerações tecidas à luz de uma primeira leitura dos inclusos parágrafos do art. 896-A da CLT induzem reflexões acerca de princípios como o acesso à justiça, ampla defesa e outras questões igualmente importantes, mas que, por pertinência ao objeto central da pesquisa, não serão aprofundadas.

O enfoque do estudo da Transcendência será, pois, direcionado à análise dos seus reflexos no dever de Uniformização de Jurisprudência, na aplicação do Sistema de Precedentes Vinculantes à seara trabalhista e na garantia dos princípios da igualdade e da segurança jurídica.

Para introduzir a análise pretendida, faz-se necessário relembrar a natureza extraordinária do recurso de revista, responsável por levar à Corte Vértice do Poder Judiciário Trabalhista questões envolvendo violações à Lei Federal, à Constituição Federal, à sua Jurisprudência dominante, Súmula Vinculante do STF, além da divergência jurisprudencial existente entre Tribunais Regionais e a decisão recorrida e o posicionamento da SDI do TST, a fim de unificá-los.

João Humberto Cesário (2018, p. 306) preleciona:

> O recurso de revista, por ser de índole extraordinária, se funda na necessidade e de uniformização do pensamento jurídico, para que assim o Tribunal Superior do Trabalho, enxergado imediatamente como uma corte de precedentes e apenas mediamente como uma corte de justiça, padronize a interpretação do direito e densifique os princípios constitucionais da isonomia e da segurança no âmbito da jurisdição trabalhista.

Conforme amplamente explorado nos tópicos 5.1.3 e 5.2.2.1, essa modalidade recursal é também objeto de um dos novos e importantes métodos de Uniformização da Jurisprudência nacional, a saber, o IRR. Por meio desse Incidente, um Recurso de Revista é selecionado entre uma multiplicidade de processos que versem sobre idêntica questão de direito, sendo proferida decisão, cujas razões fundantes extraídas - *Ratio Decidendi* - vincularão todos os demais casos (pendentes e futuros) equivalentes.

Apesar da importância desse novo método uniformizador, a instituição e regulamentação da Transcendência como requisito abstrato de admissibilidade dos Recursos de Revista limita consideravelmente o acesso ao Tribunal Superior,

colocando em risco não apenas o IRR, como a própria função e dever institucional do TST de uniformizar a Jurisprudência nacional[221] - uma vez que inúmeros recursos sequer chegarão a ser processados.

Pelo que se observa, a normatização do instituto pareceu mais oportuna à redução do número de Recursos de Revista que chegam à Corte Superior[222], o que jamais poderia ser privilegiado em detrimento da precípua função uniformizadora do órgão. Exatamente nesse sentido expôs Manoel Antônio Teixeira Filho (2017) acerca da regulamentação da Transcendência:

> [...] ela equipara, impropriamente, o TST ao STF; preocupa-se, unicamente, com o TST, não com os jurisdicionados; dota o TST de um autoritarismo sobre os demais órgãos da jurisdição trabalhista; impede a evolução da jurisprudência; dificulta a uniformização da jurisprudência nacional; pode conduzir, na prática, a uma discriminação entre iguais; concede ao TST o poder de dizer às pessoas o que é importante e o que não é importante para elas (TEIXEIRA FILHO, 2017, p. 284).

Dessa forma, a nova legislação atribuiu ao TST instituto similar à Repercussão Geral - pressuposto fundamental exclusivo para processamento dos Recursos Extraordinários destinados à mais alta Corte brasileira, STF - diferentemente do que ocorre no STJ, órgão de mesma hierarquia que não possui requisito similar para admissibilidade de seus Recursos Especiais.

Igualmente intrigante é o fato de que, em sentido oposto à Repercussão Geral, cuja previsão é constitucional e exige o quórum de 2/3 dos membros do plenário do STF para recusa[223], a Transcendência poder ser refutada monocraticamente por Ministro do TST, cuja decisão em alguns casos é, inclusive, irrecorrível, o que é impertinente.

Por meio das questões sucintamente levantadas, não restam dúvidas de que a regulamentação da Transcendência na Especializada Trabalhista não se mostra

---

[221] Conforme se pode aferir da Tabela de Recursos Repetitivos do TST (BRASIL, 2019t), todos os incidentes (julgados ou pendentes) foram processados antes da Lei nº 13.467/2017 e a inclusão do requisito Transcendência. Tal fato transparece que, após a inclusão do pressuposto, isto é, há quase dois anos, nenhum recurso repetitivo foi afetado, o que merece reflexão.

[222] Tal intenção restou claramente exposta pelo Ministro Ives Gandra Martins Filho, presidente do TST, que dispôs que a transcendência foi baseada em sistemas de outros países responsáveis, justamente, pela redução do número de causas julgadas pelas Cortes Superiores (PRESIDENTE..., 2017).

[223] Especificamente, oito de 11 Ministros do STF, nos termos do parágrafo terceiro do art. 102 da CRFB (BRASIL, 1988a).

razoável, tampouco guarda consonância com a integralidade do ordenamento jurídico e da práxis de outros Tribunais Superiores.

Ademais, o pressuposto instituído destoa da informalidade do Processo do Trabalho e acaba por representar mais uma barreira ao processamento recursal, apta a afetar a efetiva tutela jurisdicional, em total detrimento aos jurisdicionados e de sua isonomia (MUZZI, 2018), o que merece reflexão.

No tocante à Uniformização de Jurisprudência Trabalhista, seus reflexos são ainda mais evidentes uma vez que, apenas questões subjetivamente consideradas Transcendentes e, por isso, relevantes aos olhos dos Ministros do TST, conseguirão ser processadas e julgadas. Consequentemente, tão somente em relação a essas exíguas controvérsias conseguirá o Tribunal exercer o dever de manter sua Jurisprudência estável, íntegra e coerente.

Por sua vez, as temáticas consideradas “menos importantes” permanecerão sendo proferidas de formas diversas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, perpetuando-se a insegurança jurídica, a instabilidade sistêmica e a ausência de isonomia entre as decisões e os jurisdicionados.

Ante o exposto, é possível perceber que, na mesma linha mitigadora das alterações legislativas trazidas nos tópicos anteriores, a Transcendência se mostra como limitadora da atividade jurisdicional, o que vai de encontro à evolução do Direito até então demonstrada e do necessário fortalecimento da cultura Precedencialista no país.

6 MÉTODOS DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA

Após todo o caminho percorrido ao longo do trabalho, adentra-se no capítulo final, em que se pretende auferir possíveis respostas aos questionamentos iniciais.

Apesar da incontroversa valorização da interpretação jurídica, da força normativa da Jurisprudência, bem como da sua necessária uniformização, os métodos desenvolvidos para essa concretização ainda padecem de vícios, críticas e merecem ser aperfeiçoados.

A despeito dessas inconsistências, a oficial instituição de um Sistema de Precedentes Vinculantes pelo CPC/15 é uma realidade, sendo certo que em um contexto em que se alteram paradigmas, abnegar as mudanças não se mostra a opção mais prudente. Pelo contrário, o momento de transição é propício ao questionamento, debate e lapidação do novo sistema, o que exige estudo e esforço por parte de todo os operadores do Direito e doutrinadores, o que se conclama.

Seguindo o pensamento desenvolvido ao longo do trabalho, ao se sustentar o dever de integridade, estabilidade e coerência das decisões judiciais no âmbito da Justiça do Trabalho, imperioso se faz, primeiramente, superar os estigmas trazidos pela Lei nº 13.467/2017 - Reforma Trabalhista.

Para tanto, a interpretação das mencionadas alterações legislativas deve ser realizada com cautela e qualquer tentativa de mitigação da atividade judicante e interpretativa dos magistrados trabalhistas execrada, sob pena de retrocesso do Judiciário Trabalhista.

Assim, com fulcro na evolução normativa apresentada, sobretudo com fincas nas Leis nº 13.015/2014 e 13.105/2015, na regulamentação de questões atinentes à estabilização jurisprudencial pelas Instruções Normativas do TST e Regimentos Internos dos tribunais, bem como pelo que se extrai da realidade prática vivenciada pelos Tribunais Regionais do Trabalho, é que se pretende concluir a presente pesquisa.

Isso posto, passa-se à apresentação e análise crítica dos atuais e possíveis métodos de Uniformização de Jurisprudência Trabalhista.

6.1 O Sistema de Precedentes Vinculantes e o Processo do Trabalho

O Sistema de Precedentes Vinculantes foi apresentado como fruto de uma progressiva evolução quanto à valorização da interpretação do direito e da força normativa da Jurisprudência, tendo como marco principal a edição do Código de Processo Civil de 2015.

Apesar da concretização pelo CPC vigente, sua construção pode ser extraída de progressivas alterações legislativas ocorridas ao longo dos anos, inclusive na seara trabalhista, que também exerceu essencial participação nessa estruturação sistêmica.

Independentemente do que se possa extrair de positivo ou negativo quanto à adoção desse instituído sistema no Brasil, trata-se de realidade posta, pouco provável de ser infirmada, mas que ainda carece de ampla compreensão, adaptações e maturação por parte de todos os operadores do Direito[224].

Objetivando a concretização da segurança jurídica e da isonomia das decisões e dos jurisdicionados, a legislação impôs aos Tribunais o dever de manterem sua Jurisprudência estável, íntegra e coerente. Ademais, privilegiou a vinculatividade da Jurisprudência pacificada, introduzindo uma espécie de *Stare Decisis* importada do *Common Law* ao ordenamento jurídico nacional.

Conforme amplamente explorado no tópico 4.2, diferentemente do sistema inglês, no Brasil nem toda decisão consubstancia-se como Precedente Judicial e tem o condão de vincular o julgamento de casos análogos ou similares. Nessa perspectiva, o CPC/15, notadamente o seu art. 927, disciplinou as decisões e institutos considerados de observância obrigatória pelos juízes e tribunais[225].

A nova realidade instituída mostra-se plenamente compatível e aplicável ao Direito Processual do Trabalho, principalmente porque a dissidência jurisprudencial está fortemente presente na Especializada, o que reflete na efetividade de sua tutela jurisdicional. Por conseguinte, imperiosa se faz a imposição de julgamentos coerentes e isonômicos, que garantam a mais correta tutela dos direitos fundamentais violados.

Na visão de Luiz Philippe Vieira Mello Filho e Luiz Philippe Vieira Mello Neto (2016), antes mesmo da revogação do IUJ, o dever de Uniformização de

---

[224] Nessa perspectiva, Boaventura Souza Santos alerta que uma nova legislação, por si só, não será capaz de provocar mudanças se não vier acompanhada de um amadurecimento da cultura jurídica e judiciária, sem o qual nenhuma reforma é possível (SANTOS, 2011).

[225] Não obstante, conforme relatado oportunamente, ainda existem divergências quanto ao grau de vinculação das decisões e institutos, bem como da taxatividade do art. 927 do CPC/15.

Jurisprudência Trabalhista já havia sido abarcado pelos artigos 926 a 928 do CPC/15, demonstrando a aplicabilidade do Sistema de Precedentes Vinculantes à justiça especializada (MELLO FILHO; MELLO NETO, 2016).

Tem-se, nessa perspectiva, que o Sistema de Precedentes Vinculantes foi absorvido pelo Processo do Trabalho, pois com ele compatível, o que é confirmado pelo *caput* do artigo 8º da CLT, que inclui a Jurisprudência no rol de fontes de direito, o seu parágrafo primeiro, que aduz ser o direito comum fonte subsidiária do Direito do Trabalho, bem como pelos artigos 769 da CLT[226] e 15 do CPC/15[227].

A legislação trabalhista também trouxe em seu escopo previsão específica acerca da função uniformizadora do TST, instituindo modalidades recursais adstritas a essa finalidade, a saber, recurso de revista e os Embargos, além de dispositivos que instituíram e disciplinaram o IRR[228] e IAC[229], mecanismos integrantes do Sistema Precedencialista.

A Instrução Normativa nº 39 do TST (BRASIL, 2016d) também reforçou essa confluência, ao trazer no bojo de seu artigo 3º diversos dispositivos do Código de Processo Civil aplicáveis ao Processo do Trabalho, a exemplo do inciso XXIII, que expôs a aplicabilidade dos artigos 926 a 928, o inciso XXIV, que demonstrou a aplicação do IAC disciplinado pelo art. 947, e o inciso XXVII, que dispôs sobre a incidência da reclamação (arts. 988 a 993).

O art. 8º da referida IN, por sua vez, autorizou a aplicação dos artigos 976 a 986 do CPC, viabilizando o emprego do IRDR e seu efeito vinculante ao Processo do Trabalho. O art. 15, ainda que dedicado à análise do art. 489 do CPC - que trata da fundamentação das decisões -, foi de grande valia para a consagração do conceito e das espécies de “Precedentes Vinculantes” na especializada.

Assim, combinando o disposto no CPC/15 com a integralidade das considerações advindas da IN nº 39 do TST e da CLT, conclui-se pela observância obrigatória pelos Juízes e Tribunais do Trabalho das seguintes decisões:

> **a)** Acórdão proferido pelo STF ou pelo TST em julgamento de Incidente de Recursos Repetitivos – IRR (Recurso de Revista, Embargos ao TST e Recursos Extraordinários Repetitivos) (art. 927, III do CPC/15);

[226] Art. 769 - Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste título (BRASIL, 1943, s.p.).
[227] Art. 15. Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente (BRASIL, 2015a, s.p.).
[228] Art. 896-B e art. 896-C da CLT (BRASIL, 2014a, s.p.).
[229] Art. 896, §13º da CLT (BRASIL, 2014a, s.p.).

> **b)** Acórdão proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR e Incidente de Assunção de Competência – IAC, pelo TST ou pelos Tribunais Regionais do Trabalho (no âmbito de sua jurisdição) (art. 927, III do CPC/15);
>
> **c)** Decisão do STF em Controle Concentrado de Constitucionalidade – ADC, ADI e ADPF (art. 927, I do CPC/15);
>
> **d)** Decisão do Plenário, do Órgão Especial ou de Seção Especializada competente para Uniformizar a Jurisprudência do Tribunal Regional a que o juiz estiver vinculado ou do TST (donde se incluem Súmulas, Orientações Jurisprudenciais, decisão em Arguição de Inconstitucionalidade e outras modalidades eventualmente disciplinadas pelos Regimentos Internos dos Tribunais) (art. 927, IV e V do CPC/15);
>
> **e)** Súmula Vinculante do STF (art. 927, II do CPC/15);
>
> **f)** Decisão proferida pelo STF em Recurso Extraordinário com Repercussão Geral (art. 988, §5º, II do CPC/15).

Isso posto, restaram demonstradas a compatibilidade e aplicação do Sistema de Precedentes Vinculantes ao Processo do Trabalho, sendo certo que o dever de uniformização jurisprudencial pelos Tribunais e a vinculatividade atribuída a algumas decisões e institutos revelam-se, pois, como partes integrantes do Judiciário Trabalhista.

Ao afirmar a incorporação do Sistema Precedencialista na seara trabalhista, não se conclui, contudo, que este se encontra estável, tampouco que inexistam vicissitudes a serem corrigidas. Do mesmo modo, não é possível certificar, *a priori*, que os métodos instituídos sejam os únicos e mais eficientes meios de Uniformização de Jurisprudência Trabalhista, embora úteis e amplamente aplicáveis.

Dessa forma, evidencia-se a grande relevância do papel da doutrina - ainda pouco insipiente nesse aspecto -, assim como dos operadores do Direito, na consolidação, aprimoramento e devida observância à nova realidade jurídica.

6.2 A Súmula sob nova perspectiva

Conforme explanado ao longo do trabalho, a Jurisprudência pode ser entendida como gênero, que se desdobra em institutos frutos de sua estabilização no tempo e no espaço. Sob essa perspectiva, as Súmulas podem ser compreendidas como produtos de métodos de Uniformização de Jurisprudência desenvolvidos ao longo dos anos.

Instituída nos anos 60 pelo Supremo Tribunal Federal, as Súmulas passaram a se fazer presentes em todos os Tribunais do país, consubstanciando a Jurisprudência dominante dos órgãos e servindo-se como ferramenta facilitadora de julgamentos. Nesse sentido, é possível atribuir à Súmula o *status* de símbolo da Uniformização de Jurisprudência no Brasil.

A exceção das Súmulas Vinculantes do STF - modalidade instituída por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, que possui quórum qualificado para aprovação e cujo conteúdo é dotado de efeito vinculante não apenas aos órgãos do Poder Judiciário, mas também à administração pública direta e indireta -, as demais Súmulas sempre possuíram efeito meramente persuasivo.

Apesar de os magistrados, via de regra, se valerem do disposto nos enunciados sumulados pelos Tribunais Superiores para firmarem seus convencimentos e julgados (vinculação vertical), nunca se tratou de efetiva obrigação legal, observando-se, não raras vezes, decisões judiciais dissonantes dos posicionamentos uniformizados.

O Código de Processo Civil de 2015, por sua vez, ao trazer a lume o dever de Uniformização de Jurisprudência e instituir um Sistema de Precedentes Vinculantes no ordenamento jurídico nacional, acabou por ressaltar o enunciado das Súmulas como sendo, também, de observância obrigatória pelos Juízes e Tribunais – inciso IV do art. 927. Da mesma forma, ratificou a observância obrigatória dos enunciados das Súmulas vinculantes (inciso II do art. 927), de forma que todas as espécies de Súmula se tornaram, sob essa perspectiva, legalmente vinculantes.

Nada obstante, consoante advertido anteriormente, a vinculatividade das Súmulas deve ser analisada com bastante cautela, sobretudo sob a ótica de um ordenamento Precedencialista. Isso porque a imposição de observância obrigatória a um simples verbete desconectado de seu contexto fático originário não coaduna com os pilares e métodos instituídos pela nova lógica sistêmica.

Conforme exposto no tópico 2.1.2 que tratou do Sistema *Common Law* e da lógica dos Precedentes Vinculantes, para aferir se determinado posicionamento uniformizado (seja por meio de Súmula ou de decisão judicial) será utilizado em julgamento futuro de caso equivalente ou semelhante, faz-se necessário extrair a sua *Ratio Decidendi*, isto é, a razão central da decisão, seus fundamentos determinantes, sem os quais o deslinde do processo não seria o mesmo.

Nesse sentido, perquire-se: como esse procedimento pode ser realizado para aplicação das Súmulas até então existentes, expressas em simples enunciados

genéricos e desconectados dos casos concretos que as originaram? Diante do questionamento, o estudo apresenta algumas possibilidades interpretativas.

Tendo-se as Súmulas editadas antes do CPC/15, sugere-se que a sua vinculatividade esteja condicionada à análise específica dos julgados a elas precedentes, sendo desarrazoada a aplicação dos seus enunciados genéricos, os quais são incapazes de, por si sós, vincular futuros julgamentos[230].

Assim, considerando que toda Súmula editada indica um ou mais processos considerados como Precedentes[231], estes devem ser integralmente observados e deles extraída a *Ratio Decidendi* que justifique a coerência de sua aplicação a casos futuros análogos ou semelhantes, cumprindo-se, assim, o disposto no inciso V do art. 489 do CPC[232]. Luiz Guilherme Marinoni (2016, p. 309) expõe:

> [...] as súmulas são calçadas em precedentes e, portanto, não podem fugir do contexto dos casos que por eles foram solucionados. [...] é necessário verificar o contexto fático dos casos que lhe deram origem, assim como as proposições sociais que fundamentaram os precedentes que os solucionaram. Sem a busca histórica ou, ainda melhor, do DNA - por assim dizer - das súmulas, jamais será possível tê-las como auxiliares do desenvolvimento do direito [...].

Se o procedimento sugerido não for realizado (o que, em certa medida, é compreensível, uma vez que as antigas Súmulas podem ter sido editadas após a análise de diversas decisões precedentes, cada qual com suas peculiaridades específicas), sustenta-se que estas devem manter seu caráter meramente persuasivo.

Sob essa perspectiva, o TST firmou entendimento no sentido de que a ampla fundamentação exigida para aplicação de entendimento sumulado ao caso *sub judice* (incisos V e VI do §1º do art. 489 do CPC) apenas será obrigatória na hipótese em que os enunciados sumulares contenham explícita referência aos fundamentos determinantes da decisão - *Ratio Decidendi*[233]. Posiciona-se, pois, o Tribunal Superior

---

[230] Esse é exatamente o comando constante do Enunciado 166 do FPPC (2019), que assim dispõe: "166. (art. 926) A aplicação dos enunciados das súmulas deve ser realizada a partir dos precedentes que os formaram e dos que os aplicaram posteriormente (Grupo: Precedentes). "

[231] A título de exemplo, tem-se que a Súmula nº 1 editada pelo Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre "prazo judicial" traz como precedentes quatro decisões, a saber: RR 5253/1966, Ac. 2ªT 841/1967; RR 3225/1966, Ac. 2ªT 121/1967; RR 2374/1967, Ac. 3ªT 764/1968; RR 2617/1967, Ac. 3ªT 1920/1967 (BRASIL, 2019s).

[232] Art. 489, V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos (BRASIL, 2015a, s.p).

[233] Inciso II do art. 15 da IN 39 (BRASIL, 2016d).

do Trabalho, no sentido de que as Súmulas apenas irão auferir caráter vinculante se editadas em consonância com os pilares do Sistema Precedencialista instituído.

Esse pensamento é ratificado por Ravi Medeiros Peixoto (2018, p. 159), para quem "as Súmulas, para serem devidamente aplicadas, devem sempre partir de casos concretos, do contrário, há uma abstrativização inadmissível para dinâmica dos precedentes", bem como por Élisson Miessa (2016, p. 515), ao aduzir que, "em razão da segurança jurídica, não se pode transformar as Súmulas criadas como persuasivas em obrigatórias, possuindo o art. 927 do NCPC eficácia *ex nunc*", que não retroage[234].

Assim, quando não for possível a escorreita aplicação das Súmulas até então editadas, estas devem ser consideradas meramente persuasivas, sob pena de desvirtuar o Sistema Precedencialista. Ato contínuo, quando da edição de novas Súmulas, espera-se que, por exigência regimental, seus novos enunciados sejam mais robustos e consubstanciem, efetivamente, a *Ratio Decidendi* de uma decisão judicial precedente, cuja análise não deve ser prescindida.

Sob essa mesma perspectiva, o diploma Processual Civil de 2015 trouxe, ainda que de maneira tímida, essa determinação, ao dispor no parágrafo segundo do art. 926 que, "ao editar enunciados de Súmula, os tribunais devem ater-se às circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação" (BRASIL, 2015a, s.p.).

Ao final, apresenta-se, ainda, tese que sustenta a progressiva extinção das Súmulas no sistema jurídico nacional[235]. Trata-se de posicionamento que ganha evidência, notadamente na seara trabalhista, em razão dos robustos requisitos instituídos para edição, revisão e cancelamento dessas, já discutidos.

A perda de prestígio das Súmulas também se respalda no fato de o ordenamento jurídico nacional ter colocado à disposição dos julgadores e jurisdicionados outros métodos mais apurados e condizentes com a lógica

---

[234] Para Daniel Amorim Assumpção Neves (2016), a aplicação *ex tunc* – retroativa apenas seria possível se os tribunais tivessem revisado todos os seus enunciados sumulares, a fim de adequá-los à lógica Precedencialista, antes da entrada em vigor do CPC/15. Como essa não ocorreu, referido autor também sustenta a aplicação *ex nunc*, prospectiva, por propiciar a inclusão paulatina dos novos institutos, que carecem de tempo para serem devidamente assimilados.

[235] Conforme exposto anteriormente, a súmula não é compreendida pelos juristas que lidam com o Sistema de Precedentes Vinculantes, por considerarem impossível valer-se apenas de um verbete resumido e desconexo do conteúdo fático da decisão precedente para julgarem novos processos (PRITSCH, 2018).

Precedencialista e supostamente[236] capazes de uniformizar a Jurisprudência dos Tribunais de maneira mais eficiente, a saber, o IAC, IRR e IRDR. Sob esse enfoque, as Súmulas tornar-se-iam paulatinamente desnecessárias.

Cesar Zucatti Pritsch (2018, p. 226) aborda o posicionamento apresentado ao fundamentar que "o território das súmulas ficou restrito aos entendimentos pacificados pelo tempo, pela repetição, e não por alguma das ferramentas de uniformização de jurisprudência", tornando-se, pois, um instituto residual. Eduardo Cambi e Mateus Vargas Fogaça (2016, p. 346) sustentam ainda que "[...] na medida em que o precedente possui força obrigatória, a súmula perde sua própria razão de existir". A esse respeito posiciona-se Lucas Buril de Macêdo (2014, p. 383):

> [...] natural que a caminhada à direção à fortificação dos precedentes obrigatórios no Brasil passe pelo esquecimento e supressão das súmulas, vinculantes ou não, institutos que só têm razão de ser em um sistema que desconsidera o precedente judicial.

Como já demonstrado, essa vertente ganha ainda mais respaldo na seara trabalhista, que sofreu forte ataque em sua atividade judicante, com consequente restrição à edição, alteração e cancelamento de suas Súmulas. Assim, a sobrevivência desse instituto concretizador da jurisprudência trabalhista uniformizada no ordenamento nacional revela-se ainda mais evidente.

Assim, caso reconhecida a constitucionalidade dos dispositivos celetistas que tratam a questão (alínea "f", inciso I, do art. 702 da CLT e seus parágrafos terceiro e quarto), certamente o número de novas Súmulas editadas restará extremamente reduzido, caminhando para fundamentada extinção.

Mesmo assim, as Súmulas perduram formalmente no ordenamento jurídico brasileiro, estabelecendo especificamente o parágrafo primeiro do art. 926 do CPC que, com o intuito de uniformizarem sua Jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente, "os tribunais editarão enunciados de Súmula correspondentes à sua jurisprudência dominante" (BRASIL, 2015a, s.p.).

Nos termos em que exposto, e por persistirem como instituto fruto da uniformização jurisprudencial, tem-se que a vinculatividade atribuída às Súmulas deve ser observada caso a caso e com cautela pelos operadores de direito.

---

[236] Tem-se que ainda é prematura qualquer afirmação categórica sobre a eficiência dos novos mecanismos de Uniformização de Jurisprudência, razão pela qual se entende que a expressão "supostamente" revela-se mais adequada.

Ao final, sob essa nova ótica, é possível concluir que as Súmulas Vinculantes editadas pelo STF perdem sua razão de ser - ao menos em relação aos órgãos do Poder Judiciário[237] -, ao passo que todos os enunciados editados a partir de então serão dotados de vinculatividade.

6.3 Novos métodos de Uniformização de Jurisprudência Trabalhista

Com fincas em um sistema que preza pela isonômica solução de casos equivalentes ou semelhantes, valendo-se, para tanto, da vinculatividade dos fundamentos determinantes - *Ratio Decidendi* - de uma decisão pretérita, foram inseridas no ordenamento jurídico nacional algumas modalidades de incidentes processuais, responsáveis pela formação concentrada de Precedentes Vinculantes.

Diz-se formação concentrada, uma vez que do Incidente instaurado é proferida uma única decisão que poderá ter seus fundamentos determinantes replicados a uma multiplicidade de processos em curso ou futuros, desde que a sua *Ratio* se amolde às hipóteses *sub judice.*

Conforme adredemente apresentado, entre os objetivos da criação desses institutos estão os princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional. Isso porque, uma vez firmado um posicionamento único acerca de determinada questão, este pode ser aplicado em bloco, estancando a litigiosidade massiva e, por óbvio, descongestionando os tribunais.

Sem embargo do exposto, mas com ênfase nos fins pretendidos por esta pesquisa, os instituídos métodos são igualmente úteis à Uniformização de Jurisprudência Trabalhista, o que reflete, por consequência, nos perseguidos princípios da segurança jurídica e isonomia.

Dessa forma, imperiosa a delimitação dos três métodos de Uniformização de Jurisprudência passíveis de aplicação na seara trabalhista, com indicação específica da sua base normativa e peculiaridades. Mesmo com as virtudes deles advindas, relevante se faz a apresentação de suas fragilidades, a fim de se aferir possíveis formas de superação e, prospectivamente, ambicionar procedimentos que se revelem mais apurados aos fins propostos.

---

[237] Diz-se, “ao menos em relação ao Poder Judiciário”, uma vez que essas súmulas também vinculam a administração pública direta e indireta.

6.3.1 Incidente de Recursos Repetitivos (IRR)

Como analisado no tópico 5.1.3 deste trabalho, inspirada no método de julgamento de Recursos Extraordinários e Especiais Repetitivos previstos no Código de Processo Civil de 1973, a Lei nº 13.015/14, instituiu por meio dos artigos 896-B e 896-C da CLT, o Incidente de Recursos de Repetitivos (IRR), aplicável aos Recursos de Revista.

Ato contínuo, o Incidente foi parcialmente regulamentado pelo Ato nº 491 SEGJUD/GP do TST/14 e, meses mais tarde, a Instrução Normativa nº 38/2015 do TST foi aprovada para ampliar a sua incidência, com consequente abrangência dos Embargos ao TST (art. 2º) e dos Recursos Extraordinários interpostos em face das decisões do TST e direcionados ao STF (art.19).

Em 2017, por sua vez, o novo Regimento Interno do TST também abarcou o Incidente em seus arts. 280 a 297, reiterando as disposições da anteriormente editada IN nº 38/15. Ademais, alargou sua base normativa ao possibilitar a aplicação subsidiária das normas do CPC/15 atinentes aos Recursos Extraordinários e Especiais Repetitivos (artigos 1.036 a 1.041).

Pelo que se observa, o IRR foi legalmente instituído e regulamentado para aplicação na seara trabalhista, inexistindo um único diploma legal que discipline integralmente o seu procedimento. A detectada ausência de congruência dificulta a sua ampla compreensão e aplicação pelos operadores do Direito, sendo essa a primeira importante crítica apresentada.

Quanto às suas hipóteses de incidência, assim dispõe o *caput* do art. 896-C da CLT:

> Art. 896-C. Quando houver multiplicidade de recursos de revista fundados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à Seção Especializada em Dissídios Individuais ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria simples de seus membros, mediante requerimento de um dos Ministros que compõem a seção especializada, considerando a relevância da matéria ou a existência de entendimentos divergentes entre os Ministros dessa seção ou das turmas do Tribunal (BRASIL, 2014a, s.p.).

O IRR revela-se, pois, como método de Uniformização de Jurisprudência aplicável às hipóteses em que houver multiplicidade de Recursos (de Revista, Embargos ou Extraordinário) envolvendo idêntica questão de direito, que seja relevante ou entendida de maneira divergente pelos Ministros do TST.

Entende-se, inicialmente, que os requisitos “relevância da matéria” e “existência de entendimentos divergentes” não deveriam ser compreendidos como alternativos, mas cumulativos. Isso porque, conforme já fundamentado, é de suma importância que decisões vinculantes apenas sejam produzidas após amplo debate da questão pelos Tribunais, o que implica, necessariamente, a existência de divergência jurisprudencial entre seus membros e órgãos.

Nessa perspectiva, sustenta-se a impossibilidade de utilização do IRR com respaldo apenas na relevância da matéria e consequente intenção de prevenir eventual dissenso jurisprudencial, sendo imprescindível a aplicação do art. 4º da IN nº 38/15 do TST, que assim dispõe:

> Somente poderão ser afetados recursos representativos da controvérsia que sejam admissíveis e que, a critério do relator do incidente de julgamento dos recursos repetitivos, contenham abrangente argumentação e discussão a respeito da questão a ser decidida (BRASIL, 2015c, s.p.).

Igualmente problemática é a expressão “relevância da matéria”, por se tratar de termo jurídico indeterminado e análise subjetiva, o que enseja uma parcela significativa de discricionariedade dos magistrados, que podem decidir pela conveniência ou não da afetação de determinada temática.

A questão se agrava na medida em que o dispositivo analisado lista como legitimados à proposição de afetação apenas os Ministros do TST[238], o que torna ainda mais restrita e subjetiva à análise das matérias supostamente “relevantes”. Essa contenção deixa à margem do procedimento figuras importantes como o Ministério Público do Trabalho e as partes dos processos, igualmente aptas e interessadas na solicitação de afetação e consequente estabilização jurisprudencial.

No mesmo sentido, interessante seria a legitimação dos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho que, em razão da incumbência de proferirem o primeiro juízo de admissibilidade dos Recursos de Revista, teriam grande aptidão para aferir a recorribilidade habitual acerca de determinada matéria e propor a sua afetação.

Consoante demonstra Thiago Henrique Ament (2018), em uma análise comparativa do IRR com os métodos de julgamento por amostragem desenvolvidos

[238] Membros da seção especializada, nos termos do *caput* do art. 896-C da CLT, ou pelos Ministros presidentes das Turmas, nos termos do §2º do art. 2º da IN 38 do TST (BRASIL, 2015d) e §2º do art. 281 do Regimento Interno do TST (BRASIL, 2017b).

em outros países como Alemanha e Inglaterra, é possível aferir que naqueles inexiste a instauração do incidente uniformizador de ofício pelo órgão Judiciário, devendo a afetação ser sempre requerida pelas partes. Essa dissonância com procedimento brasileiro, sob a ótica do autor, "deixa latente a maior preocupação do instituto, que é a racionalização do trabalho da Corte e não o atendimento de uma necessidade do jurisdicionado" (AMENT, 2018, p. 87).

Trata-se, pois, de legitimação cuja ampliação deveria ser repensada, o que é timidamente trazido pelos arts. 1.030, III e 1.036, §4º do CPC/15[239], que possibilitaram o requerimento por parte dos Presidentes de Tribunais Estaduais, bem como de suas turmas e seções, o que deve ser aplicado ao Processo do Trabalho. Não obstante, sugere-se uma ampliação ainda mais efetiva da legitimação, nos moldes disciplinados para o IAC e IRDR, o que será trazido a lume dos tópicos seguintes.

Quanto à competência para julgamento do IRR, o dispositivo em análise dispõe que a questão relevante ou controvertida pode ser afetada à Seção Especializada de Dissídios Individuais (SDI) ou ao Pleno do TST, contudo, não traz critérios para escolha desse direcionamento[240]. Ante a omissão legislativa, sugere-se que, por se tratar de decisão modelo, cujas razões determinantes serão de observância obrigatória por todos os Juízes e Tribunais do país, estas sejam sempre atribuídas ao Pleno, a fim de propiciar debate mais profundo acerca da questão afetada, mediante a colaboração da integralidade de membros da Corte Superior[241].

Outra questão de suma relevância diz respeito ao prazo estabelecido para julgamento do Incidente. Nos termos do art. 11 da IN nº 38/15 (BRASIL, 2015c), combinado com o art. 290 do Regimento Interno do TST (BRASIL, 2017b), o IRR deve ser concluído no prazo máximo de um ano, mesmo com a cessação da afetação e do sobrestamento dos processos.

A observância do termo é essencial não apenas para fins de derrogação do sobrestamento, mas também para efetivação da uniformização da controvérsia de maneira mais célere. Não se pode coadunar com a indeterminada extrapolação do

---

[239] Aplicáveis ao procedimento de IRR por força do art. 280 do Regimento Interno do TST (BRASIL, 2017b).

[240] A única ressalva feita pelo inciso "I" do §3º do art. 281 do Regimento Interno do TST (BRASIL, 2017b) é no sentido de que discussões acerca de matérias disciplinadas em súmulas e orientações jurisprudenciais serão, necessariamente, afetadas ao Tribunal Pleno.

[241] A proposição guarda lógica com o procedimento disciplinado para a edição e cancelamento de súmulas e outros enunciados de jurisprudência, nos termos do inciso "VII" do art. 75 do Regimento Interno do TST (BRASIL, 2017b).

prazo legal e eternização de julgados divergentes, com o risco de se perpetuar a insegurança jurídica que se pretende combater, colocando em questão outros princípios como a celeridade e efetividade processual, que também devem ser preservados.

A realidade, por sua vez, se traduz de modo diverso ao legalmente estabelecido e esperado. A título de exemplo, tem-se que o “Tema 1” afetado em sede de IRR no TST em 26/03/2015 apenas foi julgado em 20/01/2017, ou seja, em período superior a dois anos. O “Tema 2”, afetado em 18/06/2015, foi julgado em 21/11/2016, novamente ultrapassando o termo estipulado. O “Tema 3”, por sua vez, afetado em 03/03/2016, não foi julgado até a presente data, tendo se passado mais de três anos[242] (BRASIL, 2019t).

Resta evidente que a morosidade no julgamento dos IRR pela Corte Superior deve ser repensada e solucionada, sob pena de, inegavelmente, obstar a efetividade do Incidente instituído, colocando em questão a sua legitimidade como método uniformizador de Jurisprudência trabalhista, que não pode ser retardatário.

A questão ganha ainda mais notoriedade quando analisada à luz do art. 6º da IN nº 38/15 do TST[243], que alarga as hipóteses de sobrestamento de processos envolvendo a controvérsia debatida, passando a abranger também aqueles com Recursos Ordinários em trâmite nos Tribunais Regionais. O inciso II do art. 1.037 do CPC/15[244], por sua vez, possibilita a suspensão do processamento de todas as ações pendentes, onde se incluem processos em primeira instância, sequer instruídos.

A ampliação da abrangência do sobrestamento afeta especialmente as lides trabalhistas - regularmente dotadas de múltiplos objetos -, por implicar a paralisação integral e indeterminada de inúmeros processos que, não raras vezes, apenas sofrerão parcial influência da decisão final em IRR. Igualmente, o estancamento dos julgamentos afeta diretamente essa justiça especializada, pois nela se discutem

---

[242] Data da última consulta: 09 jul. 2019.

[243] Art. 6º O presidente do Tribunal Superior do Trabalho oficiará os presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho, com cópia da decisão de afetação, para que suspendam os recursos de revista interpostos em casos idênticos aos afetados como recursos repetitivos e ainda não encaminhados a este Tribunal, bem como os recursos ordinários interpostos contra as sentenças proferidas em casos idênticos aos afetados como recursos repetitivos, até o pronunciamento definitivo do Tribunal Superior do Trabalho (BRASIL, 2015c, s.p.).

[244] Art. 1.037. Selecionados os recursos, o relator, no Tribunal Superior, constatando a presença do pressuposto do *caput* do art. 1.036, proferirá decisão de afetação, na qual: com precisão a questão a ser submetida a julgamento; II - determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional (BRASIL, 2015c).

majoritariamente verbas de natureza alimentar, que precisam ser deliberadas da maneira mais célere e efetiva.

Nessa perspectiva, Manoel Antônio Teixeira Filho expõe que “o sobrestamento desses processos significa o trancamento, ainda que provisório, da prestação jurisdicional, que, por sua vez, implica uma considerável dilatação do tempo de tramitação do processo, ou seja, de sua razoável duração (CF, art. 5º, LXXVIII) ” (TEIXEIRA FILHO, 2014, p. 321). O Ministro José Roberto Freire Pimenta (2016) também corrobora esse entendimento, o que é resumido pelo despacho proferido em uma proposta de afetação, veja-se:

> [...] a frequente cumulação objetiva de numerosos pleitos iniciais principais de natureza trabalhista torna inconveniente e desproporcional que, apenas em função dessa pretensão acessória, seja suspenso o andamento de todos os processos que o tenham por objeto no território nacional [...] com evidente prejuízo para as partes e para a aplicação do princípio da duração razoável do processo, consagrado no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição da República (BRASIL, 2016f, s.p.).

Emerge, pois, a controvérsia quanto à melhor interpretação a ser empregada: o sobrestamento restrito aos Recursos de Revista e Embargos ou a extensão promovida pela Instrução Normativa do TST e pelo CPC/15. Questiona-se ainda se este deveria abranger apenas a questão objeto do Incidente (com consequente cisão decisória e deliberação quanto aos demais pleitos) ou a integralidade do processo.

Para a Ministra Nancy Andrighi do STJ, a interpretação deve ser ampliativa, abrangendo o sobrestamento dos recursos pendentes em segunda instância, veja:

> [...] a suspensão dos julgamentos das *apelações* que versam sobre a mesma questão jurídica submetida ao regime dos recursos repetitivos atende à exegese teleológico-sistêmica prevista, uma vez que, decidida a irresignação paradigmática, a tese fixada retoma à instância *a quo* para que os recursos sobrestados se adéquem à tese firmada no STJ (BRASIL, 2010c, s.p.).

Manoel Antônio Teixeira Filho (2014), apesar de concordar com a abrangência relatada, sustenta que, em um cenário ideal, nas hipóteses em que um processo contenha diversos pleitos, mas apenas em relação a um deles esteja pendente decisão em IRR, deveria ocorrer uma cisão decisória e as questões não abrangidas pelo incidente serem antecipadamente julgadas.

Nesse sentido, pertinente é a aplicação do parágrafo primeiro do art. 8º da IN nº 39 do TST[245] ao IRR, pois, ao dispor sobre o processamento do IRDR, possibilita que nas ações com múltiplos e independentes pedidos, as pretensões não afetadas pelo Incidente sejam julgadas parcial e antecipadamente[246-247].

Elucida-se, por oportuno, que até a presente data[248], dos nove temas julgados pelo TST em sede de IRR, apenas um implicou o sobrestamento de Recursos de Revista no âmbito dos Regionais e, dos outros oito Incidentes pendentes de julgamento, seis determinaram o sobrestamento. Inexiste notícia, por sua vez, acerca de eventual estancamento de Recursos Ordinários ou de processos na 1ª instância em sede de julgamento de IRR (MINAS GERAIS, 2019b).

Em sentido diametralmente oposto, recente questão afeta ao STF em sede de Recurso Extraordinário com Repercussão Geral (ARE 1121633), relativo ao tema nº 1.046, implicou a determinação de suspensão de todas as ações trabalhistas no país que versem sobre negociações coletivas que limitam ou restringem direitos trabalhistas não assegurados pela Constituição Federal (BRASIL, 2019b)[249].

Trata-se de temática presente em inúmeras lides e que, de fato, merece reflexão, a fim de propiciar uma decisão pacificada e bem fundamentada a ser aplicada a todos os processos equivalente. Contudo, conforme preceituaram Cesar Zucatti Pritsch, Ney Maranhão e Fernanda Antunes Marques Junqueira:

> Se, por um lado, a suspensão tem o condão de garantir a sanidade do sistema, observando-se o tratamento isonômico dos casos que versam sobre a mesma matéria, de outro, pode promover uma injusta demora na entrega do provimento jurisdicional, notadamente se atingir pedidos não relacionados

[245] Art. 8°, §1º Admitido o incidente, o relator suspenderá o julgamento dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam na região, no tocante ao tema objeto de IRDR, sem prejuízo da instrução integral das causas e do julgamento dos eventuais pedidos distintos e cumulativos igualmente deduzidos em tais processos, inclusive, se for o caso, do julgamento antecipado parcial do mérito (BRASIL, 2016d, s.p.).

[246] Trata-se da hipótese de julgamento antecipado parcial do mérito, respaldada pelo art. 356 do CPC (BRASIL, 2015a), o que é aplicável ao Processo do Trabalho, pois com ele compatível. Essa possibilidade encontra igual respaldo no Enunciado nº 205 do FPPC (2019), que assim dispõe: (art. 982, *caput*, I e §3º) - Havendo cumulação de pedidos simples, a aplicação do art. 982, I e §3º, poderá provocar apenas a suspensão parcial do processo, não impedindo o prosseguimento em relação ao pedido não abrangido pela tese a ser firmada no incidente de resolução de demandas repetitivas (Grupo: Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Assunção de Competência).

[247] Igualmente interessante seria a aplicação de entendimento similar ao disciplinado pelo inciso "II" do art. 7º, da Resolução 89 do TRT da 3ª Região (MINAS GERAIS, 2017), que dispõe que "o sobrestamento ocorre sem prejuízo da instrução processual".

[248] Agosto de 2019.

[249] Com fulcro no inciso II do art. 1.037 do CPC (BRASIL, 2015a), o Ministro Relator do ARE 1121633 proferiu despacho em 28/06/2019, determinando a suspensão nacional de processos que discutam a validade de norma coletiva que restringe o direito trabalhista (BRASIL, 2019b).

> com o tema da repercussão geral (JUNQUEIRA; MARANHÃO; PRITSCH, 2019, s.p.).

Os supracitados autores perfilham, pois, ao entendimento segundo o qual as questões estranhas ao objeto da Repercussão Geral não podem se sujeitar ao efeito paralisante, devendo prosseguir em seu curso regular, com consequente cisão decisória, alicerçada no julgamento parcial do mérito e na doutrina dos capítulos sentenciais[250].

Nessa mesma linha argumentativa, sustenta-se que o sobrestamento da integralidade das ações, em todas as fases e instâncias processuais, revela-se demasiadamente temerária, por implicar a paralisação de centenas ou até milhares de processos que poderiam ser parcialmente julgados e executados, o que afeta a efetiva entrega da prestação jurisdicional.

Outro importante aspecto do IRR diz respeito à possibilidade da manifestação de "pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia", por ensejar a reflexão acerca do seu caráter discricionário.

Inegavelmente, ao permitir o amplo debate promovido por meio de diferentes pontos de vista, concretiza-se um modelo coparticipativo e colaborativo de processo[251], além de conferir mais credibilidade e democraticidade ao procedimento. Nesse viés, coaduna-se com o disposto no inciso "IV" do art. 5º da IN nº 38 do TST, devendo ser concedido, ao menos, o "prazo de 15 dias para a manifestação escrita

---

[250] Nos termos da doutrina aventada, toda sentença é passível de divisão em "capítulos" unidades autônomas de um todo formalmente único que constitui a íntegra da decisão, muito comum no Processo do Trabalho, em que há cumulação de pedidos. Por serem independentes, cada "capítulo" pode transitar em julgado em momentos distintos (se recorridos ou não), sofrerem execução de forma distinta (se liquidados ou não liquidados), o que pode influenciar, também, na suspensão de processos determinada em julgamento de repercussão geral, justamente a hipótese em comento.

[251] Modelo processual em que se preza o equilíbrio, a lealdade e o diálogo entre as partes e o juiz, que devem colaborar mutuamente para obter o deslinde devido do processo. O princípio da cooperação que rege esse modelo encontra-se previsto no art. 6º do CPC, que dispõe: "Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva" (BRASIL, 2015a, s.p.).

das pessoas, órgãos ou entidades interessadas[252] na controvérsia" (BRASIL, 2015c), limitando-se a faculdade apenas quanto à admissão do *amicus curiae*[253-254].

No tocante à decisão proferida em sede de IRR, frisa-se a necessidade de que esta abranja a integralidade dos fundamentos apresentados pelas partes, ainda que contrários à Tese jurídica fixada, o que legitima a decisão, propiciando a melhor definição de sua *Ratio Decidendi* e, por consectário, a mais precisa aplicação a casos semelhantes.

Quanto à recorribilidade, se a questão decidida em sede de IRR também contiver abrangência constitucional, esta, por sua vez, poderá ser levada à apreciação do Supremo Tribunal Federal, por meio de Recurso Extraordinário[255]. Inexistente recurso e transitado em julgado o IRR, a tese fixada deve ser aplicada aos casos em que se demonstrar que a situação de fato ou de direito *sub judice* é semelhante à causa-piloto decidida, amoldando-se à sua *Ratio Decidendi.*

A vinculatividade da decisão proferida em sede de IRR é submetida à possibilidade de *Distinguishing*, hipótese em que o julgador afastará justificadamente a aplicação, pois incompatível com a espécie[256], assim como de *Overruling,* nos termos do parágrafo 17 do art. 896-C da CLT e art. 17 da IN nº 38/15 do TST, já analisados.

Diante da possibilidade de *Overruling*, uma questão posta no tópico 5.1.3 emerge novamente: se as Teses fixadas pelo TST em IRR possuem caráter vinculante, e essa condição implica a automática inadmissão dos Recursos de Revista que sustentem tese contrária à sedimentada[257], como possíveis discussões acerca da

---

[252] No procedimento alemão – *Musterverfarhen*, além das partes do (s) processo (s) afetado (s), são igualmente consideradas partes interessadas aquelas que integram a lide dos processos equivalentes sobrestados (AMENT, 2018), o que, certamente, legitima e democratiza ainda mais a construção da decisão paradigma e vinculante.

[253] Expressão do latim, que significa "amigo da corte", diz respeito a terceiros, que não assumem a figura de parte, mas auxiliam o órgão jurisdicional, trazendo-lhe mais elementos para robustecer a decisão a ser proferida, o que, por consectário, contribui para a qualidade das decisões judiciais (NÚÑES NOVO, 2018).

[254] A possibilidade deve ser oportunizada a pessoas efetivamente interessadas. Quando houver nítida ausência de interesse ou capacidade de efetivo auxílio no julgamento, entende-se ser possível o indeferimento do pedido de ingresso na lide, desde que devida e amplamente fundamentando.

[255] Nos termos do parágrafo 13 do art. 896-C (BRASIL, 2014a) e art. 297 do Regimento Interno do TST (BRASIL, 2017b).

[256] Parágrafo 16 do art. 896-C da CLT (BRASIL, 2015a).

[257] Súmula nº 333 do TST. RECURSOS DE REVISTA. CONHECIMENTO. Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (BRASIL, 2019s, s.p.).

temática voltarão ao exame do Tribunal Superior do Trabalho, sob novas perspectivas, circunstâncias e fundamentos, a fim de propiciar eventual O*verruling*?

Certo é que o *Overruling* foi regulamentado pelo capítulo IV do Regimento Interno do TST/17, denominado “incidente de superação e revisão dos precedentes firmados em julgamento de recursos repetitivos, assunção de competência e de demandas repetitivas”, que assim dispôs:

> Art. 299. O incidente de superação e revisão dos precedentes firmados por meio da sistemática de recursos repetitivos, de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas terá lugar sempre que os Ministros da Corte entenderem que a tese vinculante já não reflete mais a adequada compreensão do fenômeno jurídico subjacente, tendo em vista razões de ordem social, econômica e política, bem como por alteração do parâmetro constitucional ou legal em vigor na data de sua instauração;
>
> Art. 300. O incidente de que trata este capítulo não poderá ser instaurado em prazo inferior a 1 (um) ano, a contar da publicação da decisão que firmou o precedente vinculante, salvo alteração na Constituição da República ou na lei que torne inadequado o entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
>
> Art. 301. A instauração do incidente de superação ou de revisão de precedentes vinculantes no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho poderá ser suscitada, de forma escrita, por qualquer de seus Ministros, ou por provocação do Procurador-Geral do Trabalho, do Conselho Federal da OAB ou do Defensor Público-Geral da União, em requerimento dirigido ao presidente do Tribunal, que o submeterá à deliberação na subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento (BRASIL, 2017b, s.p.).

Sob a perspectiva do procedimento instaurado, novas questões e discussões acerca de uma temática já analisada e cuja interpretação encontra-se uniformizada por meio de Precedente Judicial Vinculante apenas voltarão à análise do órgão prolator, no caso, o TST, pelo pedido de qualquer de seus Ministros ou por provocação do Procurador-Geral do Trabalho, do Conselho Federal da OAB ou do Defensor Público-Geral da União, após a deliberação pelo voto de 2/3 dos membros da SDI-1 do TST.

Percebe-se que o incidente de superação/ *Overruling* previsto no âmbito do TST é realizado por meio de procedimento autônomo e desvinculado do curso regular de processos judiciais, circunstância que impossibilita a alegação ou pedido de pela via recursal, sobretudo, pois as partes não são foram alçadas a legitimadas para tanto.

Trata-se, pois, de procedimento excludente e patente de críticas, uma vez que a necessidade de *Overruling* pode ser mais bem demonstrada quando

contextualizada, isto é, inserida no bojo de um processo judicial, o que Ravi Medeiros Peixoto (2016) denominou como “superação incidental”. Para tanto, imperioso seria que as partes fossem também legitimadas para requerer a revisão jurisprudencial.

Sob outra perspectiva, conquanto se perpetue a ausência de legitimidade das partes para aduzirem o *Overruling* por meio do procedimento autônomo*,* imperioso o desenvolvimento de meios para viabilizar que eventuais Teses e argumentos apresentados em sede de recurso de revista sejam, ao menos, remetidos ao TST. Dessa forma, ainda que o recurso seja denegado pelo Tribunal *a quo* no primeiro juízo de admissibilidade, novas vertentes e interpretações desenvolvidas acerca de temática pacificada poderiam ser levadas ao conhecimento dos Ministros[258].

Dierle Nunes e Mariana Carvalho Freitas (2017) analisaram a questão sob a perspectiva do Processo Civil. Para os autores, a inadmissibilidade de recurso que possua tese contrária àquela pacificada pela Corte Superior, bem como a irrecorribilidade da decisão denegatória proferida pelo Tribunal *a quo,* inviabiliza o acesso aos Tribunais Superiores e:

> [...] a consequência disso é que, ao mesmo tempo em que blinda as cortes superiores da rediscussão do que já decidiram, também as blindam de saudáveis e necessários diálogos que poderiam levar à superação dos precedentes por elas consolidados. [...] Nesse sentido, julgados como o que está sendo analisado nesse texto, criam um pernicioso empecilho de acesso aos tribunais superiores, bem como impedem que tais cortes superem os precedentes por elas criados. Ocorre que, em um ordenamento jurídico constitucionalizado, não se pode legitimar um sistema de precedentes no qual seja inviabilizada aos interessados, ao menos, a possibilidade técnica de superação de precedentes (FREITAS; NUNES, 2017, s.p.).

Para diversos doutrinadores, a exemplo de Dierle Nunes e Mariana Carvalho Freitas (2017), a restrição de acesso ao Tribunal Superior e consectário de alegação e promoção do *Overruling* pelas partes pode ser superada pela interposição de Reclamação para o STF.

---

[258] Essa possibilidade estaria resguardada caso a redação original do CPC/15 que previa o fim do duplo juízo de admissibilidade aos Recursos Especiais e Extraordinários permanecesse em vigor e fosse também aplicada aos Recursos de Revista da Especializada Trabalhista. Dessa forma, toda a insurgência das partes e sustentação da necessidade de *Overruling* poderia constar das razões do Recurso que, ainda que denegado, chegaria à Corte Superior. Nada obstante, a Lei nº 13.256/2016 aprova ainda durante a *vacatio legis* do CPC/15, retornou com a previsão do duplo grau de jurisdição, prevendo apenas a possibilidade de interposição de Agravo Interno para o próprio Tribunal *a quo e* em face do despacho denegatório proferido no primeiro juízo de admissibilidade - parágrafo segundo do art. 1.030 do CPC (BRASIL, 2015a).

A fim de propiciar a permanente evolução do direito e a busca por interpretações que se coadunem de forma mais ajustada às realidades levadas ao judiciário, valoriza-se, também, a exposição de posicionamentos divergentes pelos magistrados de primeiro e segundo graus de jurisdição. Apesar da imposição do dever de observância das decisões e institutos vinculantes, nada obsta que se conste nas sentenças e acórdãos a existência de ressalva de entendimento, a fim de que novas vertentes de pensamento sejam demonstradas e propiciem a constante reflexão acerca das questões levadas a juízo, ainda que já pacificadas[259].

Ao final, a maior polêmica quanto ao Incidente em análise precisa ser reconhecida e discutida, a saber, a Transcendência - novo pressuposto de admissibilidade dos Recursos de Revista.

De acordo com o exposto por diversas vezes ao longo do trabalho, a função primordial do Tribunal Superior do Trabalho é a Uniformização de Jurisprudência em nível nacional. Para tanto, o órgão se vale do julgamento de Recursos de Revistas, responsáveis por levar à Corte Superior questões controvertidas e violações à legislação federal e à Constituição Federal, que precisam ser combatidas.

Sob esse viés, pretendeu-se, por meio do IRR, principalmente dos Recursos de Revista repetitivos, propiciar a padronização jurisprudencial, possibilitando a igualitária interpretação jurídica acerca de determinada questão ao longo de todo o território nacional. Mesmo assim, toda a inovação e suas virtudes são diminuídas na medida em que um novo, subjetivo, controvertido e arbitrário pressuposto surge e restringe a admissibilidade dessa modalidade recursal.

A partir de então, sob a lógica da Transcendência amplamente apreciada no tópico 5.3.4, apenas questões subjetivamente consideradas relevantes aos olhos dos Ministros do TST serão processadas, julgadas e uniformizadas. Quanto às demais questões “não transcendentes”, persistirão julgamentos cambiantes, responsáveis pela insegurança jurídica.

Diante do exposto, sobressai a dúvida quanto à efetividade do IRR após a instituição do novo pressuposto de admissibilidade recursal

---

[259] Com base nas mesmas premissas, expressa o Enunciado 597 do FPPC (2019), que dispõe: “597. (arts. 941, *caput*; 943). Ainda que o resultado do julgamento seja unânime, é obrigatória a inclusão no acórdão dos fundamentos empregados por todos os julgadores para dar base à decisão (Grupo: Sentença, coisa julgada e ação rescisória). ” Importante ainda é a ressalva exposta no Enunciado 172 do FPPC (2019): “172. (art. 927, § 1º) A decisão que aplica precedentes, com a ressalva de entendimento do julgador, não é contraditória” (Grupo: Precedentes).

6.3.2 Incidente de Assunção de Competência (IAC)

O Incidente de Assunção de Competência, já disciplinado no CPC de 1973 e reportado ao Processo do Trabalho pelo parágrafo 13 do art. 896 da CLT (BRASIL, 2014a), é o método de Uniformização de Jurisprudência a ser aplicado em questões relevantes, mas carentes de litigiosidade repetitiva.

Sobre seu procedimento, o parágrafo único do art. 20 da IN nº 38 do TST (2015c) fez referência ao já disciplinado em seus artigos 1º a 19 acerca do IRR, determinando igual aplicação no IAC. Inaugurou-se, pois, o Incidente de Assunção de Competência, a ser utilizado pelo TST quando do julgamento de Embargos.

Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, a base normativa do incidente na seara laboral foi novamente ampliada, uma vez que o inciso "XXV" do art. 3º da IN nº 39 do TST determinou a aplicação do art. 947 do CPC ao Processo do Trabalho. A partir de então, o IAC passou a abarcar, também, a Uniformização de Jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho, o que é corroborado pela Resolução nº 235 do CNJ.

Dessa forma, tem-se que o IAC se encontra regulado pelo parágrafo 13 do art. 896, art. 896-A e 896-C da CLT, pelo art. 947 do CPC/15, além das Instruções Normativas nº 38 e nº 30 do TST e artigos 169 e 298 do Regimento Interno do TST, sem prejuízo de eventuais disposições previstas nos Regimentos Internos dos Tribunais Regionais.

Mais uma vez a amplitude e concomitância da base normativa é tida como prejudicial ao amplo conhecimento e aplicação do Instituto pelos operadores do Direito. A complexidade normativa processual, atrelada à ausência de um histórico cultural de Precedentes Vinculantes no país e de uma doutrina consolidada sobre o tema, especialmente na seara trabalhista, coloca em questão a devida assimilação dos novos instrumentos uniformizadores.

A principal fragilidade do IAC - já demonstrada em outras oportunidades neste trabalho - diz respeito à possibilidade de sua aplicação para a prevenção de eventual divergência entre turmas de um mesmo Tribunal, hipótese com a qual não se coaduna. Isso porque a baixa recorribilidade acerca de uma temática, atrelada à ausência de divergência em torno desta, desvela a existência de um incipiente debate e aprofundamento da questão, o que é insuficiente e impróprio para estandardização do entendimento da Corte.

Reitera-se, então, o entendimento esposado quanto ao perigo da padronização decisória preventiva, sustentando-se que a discussão e consolidação de posicionamentos vinculantes apenas podem ocorrer a partir de ampla construção jurisprudencial desenvolvida pelas Cortes, com o risco de empobrecimento decisório e precariedade dos julgados. Assim, oportuna é a exigência de abrangente argumentação e debate da questão afetada antes da instauração de eventual incidente, nos termos já exigidos pelo art. 4 da IN nº 38 do TST para o IRR.

Conforme sustenta Vinícius Silva Lemos (2018, p. 183-184):

> Um precedente formado prematuramente somente pela necessidade de pacificação de determinada matéria está longe de ser ideal e, muitas vezes, não há ainda arcabouço jurídico e exauriente das discussões sobre a questão. Não há como aceitar-se a formação de um precedente antes da maturação jurídica, nem que haja todo o cumprimento das formalidades procedimentais inerentes ao microssistema.

Não se trata, contudo, de entendimento considerado pelo Poder Judiciário Trabalhista, sendo certo que o próprio acórdão proferido em sede de IAC, “Tema 1”, pelo TST (BRASIL, 2019v), trouxe em sua fundamentação a possibilidade de instauração do incidente para prevenção de divergência jurisprudencial entre turmas do Tribunal.

Incumbe, pois, aos operadores do Direito e doutrinadores levantar essa questão sempre que possível, por ser de fundamental observância em um Sistema de Precedentes Vinculantes. Citando novamente Vinícius Silva Lemos (2018), em toda hipótese em que ocorrer uma afetação preventiva é prudente exigir um contraditório ainda mais ampliado e democrático, a fim de propiciar alto nível de debates antes da fixação de uma Tese.

Outras particularidades ainda merecem ser trazidas para fins de comparação com os demais métodos de Uniformização de Jurisprudência apresentados.

Inicialmente, a respeito da delimitação dos legitimados para suscitar o IAC, apesar da restrição inicial, o art. 947 do CPC/15 aplicável ao Processo do Trabalho alargou o rol, passando a incluir os magistrados relatores, as partes e o Ministério Público, o que democratizou o procedimento. Sustenta-se, novamente, que esse rol deveria ser estendido também para as hipóteses de IRR, sendo insustentável a diferença entre os procedimentos[260].

[260] Não foi encontrada qualquer justificativa para a diferenciação operada.

Subsiste ainda o caráter discricionário do termo jurídico indeterminado “matéria relevante”, que pode ensejar subjetividade na delimitação e aplicação do IAC. Contudo, diferentemente do IRR, sua utilização é menos problemática diante da legitimação das partes para requererem a instauração do procedimento, que não fica restrito apenas ao crivo dos magistrados.

Quanto à recorribilidade da decisão que fixa a tese jurídica em IAC, nos moldes disciplinados pelo Regimento Interno do TST, assim como ocorre no IRR, quando a decisão abranger questão constitucional poderá ser impugnada mediante a interposição de Recurso Extraordinário ao STF. Em nível regional, a legislação não refere recurso específico, cabendo aos Regimentos Internos dos Tribunais Regionais disciplinarem o procedimento[261].

Vinícius Silva Lemos (2018), estudioso do incidente na esfera cível, sustenta a recorribilidade do julgamento do IAC em todas as instâncias, aduzindo ser cabível o recurso regularmente previsto em face da modalidade decisória em que o precedente foi firmado. Nesse caso, transpassando para seara laboral, o acórdão de IAC proferido no bojo de um Recurso Ordinário afetado seria recorrível por meio de Recurso de Revista para o TST.

Quanto à questão, ressalta ainda o autor que, por se tratar de técnica de julgamento específica, quando da interposição de eventual recuso, o Tribunal Superior deveria apreciá-lo por meio das mesmas técnicas utilizadas na origem, valendo-se, pois, das peculiaridades do Microssistema de formação concentrada de Precedentes Vinculantes[262]. Nesse sentido:

> [...] o Tribunal Superior que receberá o recurso impugnativo de uma decisão formada em IAC não poderá ficar indiferente sobre a matéria e a sua valoração, com a necessidade de vislumbrar a importância de tal julgamento, com a distribuição direta para o órgão competente para o julgamento do IAC no Tribunal Superior (LEMOS, 2018, p.168).

Ainda, como pode ser aferido pela base normativa que sustenta o IAC no âmbito do TST, este se direciona ao julgamento de Embargos à SBDI-I., Não obstante, o “Tema 1” inadmitido em IAC pelo TST se refere a pedido de afetação de Recurso

---

[261] O TRT da 3ª Região, utilizado como exemplo ao longo do trabalho, por sua vez, não disciplinou o assunto, sendo essa uma lacuna importante e que deve ser preenchida.

[262] Essa observação faz-se igualmente pertinente e deve ser aplicada aos recursos eventualmente interpostos em sede de IRR e IRDR.

de Revista e não de Embargos, o que aumenta a amplitude do IAC em nível nacional (BRASIL, 2019v).

Ao final, têm-se para o IAC as mesmas disposições aplicáveis ao IRR (vide tópico 6.3.1) quanto à possibilidade de *Distinguishing e Overruling*[263], ratificando-se as críticas e observações já apresentadas quanto aos temas.

No que se refere ao prazo máximo para julgamento, nada dispõe o parágrafo 13 do art. 896 da CLT, tampouco o art. 467 do CPC/15. O 896-C da CLT, por sua vez (aplicável ao IAC por força do disposto no parágrafo primeiro do art. 298 do Regimento Interno do TST), dispõe que os recursos repetitivos ficarão suspensos até o pronunciamento definitivo do Tribunal Superior do Trabalho.

Tendo em vista que a indeterminação do prazo se mostra pouco razoável, podendo ensejar a violação da razoável duração dos processos, sugere-se, neste caso, a aplicação dos artigos 11 e 20 da IN nº 38 do TST, que sustenta o prazo máximo de um ano para julgamento, assim como ocorre no IRR.

6.3.3 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas foi inserido à seara laboral por meio do art. 8º da IN nº 39 do TST, que determinou a aplicação dos artigos 976 a 986 do CPC/15 ao Processo do Trabalho.

A Resolução nº 235 do CNJ também deixou evidente a extensão do Incidente uniformizador à Justiça do Trabalho, ao dispor em seu art. 3º acerca da atribuição dos TRTs para gerirem os IRDR's instaurados no âmbito de sua competência.

Sua incidência ao Processo do Trabalho foi reiterada pelo Regimento Interno do TST/2017, que tutelou os IRDR's relativos aos processos de sua competência originária ou recursal, remetendo-se, no que couber, aos 976 a 987 do CPC/15 e artigos 896-B e 896-C da CLT/14. Em nível estadual, incumbe aos Tribunais Regionais disciplinar os procedimentos de aplicação do Incidente.

---

[263] No tocante à revisão das decisões proferidas em IAC pelos Tribunais Regionais do Trabalho, cumprirá a cada um desses regulamentar a técnica de *Overruling* aplicável. No caso do TRT da 3ª Região, o *Overruling* está disciplinado no art. 18 da Resolução GP 89, que dispõe que "8. A tese firmada em IRDR ou em IAC poderá ser revista pelo Tribunal Pleno, entre outros motivos, em razão da revogação ou modificação de lei em que se baseou ou quando da alteração da situação econômica, social ou jurídica que lhe deu origem", podendo ser instaurada de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público (MINAS GERAIS, 2017), mais uma vez excluindo as partes do processo, o que se contesta.

Tem-se, pois, que o IRDR se encontra disciplinado pela CLT (arts. 896-B e 896-C), CPC/15 (976 a 987), IN nº 39 do TST (art. 8º), Resolução do nº 235 do CNJ (art. 3º), Regimentos Internos do TST (art. 305 a 307) e dos Tribunais Regionais, concomitantemente, e, em alguns aspectos, de maneira contraditória. Mais uma vez, a amplitude da base normativa revela-se prejudicial à ampla compreensão e correta aplicação do Incidente.

O IRDR, assim como os demais métodos analisados, destina-se à formação concentrada de Precedentes Vinculantes, sendo aplicável às hipóteses em que houver litigiosidade repetitiva acerca de idêntica questão de direito que se revele controversa, a ensejar risco à isonomia e à segurança jurídica.

Os legitimados para requerer a sua afetação são o juiz ou relator, as partes e o Ministério Público, rol semelhante ao disposto para o IAC e mais amplo do que o admitido em sede de IRR, o que coloca novamente em questão a restrição aplicada especificamente a esse Incidente, o que não dever prosperar.

Mesmo o Sistema Precedencialista baseando-se na Uniformização de Jurisprudência por meio da análise e julgamento de casos concretos, o parágrafo primeiro do art. 976 do CPC/15 induz uma importante reflexão, assim dispondo: “A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente” (BRASIL, 2015a, s.p.).

Isso porque, por ser o IRDR um método incidental - como consta de sua própria nomenclatura “Incidente” -, questiona-se como este poderia prosseguir de forma autônoma, sem culminar no julgamento abstrato de teses, que não se coaduna com o Sistema de Precedentes Vinculantes instituído.

Consoante assente na doutrina de Daniel Amorim Assumpção Neves (2016), essa norma é importante, pois se presta a evitar que qualquer das partes opte, intencionalmente, por desistir de determinado processo que deu origem ao IRDR, com o objetivo de evitar eventual formação de decisão cujo fundamento lhe seja desfavorável. E acrescenta que:

> [...] o interesse público no bom funcionamento do instituto, capaz de gerar segurança jurídica, previsibilidade e isonomia, justifica o julgamento do incidente, com a fixação de tese, mesmo com o processo do qual se originou tal incidente já tendo sido extinto (NEVES, 2016, p. 1418).

Conquanto o exposto, para o jurista a interpretação literal do dispositivo revela uma aplicação pouco incipiente, porquanto a desistência do processo apenas é possível até a prolação da sentença[264], não afetando, pois, os Recursos Repetitivos que eventualmente se submetam ao IRDR. Contudo, apresenta uma possível interpretação extensiva, a fim de abranger, também e sobretudo, a desistência de recurso, o que afetaria o Incidente em comento.

Nessa hipótese, apesar de entender que a situação se desvela peculiar e excepcional, corrobora a sua aplicação a fim de evitar manobras processuais eivadas de má-fé.

Para a circunstância em apreço, sustenta-se que, apesar de o julgamento do IRDR se dar de maneira desvinculada do processo que ensejou a sua arguição, a decisão não prescinde da análise dos fatos e peculiaridades daquele processo, sob pena de se desvirtuar o instrumento, que visa à Uniformização de Jurisprudência Trabalhista por meio da análise e julgamento de casos concretos[265].

O entendimento ora sustentado, que encontra arrimo em toda a estrutura do Sistema de Precedentes Vinculantes analisado e sustentado ao longo desta pesquisa, não é, contudo, uníssono, sendo essa a maior reflexão acerca do IRDR e sua efetividade. Objetivamente, cinge controvérsia acerca da função precípua do incidente: fixar Tese jurídica ou julgar caso concreto.

Sofia Temer (2018) figura como representante da corrente para a qual a finalidade do IRDR é a resolução de questões de direito e fixação de teses jurídicas, o que prescinde do julgamento no bojo de um processo pendente. Marcos de Araújo Cavalcanti (2016), em idêntico sentido, aduz que o IRDR enseja uma cisão decisória.

Embora parcela da doutrina corrobore esse entendimento, o que pode ser observado, também, em alguns julgamentos de IRDR no âmbito dos Tribunais de Justiça dos estados[266], com ele não se pode coadunar. Isso porque, se os novos

---

[264] Nos termos do parágrafo 5º. do art. 485 do CPC (BRASIL, 2015a).

[265] Esse entendimento, contudo, é controvertido, existindo doutrinadores que sustentam em sentido diverso. Sofia Temer (2018) figura como representante dessa corrente, para qual a finalidade do IRDR é a resolução de questões de direito e fixação de Teses jurídicas, o que prescinde do julgamento no bojo de um processo pendente. Marcos de Araújo Cavalcanti (2016), em idêntico sentido, aduz que a expressão "julgar igualmente a causa pendente" não corresponde a "julgar simultaneamente", pelo que o IRDR deverá ensejar uma cisão decisória: um acórdão julgará a tese em abstrato e outro aplicará a tese ao caso concreto. Trata-se de entendimento com o qual não se coaduna, pois incompatível com as premissas básicas do Sistema Precedencialista.

[266] O primeiro acórdão proferido em sede de IRDR no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais se deu em 7 de junho de 2017 (1.0000.16.032832-4/000). Após muita discussão entre os Desembargadores participantes do julgamento, concluiu-se pela cisão decisória. Em um primeiro

métodos de Uniformização de Jurisprudência foram instituídos à luz de uma nova sistemática, com fins de superar a aplicação apriorística de enunciados genéricos e abstratos, a mera fixação de teses por meio do IRDR revela-se inócua.

Sustenta-se, pois, que os julgamentos dos Incidentes devem se dar no bojo de casos concretos, em que oportunizados o contraditório e a ampla colaboração das partes envolvidas e interessadas, a fim de propiciar a melhor construção jurisprudencial acerca da temática afetada. Exige-se, para tanto, uma exauriente fundamentação, com a análise de todos os fundamentos relevantes apresentados, o que garantirá democraticidade e credibilidade ao julgado.

Dessa decisão, a qual também dará origem a uma "Tese" - que resumirá o entendimento consolidado, sem, contudo, auferir caráter vinculante -, é que poderá ser extraída a *Ratio Decidendi,* esse sim, de observância obrigatória pelos Juízes e Tribunais. Tem-se, dessa forma, que apesar de o IRDR fixar Tese, esta apenas é possível a partir de um julgamento com fulcro nos fatos e peculiaridades de um caso concreto.

Outra peculiaridade do Incidente é a expressa possibilidade de julgamento parcial e antecipado da lide[267]. Especificamente, nos casos em que os processos sobrestados versarem cumulativamente sobre questões diversas, nem todas afetadas pelo IRDR - o que bastante comum na seara trabalhista -, poderá ocorrer uma cisão decisória.

Nos termos em que disciplinado, restará possibilitada a entrega da prestação jurisdicional relativa aos temas não afetados no IRDR, consoante já discutido no item 6.3.1. Trata-se de procedimento bastante salutar, justamente por superar empecilhos como a morosidade judicial. Inclusive, consoante já sustentado, essa possibilidade deveria ser aplicada a todos os demais métodos uniformizadores, não havendo qualquer justificativa para restrição de sua utilização apenas ao IRDR.

No que se refere ao prazo estabelecido para julgamento do Incidente, apesar de o art. 980 do CPC/15 aduzir o lapso máximo de um ano, seu parágrafo primeiro traz como única cominação pela extrapolação legal a cessação da suspensão dos processos (BRASIL, 2015a). Nenhum óbice ou punição pelo prosseguimento do

momento foi fixada tese geral e em julgamento diverso este fora aplicado ao caso concreto paradigma (PUBLICADO..., 2017).

[267] Nos termos do art. 8º da IN nº 39 do TST (BRASIL, 2016d) e parágrafo terceiro do art. 305 do CPC (BRASIL, 2015a).

julgamento após o período estabelecido é apresentado, não havendo contrapartidas ou incentivos ao julgamento célere e ao estrito cumprimento legal.

O cenário resta ainda mais prejudicado quando analisado à luz do parágrafo quarto do art. 306 do Regimento Interno do TST/17, hipótese em que nem mesmo a suspensão dos processos será cessada após o transcurso do prazo de um ano. Nos termos do dispositivo, "a suspensão vigorará até o trânsito em julgado da decisão proferida no incidente de resolução de demandas repetitivas". A indeterminação do prazo para encerramento do IRDR mostra-se temerária, por viabilizar a morosidade do julgamento e, por consequência, da entrega da prestação jurisdicional, o que não deve persistir.

Quanto à hipótese recursal, diferentemente do IAC que, em nível regional, não possui dispositivo legal ou regimental específico que discipline a modalidade cabível, no tocante ao IRDR, do acórdão que julgá-lo caberá Recurso de Revista para o TST (parágrafo segundo do art. 8º da IN nº 39 do TST), o que deveria ser ampliado normativamente e aplicado ao IAC, pois inexiste justificativa para diferenciação[268].

Ao final, as decisões proferidas em sede de IRDR podem deixar de ser aplicadas se fundamentada a sua distinção - *Distinguishing* - em relação ao caso *sub judice,* assim como é possibilitada a sua revisão/ superação por técnicas de *Overruling,* o que guarda consonância com a função da Jurisprudência amplamente exposta no trabalho.

Nos termos do CPC/15, a revisão do posicionamento firmado no Incidente far-se-á pelo Tribunal que o editou, de ofício ou mediante requerimento de quaisquer dos legitimados para requerimento de afetação, o que possibilita às partes de um processo o requerimento de revisão dos Precedentes Vinculantes. Essa possibilidade não encontra respaldo no Regimento Interno do TST/17, que prevê como legitimados para o pedido de revisão apenas os Ministros do TST, Procurador-Geral do Trabalho, do Conselho Federal da OAB ou do Defensor Público-Geral da União (BRASIL, 2017b)[269].

---

[268] Apesar de o presente estudo já ter legitimado a impugnação recursal, nos moldes expostos no tópico 6.3.2.

[269] A título exemplificativo, no âmbito regional o TRT da 3ª Região restringe ainda mais os legitimados para requerimento do *Overruling,* limitado ao pronunciamento de ofício pelo magistrado ou a requerimento do Ministério Público (MINAS GERAIS, 2017).

Conforme já sustentado, o procedimento deixa à margem da construção jurisprudencial os jurisdicionados (especificamente as partes), o que o deslegitima, tornando-o menos democrático.

Ao final, ante a dispersão e divergência da base normativa apresentada, sustenta-se a necessidade de unificação dos procedimentos atinentes ao "Microssistema de formação concentrada de Precedentes Vinculantes" nas áreas cível e trabalhista, no âmbito dos Tribunais Regionais e Superiores, o que já havia sido determinado pela Resolução nº 235 do CNJ, sem êxito[270].

6.3.4 Reflexões acerca da aplicação dos novos métodos

Conforme se pôde aferir pelos tópicos anteriores, três métodos de Uniformização de Jurisprudência alinhados à lógica do instituído Sistema de Precedentes Vinculantes foram regulamentados e estão sendo aplicados à seara trabalhista, a saber, o IRR, IAC e IRDR.

Apesar de suas virtudes, foram apresentados aspectos importantes que carecem de reflexão pelos operadores do direito e pela doutrina, a fim de que se possa, oportunamente, lapidar as técnicas instituídas, tornando-as mais efetivas e menos dispersas.

Independentemente dessas pertinentes alterações, a utilização desses novos métodos é uma realidade, sendo de suma relevância o seu estudo e correta acepção por todos que lidam com a nova sistemática, sendo esta a pretensão do presente estudo.

Nada obstante, essa ainda não é a realidade amplamente percebida na prática, sendo poucas as peças processuais que exploram os Precedentes Vinculantes, fundamentando adequadamente a aplicação ou refutação de determinada *Ratio*[271].

Percebe-se, igualmente, que o próprio Judiciário Trabalhista parece ter dificuldade em assimilar e colocar em prática os novos institutos. Ao revés do IUJ, que

---

[270] Art. 1º A padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência previstos na Lei 13.105, de 16 de março de 2015, Código de Processo Civil (CPC), no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Tribunal Superior do Trabalho (TST), no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no Superior Tribunal Militar (STM), nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho e nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal segue o disposto nessa Resolução (BRASIL, 2016b).

[271] Percepções aferidas por meio da prática da advocacia trabalhista por esta pesquisadora.

após a sua regulamentação passou a ser amplamente aplicado em todos os regionais - que abraçaram a luta pela Uniformização de Jurisprudência -, os novos métodos ainda não possuem incidência expressiva e, certamente, o câmbio procedimental é uma das razões.

6.3.4.1 Aspectos quantitativos e qualitativos

A fim de ilustrar quantitativamente a aplicação dos novos métodos à Justiça do Trabalho, foi realizada uma apuração nos sítios dos TRTs e do TST, a fim de aferir o número de IRRs IACs e IRDRs arguidos e julgados, chegando-se às seguintes conclusões[272].

Nos termos publicados no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho, desde a instituição dos métodos uniformizadores em comento, foram arguidos e processados quatro IACs, estando dois pendentes de julgamento e dois julgados[273]. Por sua vez, foram suscitados 17 IRRs, sendo que nove foram julgados e oito encontram-se pendentes de apreciação. Não há registro de qualquer IRDR na Corte.

No âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, aquele com maior número de IRDRs arguidos foi o da 1ª Região, sendo que, dos 19 Incidentes suscitados, 14 sequer foram admitidos, dois foram julgados e dois encontram-se pendentes de julgamento (RIO DE JANEIRO, 2019). O TRT da 8ª Região, por sua vez, apesar do menor número de arguições (10), cinco incidentes foram julgados e Teses foram fixadas (PARÁ; AMAPÁ, 2019b).

No tocante aos IACs, o cenário é ainda mais insipiente, sendo o Tribunal da 9ª Região o campeão em arguições (oito), tendo julgado cinco desses incidentes (PARANÁ, 2019). Paralelamente, 17 dos 24 Tribunais Regionais não apresentaram qualquer suscitação IAC até a data da pesquisa.

Analisados os números apresentados em comparação ao considerável maior volume de Súmulas editadas em igual período de tempo, as conclusões acerca da

[272] Última consulta realizada em 22 ago. 2019.
[273] Sendo que o IAC arguido no processo 479-60.2011.5.04.0231, apesar de julgado em 21/08/2017, ensejou a interposição de Recurso Extraordinário perante o STF, que ainda não foi julgado (BRASIL, 2019v).

ausência de conhecimento e familiaridade dos operadores com os novos métodos uniformizadores são claramente retratadas[274].

Ato contínuo, a partir de uma breve análise qualitativa, foi possível observar a amplitude procedimental existente ao longo do país, bem como a ausência de uma consolidada e unificada formação teórica acerca do Sistema de Precedentes Vinculantes e, especificamente, dos IACs e IRDRs.

Exemplificativamente, tem-se que o Tribunal da 13ª Região, valendo-se das técnicas de formação concentrada de Precedentes Vinculantes, suscitou IAC, cujo julgamento deu origem a uma Súmula (nº 44), o que aparentemente incompreensível à luz da nova sistemática e contrária à Resolução nº 235 do CNJ (BRASIL, 2016b)[275], por mesclar institutos incompatíveis.

Referido Tribunal também se valeu de diferentes procedimentos para o julgamento de uma mesma modalidade uniformizadora, a saber, IACs. Especificamente, em um dos casos foi criado novo processo, com número específico

---

[274] A título de exemplo, tem-se que, a partir da edição da IN nº 39 do TST (mar. de 2016), que dispôs acerca da aplicação do IRDRs ao Processo do Trabalho, isto é, em um período de aproximadamente três anos, o TRT da 3ª Região suscitou 12 incidentes, julgado apenas 1 (um) deles (MINAS GERAIS, 2019a). Diferentemente, no período de três anos após a instituição do IUJ pela Lei nº 13.015 de julho de 2014, foram julgados 35 incidentes de Uniformização de Jurisprudência e, em cinco anos, 66 incidentes, número absurdamente superior.

[275] O TRT da 13ª Região suscitou o Incidente de Assunção de Competência para discutir competência da justiça do trabalho para apreciar causas instauradas entre o poder público e os empregados admitidos antes da Constituição Federal de 1988, sob a perspectiva da possibilidade ou não de transmutação automática do regime celetista para o estatutário (IAC nº 0000127-23.2018.5.13.0000, autuado em 11/05/2018, cuja decisão foi publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT em 23/07/2018). O julgamento em questão deu origem à Súmula nº 42 do TRT da 13ª Região (PARAÍBA, 2019) que, por sua vez, cita diversos Precedentes além do julgamento em IAC. O procedimento apresentado revela-se, aparentemente, impróprio, porquanto a formação concentrada de Precedentes não se presta à edição de súmulas. No caso em comento, inclusive, a edição do Enunciado sumular sequer se ajusta às formalidades exigidas pelo art. 702, alínea "f", inciso, "I" da CLT, vigente (BRASIL, 2017a). Outrossim, a edição da Súmula vai de encontro à determinação contida no parágrafo quarto do art. 5º da Resolução nº 235 do CNJ, que assim exige: "O número único dos temas de IRDR e de IAC conterá as informações previstas nos §§ 4º e 5º do art. 1º da Resolução CNJ 65/2008, seguidas de um algarismo identificador do respectivo incidente, além de um número sequencial único gerado por ordem cronológica de cadastro, que será vinculado à descrição do tema, enviada pelos Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e pelos Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal". Noutra perspectiva, o próprio Incidente utilizado, a saber, IAC, revelou-se impróprio. Isso porque, da leitura do acórdão é possível perceber a existência de diversos julgados acerca da temática, o que implicaria a arguição de IRDR e não IAC. Ainda, o que se observa é a prática de *Overruling,* porquanto o julgado admite a existência de posição dominante no regional acerca da questão que, por sua vez, deve ser reavaliada e alterada, o que foi feito. Nesse viés, tem-se que o IAC se prestou à superação da Jurisprudência dominante. Não obstante as inconstâncias aferidas, trata-se de acórdão muito bem fundamentado e atento, de fato, aos pilares do Sistema de Precedentes Vinculantes. O julgamento se deu de maneira incidental, isto é, no bojo de um caso concreto, e de acordo com as suas específicas peculiaridades, embora tenha ocorrido cisão decisória (um acórdão para o IAC e outro para o processo paradigma). Ressalta-se, ao final que, independentemente da edição de uma "Súmula", em momento algum o acórdão se valeu dessa nomenclatura, sempre se referindo à "Tese" ou "Verbete" (PARAÍBA, 2019).

para o processamento e julgamento do IAC, hipótese em que ocorreu uma cisão decisória com a prolação de dois acórdãos: um fixando tese jurídica e outro julgando o caso concreto. Em outro julgamento de IAC, por sua vez, a decisão foi proferida incidentalmente no bojo do processo principal, concretizando uma única e abrangente decisão[276].

Outra situação peculiar foi verificada no TRT da 22ª Região, onde uma petição inicial intitulada "Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas" ensejou o processamento e julgamento de um IRDR de forma totalmente autônoma (PIAUÍ, 2019). Na hipótese, ao revés de uma arguição incidental (como a própria nomenclatura do mecanismo pressupõe), um litigante habitual suscitou a Uniformização de Jurisprudência em petição independente, em decorrência de supostos entendimentos contraditórios referentes à mesma temática no âmbito do regional.

Quando do julgamento do Incidente, apesar de terem sido indicados diversos processos paradigmas - equivalentes -, estes corroboraram apenas o confronto de teses e fundamentos nele consubstanciados. Cuida-se de procedimento que aparentemente não se coaduna com a nova sistemática Precedencialista, que não prescinde da análise e julgamento dos casos concretos *sub judice*[277].

Noutra oportunidade, o mesmo Tribunal admitiu o processamento de IRDR no bojo de um Recurso Ordinário, nos termos requeridos pelo Desembargador Relator do processo, que verificou a necessidade de superação da jurisprudência dominante do Regional, por não estar mais condizente com a iterativa e notória Jurisprudência do TST[278].

No caso em comento, o que se percebe é que o IRDR foi utilizado como método de superação - *Overruling* incidental -, nos termos propostos por Ravi Medeiros Peixoto (vide tópico 4.4.3). Apesar de o procedimento parecer pertinente, pela legislação existente não é possível aferir se essa seria a forma adequada para tal prática.

---

[276] Acórdãos proferidos nos processos: 0000127-23.2018.5.13.0000 e 0000605-78.2016.5.13.0007. Por todo o exposto ao longo do trabalho, é possível aferir que este se revela o procedimento mais adequado.

[277] Julgamento de IRDR pelo TRT da 22ª Região, nº 0080394-98.2016.5.22.0000, que deu origem à tese aplicada a processo paradigma nº 0003175-37.2015.5.22.0002 (PIAUÍ, 2019).

[278] Acórdão em IRDR proferido nos autos do processo nº 0080407-97.2016.5.22.0000 (PIAUÍ, 2019).

Situações como as demonstradas revelam a imperiosa necessidade do amplo debate, estudo aprofundado e uniformização dos procedimentos a serem adotados no julgamento dos incidentes por todos os Tribunais Regionais e o TST, mesmo se se perpetuarem discrepâncias procedimentais como as demonstradas.

Igualmente, a partir da realidade numérica demonstrada, é possível questionar se os novos métodos de Uniformização de Jurisprudência Trabalhista são, de fato, eficientes e se os operadores do Direito estão aptos a aplicá-los nos moldes propostos.

Em razão das inconsistências apresentadas, ressalta-se a importância do abrangente conhecimento e observância de todos os pilares desse novo Sistema Precedencialista, nos termos constantes do capítulo 4 do presente trabalho, a exemplo da ampla fundamentação das decisões, sua publicidade, bem como a possibilidade de *Distinguishing* e *Overruling* - responsável pela oxigenação e não estagnação do Direito no tempo.

Chama-se a atenção, na oportunidade, para algumas questões observadas recentemente e que contribuem para a reflexão proposta.

6.3.4.2 Publicidade - Julgamento do RE 958.252 pelo STF

Sabe-se que a publicidade das decisões e teses fixadas em sede de IAC, IRR e IRDR é de suma importância, sendo responsável por levar aos operadores do Direito o conhecimento acerca das questões jurídicas controvertidas estabilizadas, bem como da ampla e pormenorizada fundamentação de suas decisões.

Apenas por meio do acesso integral a essas decisões é possível analisar os seus fundamentos determinantes e inferir os limites de sua *Ratio Decidendi,* a fim de propiciar a mais correta aplicação do preceito vinculante aos casos pendentes e futuros a ele equiparados.

Recentemente, contudo, decisão de ampla envergadura foi proferida em sede de Recurso Extraordinário com Repercussão Geral pelo STF, alterando a Jurisprudência até então prevalecente acerca da terceirização de serviços.

Trata-se, especificamente, do julgamento Recurso Extraordinário com Repercussão Geral Reconhecida (RE) 958252, nos quais sete Ministros votaram a favor da terceirização de atividade-fim e quatro votos contra (BRASIL, 2019g).

Com base nesse julgamento alterou-se substancialmente a Jurisprudência da Especializada Trabalhista quanto à temática que até então se valia do entendimento consubstanciado na Súmula nº 331 do TST[279].

Por consectário, após a decisão do STF, os juízos de primeiro grau e Tribunais Regionais foram paulatinamente alterando sua jurisprudência e se curvando à Tese Prevalecente 725 do STF, que assim concretizou: "É licita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante" (BRASIL, 2019g).

Apesar de a decisão ter sido proferida em 30 de agosto de 2018, o acórdão apenas foi publicado 13 de setembro de 2019, mais de um ano depois, morosidade que não se coaduna com os fundamentos do Sistema Precedencialista, por dificultar a aferição da *Ratio Decidendi* do julgado, responsável por sua mais escorreita aplicação a processos pendentes e futuros.

No caso em análise, o desconhecimento da íntegra da decisão abriu lacunas interpretativas não passíveis de elucidação por longo período. A título de exemplo, não era possível aferir se a decisão havia deliberado acerca de eventuais fraudes à legislação trabalhista, se haviam sido analisadas as funções efetivamente exercidas por tomadores e prestadores a fim de aferir eventual isonomia, assim como desconhecida a possível modulação dos seus efeitos no tempo.

A ausência de publicidade do Precedente Vinculante em comento, ao revés de primar pela preservação do princípio da segurança jurídica, a violou, pois dificultou,

---

[279] SÚMULA 331 do TST (BRASIL, 2019s). CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011 I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974). II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988). III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta. IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. V - Os entes integrantes da administração pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

sobremaneira, a atividade dos operadores do direito, dando origem a novas interpretações dissonantes baseadas no desconhecido julgado.

6.3.4.3 Ampla fundamentação das decisões - Julgamento do 1º IRDR pelo TRT da 3ª Região

No que se refere à ampla fundamentação das decisões, nos termos do art. 489 do CPC (BRASIL, 2015a) e em consonância com o apresentado no tópico 4.1.1 do presente trabalho, pertinente trazer a lume, a título exemplificativo, considerações acerca do primeiro e único acórdão proferido em sede de IRDR pelo TRT da 3ª Região - Processo nº 0010849-32.2017.5.03.0000, de relatoria do Desembargador Sércio da Silva Peçanha. Não apenas a decisão paradigma, mas todo o trâmite da arguição e afetação do IRDR se revelou um exemplo a ser seguido pelos demais Tribunais Regionais.

Especificamente, ao perceber que determinada questão estava sendo reiteradamente discutida em sede de Agravo Regimental, colocando em questão a isonomia e a segurança jurídica dos jurisdicionados, o Desembargador Relator do Processo nº 0000830-27.2014.5.03.0014, Dr. Jose Eduardo de R. C. Jr., arguiu o IRDR ao Presidente do Tribunal.

Na oportunidade, o Desembargador presidente remeteu a questão ao Tribunal Pleno, que deliberou pela distribuição por sorteio. Após, acertadamente, determinou-se a suspensão do processo até a edição de uma norma que regulamentasse o IAC e IRDR no âmbito do TRT da 3ª Região, até então inexistente.

Aproximadamente três meses depois, em 18 dez. de 2017, foi editada no âmbito do regional a Resolução GP nº 89/17, que disciplinou os referidos métodos uniformizadores. Por consectário, a arguição de IRDR foi novamente submetida ao Tribunal Pleno, que por maioria de seus membros admitiu o processamento, delimitando a questão jurídica controvertida a ser estabilizada e a suspensão dos processos relativos à temática em trâmite no âmbito do TRT da 3ª Região.

Ao analisar a íntegra do acórdão proferido é possível verificar a pertinente análise da admissibilidade do Incidente, que se valeu dos dispositivos do CPC/15, IN nº 39 do TST/16 e Resolução GP nº 89 do TRT3/17. Ademais, restaram observados elementos como risco de ofensa à segurança jurídica e à isonomia, bem como o

binômio necessidade/ utilidade do incidente. Dessa forma, o IRDR foi aceito e a matéria de direito objeto da controvérsia, delimitada.

Diversas questões administrativas foram deliberadas, como a expedição de ofícios e comunicados aos órgãos do TRT da 3ª Região e o NUGEP, para providências cabíveis previstas na Resolução nº 235 do CNJ.

O Ministério Público e as partes do processo originário foram devidamente intimadas, passando a compor o polo passivo do incidente; foi publicado edital oportunizando a manifestação de qualquer pessoa física ou jurídica acerca da temática debatida; entendeu-se pela desnecessidade de realização de audiência pública; e, ausentes quaisquer requerimentos para realização de outras diligências, encerrou-se a instrução processual.

Após a emissão de parecer pela Comissão de Uniformização de Jurisprudência e pelo Ministério Público do Trabalho, o v. acórdão foi então proferido e devidamente publicado a tempo e modo, constando: relatório, admissibilidade, referência aos pareceres e, especificamente, as circunstâncias atinentes ao processo paradigma que deu origem ao IRDR.

Em sua fundamentação foram analisadas as diversas correntes que tratavam da temática afetada (sendo referendados inúmeros processos e ementas representativas de cada uma das vertentes), bem como apresentados e analisados todos os fundamentos sustentados por cada uma dessas, inclusive com análise específica de votos vencidos[280].

Ainda, foram colacionados arestos aptos a demonstrar o entendimento das Turmas do TST sobre a temática, não tendo sido encontradas divergências entre Regionais, o que se observou. Leis, Precedentes Vinculantes e Súmulas foram igualmente analisados e sopesados, em procedimento que refletiu, de fato, o mais eficaz exercício da função jurisdicional, nos termos que se espera do Poder Judiciário Trabalhista.

Ao final, foram apresentadas propostas de teses com fulcro em ambas as correntes, optando o julgado, fundamentadamente, por uma delas - o que submetido à votação do Tribunal Pleno e deliberado. Assim, a *Ratio Decidendi* extraída da

[280] Com fulcro no §3º do art. 941 do CPC (BRASIL, 2015ª) e do art. 168 do Regimento Interno do TST (BRASIL, 2017b), o voto vencido passa a ser necessariamente parte integrante do acordão principal. Esse entendimento, que não é unânime no TST, foi objeto de recente decisão proferida no bojo do processo RR 10319-17.2016.5.0112, que determinou que o TRT da 3ª Região juntasse o voto vencido no acórdão de um Recurso Ordinário por ela julgado.

fundamentação vencedora foi aplicada ao processo paradigma no bojo do mesmo Acórdão.

Pelo que se observa, o procedimento e julgamento do IRDR pelo Pleno do TRT da 3ª Região revelou-se adequado e atento aos pilares essenciais do Sistema de Precedentes Vinculantes, o que deve ser prestigiado.

6.3.4.4 Superação: S*ignaling* ocorrido no bojo de IAC no TST

O tópico 2.1.2.3 deste trabalho, ao tratar do *Overruling,* trouxe o conceito da técnica de *Signaling*, por meio da qual determinado Tribunal demonstra aos operadores do Direito uma possível e futura alteração do entendimento uniformizado acerca de determinada questão.

Nesse caso, apesar de o Tribunal já estar questionando o seu entendimento sobre uma temática, podendo, inclusive, já se inclinar em direção a uma nova vertente, mantém transitoriamente a aplicação de seu posicionamento estabilizado.

Trata-se de mecanismo apto a honrar com o princípio da segurança jurídica e legítima confiança, demonstrando a instabilidade existente acerca de determinada interpretação jurídica, que pode influenciar a prática de atos por parte dos jurisdicionados.

Nada obstante, a atual legislação não trouxe em seu escopo qualquer disposição ou regulamentação acerca do procedimento, que acaba sendo desenvolvido, paulatinamente, pela prática dos Tribunais. Exatamente sob essa perspectiva é que pretendeu trazer a lume o exemplo consubstanciado no IRR “Tema 9”, em trâmite no Tribunal Superior do Trabalho[281].

No caso em tela, o Ministro Relator do Recurso de Revista interposto nos autos do processo nº 10169-57.2013.5.05.0024 suscitou IRR, a fim de que a questão alusiva a "repouso semanal remunerado - integração das horas extraordinárias. Habituais. Repercussão nas demais parcelas salariais. *Bis in Idem*” fosse afetada.

Ato contínuo, a turma, por unanimidade, entendeu por bem acolher a proposição, sobrestar o julgamento do processo e remetê-lo à apreciação da SBDI-I

[281] Tema 9: Repouso Semanal Remunerado (RSR) - integração das horas extraordinárias habituais - repercussão nas demais parcelas salariais - *bis in idem* - edição de Súmula do TRT da 5ª Região contrária à jurisprudência iterativa e notória do Tribunal Superior do Trabalho (Orientação Jurisprudencial 394 da SBDI-1 do TST). Processo: 10169-57.2013.5.05.0024 (BRASIL, 2019t).

do TST. A subseção, por sua vez, conheceu do incidente e determinou as providências pertinentes.

Após todo o processamento e deliberação das questões incidentais, em 14 de dezembro de 2017 a SBDI-I, por unanimidade, suspendeu a proclamação do resultado do julgamento sob a alegação de que a maioria dos seus membros teria votado em sentido contrário à atual Jurisprudência do órgão, consolidada na OJ 394, o que exigiria a deliberação pelo Tribunal Pleno.

Pelo que se percebe, ainda que tenha havido uma divulgação prévia acerca do possível novo posicionamento exarado pela maioria dos membros da Subseção Especializada, essa publicitação se deu apenas para justificar a necessidade de remessa do processo para o Tribunal Pleno, sendo pouco crível que se tenha, conscientemente, pretendido um *Signaling.* Contudo, esse inevitavelmente ocorreu, porquanto levou aos jurisdicionados e operadores do Direito informação acerca da possível e, agora, provável superação do entendimento consolidado na referida OJ.

Ainda que despropositadamente, o episódio pode ser caracterizado como *Signaling*, o que é interessante em um Sistema Precedencialista que prima pela segurança jurídica e legítima expectativa, podendo servir, inclusive, de marco temporal para eventual modulação dos efeitos do Precedente Vinculante[282].

A título informativo, a questão não foi definitivamente deliberada pelo Tribunal Pleno até a presente data[283].

6.4 Outras possibilidades de Uniformização de Jurisprudência Trabalhista

Diante da nova realidade sistêmica e dos novos métodos de Uniformização de Jurisprudência instituídos em substituição ao antigo IUJ, ainda restam dúvidas e questionamentos acerca da amplitude e eficiência desses.

Apesar de o IRDR e IAC em nível regional (Tribunais Regionais) e o IRDR, IAC e IRR em nível nacional (Tribunal Superior do Trabalho) serem mecanismos aptos à Uniformização de Jurisprudência Trabalhista, indaga-se se não seria possível e

[282] Na hipótese de ocorrer, de fato, o *Overruling*, o novo posicionamento pacificado pela Corte poderá auferir aplicação retroativa - *ex tunc*, tendo como marco temporal a data do *Signaling* (uma vez que, a partir dessa data, a Jurisprudência foi desestabilizada, não sendo viável qualquer alegação relativa à quebra de expectativas).

[283] Última consulta em 20 de agosto de 2019.

conveniente a instituição de outros métodos igualmente hábeis à estabilização jurisprudencial, a serem utilizados concomitantemente.

Tal questionamento se justifica porquanto os apresentados métodos abrangem apenas “relevantes questões de direito” (IAC), com “relevância da matéria” (IRR), ou “efetiva repetição de processos” (IRDR), o que deixa à margem de uniformização questões mais singelas ou com baixa litigiosidade.

Certo é que a função jurisdicional é inderrogável e o dever de Uniformização de Jurisprudência também. Nesse sentido, o sistema não pode selecionar quais questões devem ser pacificadas, relegando diversos temas “menos importantes” ou “não transcendentes” ao constante câmbio jurisprudencial responsável por injustiças.

É exatamente nessa perspectiva que se propõe a instituição de alternativos métodos uniformizadores, ainda que em nível regional e regulamentados pelos próprios Regimentos Internos dos Tribunais que se amparem em procedimentos semelhantes, porém lapidados, aos utilizados com sucesso em sede de IUJ.

Por óbvio, impossível seria reviver, em idênticos termos, o Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ), uma vez que os dispositivos a ele inerentes foram revogados da CLT e o seu método de trabalho consistente no debate abstrato de Teses e edição de Súmulas, não mais se coaduna com a nova realidade sistêmica – Precedencialista. Ademais, inúmeros foram os empecilhos impostos à edição, revisão e cancelamento de Súmulas, pela alínea “f” do inciso “I” do art. 702 da CLT e seus parágrafos terceiro e quarto (BRASIL, 2017a), o que inviabilizaria o procedimento naqueles exatos termos.

Mesmo assim, a possibilidade de instituição de um novo método uniformizador encontra respaldo no parágrafo primeiro do art. 926 do CPC, que estabelece que o procedimento para edição de Súmulas correspondentes à sua Jurisprudência dominante deverá ser fixado pelo Regimento Interno dos tribunais (BRASIL, 2015a). Esse entendimento também é sustentado por doutrinadores como Mauro Schiavi (2016) e Marlene T. Fuverki Suguimatsu e Thais Hayashi (2017), para quem, respectivamente:

> O Código de Processo Civil atual não disciplinou o incidente de uniformização de jurisprudência previsto no CPC de 1973. Desse modo, cumpre ao Regimento Interno de cada Tribunal Regional disciplinar o procedimento [...] (SCHIAVI, 2016. p. 983).

> O mecanismo do IUJ persiste em razão da obrigatoriedade de se uniformizar a jurisprudência, prevista no novo CPC e porque a Lei da Reforma Trabalhista, na parte em que revogou o rito, o procedimento adotado na Justiça do Trabalho, não impede a que os tribunais regulamentem a matéria em seus regimentos internos (SUGUIMATSU, HAYASHI, 2017, p. 13).

Dessa forma, sugere-se que, "ao constatar, de ofício ou mediante provocação de qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho, a existência de decisões atuais e conflitantes no âmbito do mesmo Tribunal Regional do Trabalho [...]"[284], independentemente do nível de litigiosidade ou relevância da matéria, determinado processo paradigma seja afetado ao Tribunal Pleno para análise e uniformização da interpretação jurídica sobre a questão em debate.

Assim, mediante a discussão concreta da questão controvertida pelo Tribunal Pleno e seu julgamento, do acórdão proferido e amplamente fundamentado poderia ser extraída a *Ratio Decidendi* a ser aplicada em processos semelhantes (pendentes e futuros). Nessa linha proposta, todos os embaraços relativos aos requisitos para edição de Súmulas seriam superados, pois o procedimento proposto não careceria da edição de qualquer enunciado, valendo-se, pois, da mesma lógica Precedencialista[285].

Essa possível nova modalidade de Incidente insere-se perfeitamente no Sistema de Precedentes Vinculantes, bastando sua efetiva regulamentação por meio dos Regimentos Internos dos Tribunais Regionais, que devem exigir como requisitos básicos, ao menos, o julgamento de casos concretos, com a devida e abrangente fundamentação das decisões, a ampla publicidade, assim como previsão de *Distinguishing* e *Overruling*.

As decisões oriundas do possível incidente seriam igualmente dotadas de efeito vinculante, uma vez enquadradas na hipótese prevista no inciso "V" do art. 927 do CPC, que dispõe: "Os juízes e os tribunais observarão: V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados" (BRASIL, 2015ª, s.p.).

Trata-se de procedimento democrático, por propiciar às partes, no bojo de qualquer processo, demonstrar a existência de divergência interpretativa apta a ensejar o processamento do novo incidente e possibilitar a Uniformização de Jurisprudência Trabalhista.

---

[284] Parte da redação do parágrafo quarto do art. 896 da CLT. Redação dada pela Lei nº 13.1015/2014 (BRASIL, 2014a), que disciplinava o IUJ, revogado pela Lei nº 13.167/2017 (BRASIL, 2017a).

[285] Eventual Tese fixada, assim como ocorre nos demais Incidentes (IAC, IRR e IRDR), serviria apenas de resumo da decisão, sem qualquer vinculação.

O método revela-se igualmente útil aos magistrados, pois, uma vez apontado o existente câmbio jurisprudencial pelas partes, na hipótese de o processo *sub judice* não ensejar o Incidente originalmente pretendido - seja em razão da relevância da matéria ou da massiva litigiosidade -, o relator poderá requerer, de pronto, ao presidente do Tribunal, a suscitação de IAC, IRR ou IRDR.

Esclarece-se que não se pretendeu lançar uma proposta robusta e delineada acerca de um possível novo Incidente, mas apenas indicar um horizonte a ser pensado e perseguido, tendo em vista que o dever de Uniformização de Jurisprudência não pode selecionar as matérias a serem pacificadas, devendo servir-se, isonomicamente, à segurança jurídica e igualdade de todos os jurisdicionados e em relação a todas as controvérsias jurídicas existentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa pretendeu analisar o importante papel da Jurisprudência ao longo do tempo, sua consagração como fonte de direito, a imperiosa necessidade de sua uniformização pelos Tribunais Trabalhistas - pressuposto fundamental para a garantia dos princípios da segurança jurídica e igualdade -, para então responder: Como proceder de maneira eficaz a Uniformização de Jurisprudência trabalhista? Qual a sua relevância? Quais os seus métodos?

Para tanto, o estudo procurou oferecer subsídios aos questionamentos, perpassando inicialmente pela história e aspectos caracterizadores dos principais Sistemas Jurídicos da atualidade, *Common Law* e *Civil Law,* as tendências de interações entre estes, concluindo-se pela existência de ordenamentos jurídicos cada vez mais híbridos, como se pode observar no Brasil, onde há um crescente e importante diálogo de fontes.

Restou evidente que as tradições jurídicas precisam evoluir e se adaptar, à medida que a própria sociedade se desenvolve, revisitando seus institutos e incorporando procedimentos que lhe tornem mais efetivos. Concluiu-se, também, que, independentemente do caminho percorrido, ambos os sistemas apresentados almejam propiciar um direito que seja harmônico, pautado na previsibilidade e isonomia de suas decisões.

A investigação realizada sob a perspectiva de um contexto pós-positivista e constitucionalista delineado demonstrou que, em razão da multiplicidade e complexidade crescente de fatos da vida levados ao Judiciário, bem como da impossibilidade de as leis positivadas responderem a todas as hipóteses que lhe são apresentadas, exigiu-se do Poder Judiciário uma postura mais ativa, a fim de que suas decisões fossem capazes de melhor responder aos anseios da sociedade.

Nesse sentido, a experiência jurídica brasileira caminhou no sentido de valorizar a função jurisdicional e a interpretação, não apenas legal, mas, sobretudo, constitucional e principiológica do direito. Por consectário, observou-se o crescente prestígio da Jurisprudência e de sua força normativa, responsável pela oxigenação, evolução e compatibilização do direito com as novas realidades e os valores sociais perseguidos.

Afastou-se, assim, a ideia sustentada por alguns juristas no sentido de que a valorização e ampliação da função jurisdicional implicariam a usurpação da função

legislativa pelo Poder Judiciário. Para tanto, observou-se que, apesar de muitas vezes a função judicante parecer inventiva, ela jamais pode ser confundida com a criação legislativa de leis em abstrato. O que efetivamente ocorre é a aplicação de técnicas interpretativas aptas a ampliar ou restringir a norma posta, conforme as circunstâncias e lacunas eventualmente existentes, objetivando sempre a mais justa e eficiente entrega da tutela jurisdicional.

Nesse mesmo viés, restaram igualmente impugnadas as alegações no sentido de que a atividade interpretativa jurisdicional violaria o Princípio da Legalidade. Contrariamente a essa tese, o estudo demonstrou que a atividade jurisdicinal, ao revés de ignorar as leis positivas, é responsável por contextualizá-la à luz da história, da Constituição Federal e seus princípios, bem como da experiência jurisprudencial dos Tribunais, de forma a adequá-las às novas realidades e necessidades.

Nada obstante, o trabalho desvelou que a denominada "Jurisprudencialização" vivenciada implicou um crescente e problemático câmbio jurisprudencial, responsável pela insegurança jurídica e prolação de decisões injustas, pois não isonômicas. O trabalho apresentou, dessa forma, o Princípio da Igualdade como um dos norteadores do Devido Processo Legal e, por consectário, do conteúdo das decisões judiciais uniformizadas, que devem concretizar a máxima do Direito inglês, "*treat like cases alike".*

Outrossim, por meio da análise da instabilidade jurisprudencial foi possível evidenciar a "síndrome do descumprimento das obrigações trabalhistas", a litigiosidade habitual e a "jurisprudência/ recorribilidade lotérica", sintomas decorrentes da falta da estabilidade, integridade e coerência das decisões proferidas pelos Tribunais, que devem, também por isso, ser perseguidas.

Assim, com vistas a mitigar o cenário vivenciado, sobretudo na seara trabalhista, o estudo sustentou a Uniformização de Jurisprudência como instrumento necessário e procedimento obrigatório para salvaguardar não apenas os já citados Princípios da Segurança Jurídica e Igualdade, mas também a efetiva prestação jurisdicional - responsável por assegurar o cumprimento e reparação dos direitos fundamentais e sociais reiteradamente violados e tão caros à sociedade.

Partindo-se do pressuposto de que a Jurisprudência uniformizada se presta à promoção da continuidade, racionalidade, integridade e segurança que se espera de um ordenamento jurídico, fez-se uma digressão histórica acerca da evolução dos métodos destinados à estabilização jurisprudencial ao longo do tempo, a fim de que

seus vícios e virtudes servissem de sustentáculos para formulação das respostas perseguidas.

Conquanto se tenha apresentado um extenso rol de institutos e procedimentos desenvolvidos ao longo dos anos com o objetivo de estancar a dissidência jurisprudencial, foi possível evidenciar que as Súmulas representaram, por muito tempo, o maior expoente da Jurisprudência uniformizada brasileira, exercendo importante função persuasiva, sobretudo nos Tribunais Trabalhistas.

O estudo verificou a relevância da Lei nº 13.015/2014, que trouxe importantes instrumentos de Uniformização de Jurisprudência ao Processo do Trabalho, a exemplo do Incidente de Uniformização de Jurisprudência - IUJ, amplamente utilizado e responsável por, em certa medida, propiciar o amadurecimento de um ordenamento que, à época, ainda pretendia tornar-se Precedencialista. Ademais, alterou importantes aspectos do Recurso de Revista e Embargos ao TST, modalidades recursais destinadas, sobretudo, à estabilização jurisprudencial - função precípua do Tribunal Superior do Trabalho.

As grandes alterações do Sistema Jurídico brasileiro foram consagradas pela Lei nº 13.105/2015 – Código de Processo Civil, fruto de uma progressiva evolução quanto à valorização da força normativa da Jurisprudência e que instituiu um Sistema de Precedentes Vinculantes, inspirado em institutos da *Common Law.*

Por meio da análise de todas as inovações advindas do novo diploma, restou demonstrada a expressa positivação do dever de os Tribunais uniformizarem a sua Jurisprudência, de forma a mantê-la estável, íntegra e coerente, bem como a vinculatividade das decisões pacificadas, por meio da incorporação de uma espécie de *Stare Decisis* no ordenamento jurídico nacional.

Demonstrou-se que, diferentemente do que ocorre no Sistema *Common Law,* a *novel* legislação processual optou pela formação concentrada de Precedentes Vinculantes, sustentado o presente trabalho pela taxatividade das decisões e institutos considerados de observância obrigatória (rol constante do art. 927 do CPC acrescido dos Recursos Extraordinários com Repercussão Geral reconhecida, auferidos pelo inciso II do parágrafo quinto do art. 988 do CPC).

Tal posicionamento foi justificado sob o fundamento de que as inovações advindas do Sistema de Precedentes Vinculantes quebram diversos paradigmas até então vigentes, sendo fundamental, pois, a sua gradativa inserção no ordenamento

jurídico, com vistas a possibilitar a melhor assimilação e efetiva aplicação dos novos institutos pelos operadores do Direito.

Assentir com vasta e indeterminada gama de decisões e institutos, sem a certeza e concordância em relação à delimitação e observância vinculante desses, certamente colocaria em risco o novo sistema, gerando ainda mais insegurança jurídica.

Inaugurou-se no ordenamento jurídico nacional, dessa forma, um Sistema Precedencialista, donde se extrai a vinculatividade vertical (entre instâncias) e horizontal (entre os órgãos fracionários de um mesmo Tribunal). O caráter vinculante, contudo, revelou-se controverso na doutrina, notadamente, pois nem todas as decisões e institutos possuem mecanismos coercitivos - a exemplo da Reclamação -, que imponham a sua obrigatória observância pelos magistrados.

Ainda que existentes posicionamentos diversos, valendo-se da interpretação estrita do art. 927 do CPC/15 - que aduz que os juízes e Tribunais “observarão” os institutos ali entabulados -, o trabalho adota a tese segundo a qual todos os dispositivos listados devem ser considerados de observância obrigatória, dotados, pois, de vinculatividade. Trata-se de consagração fundamental, haja vista que caráter vinculante se revelou um importante sustentáculo do novo sistema instituído, sem o qual a segurança jurídica e a isonomia não seriam passíveis de concretização, perpetuando-se o reiterado câmbio jurisprudencial.

Certo é que os benefícios advindos da nova sistemática apenas poderão ser colhidos se forem bem recebidos, amplamente estudados e devidamente aplicados pelos operadores de direito. Sustenta-se, nessa perspectiva, que a alteração legislativa desacompanhada de ampla reflexão e consolidação doutrinária acerca da temática não se sustentará.

A fim de delimitar importantes contornos da nova sistemática, a presente pesquisa destacou e fundamentou alguns de seus pilares, a saber, a ampla fundamentação das decisões, a publicidade dessas, a escorreita delimitação da *Ratio Decidendi* aplicável, bem como a possibilidade de *Distinguishing* e *Overruling.*

Especificamente, a fundamentação das decisões foi trazida para o trabalho sob dois aspectos: aquela necessária e utilizada para respaldar as decisões proferidas por meio dos métodos inseridos no denominado “Microssistema de formação concentrada de Precedentes Vinculantes”, a exemplo do IRR, IAC e IRDR, bem como aquela

responsável por justificar a correta aplicação ou refutação de determinada *Ratio Decidendi* em novo processo *sub judice.*

A fundamentação exauriente revelou-se como elemento imprescindível nessa nova sistemática, sendo responsável por democratizar o processo, legitimando as decisões proferidas, que não prescindem da análise da integralidade dos fatos e fundamentos constantes do processo a ser julgado. Sua imposição racionaliza o sistema, valorizando a argumentação jurídica e a qualidade decisória, o que coaduna com a cultura jurídica e o Processo Democrático que se pretende consolidar.

O trabalho refutou, ainda, a crítica de diversos juristas no sentido de que a pretendida estabilização decisória implicaria estagnação e engessamento do Direito. Para tanto, trouxe a lume as técnicas de *Distinguishing* e *Overruling,* as quais possibilitam a não aplicação de determinado entendimento jurisprudencial pacificado, quando distinto do caso em análise ou na hipótese de sua superação.

Apesar de essenciais, ressaltou-se que essas técnicas devem ser utilizadas com cautela e estar acompanhadas de ampla fundamentação, que seja capaz de justificar a não aplicação de um Precedente Vinculante ou a necessidade de sua superação, sem que essa postura implique manifesta insegurança ou injustiças. Quanto ao *Overruling,* sustentou-se também a possibilidade de modulação de seus efeitos, desde que se leve sempre em conta a segurança jurídica e a garantia da legítima confiança daqueles que pautaram seus atos no Precedente eventualmente revogado.

A fim de propiciar a permanente evolução do Direito e a busca por interpretações que se coadunem de forma mais ajustada às realidades levadas ao Judiciário, restou demonstrada a possibilidade e importância de sempre se constar na fundamentação das decisões a existência de eventual ressalva de posicionamento, assim como a juntada dos votos vencidos nos Acórdãos. Dessa forma, novas teses vislumbradas pelos magistrados poderão ser elucidadas e induzirão reflexões - ainda que as decisões se curvem à Jurisprudência uniformizada de observância obrigatória -, podendo respaldar futuro *Overruling.*

Demonstrou-se, também, que a obediência judiciária imposta não implica a retirada de autonomia dos magistrados que, mais do que proferir decisões, possuem a função de promover, por meio de sua atuação, a entrega da tutela jurisdicional da forma mais justa e isonômica, o que não se coaduna com uma visão individualista de julgamento. Ademais, sustentou-se que os julgadores possuem o dever de coerência

e a responsabilidade com credibilidade do Poder Judiciário, não sendo oportuna a imposição de seu singular e minoritário entendimento, que apenas servirá de obstáculo à efetividade, isonomia e a celeridade da prestação jurisdicional. Outrossim, reitera-se a ampla possibilidade de *Distinguishing.*

A pesquisa referendou a importância da devida publicidade dos acórdãos, Teses e Súmulas, uma vez que apenas por meio do amplo acesso e conhecimento da íntegra das decisões que sustentam os Precedentes Vinculantes instituídos será possível pautar as condutas sociais, bem como extrair os fundamentos determinantes da interpretação uniformizada a serem obrigatoriamente aplicados aos demais casos equivalentes. Sem o respeito a esse importante alicerce não é possível credibilizar a nova realidade sistêmica.

No que se refere ao padrão legal jurisprudencial aplicável ao Processo do Trabalho, foram apresentadas as sucessivas alterações legislativas relativas aos métodos destinados à estabilização jurisprudencial. O exame foi fundamental para, analisando as críticas e virtudes dos institutos, angariar fundamentos capazes de aferir quais seriam os atuais métodos de Uniformização de Jurisprudência Trabalhista, bem como os possíveis horizontes para torná-los mais eficientes aos fins colimados.

No tocante à aplicação do Sistema de Precedentes Vinculantes instituído pelo Código de Processo Civil de 2015, concluiu-se por sua absorção pelo Processo do Trabalho, pois, com ele compatível, nos termos do artigo 8º da CLT, que inclui a Jurisprudência como fonte de direito e aduz ser o Direito Comum fonte subsidiária do Direito do Trabalho, o que é também corroborado pelos artigos 769 da CLT e 15 do CPC.

Ato contínuo, a partir da confluência dos dispositivos da legislação Processual Civil e Trabalhista, bem como pelas considerações advindas da Instrução Normativa nº 39 do TST, esta pesquisa concluiu ser de observância obrigatória pelos Juízes e Tribunais do Trabalho as seguintes decisões:

> **a)** Acórdão proferido pelo STF ou pelo TST em julgamento de Incidente de Recursos Repetitivos – IRR (Recurso de Revista, Embargos ao TST e Recursos Extraordinários Repetitivos) (art. 927, III do CPC/15);
>
> **b)** Acórdão proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR e Incidente de Assunção de Competência – IAC, pelo TST ou pelos Tribunais Regionais do Trabalho (no âmbito de sua jurisdição) (art. 927, III do CPC/15);

> **c)** Decisão do STF em Controle Concentrado de Constitucionalidade – ADC, ADI e ADPF (art. 927, I do CPC/15);
>
> **d)** Decisão do Plenário, do Órgão Especial ou de Seção Especializada competente para Uniformizar a Jurisprudência do Tribunal Regional a que o juiz estiver vinculado ou do TST (donde se incluem Súmulas, Orientações Jurisprudenciais, decisão em Arguição de Inconstitucionalidade e outras modalidades eventualmente disciplinadas pelos Regimentos Internos dos Tribunais) (art. 927, IV e V do CPC/15);
>
> **e)** Súmula Vinculante do STF (art. 927, II do CPC/15);
>
> **f)** Decisão proferida pelo STF em Recurso Extraordinário com Repercussão Geral (art. 988, §5º, II do CPC/15).

O estudo apresentou a concepção de "Súmula" sob nova perspectiva, demonstrando que, de meramente persuasivas, o novo sistema as elevou ao nível dos Precedentes Vinculantes[286], de observância obrigatória. Diante do exposto, após importantes observações e ponderações, concluiu-se que esse novo *status* apenas será validado nas hipóteses em que viabilizada a devida aplicação das Súmulas até então editadas nos moldes exigidos pelo Sistema Precedencialista, caso contrário, estas permanecerão como ferramentas persuasivas, sob pena de desvirtuarem a nova lógica.

Espera-se, contudo, que por exigência legal ou regimental, o enunciado de eventuais novas Súmulas seja mais robusto e consubstancie, efetivamente, a *Ratio Decidendi* de uma decisão judicial precedente, cuja análise concreta não deve ser dispensada.

Apresentou-se, ainda, tese argumentativa que sustenta a progressiva extinção das Súmulas, o que é respaldado pela perda de prestígio dessas em face dos novos métodos uniformizadores, supostamente mais apurados e condizentes com a lógica Precedencialista. Tal posição ganha ainda maior relevo na seara laboral, uma vez que a Reforma Trabalhista atacou a atividade judicante, estabelecendo robustos requisitos para alteração, revisão e cancelamento de Súmulas (alínea "f" do inciso I do art. 702 da CLT e seus parágrafos terceiro e quarto), o que evidentemente colocou em questão a sobrevivência desse instituto no ordenamento trabalhista.

---

[286] Reitera-se, conforme explanado oportunamente, que as Súmulas se encontram elencadas no rol do art. 927 do CPC/15, estando inseridas no conjunto que se denominou "Precedentes Vinculantes", dada a sua observância obrigatória por parte dos juízes e tribunais. Contudo, ressalta-se, novamente, que o conceito de "Precedentes Vinculantes" não se confunde com a acepção de "súmula", sobretudo na perspectiva até então concebida pelo ordenamento jurídico nacional.

Sob uma perspectiva comparativa, concluiu-se que a formação concentrada de Precedentes Vinculantes - viabilizada a partir do julgamento de casos concretos, donde seja possível aferir a sua *Ratio* a ser aplicada oportunamente a processos equivalentes -, revela-se mais segura e adequada do que o tradicional procedimento de criação e aplicação das Súmulas, baseado na análise e julgamento abstrato de Teses.

Nessa linha, foram instituídos novos métodos de Uniformização de Jurisprudência, desenvolvidos sob a perspectiva de um Microssistema de formação concentrada de Precedentes Vinculantes, tendo o trabalho delimitado e amplamente explorado as características e peculiaridades do IRR, IRDR e IAC, todos aplicáveis ao Processo do Trabalho.

O estudo identificou, destarte, diversas imperfeições a serem superadas, sendo a amplitude da base normativa, a inexistência de um procedimento único a ser empregado na esfera Cível e Trabalhista, bem como em nível nacional e regional, um dos maiores empecilhos à sua apurada compreensão e aplicação, o que pôde ser demonstrado exemplificativamente no cerne do trabalho.

Alguns outros aspectos, como a legitimidade, prazo de julgamento e competência, foram apresentados e analisados à luz das legislações existentes, da doutrina sobre o tema e da aplicação prática dos incidentes pelos Tribunais Regionais e TST, levando-se sempre em consideração a necessidade de se democratizar os procedimentos, tornando-os passíveis de colaboração por todos os interessados.

No que se refere ao sobrestamento de processos que versem sobre idêntica questão jurídica afetada por meio dos incidentes, o estudo concluiu que, na hipótese de haver cumulação de pedidos e nem todos estarem atrelados à questão objeto da controvérsia, imperiosa será cisão decisória, com julgamento antecipado de mérito em relação àqueles. Entendimento contrário revelou-se temerário e prejudicial à efetividade e celeridade da justiça, sobretudo na seara trabalhista, que lida majoritariamente com parcelas de natureza alimentar e, portanto, urgentes.

A Transcendência - como novo pressuposto de admissibilidade recursal dos Recursos de Revista - também foi objeto de estudo, sendo apresentadas diversas e pertinentes considerações acerca de sua instituição e aplicação, todas aptas a demonstrar como o novo requisito pode influenciar negativamente a eficiência do IRR no âmbito do TST. A partir de então, foi possível concluir que, sob essa nova perspectiva, apenas questões subjetivamente consideradas relevantes aos olhos dos

Ministros do TST serão processadas e julgadas. Por conseguinte, tão somente em relação a essas exíguas temáticas poderá ser efetivado o dever de Uniformização de Jurisprudência Trabalhista, o que vai de encontro a tudo o que foi defendido até então.

Especificamente quanto ao Incidente de Assunção de Competência (IAC), a principal fragilidade observada e amplamente examinada ao longo do trabalho diz respeito à possibilidade de sua execução para prevenção de dissenso jurisprudencial. Isso porque a baixa recorribilidade acerca de uma temática (requisito inerente ao IAC), atrelada à ausência de divergência em torno desta, desvelam a existência de um embrionário debate e aprofundamento da questão, o que é insuficiente e impróprio para estandardização prévia do entendimento da Corte.

Defende-se, então, o perigo da padronização decisória preventiva, sendo oportuna a exigência de abrangente argumentação e discussão da questão afetada antes da instauração de eventual incidente, seja ele IRR, IAC ou IRR. Por não se tratar de entendimento amplamente consagrado, incumbe aos operadores do Direito e doutrinadores levantarem essa questão, sempre que possível, pois de fundamental observância em um Sistema de Precedentes Vinculantes.

Em relação ao IRDR, observou-se grande divergência na doutrina e na realidade prática dos Tribunais acerca do seu procedimento decisório, indagando-se sobre sua função primordial, a saber, fixação de Tese ou julgamento de caso concreto.

Valendo-se das conjecturas e pressupostos históricos e conceituais do Sistema de Precedentes Vinculantes, sustentou-se que a decisão do IRDR deve se valer dos fatos e peculiaridades de um caso concreto a ser julgado, sendo que a “Tese” fixada apenas consubstanciará o resumo da interpretação consolidada.

Ressaltou-se, assim, que a vinculatividade refere-se à *Ratio* do julgado e não ao verbete da Tese. Entendimento diverso implica a inadequada utilização do Sistema Precedencialista, ensejando a vinculação dos magistrados a dispositivos gerais e abstratos, como se dava com a aplicação das Súmulas, que ignoravam as circunstâncias fáticas do processo paradigma, o que é essencial.

Consoante sustentado ao longo da pesquisa, a nova sistemática não pode ser utilizada como manobra para decisão massiva e desarrazoada de processos semelhantes que chegam ao Judiciário, devendo se servir mais à consecução da isonomia e segurança jurídica do que à celeridade e descongestionamento do Poder Judiciário.

Os novos métodos de Uniformização de Jurisprudência Trabalhista não podem propiciar a abstrativização dos casos concretos, tampouco se escusar da análise profunda e detida dos casos que lhe são submetidos, sob pena de empregarem teses genéricas de forma descontextualizada e sem a observância dos limites fáticos em que a interpretação fora desenvolvida.

Após a análise dos novos Incidentes destinados à estabilização jurisprudencial, percebeu-se que eles não abrangem a integralidade das controvérsias jurídicas passíveis de uniformização. Assim sendo, o trabalho propôs a instituição de métodos alternativos, regulamentados pelos próprios Regimentos Internos dos Tribunais, que se inspirem em procedimento semelhante, porém lapidado, ao utilizado com sucesso pelo extinto IUJ.

Conforme aduzido, essa possível nova modalidade de Incidente insere-se perfeitamente no Sistema de Precedentes Vinculantes (inciso V do art. 927 do CPC), bastando sua efetiva regulamentação, que deve privilegiar a estabilização jurisprudencial por meio da análise e julgamento de casos concretos.

Na linha proposta, todos os embaraços relativos à edição de novas Súmulas pelos Tribunais Trabalhistas seriam superados, uma vez que o procedimento proposto não careceria da criação de qualquer enunciado sumular, valendo-se, assim, da mesma lógica Precedencialista de observância da *Ratio Decidendi.*

Malgrado toda a evolução observada, concluiu-se que os métodos até então desenvolvidos ainda padecem de vícios, críticas e merecem ser aperfeiçoados.

Percebeu-se, igualmente, que os operadores do Direito e o próprio Poder Judiciário Trabalhista ainda não assimilaram em profundidade o novo Sistema Precedencialista, existindo muita divergência e pouca propriedade, tanto legislativa, quanto doutrinária acerca da temática.

O cenário delineado revelou, então, a imperiosa necessidade do amplo debate, estudo aprofundado e unificação dos procedimentos a serem adotados nos julgamentos dos novos Incidentes uniformizadores por todos os Tribunais Regionais e o TST, sob pena de se perpetuarem as identificadas discrepâncias.

As alterações legislativas operadas devem, pois, ser compreendidas apenas como o início da caminhada em direção à estabilização da nova realidade sistêmica, o que exige estudo e aperfeiçoamento. A inexistência de uma robusta e subjacente cultura Precedencialista no país importa o necessário desenvolvimento de uma teoria

sólida e uníssona que consolide suas premissas de estabilidade, coerência e integridade das decisões e do próprio ordenamento jurídico.

Retomando a assertiva lançada na introdução do trabalho, ratifica-se a importância da ampla compreensão e absorção dos fundamentos dessa nova cultura jurídica que, a cada dia, estará mais presente no cotidiano dos operadores de direito, efetivos protagonistas na construção dessa realidade evidenciada. Nessa perspectiva, importante que nunca se perca de vista a função precípua da Uniformização de Jurisprudência Trabalhista, aqui defendida como pressuposto essencial à consagração dos princípios constitucionais da segurança jurídica e da igualdade entre decisões e jurisdicionados.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, Georges; CAVALCANTI, Marcos de Araújo. Interpretação e aplicação dos provimentos vinculantes do novo Código de Processo Civil a partir do paradigma do pós-positivismo. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 245, p. 351-377, 2015.

ABBOUD, Georges; STRECK, Lenio Luiz. **O que é isto:** o precedente judicial e as súmulas vinculantes? Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

AMENT, Thiago Henrique. **Recurso de Revista Repetitivo:** entre os precedentes da *Common Law* e o julgamento por causa-piloto. São Paulo: LR, 2018.

ARAÚJO, Valter Shuenquener de. **O princípio da proteção da confiança:** uma nova forma de tutela do cidadão diante do estado. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

ÁVILA, Humberto. **Segurança Jurídica:** entre a permanência, mudança e realização no direito tributário. São Paulo: Malheiros, 2011.

BAHIA, Alexandre Melo Franco *et al.* **Novo CPC:** fundamentos e sistematização. 3. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2016.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira**. Processo Constitucional**. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1984.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Temas de Direito Processual**. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 1988.

BARROS, Flaviane de Magalhães. A fundamentação das decisões a partir do modelo constitucional de processo. *In*: INSTITUTO DE HERMENÊUTICA JURÍDICA. **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica**: 20 anos de constitucionalismo democrático – e agora? Porto Alegre, v. 1, n. 6, p. 131-148, 2008.

BARROSO. Luís Roberto. **Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito.** O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7547/neoconstitucionalismo-e-constitucionalizacao-do-direito>. Acesso em: 11 maio 2018.

BELMONTE, Alexandre Agra. O novo sistema recursal trabalhista (Lei nº 13.015/2014): influências do projeto do novo CPC. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho,** Brasília, v. 80, n. 4, p. 41-73, out. /dez. 2014.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico.** Lições de filosofia do direito. Tradução e notas de Márcio Pugliese, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional.** 26. ed., São Paulo: Malheiros, 2011.

BRAGA, Paula Sarno; DIDIER JR., Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de **Direito Processual Civil:** teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. Salvador: Juspodivm, v. 2,11. ed., 2016.

BRANDÃO, Cláudio. Incidente de julgamento de Recurso de Revista Repetitivos. *In:* DIDIER Jr, Fredie; BRANDÃO, Cláudio; MALLET, Estevão (Coords). **Processo do Trabalho**: coleção repercussões do novo CPC. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 617-677.

BRANDÃO, Cláudio. **Reclamação Constitucional no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2017.

BRASIL. Congresso. Câmara. **Projeto de Lei substitutivo da Câmara dos Deputados nº 8.046 de 2010**. 2010a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ noticias/arquivos/2014/11/27/cpc-quadro-comparativo-pls-166-2010-e-substitutivo-da-camara>. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. Congresso. Senado. **Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil**. Exposição de Motivos. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/ bdsf/bitstream/handle/id/496296/000895477.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.111.743/DF**. Processual Civil. Recurso Extraordinário com Agravo. Novel redação dada pela Lei nº 12.322/2010 ao art. 544 do CPC Relator: Min. Luiz Fux. 21 jun. 2010c. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/ processos/detalhe.asp? *In*cidente=4090598>. Acesso em 02 mai. 2019.

BRASIL. **Constituição (1824).** Constituição Política do Império do Brazil de 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/Constituicao/ Constituicao24.htm>. Acesso em: 27. mar. 2019.

BRASIL. **Constituição (1891)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ CCivil_03/ Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 26. Mar. 2019.

BRASIL. **Constituição (1946).** Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. 1946a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituicao 46.htm>. Acesso em: 26. mar. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 9.797 de 9 de setembro de 1946**. Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho referentes à Justiça do Trabalho, e dá outras providências. 1946b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9797.htm>. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. **Constituição (1981)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ constituicao91.htm>. Acesso em: 26. mar. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988a. Brasília, DF: Presidência da República, 1988a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. **Lei n. 7.701 de 21 de dezembro de 1988.** Dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos e dá outras providências. 1988b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/ L5869impressao.htm>. Acesso em: 7 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 1.237 de 2 de maio de 1939.** Organiza a Justiça do Trabalho. 1939a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1237.htm>. Acesso em: 8 mai. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 1.608 de setembro de 1939.** Código de Processo Civil. CPC 1939b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del1608.htm>. Acesso em: 7 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 4.657 de 4 de setembro de 1942**. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 5.452 de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 229 de 28 de fevereiro de 1967.** Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providencias. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0229.htm>. Acesso em: 8 maio 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 16, de 26 de novembro de 1965**. Altera dispositivos constitucionais referentes ao Poder Judiciário. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc16-65.htm>. Acesso em: 08 mai. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993**. Altera os arts. 40, 42, 102, 103, 155, 156, 160, 167 da Constituição Federal. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc03.htm. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004**. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/ emc/emc45.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n. 1.661 de 19 de agosto de 1952**. Modifica os artigos 801, 836, 853, 871, 872 e 874, do Código do Processo Civil sôbre julgamento do recurso de revista e da ação rescisória. 1952. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1661.htm>. Acesso em: 9 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n. 5.869 de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869impressao.htm>. Acesso em: 8 maio 2019.

BRASIL. **Lei n. 7.033 de 5 de outubro de 1982.** Dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos e dá outras providências. 1982a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7701.htm>. Acesso em: 8 maio 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Resolução Administrativa nº 102, de 6 de outubro de 1982**. 1982b. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/4690/1982_ra0102.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 08 mai. 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.756 de 17 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7701.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.868 de 10 de novembro de 1999.** Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de Inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. 1999a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9868.htm>. Acesso em: 09 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.882 de 3 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do §1º do art. 102 da Constituição Federal. 1999b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9882.htm>. Acesso em: 29 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.352 de 26 de dezembro de 2001**. Altera dispositivos da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, referentes a recursos e ao reexame necessário. 2001a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10352.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória n. 2.226 de 4 de setembro de 2001**. Acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997. 2001b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2226.htm#art1.896a>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.417 de 19 de dezembro de 2006**. Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de Súmula Vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11417.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.418 de 19 de dezembro de 2006**. Acrescenta à Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, dispositivos que regulamentam o § 3º do art. 102 da Constituição Federal. 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11418.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.496 de 22 de junho de 2007**. Dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e à alínea b do Inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988, para modificar o processamento de Embargos no Tribunal Superior do Trabalho. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11496.htm#art1>. Acesso em: 09 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.672 de 19 de dezembro de 2008**. Acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11672.htm>. Acesso em: 09 abr. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Resolução Administrativa nº 1.295, de 24 de abril de 2008.** Aprova o Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho. 2008b. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/601>. Acesso em: 14 mai. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.015 de 21 de julho de 2014**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho. 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13015.htm>. Acesso em: 09 abr. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RCL 4.335/AC**. Reclamação. 2. Progressão de regime. Crimes hediondos. [...].Relator: Min. Gilmar Mendes. Voto do Min. Teori Zavascki. 31 mar. 2014b. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, DF, Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/pagInadorpub/pagInador.jsp?docTP=AC&docID=630101>. Acesso em: 8 maio 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Ato n.º 491/SEGJUD.GP, de 23 de setembro de 2014.** 2014c. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/TST/Resol/Res_129_05.html>. Acesso em: 08 mai. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. 2015a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 09 abr. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Resolução Administrativa nº 195 de 2 de março de 2015.** 2015b. Edita a Instrução Normativa n° 37, que regulamenta procedimentos em caso de Incidente de Uniformização de Jurisprudência no âmbito dos TRTs, suscitado na forma do art. 896, § 4°, da CLT. Disponível em: < http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/TST/Resol/Res_129_05.html>. Acesso em: 08 mai. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Resolução Administrativa nº 201 de 10 de novembro de 2015.** Edita a Instrução Normativa nº 38, que dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, de forma não exaustiva. 2015c. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/documents/10157/429ac88e-9b78-41e5-ae28-2a5f8a27f1fe>. Acesso em: 27 mai. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.256 de 4 de fevereiro de 2016**. Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para disciplinar o processo e o julgamento do Recurso Extraordinário e do recurso especial, e dá outras providências. 2016a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13256.htm>. Acesso em: 09 abr. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n. 235 de 13 de julho de 2016.** Dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de Repercussão Geral, de casos repetitivos e de Incidente de assunção de competência previstos na Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior Eleitoral, no Tribunal Superior do Trabalho, no Superior Tribunal Militar, nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho e nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências. 2016b. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3155>. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 6.787 de 2016**. Parecer do Relator. 2016c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_pareceres_substitutivos_votos;jsessionid=6F75BA5C3F15ADB265F605B0D21B544B.proposicoesWebExterno2?idProposicao=2122076>. Acesso em: 06 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Resolução Administrativa nº 203 de 15 de março de 2016.** 2016d. Edita a Instrução Normativa nº 39, que regulamenta o procedimento do Incidente de Julgamento dos Recursos de Revista e de Embargos à SBDI-1 repetitivos. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/TST/Instr_Norm/IN_38.html>. Acesso em: 14 mai. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Resolução Administrativa nº 205 de 15 de março de 2016.** 2016e. Edita a Instrução Normativa n° 40, que dispõe sobre o cabimento de agravo de Instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/documents/10157/1adc0917-d2f6-4936-8b54-bf8432359 a4d>. Acesso em: 28 maio 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Despacho. IRR Processo n.º TST-RR-341-06.2013.5.04.0011.** Honorários advocatícios sucumbenciais. [...] afetar à SBDI-1 Plena a 'questão relativa ao direito aos honorários assistenciais em reclamações trabalhistas típicas, envolvendo trabalhadores e empregadores [...]. Relator: José Roberto Freire Pimenta. 1º jul. 2016f. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho**.** Disponível em: <http://aplicacao4.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=Consultar&conscsjt=&numeroTst=341&digitoTst=06&anoTst=2013&orgaoTst=5&tribunalTst=04&varaTst=0011&submit=Consultar>. Acesso em: 23 maio 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Despacho. IRR 190-53.2015.5.03.0090**. [...] Nesse cenário, suscito o incidente de recurso de revista Repetitivo que verse acerca do tema [...]. Relator: Min. Aloysio Corrêa da Veiga. 3 maio 2016g. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho**.** Disponível em: <http://aplicacao4.tst.jus.br/consultaProcessual/resumoForm.do?consulta=1&numeroInt=35317&anoInt=2016>. Acesso em: 23 mai. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.467 de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. 2017a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 09 abr. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Resolução Administrativa nº 1.937 de 20 de novembro de 2017.** Aprova o Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho. 2017b. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/116169/2017_ra1937_ri_tst_rep01.pdf?sequence=10&isAllowed=y>. Acesso em: 15 mai. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Prejulgado do Tribunal do Trabalho.** Não constituído ato normativo, - dado que o art. 902, par. 1. Da consolidação das leis do trabalho, que lhe atribuía tal caráter, foi revogado pela constituição de 1946, - não pode ser objeto de representação não conhecida. Processual Civil. Representação. Prejulgado do Tribunal do Trabalho. Não constituído Ato Normativo. Min. Xavier de Albuquerque. 1º jul. 1977. Diário de Justiça, Brasília, DF. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28Rp%24%2ESCLA%2E+E+946%2ENUME%2E%29+OU+%28Rp%2EACMS%2E+ADJ2+946%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://t*/n*yurl.com/d4gxzuu>. Acesso em: 14 mai. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Decisão em Recurso Extraordinário com Agravo 644845/SP**. [...] máxime o magistrado não estar obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte [...]. Relator: Min. Luiz Fux. 15 ago. 2011. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, DF. Disponível em: < http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?Incidente=4090598 >. Acesso em: 02 mai. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADC 62 - 0019258-43.2019.1.00.0000**. Autuado em 18 mar. 2019a. Relator: Min. Ricardo Lewandowski. Disponível em: < http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?*In*cidente=5654198>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Despacho. ARE 1121633.** Determinada a suspensão nacional em 28 jun. 2019b. Relator: Ricardo Lewandowski. Pendente de decisão. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp? incidente=5415427>. Acesso em: 06 jul. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 6.188 - 7000279-11.2019.1.00.0000.** Distribuído em 05 jul. 2019c. Relator: Ricardo Lewandowski. Pendente de decisão. Disponível em: < http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?*In*cidente=5731024>. Acesso em: 06 jul. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Liminar RCL 35.816/MA**. Relator: Min. Cármem Lúcia. 7. ago. 2019d. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, DF, Disponível em: < http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5733643>. Acesso em: 26. ago. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Regimento Interno.** Atualizado até a Emenda Regimental n. 51/2016. 2019e. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/ legislacaoRegimento*In*terno/anexo/RISTF_ER_51_web.old.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmulas.** 2019f. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Teses de Repercussão Geral.** 2019g. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/abrirTemas SemRG.asp>. Acesso em: 03 jul. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmulas.** 2019h. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_Internet/SumulasSTJ.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Despacho. TST AIRR – 215-35.2016.5.12.0008.** [...] se dá provimento ao agravo de instrumento [...]. Relator: Min. Ives Gandra Martins Filho. 13 fev. 2019i. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/processos-do-tst#_48_INSTANCE_KgY5 _%253Dhttp%25253A%25252F%25252Fwww.tst.jus.br%25252F%3D%26_48_INST ANCE_KgY5_%3Dhttp%253A%252F%252Fwww.tst.jus.br%252Fprocessos-do-tst>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Acórdão. TST AIRR – 1001649-66.2016.5.02.0090.** [...] Agravo de instrumento conhecido e desprovido. Relator: Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte 26 abr. 2019j. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/documents/ 10157/24627694/ ArgInc04.pdf/ff1b9c62-b97f-a74e-c3e0-dd27217cdfc7>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Regimento Interno.** Atualizado até a Emenda Regimental n. 35 de 8 de maio de 2019k. Disponível em: <https: //ww2.stj.jus.br/publicacao/*in*stitucional/Index.php/Regimento/issue/view/1/showToc>. Acesso em: 06 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **ArgInc - 696-25.2012.5.05.0463**. ACORDAM os Ministros da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, acolher a arguição de inconstitucionalidade suscitada na SBDI-1 do TST da alínea "f" do inciso I e dos §§ 3º e 4º do artigo 702 da CLT [...]. Min. Márcio Eurico Vitral Amaro. 08 jun. 2018a. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho**.** Disponível em: < http://www.tst.jus.br/documents/10157/24627694/Arg/*nc*04.pdf/ff1b9c62-b97f-a74e-c3e0-dd27217cdfc7>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Despacho. TST AIRR – 1902-65.2015.5.08.0114.** [...] Transcendência da causa não reconhecida. Relator: Desembargador Convocado Fábio Túlio Correia Ribeiro 17 out. 2018b. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho. Disponível em: < http://www.tst.jus.br/processos-do-tst#_48_INSTANCE_KgY5_%253Dhttp%25253A%25252F%25252Fwww.tst.jus.br%25252F%3D%26_48_INSTANCE_KgY5_%3Dhttp%253A%252F%252Fwww.tst.jus.br%252Fprocessos-do-tst>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Resolução Administrativa nº 221 de 21 de junho de 2018.** Edita a Instrução Normativa n° 41, que dispõe sobre as normas da CLT, com as alterações da Lei nº 13.467/2017 e sua aplicação ao processo do trabalho. 2018c. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/138949>. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Despacho. TST AIRR – 1201-36.2017.5.08.0017.** [...] Agravo de Instrumento não provido. Relator: Min. Ives Gandra Martins Filho. 2019l. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/processos-do-tst#_48_INSTANCE_KgY5_%253Dhttp%25253A%25252F%25252Fwww.tst.jus.br%25252F%3D%26_48_INSTANCE_KgY5_%3Dhttp%253A%252F%252Fwww.tst.jus.br%252Fprocessos-do-tst>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Despacho. TST AIRR – 10018370820165020010.** [...] Agravo de Instrumento não provido. Relator: Min. Augusto César Leite de Carvalho. 31 maio 2019m. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho. Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/716142859/agravo-de-instrumento-em-recurso-de-revista-airr-10018370820165020010?ref=serp>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Despacho. TST AIRR - 549-71.2017.5.23.0091.** [...] nego seguimento ao agravo de instrumento e, dada a irrecorribilidade da decisão que nega a transcendência [...]. Relator: Min. Emmanoel Pereira. 2019n. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho. Disponível em: < http://www.tst.jus.br/documents/10157/24627694/Arg/*nc*04.pdf/ff1b9c62-b97f-a74e-c3e0-dd27217cdfc7>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **BANJUR.** Banco Nacional de Jurisprudência Trabalhista. 2019o. Disponível em: < http://aplicacao4.tst.jus.br/banjurcp/#/consulta/>. Acesso em: 13 mai. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Orientações Jurisprudenciais.** 2019p. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/web/guest/ojs>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Precedentes Normativos.** 2019q. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/web/guest/precedentes-normativos>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Sobre o Tribunal Superior do Trabalho.** 2019r. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/*In*stitucional>. Acesso em: 08 mai. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho T. **Súmulas**. 2019s. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_Indice/Sumulas_Ind_1_50.html #SUM-1>. Acesso em: 09 abr. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Tabela de Incidentes de Recursos Repetitivos.** 2019t. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/web/guest/tabela-Incidentes-recursos-repetitivos/julgados>. Acesso em: 09 mai. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Tabela de Arguição de Inconstitucionalidade.** 2019u. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/web/guest/ tabela-arguicao-Inconstitucionalidade/pendentes>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Tabela de Incidente de Assunção de Competência.** 2019v. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/web/guest/tabela-incidente-assuncao-competencia>. Acesso em: 09 maio 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Resolução Administrativa nº 129, de 20 de abril de 2005.** 2005. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/ bitstream/handle/20.500.12178/47829/2014_ato0491_compilado.pdf?sequence=12&i sAllowed=y>. Acesso em: 09 mai. 2019.

BRENNER, Saul; SPAETH, Harold J. **Stare Indecisis:** the alteration of precedent on the Supreme Court. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. A dificuldade de se criar uma cultura argumentativa do precedente judicial e o desafio do Novo CPC. *In:* DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; ATAÍDE JR., Jaldemiro Rodrigues de; MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes**. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 3, 2. ed., Salvador: Juspodivm, 2016, p. 275-294.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de *et al.* (Coord). **A força normativa do direito judicial:** uma análise da aplicação prática do precedente no direito brasileiro e dos seus desafios para a legitimação da autoridade do Poder Judiciário. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/32333031/A_for%C3%A7a_A_for%C3%A7a_normativa _do_direito_judicial_uma_an%C3%A1lise_da_aplica%C3%A7%C3%A3o_pr%C3%A

1tica_do_precedente_no_direito_brasileiro_e_dos_seus_desafios_para_a_legitima%C3%A7%C3%A3o_da_autoridade_do_Poder_Judici%C3%A1rio?auto=download>. Acesso em: 26 jul. 2019.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. **Teoria do Precedente Judicial**: a justificação e a aplicação das regras jurisprudenciais. Editora Noeses: São Paulo, 2012.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. **Revisitando o direito, o poder, a justiça e o processo:** reflexões de um jurista que trafega na contramão. Salvador: Juspodivm, 2013.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo Processo Civil brasileiro**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Gen Atlas, 2015.

CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. A força dos Precedentes no moderno processo civil brasileiro. *In*: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Direito jurisprudencial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 553-674, 2012.

CAMBI, Eduardo; FOGAÇA, Mateus Vargas. Sistema dos precedentes judiciais obrigatórios no Novo Código de Processo Civil. *In:* ATAÍDE JR, Jaldemiro Rodrigues de *et al.* (org.). **Precedentes**. Coleção Grandes Temas do Novo CPC. v. 3., 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 335-356.

CAMBI, Eduardo; HELLMAN, Renê Francisco. Os precedentes e o dever de motivação no Novo Código de Processo Civil. *In:* DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; ATAÍDE JR., Jaldemiro Rodrigues de; MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes**. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 3., 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 637-660.

CAMBI, Eduardo. Jurisprudência Lotérica. **Revista dos Tribunais**. São Paulo: RT, ano 90, v. 786, p.108-128, abr. 2001.

CAMBI, Eduardo. **Segurança jurídica e isonomia como vetores argumentativos para aplicação dos precedentes judiciais.** 2016. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RPro_n.260.11.PDF. Acesso em: 05 abr. 2019.

CAMBRIDGE ADVANCED LEARNER'S DICTIONARY & THESAURUS. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/*In*gles/backlash>. Acesso em: 17 set. 2018.

CAMPANTE, Rubens Goyatá; MACIEL JÚNIOR, Vicente de Paula. **Litigância habitual e política pública de regulação trabalhista.** Belo Horizonte: Globalprint, 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 7. ed., Coimbra: Livraria Almedinina, 2003.

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes legisladores?** Trad. Carlos Alberto Álvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabres, 1993.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Reforma trabalhista.** Comentários ao substitutivo do projeto de Lei 6787/2016. 2017. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/arquivos/2017/5/art20170503-01.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).** São Paulo: RT, 2016.

CAVALCANTI, Marcos de Araújo. Mecanismos de resolução de demandas repetitivas no direito estrangeiro: um estudo sobre o procedimento-modelo alemão e as ordens de litígios em grupo inglesas. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 238, p. 333, 2014.

CAVARZANI, Vinícius. O *Common Law*, o Civil Law e uma análise sobre a tradição jurídica brasileira. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 39, n. 231, p. 321-345, maio 2014.

CESÁRIO. João Humberto. O recurso de revista de acordo com a Reforma Trabalhista. *In:* KOURY, Luiz Ronan Neves; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino (Coords). **Direito Processual do Trabalho, Constituição e Reforma Trabalhista.** São Paulo: LTR, 2018, p. 305-319.

CROSS, Rupert. **Precedent in English law.** Oxford: Claredon, 1979.

CUNHA, Natália Xavier. A sentença trabalhista e sua fundamentação: uma análise à luz do Código de Processo Civil de 2015. *In:* KOURY, Luiz Ronan Neves; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino; ALMEIDA, Wânia Guimarães de. (Coords). **O Direito Processual do Trabalho na perspectiva do Código de Processo Civil e da Reforma Trabalhista**. São Paulo: LTR, 2017, p. 175-184.

CUNHA, Natália Xavier; EÇA, Vitor Salino de Moura. Segurança Jurídica e jurisprudência trabalhista. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 192, p. 45-58, 2018.

CUNHA, Natália Xavier. Interpretação Jurídica pela Justiça do Trabalho: um estudo à luz da inclusão do §2º do art. 8º da CLT pela Lei n.º 13.467/2017. *In*: Luiz Ronan Neves KOURY; Carolina Silva Silvino ASSUNÇÃO. (Coord.). **Direito Processual do Trabalho, Constituição e Reforma Trabalhista**. São Paulo: LTR, 2018, p. 44-50.

CUNHA, Sérgio Sérvulo da. Nota breve sobre o efeito vinculante**. Revista Trimestral de Direito Público,** n. 12, p. 146-155, 1995.

DALAZEN, João Oreste. Apontamentos sobre a Lei nº 13.015/2014 e impactos no sistema recursal trabalhista**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 80, n. 4, p. 204-263, out-dez. 2014.

DAVID, Renné. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo.** Tradução de Hermínio A. Carvalho. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DELGADO, Gabriela Neves. **Direito Fundamental ao Trabalho Digno**. São Paulo: LTr, 2006.
DERZI, Misabel de Abreu Machado. **Modificações da Jurisprudência no Direito Tributário.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Renato José Barbosa *et al.* **Estudo sistemático do NCPC** (com as alterações introduzidas pela Lei n° 13.256, de 4/2/2016). Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

DIAS, Ronaldo Brêtas de Carvalho; FIORATTO, Débora Carvalho. **Conexão entre os princípios do contraditório e da fundamentação das decisões na construção do estado democrático de direito**. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/23088>. Acesso em: 26 ago. 2019.

DIDIER JR, Fredie; MACÊDO, Lucas Buril. Reforma no processo trabalhista em direção aos Precedentes Obrigatórios: a Lei nº 13.015/2014. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**. Brasília, v. 80, n. 4, p.143-167, out-dez. 2014.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos do Processo Civil Moderno**. 4. ed., São Paulo: Malheiros, 2001.

DONIZETTI, Elpídio. A força dos Precedentes no Novo Código de Processo Civil. **Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual**, n. 175, 2015. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/3446>. Acesso em: 09. abr. 2019.

DRUMMOND, Paulo Henrique Dias; CROCETTI, Priscila Soares. Formação histórica, aspectos do desenvolvimento e perspectivas de convergência das tradições de *Common Law* e de Civil Law. *In*: MARINONI, Luiz Guilherme (Coord.). **A força dos Precedentes**. Estudos dos cursos de mestrado e doutorado em Direito Processual Civil da UFPR. 2. ed., Salvador: Juspodivm, 2012, p.11-51.

DUXBURY, Neil. **The nature and authority of precedent**. New York: Cambridge University Press, 2008.

DWORKIN, Ronald. **O império do Direito**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EÇA, Vitor Salino de Moura. A função do magistrado na direção do processo no Novo CPC e as repercussões no processo do trabalho. *In:* LEITE, Carlos Henrique Bezerra (Org.). **CPC Repercussões no Processo do Trabalho**. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2016, p. 31-61.

EÇA, Vitor Salino de Moura. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2019.

FARIA, Fernanda Nigri; TOSTES, Laura Ferreira Diamantino. A reclamação constitucional como instrumento de estabilização e uniformização da jurisprudência. *In*: KOURY, Kuiz Ronan Nevez; ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino (coord.). **O Direito Processual do Trabalho na perspectiva do Código de Processo Civil e da Reforma Trabalhista**. São Paulo: LTR, 2017, p. 204-208.

FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS. **Enunciados.** Disponível em: <http://civileimobiliario.web971.uni5.net/wp-content/uploads/2017/07/Carta-de-Florian%C3%B3polis.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

FRANÇA. **Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão**. França, 26 de agosto de 1789. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/ Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 29 ago. 2019.

FREITAS, Gabriel Oliveira; FREITAS, Sérgio Henriques Zandona. A superação do livre convencimento motivado no código de processo civil de 2015: Uma análise do dever de fundamentação das decisões. **Revista de Estudos Jurídicos UNA,** v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <http://revistasgraduacao.una.emnuvens.com.br/rej/article/view/50>. Acesso em: 23 maio 2019.

FREITAS, Mariana Carvalho; NUNES, Dierle. O STJ e a necessidade de meios para superação dos precedentes. **Conjur.** 22 nov. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-nov-22/opiniao-stj-meios-superacao-precedentes>. Acesso em: 26 ago. 2019.

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. Considerações acerca da compreensão do modelo de vinculação às decisões judiciais: os precedents no novo Código de Processo Civil Brasileiro. **Revista Interdisciplinar de Direito da Faculdade de Direito de Valença**. v. 13, n.2, p. 45-69, jul./dez. 2016.

GERHARDT, Michael J. **The power of Precedent**. New York: Oxford University Press, 2008.

HENDERSON, Jane. Precedent as a source of law In the Russian legal system. *In*: DIDIER JR., Fredie *et al.* **Precedentes**. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 3., 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 99-118.

HORTA, André Frederico; NUNES, Dierle. Aplicação de precedentes e distinguishing no CPC/15: Uma breve introdução. *In:* DIDIER JR., Fredie *et al.* **Precedentes**. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 3, 2. ed., Salvador: Juspodivm, 2016a, p. 301-331.

HORTA, André Frederico; NUNES, Dierle. Os precedentes judiciais e sua adequada divulgação: em busca da correta compreensão da publicidade de julgados no CPC/15. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 82, n. 3, p. 77-100, jul. /set. 2016b.

HORTA, André Frederico; NUNES, Dierle. **Doutrina do Precedente Judicial.** Fatos operativos, argumentos de princípio e Novo Código de Processo Civil. Prodireito. Direito Processual Civil. Ciclo 1, v. 2, 28 out. 2015. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2016/3/art20160329-07.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

JORNADA DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO DA ANAMATRA. 2. 2017, Brasília/DF. **Enunciados Aprovados**. Disponível em: < http://www.jornadanacional.com.br/listagem-enunciados-aprovados-vis1.asp>. Acesso em: 1º maio 2018.

JUNQUEIRA, Fernanda Antunes Marques; MARANHÃO, Ney; PRITSCH, Cesar Zucatti. Repercussão geral de um tema não pode paralisar processo trabalhista inteiro. **Consultor Jurídico.** 9 jul. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-09/opiniao-repercussao-geral-nao-paralisar-acao-trabalhista-inteira>. Acesso em 30 ago. 2019.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do Direito.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LEAL, André Cordeiro. **A instrumentalidade do processo em crise**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

LEAL, Vitor Nunes. **Passado e futuro da Súmula do STF**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/*In*dex.php/rda/article/view/43387>. 1981. Acesso em: 02 abr. 2019.

LEMOS, Vinícius Silva. **O Incidente de Assunção de Competência:** da conceituação à procedimentalidade. Salvador: Juspodivm, 2018.

LUNDMARK, Thomas. **Charting the divide between Common and Civil Law**. New York: Oxford University Press. 2012.

MACCORMICK, Neil. **Legal reasoning and legal theory.** Oxford: Claredon Press, 1978.

MACCORMICK, Neil. **Retórica e o estado de direito.** São Paulo: Elsevier, 2008.

MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi de Medeiros; PEREIRA, Mateus Costa. Precedentes, cooperação e fundamentação: construção, imbricação e releitura. **Civil Procedure Review,** v. 4, n. 3, p. 122-152, 2013.

MACÊDO, Lucas Buril de. O regime jurídico dos precedentes judiciais no Projeto do Novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo,** v. 237, p. 369-401, nov. 2014.

MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes Judiciais e o Direito Processual Civil.** Salvador: Juspodivm, 2019.

MACIEL JÚNIOR, Vicente de Paula. O efeito vinculante das súmulas e enunciados. **Revista da faculdade de Direito da UFMG**. v. 34, n. 34. 1994..

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Acesso à justiça:** condicionantes legítimas e ilegítimas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Divergência jurisprudencial e Súmula Vinculante**. 3. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Sistema brasileiro de Precedentes.** Natureza, eficácia, operacionalidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MARINONI. Luiz Guilherme. Aproximação crítica entre as jurisdições de Civil Law e de *Common Law* e a necessidade de respeito aos Precedentes no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito - UFPR**, Curitiba, n. 49, p. 11-58, 2009.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Ética dos Precedentes:** justificativa do novo CPC. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Julgamento nas Cortes Supremas** (Precedente e Decisão do Recurso diante do novo CPC). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes Obrigatórios**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MARQUES, Cláudia Lima. **Diálogo das Fontes:** do conflito à coordenação de normas do direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito.** 16. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1996.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira; MELLO NETO, Luiz Philippe Vieira. A Lei 13.015/2014 e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: uma visão. *In*: MIESSA, Élisson (Coord.). **O novo Código de Processo Civil e seus reflexos no processo do trabalho**. 2. ed., São Paulo: Juspodivm, 2016, p. 1183-1208.

MERRYMAN, John Henry; PÉREZ-PERDOMO, Rogelio. **The Civil Law tradition.** An Introduction to the legal systems of Europe and Latin America. 3. ed., Stanford University Press, Califórnia, 2007.

MICHAELIS. **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=OMVw>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MIESSA, Élisson. Nova realidade: Teoria dos Precedentes Judiciais e sua Incidência no Processo do Trabalho. **Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região,** Curitiba, v. 5, n. 49, p. 9-57, abr. 2016.

MIESSA, Élisson. Transcendência no Recurso de Revista. *In:* KOURY, Luiz Ronan Neves; ASSUNÇÃO, Carol*in*a Silva Silv*in*o (Coords). **Direito Processual do Trabalho, Constituição e Reforma Trabalhista**. São Paulo: LTR, 2018, p. 336-341.

MINAS GERAIS. TRT da 3ª REGIÃO. **Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. 20 dez. 2006. Atualizado até 2018. Disponível em: <http://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/1464/RI%20TRT3%20%28RA%20180.2006%29%20COMP.html?sequence=44&isAllowed=y>. Acesso em: 09 mai. 2019.

MINAS GERAIS. TRT da 3ª REGIÃO. **Resolução GP nº 9, de 29 de abril de 2015**. 2015. Disponível em: <http://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/12615/RES%20TRT3_GP%209_2015%20COMP.html?sequence=8&isAllowed=y>. Acesso em: 09 maio 2019.

MINAS GERAIS. TRT da 3ª REGIÃO. **Resolução GP nº 89, de 7 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a tramitação do Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e do Incidente de Assunção de Competência (IAC) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. 2017. Disponível em: <http://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/33185/RES%20TRT3_GP%2089_2017%20ORIG.html?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jun. 2019.

MINAS GERAIS. TRT da 3ª REGIÃO. **Tabela de Incidentes de Assunção de Competência (IAC).** 2019a. Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/Internet/jurisprudencia/ Incidentes-suscitados-irr-iac-arg*In*c-tst/casos-repetitivos-tst>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MINAS GERAIS. TRT da 3ª REGIÃO. **Tabela de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).** 2019b. Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/incidentes-suscitados-irdr-iac-arginc-iuj-trt-mg/incidentes-de-assuncao-de-competencia-iac-trt-da-3a-regiao>. Acesso em: 27 ago. 2019.

MINAS GERAIS. TRT da 3ª REGIÃO. **Tabela de Incidentes de Uniformização de Jurisprudência (IUJ).** 2019c. Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudenciaincidentes-suscitados-irdr-iac-arginc-iuj-trt-mg/iuj>. Acesso em: 27 ago. 2019.

MINAS GERAIS. TRT da 3ª REGIÃO. **Súmulas.** 2019d. Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/uniformizacao-de-jurisprudencia/sumulas>. Acesso em: 27 ago. 2019.

MITIDIERO, Daniel. **Cortes Superiores e Cortes Supremas:** do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. A jurisprudência uniformizada como estratégia de aceleração do procedimento. *In*: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Direito jurisprudencial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 341-490.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **Do Espírito das leis**. As formas de governo, a federação, a divisão dos poderes. Tradução de Pedro Vieira Mota. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MUZZI, Patrícia Ferreira. O critério da transcendência como requisito para o processamento do Recurso de Revista. *In:* KOURY, Luiz Ronan Neves; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino (Coords). **Direito Processual do Trabalho, Constituição e Reforma Trabalhista**. São Paulo: LTR, 2018, p. 328-335.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil:** parte geral**.** 4. ed., Rio de Janeiro: Forense. 2007.

NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Comentários ao Código de Processo Civil.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processo Civil**. 8. ed., Salvador: Juspodivm, 2016.

NOGUEIRA, Gustavo Santana. **Stare decisis et non quieta movere:** a v*in*culação dos precedentes no direito comparado brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
NUNES, Dierle. O perigo da utilização estratégica do IRDR por litigantes habituais e a necessidade dos tribunais refletirem sobre sua cooptação: a proibição do incidente preventivo e o caso Samarco. *In:* Paulo Henrique dos Santos Lucon, Pedro Miranda de Oliveira (Coord). **Panorama atual do novo CPC 2.** Florianópolis: Empório do Direito, 2017, p. 121-145.

NUNES, Dierle; PEDRON, Flávio Quinaud; HORTA, André Frederico de Sena. Os precedentes judiciais, o art. 926 do CPC e suas propostas de fundamentação: um diálogo com concepções contrastantes. **Revista de Processo,** v. 263, p. 335-396, jan. 2017.

NÚÑES NOVO, Benigno. **Análise da figura do amicus curiae trazida pelo Código de Processo Civil.** A origem, conceito, a natureza jurídica e quais são os limites e os direitos que o abarcam. 18 mar. 2018. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10419/Amicus-Curiae>. Acesso em: 23 maio. 2019.

OLIVEIRA, Pedro Miranda de. O binômio Repercussão Geral e Súmula Vinculante: necessidade de aplicação conjunta dos dois Institutos. *In*: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Direito Jurisprudencial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 675-750.

OMMATI, José Emílio Medauar. A fundamentação das decisões jurisdicionais no Novo Código de Processo Civil. *In:* FREIRE, Alexandre *et al.* (Coords). **Novas tendências do Processo Civil.** Baseado no relatório apresentado pelo Deputado Paulo Teixeira, na comissão presidida pelo Deputado Fabio Trad. Salvador: Juspodivm, 2014, p.113-122.

PARÁ; AMAPÁ. TRT da 8ª REGIÃO. **Súmulas.** Disponível em: <https://www.trt8.jus.br/jurisprudencia/sumulas>. Acesso em: 15 mai. 2019a.

PARÁ; AMAPÁ. TRT da 8ª REGIÃO. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR.** Disponível em: <https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/vice-presidencia/uniformizacao/tabela_irdr_14-08-2019.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019b.

PARAÍBA. TRT da 13ª REGIÃO. **Incidente de Assunção de Competência** Disponível em: <file:///C:/Users/natal/Downloads/Banco%20Regional%20de%20Jurisprud%C3%AAncia%20Uniformizada%20-%20sitio%2001.03.2019%20(2).pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

PARANÁ. TRT da 9ª REGIÃO. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR.** Disponível em: <https://www.trt9.jus.br/portal/arquivos/6502183>. Acesso em: 15 maio 2019.

PEIXOTO, Ravi de Medeiros. **A Superação de Precedentes (*overruling*) no Código de Processo Civil de 2015.** 2016. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RProComp_n.3.07.PDF>. Acesso em: 25 abr. 2019.
PEIXOTO, Ravi de Medeiros. **Superação do Precedente e Segurança Jurídica**. 3. ed., Salvador: Juspodivm, 2018.

PEREIRA, Valtenir. **Projeto de Lei nº 2214, de 2011**. Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho e dá outras providências. Brasília: Câmara, 1º de set. 2011.

PIAUÍ. TRT da 22ª REGIÃO. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR.** Disponível em: <http://www.trt22.jus.br/portal/irdr>. Acesso em: 15 mai. 2019.

PIMENTA, José Roberto Freire. A reforma do sistema recursal trabalhista pela Lei n. 13.015/2014 e o novo papel dos precedentes judiciais na justiça brasileira: contexto, premissas e desafios. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 81, n. 3, p. 95- 164, jul. /set. 2015.

PIMENTA, José Roberto Freire. O Sistema de Precedentes Judiciais Obrigatórios e o Microssistema de Litigiosidade Repetitiva no Processo do Trabalho**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 82, n. 2, p. 176-235, abr. /jul. 2016.

PORTUGAL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão n. 810/93. **Polis: Revista de Estudos Jurídico – Políticos**. Lisboa, n. 1, p. 120, out./dez. 1994. Disponível em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/*In*dex.php/polis/article/view/932>. Acesso em: 06 abr. 2019.

PRESIDENTE DO TST explica critério da transcendência na seleção de Recursos de Revista. **Tribunal Superior do Trabalho**. 11 dez. 2017. Disponível em: < http://www.tst.jus.br/noticia-destaque/-/asset_publisher/NGo1/content/id/24490342 >. Acesso em 26 ago. 2019.

PRITSCH, Cesar Zucatti. **Manual de Prática dos Precedentes no Processo Civil e do Trabalho**. Atualizado conforme o CPC 2015 e Reforma Trabalhista. São Paulo: LTR, 2018.

PUBLICADO o acórdão do primeiro IRDR julgado no TJMG. **Site do TJMG**. Belo Horizonte, 28 jun. 2017. Disponível em: <http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/publicado-o-acordao-do-primeiro-irdr-julgado-no-tjmg.htm#.XWmg HuhKjIV>. Acesso em 30 ago. 2019.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito.** 27. ed., São Paulo: Saraiva, 2006.

RIO DE JANEIRO. TRT da 1ª REGIÃO. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR.** Disponível em: <https://www.trt1.jus.br/web/guest/trt1?p_p_id=122_INSTANCE_HuXSQyAZa26K&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-3&p_p_col_count=1&p_r_p_564233524_resetCur=true&p_r_p_564233524_categoryId=9788627>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. TRT da 4ª REGIÃO. **Súmulas.** Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/sumulas>. Acesso em: 13 mai. 2019.

RIZARDO, Arnaldo. **Parte Geral do Código Civil.** 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2003.

ROCHA, José de Albuquerque. **O procedimento da Uniformização da Jurisprudência**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça.** São Paulo: Cortez, 2011.

SÃO PAULO. TRT da 2ª REGIÃO. **Súmulas e Precedentes Normativos.** Disponível em: < http://www.trtsp.jus.br/juris-sumulas-trtsp>. Acesso em: 15 mai. 2019.

SCHAUER, Frederick. **Precedent.** Stanford Law Review, v. 39, 1987.

SCHIAVI, Mauro. **A Reforma Trabalhista e o Processo do Trabalho**. São Paulo: 2017.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2016.

SCHMITZ, Leonard Ziesemer. Ementa. Função indexadora. (Ab)uso mecanizado. Problema hermenêutico. *In:* JAYME, Fernando Gonzaga; MENDES, Aluísio; NUNES, Dierle (Coord.). **A nova aplicação da Jurisprudência e Precedentes no CPC/2015**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2017, p. 653-669.

SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais:** a crise na construção de respostas no processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SILVA, Antônio Álvares da. A desjudicialização dos conflitos trabalhistas e o futuro da Justiça do Trabalho no Brasil. *In:* TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (coord.). **As garantias do cidadão na justiça**. São Paulo: Saraiva, 1993, p. 256-258.

SILVA, Antônio Álvares da. **As Súmulas de efeito vinculante e a completude do ordenamento jurídico.** São Paulo: LTR, 2004.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Comentários à Reforma Trabalhista**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33. ed., São Paulo: Malheiros, 2010.

SILVA, José Anchieta da. **A Súmula de efeito vinculante amplo no direito brasileiro**. Belo Horizonte: DelRey, 1998.

SIMPSON, Alfred William Brian. **The *Common Law* and legal theory**. Oxford: Clarendon Press, 1973.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **O conflito entre o novo CPC e o Processo do Trabalho.** 1º jun. 2015. Disponível em: <https://www.jorgesoutomaior.com/uploads/5/3/9/1/53916439/o_conflito_entre_o_novo_cpc_e_o_processo_do_trabalho.pdf>. Acesso em: 9 maio 2019.

SOUZA JR, Antônio Humberto *et al.* **Reforma Trabalhista:** análise comparativa e critica da lei n. 13.467/2017. São Paulo: Rideel, 2017.

SOUZA, Luciana Cristina. O Direito Processual Civil e do Trabalho no Estado Democrático Brasileiro: Compromisso processual com a efetividade da constituição cidadã. *In:* KOURY, Luiz Ronan Neves; ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo de; ASSUNÇÃO, Carolina Silva Silvino (coord.). **O Direito Processual do Trabalho na perspectiva do Código de Processo Civil e da Reforma Trabalhista**. São Paulo: LTR, 2017, p. 9-13.

STEINER, Eva. Theory and practice of judicial precedent in France. *In*: DIDIER JR. *et al.* **Precedentes**. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 3, 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 21-47.

SUGUIMATSU, Marlene T. Fuverki; HAYASHI, Thais. **Uniformização da Jurisprudência dos Tribunais e as modificações Introduzidas pela Lei 13.467/2017** – Lei da Reforma Trabalhista. Ago. 2017. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/111529/2017_suguimatsu_marlene_uniformizacao_jurisprudencia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 abr. 2019.

TARUFFO, Michele. **A motivação da sentença civil**. Trad. Daniel Mitidiero, Rafael Abreu, Vitor de Paula Ramos. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

TARUFFO, Michele. Precedente e jurisprudência. **Civilistica.com.** ano 3, n. 2, 2014. Disponível em: <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Taruffo-trad.-civilistica.com-a.3.n.2.2014.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

TAVARES, André Ramos. **Nova lei da Súmula Vinculante:** estudos e comentários à Lei 11.417 de 19.12.2006. 2. ed., São Paulo: Método, 2007.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Comentários ao Novo Código de Processo Civil sob a perspectiva do Processo do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2015.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. Perlustrações à Lei nº 13.015/2014 (com destaque para o incidente de Recursos de Revista repetitivos. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho.** Brasília, v. 80, n. 4, p. 311-348, out-dez. 2014.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Sistema dos Recursos Trabalhistas**. 13. ed., São Paulo: LTr, 2017.

TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. Salvador: Juspodivm, 2018.

THEODORO JR., Humberto. Constituição e Processo: desafios constitucionais da reforma do processo civil no Brasil. *In*: MACHADO, Felipe Daniel Amorim; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Constituição e Processo**: a contribuição do processo ao constitucionalismo democrático brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2009a.

THEODORO JR., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 50. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2009b.

TUCCI, José Rogério Cruz e. **Precedente Judicial como fonte do Direito**. São Paulo: RT, 2004.

VALENTE, Antônio Lopes dos Santos; AULETE, Caldas. **Dicionário Caldas Aulete.** Aulete Digital. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/ROMANO-GERM%C3%82NICO>. Acesso em: 29 abr. 2019.

WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. Estabilidade e adaptabilidade como objetivos do direito: *Civil Law* e *Common Law*. **Revista de Processo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 172, p. 121, jun. 2009. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/estabilidade-e-adaptabilidade-como-objetivos-do-direito-civil-law-e-common-law>. Acesso em: 27 ago. 2019.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Precedentes e evolução do direito. *In*: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Direito Jurisprudencial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 11-96.

WOLKART, Erik Navarro. Súmula Vinculante: necessidade e implicações práticas de sua adoção (o Processo Civil em movimento) *In*: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Direito Jurisprudencial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 277-340.

ZANETI JR. Hermes. **O valor vinculante dos Precedentes:** teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes. 4. ed., Salvador: Juspodivm, 2019.